

ESCDF

Cadernos do Desenvolvimento Fluminense

Rio de História: Heranças e Desafios do
Estado Fluminense

EDIÇÃO ELETRÔNICA
NÚMERO 27, 2024
ISSN: 2317-6539

Foto Augusto Malta/Acervo
Instituto Moreira Salles

Catálogo na Publicação elaborada por:
Geane Grangeiro – CRB7/7232

Cadernos do desenvolvimento fluminense / Fundação CEPERJ.
n. 27 (jul. - dez. 2024). Rio de Janeiro: CEPERJ, 2024.
Publicação semestral: il.
Rio de História: Heranças e Desafios do Estado Fluminense.

ISSN: 2317-6539 (versão online)

Do v.1 ao v.7, 2013-2015, editada pela Fundação CEPERJ. Do v.8 ao v.17,
2015-2019, editada pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Atualmente editada pela
Fundação CEPERJ e pela UERJ. Disponível em: [https://www.e-
publicacoes.uerj.br/index.php/cdf](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf)

1. Rio de Janeiro. 2. Desenvolvimento. 3. Socioeconomia. 4. Multidisciplinar. I. Título.

**Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de
Servidores do Rio de Janeiro – CEPERJ**

Presidente

Izabel Maria Brito Tolêdo

Vice-presidente

Raphael de Souza Ferreira

Diretor da Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP/CEPERJ)

Paulo Cezar Oliveira Junior

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Reitora

Gulnar Azevedo e Silva

Vice-reitor

Bruno Rego Deusdará

Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento (UERJ)

Floriano José Godinho de Oliveira

EXPEDIENTE

Conselho Executivo - CEPERJ / UERJ

Gulnar Azevedo e Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Floriano Jose Godinho de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Izabel Maria Brito Toledo, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Mazzurana, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Editor-chefe

Rodrigo Siqueira Rodriguez, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Científicos

Bruno Leonardo Barth Sobral, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Floriano Jose Godinho de Oliveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Nathalia Emygdia de Andrade, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Mazzurana, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Científico

Adair Leonardo Rocha, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

André dos Santos Rocha, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

André Luiz de Figueiredo Lázaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

André Luiz Azevedo Guedes, Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Antonio Brandão, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Eduardo Duprat Ferreira de Mello, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Fabiano Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gaudêncio Frigotto, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gláucio José Marafon, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Gulnar Azevedo e Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Heitor Soares Mendes, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Helena Maria Martins Lastres, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Janine Pessanha de Carvalho, Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Joilson de Assis Cabral, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Jorge Nogueira de Paiva Britto, Universidade Federal Fluminense, Brasil
José Luís Vianna da Cruz, Universidade Cândido Mendes, Brasil
Leandro Bruno Santos, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Lia Hasenclever, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Luís Fernando Valverde Salandía, Instituto Pereira Passos, Brasil
Luiz Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Alice Rezende de Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Versiani, Instituto Brasileiro de Museus, Brasil
Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marieta de Moraes Ferreira, Fundação Getúlio Vargas, Brasil
Miguel Antônio Pinho Bruno, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
Nelson de Castro Senra, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
Paulo Alcântara, Universidade Cândido Mendes, Brasil
Paulo de Martino Jannuzzi, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil
Paulo Knauss Mendonça, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Regina Helena Tunes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Renata Lèbre La Rovere, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto de Andrade Medronho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Rodriguez Doria, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Roberto Moraes Pessanha, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil
Robson Dias da Silva, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rodrigo Siqueira Rodriguez, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Romeu e Silva Neto, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil
Sergio Ferraz Magalhães, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Silvia Ramos, Universidade Cândido Mendes, Brasil
Vivian Cristina da Silva Zampa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Salgado de Oliveira, Brasil
Waldeck Carneiro da Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Editoria Executiva

Geane Silva Grangeiro dos Santos, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Estagiários

Maria Eduarda dos Santos Gonçalves, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

Wendel Luis de Oliveira Leandro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Composição, design e diagramação

Monique Virginia da Silva, Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL	08
<i>Editores</i>	

Artigos

A GESTÃO DA SAÚDE À LUZ DA INSTABILIDADE DE FINANCIAMENTO E DAS PROPOSTAS DE GOVERNO: <i>UM ESTUDO DE CASO SOBRE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ, 2009 A 2020</i>	11
<i>Samuel Martins, Lia Hasenclever, Caroline Miranda</i>	

A DEFESA DAS FRONTEIRAS DO RIO DE JANEIRO E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO URBANO: <i>O CASO DOS CANHÕES DA FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE</i>	31
<i>Luciene Carris, Gustavo Martins de Almeida</i>	

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: <i>UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS EIXOS DE EXPANSÃO URBANA</i>	52
<i>Dayana dos Santos Teixeira, Teresa de Jesus Peixoto Faria, Rafael Moreira Neves</i>	

ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS/RJ.....	69
<i>Joseane de Souza, Nilo Lima de Azevedo, Rogério Lucas Fernandes Rocha, Luciano de Castro Silva, José Victor de Paula Frutuozo</i>	

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DOS CAMPOS MADUROS NA BACIA DE CAMPOS QUAIS SÃO AS REAIS POSSIBILIDADES DE RECUPERAÇÃO?.....	90
<i>Matheus Sousa Bastos, Alcimar das Chagas Ribeiro</i>	

Dossiê: Horizontes Fluminenses em Perspectiva Histórica

APRESENTAÇÃO.....	108
<i>Isabella Gaze, Fania Fridman, Paulo Knauss</i>	

A ESCRITA DA HISTÓRIA DE ITABORAÍ: <i>PARTICULARIDADES LOCAIS E AS PRINCIPAIS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS</i>	112
<i>Gilciano Menezes Costa</i>	

“TENS USINAS COM MUITAS CHAMINÉS”: <i>UM PERFIL DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO GONÇALO – RJ</i>	132
<i>José Luís Honorato Lessa</i>	

INDÚSTRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO (2002-2021):
*CARACTERÍSTICAS SETORIAIS E INTENSIDADE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO
FLUMINENSE*.....148

Leonardo Nogueira Aucar

A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.....173

*Márcia Spadetti Tuão da Costa, Marluce Souza de Andrade, Renata Spadetti Tuão, Thays
Rosalin de Araújo*

ENTRE A SAUDADE E O COMPROMISSO COM O FUTURO: *O ESTADO DO RIO
DE JANEIRO SEM PLANEJAMENTO*.....193

Helcio de Medeiros Junior

O VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE OITOCENTISTA SOB A PERSPECTIVA DA
PRESENÇA MÉDICA: *UMA ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE JOAQUIM ELOY DOS
SANTOS ANDRADE*.....214

Anne Thereza de Almeida Proença

SINDICALISMO COMERCÁRIO E REPOUSO DOMINICAL: *A ABERTURA DO
COMÉRCIO CARIOCA AOS DOMINGOS E FERIADOS SOB A PERSPECTIVA DO
JORNAL DO COMMÉRCIO (RJ) (2000-2010)*233

Eliane Aparecida Silva, Cezar Teixeira Honorato

UM OLHAR SOBRE A AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO...253

Helga Restum Hissa, Renato Linhares de Assis

FERROVIA E CIDADE: *DE PASSADO HARMONIOSO A HORIZONTE
CONTURBADO EM BARRA DO PIRAI*.....273

Jéssica de Fátima Rossone Alves

A ATUAL REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE: *UMA ESFINGE A SER
DECIFRADA?*295

Jorge Natal, José Luis V. da Cruz, Helcio de Medeiros Junior

DESIGUALDADES SOCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....323

Luíza de Souza Barbosa, Maria Catharina Reis Queiroz Prata

EDITORIAL

A *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, uma parceria entre a Fundação Centro Estadual de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, publica sua edição de número 27 intitulada *Rio de História: Heranças e Desafios do Estado Fluminense*, com ênfase em contribuições que abordam o Estado do Rio de Janeiro sob uma perspectiva histórica.

O Estado do Rio de Janeiro é dono de uma trajetória singular na história brasileira, marcada por seu papel como "cidade-capital", conceito que transcende o título oficial e se ancora como referência internacional e núcleo simbólico da nação. Ao longo dos séculos, essa posição conferiu à cidade uma centralidade econômica, cultural e política que moldou tanto sua identidade quanto a do próprio estado. Essa trajetória é mais do que um capítulo do passado: é um elemento que, ainda hoje, influencia as formas de se pensar o Estado do Rio de Janeiro.

Muitas das vezes, essa trajetória reforça uma visão que privilegia excessivamente a cidade do Rio em detrimento do interior fluminense. Essa sobreposição simbólica acaba por ofuscar a diversidade e os desafios das demais regiões do estado, dificultando uma compreensão mais ampla e integrada do território como um todo, como existe em outros estados. Assim, a riqueza econômica, cultura e social do interior fluminense acaba eclipsada, exigindo um esforço consciente para equilibrar as narrativas sobre o estado e valorizar suas diferentes dinâmicas regionais.

Por seu papel central na formação nacional, a sociedade fluminense desenvolveu, em parte, uma tradição intelectual frequentemente orientada a refletir sobre o país como um todo, por vezes relegando a uma posição secundária ao pensamento do próprio estado. Nesse sentido, a produção de conhecimento tende a reforçar uma identidade que ultrapassa as fronteiras fluminenses, o que pode tornar ainda mais difícil uma compreensão mais ampla do Rio de Janeiro.

Mas, ainda que esses sejam desafios postos a quem quer pensar o estado fluminense, a história nos traz outras questões ainda mais pertinentes, com as investigações voltadas para o resgate de heranças que foram invisibilizadas no processo de constituição da história do Rio de Janeiro, como a herança negra e feminina. Essas heranças, frequentemente marginalizadas nas narrativas tradicionais, são essenciais não apenas para uma compreensão mais justa e completa do passado, mas também para a

construção de uma identidade fluminense a partir da pluralidade de suas origens e culturas.

Se, por um lado, enfrentamos todos esses desafios para pensar o Rio de Janeiro de uma perspectiva histórica, por outro lado, há espaço para o otimismo com as gerações que estão sendo formadas nas universidades, e que se ocupam diretamente com esses desafios. Os estudantes do interior e da periferia, jovens negros, homens e mulheres, cada vez mais se empenham em entender e transformar o próprio território em que nasceram, enfrentando os seus desafios e dilemas.

Nesse processo, os pesquisadores que contribuem com a *Cadernos* desempenham um papel fundamental, não apenas na produção de conhecimento acadêmico, mas também pelo incentivo e apoio ao protagonismo desses jovens. Ao fomentar a reflexão crítica e proporcionar as ferramentas para que essa nova geração compreenda o seu contexto, esses pesquisadores estão contribuindo para um futuro mais consciente e transformador para o Rio de Janeiro. Dentre esses pesquisadores que se dedicam ao resgate e à valorização da história fluminense, dedicamos essa edição em especial à Profa. Ismênia de Lima Martins. Sua trajetória de vida e contribuição à pesquisa histórica no estado do Rio de Janeiro inspira a *Cadernos* a colaborar pelo fortalecimento da memória fluminense.

Nesta edição, apresentamos o dossiê *Horizontes Fluminenses em Perspectiva Histórica*, organizado por Isabella Gaze (FAETEC), Fania Fridman (IPPUR/UFRJ) e Paulo Knauss (UFF). O dossiê reúne uma rica seleção de artigos que buscam refletir sobre o desenvolvimento fluminense a partir de uma abordagem histórica, explorando as dinâmicas das relações sociais e os marcos de poder em diferentes dimensões do território fluminense e nos mais variados períodos, incluindo o tempo presente.

Além do dossiê, nesta edição apresentamos os artigos que exploram questões relevantes para o desenvolvimento fluminense a partir de diferentes perspectivas. No artigo *A gestão da saúde à luz da instabilidade de financiamento e das propostas de governo*, Samuel Martins, Lia Hasenclever e Caroline Miranda analisam os impactos das flutuações nas receitas de indenizações petrolíferas e das propostas de gestão dos prefeitos sobre as políticas de saúde em Campos dos Goytacazes entre 2009 e 2020, destacando as complexidades do financiamento e da atenção primária no SUS.

Em *A defesa das fronteiras do Rio de Janeiro e a sua relação com o desenvolvimento urbano: o caso dos canhões da Fortaleza de S. Clemente*, Luciene Carris

e Gustavo Martins de Almeida investigam a história da Fortaleza de São Clemente e sua relação com a expansão urbana do Rio de Janeiro, com destaque para os conflitos patrimoniais e a trajetória do empresário Arthur Sauer.

O artigo *Produção do espaço urbano na cidade de Campos dos Goytacazes: uma análise dos principais eixos de expansão urbana*, de Dayana dos Santos Teixeira, Teresa de Jesus Peixoto Faria e Rafael Moreira Neves, examina como o mercado imobiliário transformou terras rurais anteriormente agrícolas em empreendimentos urbanos, fomentando fragmentação, dispersão e segregação.

Joseane Souza, Nilo Lima de Azevedo, Rogério Lucas Fernandes Rocha, Luciano de Castro Silva e José Victor Frutuoso apresentam, em *Análise da transparência pública nos municípios da Bacia de Campos/RJ*, uma avaliação das práticas de transparência pública na região, utilizando a Escala Brasil Transparente – EBT 360°. O estudo aponta para a necessidade de melhorias nos portais e plataformas virtuais para atender plenamente à Lei de Acesso à Informação.

Por fim, Matheus Bastos e Alcimar das Chagas Ribeiro discutem, no artigo *Estudo sobre a viabilidade econômica dos campos maduros na Bacia de Campos: quais são as reais possibilidades de recuperação?*, as oportunidades econômicas em ativos de óleo e gás próximos ao fim de sua vida útil. O estudo analisa casos de revitalização bem-sucedida de campos maduros, evidenciando o potencial econômico, social e ambiental desses projetos.

Esses artigos refletem a pluralidade de abordagens da revista e temas que caracterizam o próprio desenvolvimento do estado, abrangendo saúde, urbanização, transparência pública e a economia do petróleo e gás. Esperamos que tenham uma boa leitura desta edição repleta de formas de debater os problemas atuais do Estado do Rio de Janeiro e agradecemos por sua participação na construção da *Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*.

Os editores

Rio de Janeiro, dezembro de 2024.

A GESTÃO DA SAÚDE À LUZ DA INSTABILIDADE DE FINANCIAMENTO E DAS PROPOSTAS DE GOVERNO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ, 2009 A 2020

HEALTH MANAGEMENT CONSIDERING FINANCING INSTABILITY AND GOVERNMENT PROPOSALS: A CASE STUDY ON CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ, 2009 TO 2020

Samuel Martins^A

 <https://orcid.org/0000-0003-0806-9697>

Correspondência: samuelmartinseduca@gmail.com

Lia Hasenclever^B

 <https://orcid.org/0000-0003-1384-6323>

Correspondência: lia@ie.ufrj.br

Caroline Miranda^C

 <https://orcid.org/0000-0001-7126-2348>

Correspondência: carolinemirandaas@204452146.mailchimpapp.com

^{A, B, C} Universidade Candido Mendes (UCAM), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.87352

Recebido em: 18 set. 2024 | **Aceito em:** 21 out. 2024.

RESUMO

Os serviços de saúde de Campos dos Goytacazes são marcados por uma série de dificuldades e problemas de gestão para alcançar a desejada condição de saúde e bem-estar da população. Este artigo tem por objetivo analisar os possíveis efeitos da redução dos recursos petrolíferos e dos diferentes modelos de gestão propostos nos programas de governo dos prefeitos sobre as políticas públicas de saúde no referido município, entre 2009 e 2020. A pesquisa é de natureza descritiva e adota instrumentos quantitativos e qualitativos, respectivamente para compreender as relações entre financiamento da saúde e as diferentes propostas de gestão para a saúde campista em 2012 e 2016. A pesquisa constatou que, entre 2009 e 2020, o financiamento da saúde do município foi impactado diretamente pelas flutuações, ora de alta, ora de baixa, das rendas de indenizações petrolíferas. Adicionalmente, verificou-se que as propostas de gestão da saúde para a cidade variaram principalmente em relação à ênfase à atenção primária. A redução das receitas extraordinárias, que foram mais significativas em 2016, e a alternância administrativa por meio do voto influenciaram a complexa rede de serviços prestados para a população pelo Sistema Único de Saúde, evidenciando que o financiamento e as propostas de gestão municipal são dois dos principais fatores que influenciam a saúde e o bem-estar da população.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; gestão municipal da saúde; Campos dos Goytacazes; royalties; políticas públicas.



ABSTRACT

The health services in Campos dos Goytacazes have experienced quite a number of difficulties and management problems in achieving the desired level of health and well-being for the population. This article explores the potential impact of oil resource reductions and the various management models suggested in the mayors' government programs on public health policies in this municipality from 2009 to 2020. The research is of a descriptive nature and uses quantitative and qualitative instruments, respectively, to analyze the relationship between health financing and the different management proposals for health in the municipality in 2012 and 2016. The research revealed that, between 2009 and 2020, health funding in the municipality was directly affected by fluctuations, either up or down, in revenues from oil compensations. It was also observed that the health management proposals for the city varied primarily in their emphasis on primary care. The reduction in extraordinary revenues, more noticeable in 2016, and the change of administration by vote have influenced the complex network of services provided to the population by the Unified Health System, demonstrating that funding and municipal management proposals are two of the primary factors affecting the health and well-being of the population.

Keywords: Unified Health System; municipal health management; Campos dos Goytacazes; royalties; public policies.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1980, em meio ao movimento sanitário e a debates ocorridos durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, foi proposto o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual só veio a ter suas diretrizes e organização estabelecidas pela lei complementar conhecida como Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90). Com essa lei, foram dadas novas atribuições à União, aos estados, aos municípios, às fundações mantidas pelo poder público por meio de convênios e à iniciativa privada de maneira complementar (Brasil, 1990a).

Os mecanismos de provisão dos serviços de saúde propostos fizeram com que as prefeituras ocupassem um papel de protagonistas para pôr em prática o SUS. Neste aspecto, recentes pesquisas realizadas em Campos dos Goytacazes (Vidal, 2006; Santos, 2008; Silva, 2001; Alves, 2013; Oliveira, 2016) indicam que diversos fatores, de cunho demográfico, político e econômico, afetam a qualidade e o acesso aos serviços de saúde do município. Por exemplo, apenas em 2009, a Prefeitura de Campos dos Goytacazes adquiriu autonomia para gerir e executar os serviços públicos de saúde, algo que já havia ocorrido muito antes em municípios com características semelhantes (Brasil, 2003).

Sabe-se, entretanto, que a estrutura de saúde e sua gestão requerem financiamento além daquele custeado pela União, fazendo com que os municípios tenham que crescer

recursos próprios. Em Campos, por exemplo, um fator que pode impactar a provisão das políticas de saúde está relacionado à arrecadação de receitas de royalties e participações especiais de petróleo, já que boa parte dessas receitas se destinava ao financiamento das políticas públicas municipais, inclusive das de saúde pública. O município é reconhecido por ter recebido, desde os anos 2000, volumes expressivos de recursos advindos das indenizações petrolíferas, mas, desde 2008, não recebe mais as cifras milionárias que recebia (Silva, 2001; Alves, 2013).

Outro aspecto relevante está relacionado às possíveis implicações de mudanças no modelo de gestão da saúde à medida que diferentes governos assumem a prefeitura municipal entre 2009 e 2020. Nesse período, a prefeitura contou com duas gestões: (i) os dois mandatos da prefeita Rosinha Garotinho, de 2009 a 2016; e (ii) o mandato do prefeito Rafael Diniz, de 2017 a 2020. A alteração do mandatário local, em teoria, tende a fazer com que haja mudanças de prioridades do ponto de vista da ação do estado.

Desse modo, o objetivo deste artigo é compreender como os serviços de saúde em Campos dos Goytacazes foram influenciados, nos últimos 12 anos (2009-2020), pelas flutuações financeiras das rendas petrolíferas e pelas trocas de mandatários locais. A pergunta de pesquisa se apresenta da seguinte forma: quais foram os efeitos da variação dos valores das rendas petrolíferas e da alternância de lideranças locais na prestação de serviços de saúde?

Este estudo é composto de quatro seções, além desta Introdução e das Considerações finais. A segunda seção traz uma revisão teórico-empírica das institucionalidades da política de saúde no Brasil e suas especificidades no município de Campos dos Goytacazes. A terceira apresenta a metodologia empregada na pesquisa. A quarta relata seus principais achados. Por fim, a quinta seção discute os resultados do estudo.

2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Até a implementação do SUS, os programas de saúde se limitavam a apenas 30 tratamentos de doenças, e as campanhas públicas de prevenção não eram frequentes, restringindo-se predominantemente à vacinação. Diante dessa situação, formou-se um grupo denominado "movimento sanitário", composto de profissionais de saúde que visavam modificar tal visão sobre a temática. As Conferências Nacionais da Saúde

representavam um importante momento de avaliação da situação da saúde no país e de formulação de diretrizes para políticas públicas no setor (Fiocruz, 2019).

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, pode ser considerada um marco para a mudança de patamar estrutural da saúde no país. Como resultado desta, gerou-se a maior rede de saúde pública implementada na América Latina. Com base nas determinações constitucionais, foi criado o SUS, em 1990, com a aprovação da Lei 8.080 e da Lei 8.142 (Brasil, 1990a; Brasil, 1990b). A partir disto, o SUS passou a assegurar a saúde para todos os cidadãos e a ser regido por diretrizes organizativas que buscam a descentralização das ações de saúde, com as políticas públicas sendo geridas pelos municípios, os quais passaram a ter autonomia financeira e responsabilidades sobre recursos financeiros.

A lei impõe uma contribuição mínima ao governo federal que deve ser alocada aos estados e municípios para garantir a estabilidade do sistema e corrigir as possíveis desigualdades das federações e municípios. Todavia, para assegurar o financiamento das ações do sistema, as esferas federadas devem contribuir com recursos de arrecadação própria (Costa; Vieira, 2013).

De modo geral, o arranjo institucional para as políticas sociais no Brasil é operacionalizado a partir da colaboração de todos os entes. Os processos de financiamento, normatização, coordenação e implementação são distribuídos de modo diferente entre eles. A União centraliza uma carga de atribuições. Cabe a ela o papel de principal financiador, normalizador e coordenador das políticas sociais. A principal forma de coordenação são os mecanismos de transferências de renda, enquanto a incumbência da operacionalização da implementação das políticas pertence, na maioria dos casos, aos municípios. Eles passaram por aumentos sucessivos nas suas atribuições administrativas no campo da política social. Esse movimento foi denominado municipalização das políticas sociais. Essas são as características gerais das políticas sociais em solo nacional.

Entretanto, tais políticas destinadas a fornecer serviços públicos de modo descentralizado assumiram uma diversidade de formatos institucionais, com peculiaridades próprias de relações intergovernamentais, sobretudo, do ponto de vista das distribuições de papéis (Menicucci; Costa; Machado, 2018).

O instrumento que teve um peso fundamental no processo de consolidação do SUS foram os pisos financeiros mínimos da política de saúde, os quais atuaram como uma considerável alternativa de coordenação, justamente por se tratar de um tipo de fonte de receita caracterizada por dois fatores: a regularidade e o fato de ser automática. A

Emenda Constitucional (EC) n. 29/2000 foi a lei que estabeleceu essa regra. Neste sentido, foram impostos limites mínimos de aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) para as três esferas de governo. Dos estados e municípios, exigiu-se o dever de destinar o equivalente a 12% e 15%, respectivamente, de suas receitas de impostos e transferências constitucionais, enquanto à União, o dever de empregar um montante correspondente ao valor empenhado em ASPS no ano anterior, corrigido pela variação nominal do produto interno bruto.

Em relação à esfera federal, o valor mínimo estabelecido para a União foi objeto de modificações recentes, primeiro na EC n. 86/2015¹; nessa oportunidade estabeleceu-se um novo patamar de gastos em saúde a ser aplicado pelo órgão central, de 15% da receita corrente líquida em 2020, com percentuais crescentes a partir de 2016. Entretanto, a nova forma durou menos de um ano, visto que foi modificada pelo Novo Regime Fiscal². Na saúde, ficou determinado que o montante gasto a cada ano deve ser corrigido apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a partir do patamar de 15% da receita corrente líquida de 2017. Essa é a forma vigente até então.

2.1 Políticas de saúde em Campos dos Goytacazes

Até a década de 1990, Campos dos Goytacazes possuía uma pequena rede de assistência médica, constituída por alguns serviços de pediatria, clínica médica e obstétrica e um posto de vacinação. Em 1990, o município contava com 51 estabelecimentos de saúde pública. Em 1999, esse número era de 76. A saúde pública disponibilizava somente serviços de ação curativa e preventiva, sem ações diagnósticas. Os estabelecimentos municipais de saúde ofereciam atendimento especializado, mas estavam mais focados no atendimento clínico (Santos, 2008).

Nesse mesmo período, Campos começou a experimentar crescimentos demográfico e econômico exponenciais, em função da exploração de petróleo na Bacia de Campos. Entre 1994 e 2004, houve um crescimento de 16 vezes no orçamento

¹O objetivo principal era o de tornar obrigatória a execução das emendas parlamentares. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/452860-promulgada-emenda-constitucional-do-orcamento-impositivo/>.

² Refere-se à EC n. 95/2016, que congelou os gastos primários do governo federal por 20 anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2095%2C%20DE,do%20%C2%A7%203%C2%BA%20do%20art.

destinado à saúde municipal. No entanto, tal crescimento não foi estável para os anos seguintes (Santos, 2008).

Campos apenas aderiu à gestão de maior sofisticação em 2009. Objetivamente, ao se adaptar à gestão plena, o município passou a ter uma série de responsabilidades, tais como: elaboração do plano municipal de saúde; integração e articulação do sistema de saúde do município na rede estadual e respectivas responsabilidades na Programação Pactuada e Integrada (PPI) do estado; gerência de unidades ambulatoriais próprias; execução das ações básicas de epidemiologia, de controle de doenças e de ocorrências morbidas; entre outras (Brasil, 2003).

De 2010 até 2020, Campos passou a contar com uma rede de proteção à saúde que estava em um aparente processo de expansão, saindo de 782 estabelecimentos de saúde em 2010 para 1.088 em 2020, e com a maioria dos estabelecimentos voltados à prestação de serviços ligados à atenção primária à saúde (Brasil, 2021).

A Prefeitura de Campos conta com uma rede pública, coordenada pela Fundação Municipal de Saúde, que administra três hospitais públicos; cinco Unidades Pré-Hospitalares; uma Unidade de Emergência Psiquiátrica; 41 Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo 38 que funcionam dez horas e três que funcionam 24 horas (Oliveira, 2016). Além disso, conta com hospitais da rede privada que tem seus serviços contratados pela Secretaria Municipal de Saúde (Gama, 2013).

Segundo Barros e Lima (2015), existem problemas associados à destinação de recursos municipais para a saúde na Região Norte Fluminense e outros relacionados ao envio insuficiente de recursos do SUS para investimento em saúde, sobretudo porque esta região é significativamente afetada por um grande fluxo migratório de indivíduos que buscam emprego no setor petrolífero, o que demanda maior número de atendimentos em saúde.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva e adota instrumentos quantitativos e qualitativos para analisar, respectivamente, os efeitos da evolução das rendas petrolíferas e das propostas das legislaturas municipais eleitas em 2012 e 2016 para a gestão da saúde no município de Campos dos Goytacazes.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado em duas etapas. Inicialmente, para compreender as relações entre royalties e o financiamento da saúde, foram utilizadas metodologia quantitativa e técnicas de estatísticas descritivas. Sua operacionalização foi feita pelo levantamento de dados estatísticos sobre a condição financeira e de saúde do município de Campos de Goytacazes no período entre 2009 e 2020. A Tabela 1 indica as variáveis pesquisadas e suas respectivas fontes.

Tabela 1 – Dimensões pesquisadas e suas fontes

Macro dimensões	Subdivisões	Informação	Fonte
	Características municipais	Recursos com impostos e transferências constitucionais.	DATASUS
	Rendas petrolíferas	Valor nominal de royalties repassado para Campos dos Goytacazes. Valor nominal de participação especial repassado para Campos dos Goytacazes. A soma dos valores nominais de royalties e participação especial repassado para Campos dos Goytacazes.	Info Royalties
	SUS	Despesas com saúde pagas com recursos próprios. Despesas totais com saúde. Recursos de transferências governamentais para o SUS.	DATASUS

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2021).

O levantamento desses dados permitiu conhecer o financiamento da saúde em três dimensões. A primeira dimensão é relativa aos recursos com impostos e transferências constitucionais. A segunda trata dos recursos arrecadados de indenizações petrolíferas, em que constam indicadores como: a) valor real de royalties repassado para Campos; b) valor real de participação especial repassado para Campos; c) soma dos valores reais de royalties e participação especial repassado para Campos. Por fim, a última dimensão levanta aspectos relacionados ao financiamento do SUS, mais especificamente: a) das despesas com saúde pagas com recursos próprios; b) das despesas totais com saúde; c) dos recursos de transferências governamentais para o SUS.

Os dados sobre os recursos do financiamento da saúde foram pesquisados no Departamento de Informática do SUS (DATASUS), que disponibiliza informações para subsidiar análises objetivas da situação financeira do município. São informações

referentes aos recursos do Fundo Nacional de Saúde transferidos aos municípios, aos créditos aos prestadores de serviços de saúde e aos orçamentos públicos de saúde declarados pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Os dados sobre royalties e participações especiais foram coletados no reservatório digital Info Royalties (2023).

Os dados coletados em valores nominais foram corrigidos pelo IPCA para o ano de 2021, com o objetivo de permitir a comparação dos valores ao longo do período de 12 anos estudados.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com a ajuda de métodos qualitativos para analisar as diferentes formas de gerir a saúde campista a partir de uma análise documental dos programas de governo dos candidatos eleitos nos pleitos em 2012 e 2016. Para uma síntese das propostas direcionadas à saúde e disponíveis no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ver Martins (2023). Estas propostas foram classificadas para fins de análise com a seguinte divisão: atenção primária à saúde; atenção de alta e média complexidade, atenção a grupos populacionais específicos; cooperação entre o município e a União; relação com a saúde suplementar e financiamento do sistema de saúde.

4 RESULTADOS

4.1 Análise dos repasses para Campos dos Goytacazes

A Tabela 2 traz os valores recebidos pelo município em função da exploração do petróleo na Bacia de Campos no período de 2009 a 2020, por períodos de gestão.

Tabela 2 – Valores de repasses oriundos de royalties e participação especial para o município de Campos dos Goytacazes/RJ, 2009 a 2020 (valores em R\$ constantes)

Gestão	Ano	Valor real de royalties	Valor real de participação especial	Valores reais de royalties + part. especial
2009-2012	2009	R\$ 824.762.046,67	R\$ 1.127.266.140,96	R\$ 1.952.028.187,64
	2010	R\$ 902.021.531,94	R\$ 999.132.432,45	R\$ 1.901.153.964,39
	2011	R\$ 981.365.078,13	R\$ 1.186.790.334,29	R\$ 2.168.155.412,42
	2012	R\$ 1.051.893.967,49	R\$ 1.202.589.317,32	R\$ 2.254.483.284,80
	Quadriênio	R\$ 3.760.042.624,23	R\$ 4.515.778.225,03	R\$ 8.275.820.849,25
2013-2016	2013	R\$ 988.136.946,57	R\$ 1.054.761.465,28	R\$ 2.042.898.411,85
	2014	R\$ 932.910.772,98	R\$ 848.476.493,96	R\$ 1.781.387.266,93
	2015	R\$ 549.058.649,92	R\$ 287.094.017,72	R\$ 836.152.667,64
	2016	R\$ 337.062.975,71	R\$ 101.454.724,65	R\$ 438.517.700,36
	Quadriênio	R\$ 2.807.169.345,17	R\$ 2.291.786.701,61	R\$ 5.098.956.046,78

2017-2020	2017	R\$ 409.133.272,57	R\$ 156.851.980,37	R\$ 565.985.252,94
	2018	R\$ 531.476.477,35	R\$ 251.298.565,62	R\$ 782.775.042,97
	2019	R\$ 407.458.642,24	R\$ 100.453.980,41	R\$ 507.912.622,65
	2020	R\$ 273.820.611,91	R\$ 8.635.838,39	R\$ 282.456.450,30
	Quadriênio	R\$ 1.621.889.004,07	R\$ 517.240.364,79	R\$ 2.139.129.368,86

Fonte: Elaboração própria com dados deflacionados pelo IPCA a preços de 2021, com base em Info Royalties (2021).

No começo da série histórica, Campos recebia grandes quantidades de receitas oriundas da exploração do petróleo. O ano de 2015 marca um ponto de inflexão, com as receitas diminuindo abruptamente. O motivo foi a crise do petróleo, iniciada em 2014, que levou a uma queda expressiva do preço do barril de petróleo no mercado internacional, saindo da casa dos US\$ 120 para menos de US\$ 40 o barril. Isto abalou a economia nacional, em geral, e, em particular, a dos estados e municípios considerados dependentes das indenizações petrolíferas.

Observa-se na Tabela 2 que, no primeiro quadriênio, Campos recebia um pouco mais de R\$ 8 bilhões das referidas rendas, e esse valor cai para cerca de R\$ 5 bilhões no quadriênio de 2013 a 2016, redução de 38,4% em relação ao quadriênio anterior. De 2017 a 2020, os valores somados apresentam o seu pior resultado: a prefeitura recebeu apenas R\$ 2,14 bilhões em rendas petrolíferas, redução de 58% em relação ao quadriênio anterior. Além disso, nota-se que, a partir de 2014, os recursos dos royalties e participação especial começaram a decrescer significativamente, chegando a valores médios de R\$ 600 milhões anuais entre os anos 2015 e 2019, sendo 2020 o ano com o menor repasse (R\$ 282 milhões).

Na Tabela 3 pode-se visualizar que o maior montante total de recursos arrecadados e repassados para Campos foi recebido entre 2009 e 2012, o que equivale a quase o dobro do montante recebido entre 2017 e 2020. A diferença é explicada principalmente pela redução das rendas petrolíferas.

Tabela 3 – Valores arrecadados e repassados para o município de Campos dos Goytacazes (RJ), 2009 a 2020 (valores em R\$ constantes)

Gestão	Ano	Valores reais de royalties + part. especial	Recursos - impostos e transferências constitucionais	Recursos de transferências governamentais para o SUS	Total de recursos
2009-2012	2009	1.952.028.187,64	618.563.333,71	40.925.495,42	2.611.517.016,77
	2010	1.901.153.964,39	791.893.415,91	200.375.954,67	2.893.423.334,97
	2011	2.168.155.412,42	869.710.631,03	196.370.066,31	3.234.236.109,76
	2012	2.254.483.284,80	917.137.588,16	229.371.128,04	3.400.992.001,01
	Quadriênio	8.275.820.849,25	3.197.304.968,81	667.042.644,44	12.140.168.462,51
2013-2016	2013	2.042.898.411,85	1.020.835.810,06	205.901.205,66	3.269.635.427,58
	2014	1.781.387.266,93	968.753.773,79	206.617.198,58	2.956.758.239,30

2017- 2020	2015	836.152.667,64	815.225.237,16	188.800.506,61	1.840.178.411,42
	2016	438.517.700,36	753.944.528,00	173.836.546,74	1.366.298.775,10
	Quadriênio	5.098.956.046,78	3.558.759.349,01	775.155.457,60	9.432.870.853,40
	2017	565.985.252,94	727.686.593,27	175.389.228,55	1.469.061.074,77
	2018	782.775.042,97	781.564.144,91	200.413.841,19	1.764.753.029,07
	2019	507.912.622,65	751.726.996,25	315.532.964,37	1.575.172.583,27
	2020	282.456.450,30	684.896.155,48	365.995.668,67	1.333.348.274,45
	Quadriênio	2.139.129.368,86	2.945.873.889,91	1.057.331.702,78	6.142.334.961,56

Fonte: Elaboração própria com dados deflacionados pelo IPCA a preços de 2021, com base em Info Royalties (2021).

Outra diferença a ser marcada na Tabela 3 é o aumento das transferências governamentais no período para o SUS, que quase dobraram entre o primeiro e o último quadriênio, enquanto os valores de royalties somados à participação especial e os recursos de transferências constitucionais se reduziram. Consta-se que, quando os valores das indenizações petrolíferas caem, a prefeitura campista fica mais dependente das verbas constitucionais, pois estas não se reduzem na mesma proporção das primeiras.

É importante apontar as prováveis causas do aumento das verbas de transferência direta para o sistema de saúde de Campos a partir de 2009. Esse foi o primeiro ano em que a prefeitura aderiu à gestão plena em saúde, mudança que teve como principal função proporcionar um maior volume financeiro para as prefeituras. Mais especificamente, houve um aumento no repasse, de R\$ 41 para R\$ 200 milhões para a saúde, valor este que continuou a aumentar em todos os quadriênios.

A Tabela 4 apresenta os gastos totais com saúde no município de Campos dos Goytacazes para o período de 2009 a 2020, divididos em despesas pagas com recursos próprios e com recursos de transferências governamentais. Observa-se, então, que a despesa em saúde em Campos sofreu abalos significativos das inconstâncias financeiras dos recursos oriundos das rendas petrolíferas.

Tabela 4 – Valores gastos com a saúde no município de Campos dos Goytacazes (RJ), 2009 a 2020 (valores de R\$ constantes)

Gestão	Ano	Despesas com saúde pagas com recursos próprios	Recursos de transferências governamentais para o SUS	Despesas totais com saúde
2009- 2012	2009	534.504.385,14	40.925.495,42	592.755.943,66
	2010	239.654.861,45	200.375.954,67	853.615.361,79
	2011	330.773.129,86	196.370.066,31	860.827.781,64
	2012	337.617.964,54	229.371.128,04	917.076.652,19
	Subtotal	1.442.550.340,99	667.042.644,44	3.224.275.739,27
2013- 2016	2013	426.429.355,36	205.901.205,66	1.020.076.053,51
	2014	440.012.288,42	206.617.198,58	1.053.725.027,38
	2015	407.739.504,37	188.800.506,61	895.181.705,86
	2016	510.155.853,51	173.836.546,74	933.625.122,21
	Subtotal	1.784.337.001,66	775.155.457,60	3.902.607.908,95

2017-2020	2017	334.717.057,62	175.389.228,55	860.315.138,94
	2018	411.901.304,20	200.413.841,19	925.223.145,24
	2019	424.747.045,82	315.532.964,37	958.860.791,11
	2020	471.261.472,08	365.995.668,67	829.801.116,89
	Subtotal	1.642.626.879,73	1.057.331.702,78	3.574.200.192,18

Fonte: Elaborada pelo autor com dados deflacionados pelo IPCA a preços de 2021, com base em Info Royalties (2021).

Em relação à parte das despesas custeadas com recurso próprio do município, esta, no começo da série analisada, sofreu significativas diminuições, situação ligada diretamente aos efeitos esperados da adoção da gestão plena em saúde, quando houve relevante aumento de receitas de transferências governamentais. Tal retração se estabilizou nos demais anos analisados, até 2017, quando os efeitos financeiros da crise do petróleo chegaram à saúde campista.

Sobre as transferências governamentais, notam-se sucessivos aumentos até 2014, ano em que se iniciou uma das maiores crises econômicas já enfrentadas pelo país. Os valores passaram de cerca de R\$ 230 milhões em 2012 para R\$ 188 milhões em 2015. Houve uma recuperação em 2019, quando tal transferência aumentou.

Quando o assunto é o gasto total em saúde de Campos, percebe-se que este aumentou sucessivamente até 2014, período em que ocorreu uma retração financeira na área, diminuição no mesmo período causada pela crise dos royalties. Os valores aumentaram de 2017 a 2019.

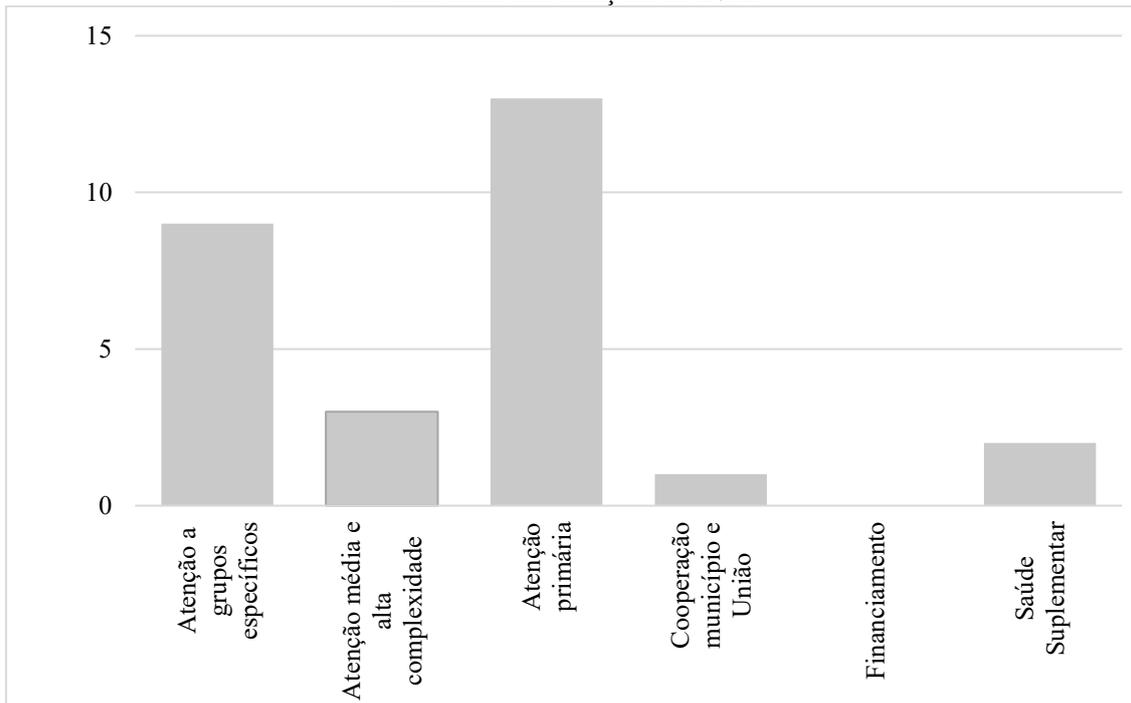
4.2 Governos em Campos dos Goytacazes e propostas para a saúde

Eleita em 2008 com 55% dos votos, em uma concorrência acirrada com o candidato Arnaldo Vianna (PDT), Rosinha Garotinho chegou à disputa eleitoral de 2012 como candidata à reeleição. Tinha a seu favor a máquina municipal, e suas propostas caminhavam na direção de apresentar melhorias nas atuais estruturas de governo; no campo da saúde não foi diferente. Houve um compromisso *a priori* de que todos os programas do governo seriam mantidos. As propostas, de forma geral, apresentavam um cenário de aumento do volume de serviços prestados pela prefeitura tanto na área da saúde básica como na de média e alta complexidade.

Como pode-se notar no Gráfico 1, que compara o número de propostas por subáreas, as de saúde básica e de atenção a grupos específicos foram as que tiveram maior

destaque, concentrando 77% das propostas feitas. Na atenção básica, as promessas caminharam fortemente para a ampliação de UBS e de grupos da Estratégia Saúde da Família (ESF), que atuam majoritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Sobre grupos específicos, as propostas se referiram a programas para a terceira idade, para pacientes especiais, dependentes químicos, para a saúde do homem e hipertensos.

Gráfico 1 – Análise comparada do número de propostas por subáreas da candidata Rosinha Garotinho nas eleições de 2012



Fonte: Elaboração própria com base no TRE (2012).

Outro ponto importante é que a proposta de programa tratou, em especial, da relação com a rede privada, onde foi garantida a manutenção dos serviços dos hospitais e clínicas conveniados, a consolidação do setor de oncologia, a implantação do acelerador linear no Hospital Escola Álvaro Alvim e em demais hospitais credenciados.

Rafael Diniz apresentou-se nas eleições de 2016 como o candidato apto para gerir a administração da cidade de Campos em um momento de crise econômica. Suas propostas governamentais caminhavam na direção de se fazer mudanças expressivas na estrutura do governo campista, principalmente no campo da fiscalização e da modernização, para assim torná-la mais eficiente.

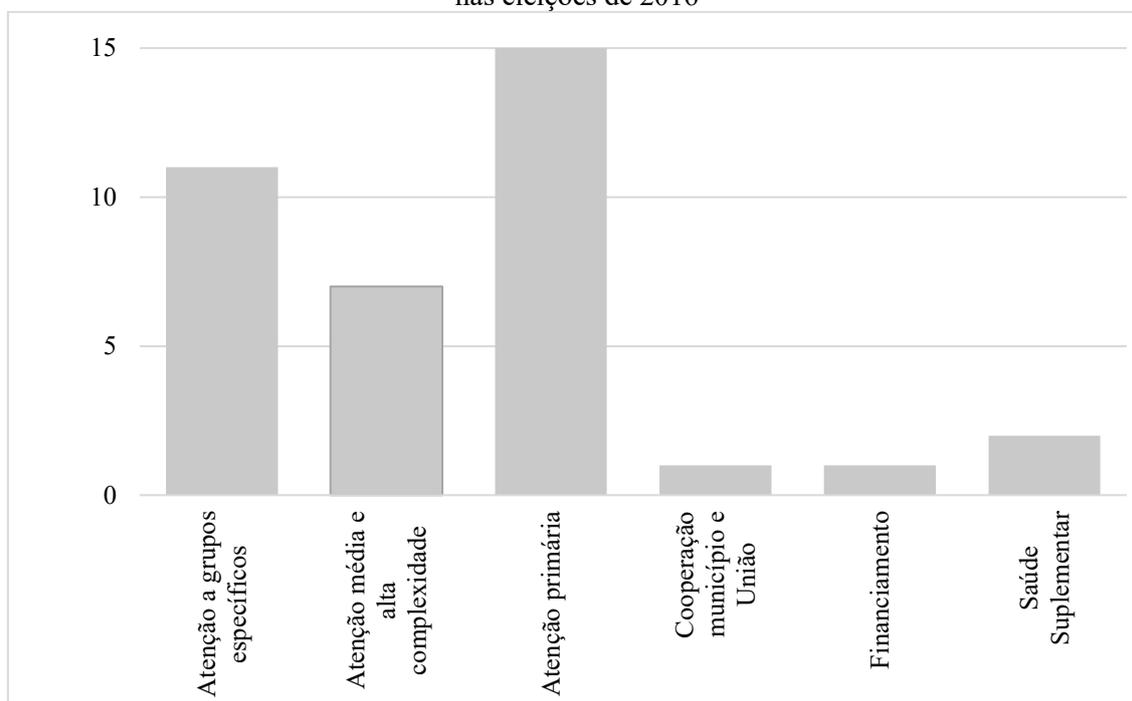
Na área da saúde, Diniz prometeu reorganizar a gestão a fim de tornar as UBS mais ágeis no que se refere à capacidade de realizar também consultas médicas, atendimentos especializados, exames de pequena e média complexidade, fortalecendo

assim a atenção primária da saúde, cuja porta de entrada principal são as UBS. Ademais, comprometeu-se a reestruturar todo o sistema da atenção secundária (Hospital Dia e UPAs), da atenção terciária (Hospital) e dos serviços de emergência (SAMU).

Como visualizado no Gráfico 2, da mesma forma que a candidata Rosinha, Rafael Diniz centrou a maior quantidade de propostas na atenção básica e em ações voltadas para grupos específicos, mas as ênfases em cada uma delas foram distintas. Na atenção primária prometeu, por exemplo, a implantação do prontuário eletrônico de pacientes e a instituição da central de abastecimento de medicamentos.

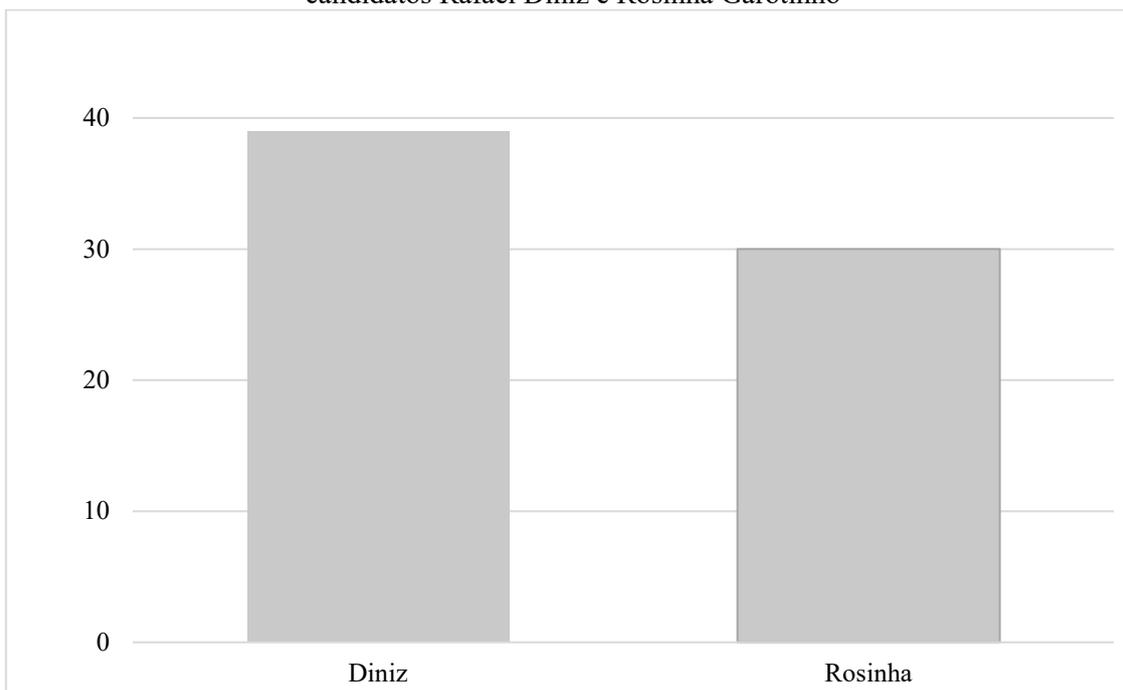
Para grupos específicos, comprometeu-se com ações públicas objetivando promover a saúde dos acometidos por doenças psicossociais, vasculares, cerebrais, cardíacas; para a terceira idade, dependentes químicos e programas destinados a assistência aos assentados e quilombolas (PAAQ). Diferentemente de Rosinha, Diniz tratou sobre o financiamento da saúde ao prometer garantir recursos orçamentários para o Fundo Municipal de Saúde (FMS) para a execução dos serviços em rede de atenção.

Gráfico 2 – Análise comparada do número de propostas por subáreas do candidato Rafael Diniz nas eleições de 2016



Fonte: Elaboração própria com base no TRE (2012).

O Gráfico 3 mostra uma comparação numérica do número de ações propostas por cada candidato. O candidato Rafael, em 2016, fez um volume maior de propostas para a área da saúde, tendo prometido 39 ações, enquanto Rosinha, em 2012, prometeu 30 ações.

Gráfico 3 – Comparação do número de propostas no campo da saúde pública entre os candidatos Rafael Diniz e Rosinha Garotinho

Fonte: Elaboração própria com base em Martins (2023).

Em resumo, destaca-se uma diferença clara entre os dois programas: um trata de um governo que aposta na manutenção dos serviços prestados à área de saúde, enquanto o outro, em mudanças estruturais. Rosinha trabalha toda a sua argumentação com o uso de verbos que denotam melhorias no que já existia, como intensificar e aumentar. Já Rafael apresenta um raciocínio com base na ótica da mudança, prometendo ações baseadas na reformulação e na criação de novos programas de saúde, bem como na modernização de todo o sistema com o uso de tecnologias de informação e comunicação para torná-lo mais eficiente. Pode-se ainda afirmar que a visão de uma reorganização sistêmica da área de saúde esteve presente no Governo Rafael, enquanto Rosinha se propôs a apresentar um rol de ações de melhoria no sistema já organizado em sua magistratura anterior.

5 DISCUSSÃO

Os serviços de saúde de Campos dos Goytacazes são marcados por uma série de dificuldades e problemas de gestão para alcançar a desejada condição de saúde e bem-estar da população. O fenômeno social e político estudado neste trabalho consistiu

justamente em compreender aspectos que podem influenciar o financiamento e a gestão administrativa da saúde campista. Neste sentido, foi proposto um desenho de pesquisa que investigou os possíveis efeitos da redução dos recursos oriundos das indenizações petrolíferas e dos diferentes modelos de gestão adotados pelos prefeitos sobre a saúde pública da cidade propostos em seus programas de governo.

Do ponto de vista do financiamento, os resultados apresentados ilustram um cenário de redução significativa das rendas petrolíferas. Entre os anos 2009 e 2020 os valores repassados de indenizações petrolíferas para Campos caíram expressivamente: saíram da casa dos quase R\$ 2 bilhões para aproximadamente R\$ 280 milhões por ano. O ano de 2015 marca um ponto de inflexão; a partir dele as receitas diminuíram de forma quase exponencial. Este cenário pode ser explicado pela crise dos valores do barril do petróleo, ocorrido na metade da década de 2010.

A bibliografia especializada indica que a renda oriunda da exploração de petróleo é inconstante e passa por momentos de repasses vultosos e por períodos de expressivas diminuições, por isso os recebedores das quantias devem estar preparados para tal volatilidade, algo não realizado em Campos.

A queda iniciada em 2014 implicou em alterações nas políticas públicas, antes acostumadas a serem financiadas por altos volumes advindos dessa renda — entre elas estão as políticas de saúde. Os dados apresentados mostraram um cenário em que a despesa com saúde aumentou até 2013, mesmo período de bonanças significativas das indenizações petrolíferas, e recuou para o mesmo patamar de custeio de 2010 em 2015. Há uma flutuação entre 2016 e 2017 e uma estabilização na casa dos R\$ 900 milhões em 2018 e 2019.

Neste sentido, há, então, uma relação entre o volume despendido na saúde e os valores recebidos de royalties, visto que os picos de gasto foram na bonança das rendas petrolíferas e o período de sua diminuição quando esses mesmos valores despencaram. Sendo assim, os cruzamentos de informações realizados neste trabalho indicam que o custeio da saúde em Campos possuiu, no período estudado, certa dependência das rendas petrolíferas. Vale ressaltar que as diminuições dos recursos para o sistema de saúde propiciam efeitos concretos na piora da qualidade de vida dos cidadãos, influenciando positivamente índices de prevalência de doenças e de necessidade da prestação de serviços.

Outro fato a destacar foi a importância das transferências governamentais de outros entes para a saúde do município de Campos. Essas foram as responsáveis por

conter as perdas financeiras advindas da diminuição das rendas petrolíferas. Quando os valores do financiamento da saúde caíram, o que atenuou a queda foram as transferências constitucionais, as verbas que já possuem destino certo. Os dados apresentados realçaram a importância de se ter uma fonte fixa e estável de renda para administração das políticas públicas.

A vinculação de recursos fixos é um instrumento importante para manter o SUS viável financeiramente. Este procedimento impede que o custeio do sistema fique à mercê de possíveis mudanças radicais que podem ser adotadas por determinado governante. O custeio do SUS só se estabilizou quando o referido sistema foi implementado ao longo dos anos 1990. As rendas petrolíferas representaram uma possibilidade de expansão das receitas extraorçamentárias, porém suas características de volatilidade requerem cautela em seu uso.

Outro ponto ressaltado neste artigo diz respeito aos programas de governo dos prefeitos. A troca do executivo tem o potencial de influenciar a máquina pública. No setor saúde, do ponto de vista municipal, a possibilidade deste impacto se inicia na escolha do secretário de saúde, que pode ser uma pessoa não técnica e sem o conhecimento das condições da cidade. Cada secretário tem sua visão sobre saúde pública, fato que influencia diretamente o modo de atuação da prefeitura. Uns priorizam atenção primária, outros a parte de consulta e exames especializados; há os que apostam numa tentativa de zerar filas no sistema de regulação. Ou seja, a prioridade administrativa varia tanto pelo perfil do burocrata que está ocupando o cargo como pelas orientações políticas dadas pelo prefeito. Cabe ressaltar que, no Governo Rosinha 2012-2016, não houve troca de secretário de saúde, enquanto no Governo Rafael Diniz, três secretários distintos ocuparam a cadeira. Tal análise bem como o acompanhamento da participação social nos conselhos de saúde poderão ser objetos de pesquisa futura.

Sobre os programas de governo, foi possível observar uma clara diferença entre eles: um trata de um governo que aposta na manutenção (Rosinha), enquanto o outro em mudanças estruturais (Diniz). Rosinha trabalha toda sua argumentação com o uso de verbos que denotam progresso, como intensificar e aumentar. Rafael apresenta um raciocínio baseado na ótica da mudança, prometendo ações fundamentadas na reformulação e na criação de novos programas de saúde. Ressalta-se que, devido às limitações da metodologia adotada, as propostas de governo não são suficientes para a análise da efetividade da gestão da saúde, mas indicam diferentes estratégias de atendimento às demandas sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo mostrou que a gestão da saúde, no período analisado, foi influenciada tanto pela redução dos recursos oriundos das indenizações petrolíferas como pelos diferentes modelos de gestão para a saúde propostos nos programas de cada candidato nas eleições de 2012 e 2016. Portanto, o achado principal da pesquisa é a constatação de que, entre 2009 e 2020, o financiamento da saúde campista foi impactado diretamente não só pelas flutuações — ora de alta, ora de baixa — nas rendas advindas de indenizações petrolíferas, mas também pelas distintas propostas governamentais para a gestão da saúde apresentadas por Rosinha Garotinho e Rafael Diniz.

Espera-se que estes resultados ajudem no entendimento dos fatores que influenciam a provisão de uma política pública em um ambiente democrático. Como pôde ser visto, o arrocho fiscal e a alternância administrativa por meio do voto influenciaram diretamente a complexa rede de serviços prestados pelo SUS para a população, dois dos principais fatores para sua melhoria e eficiência.

Estes resultados, apesar de limitados, visto que são baseados somente em propostas dos candidatos para cada uma das legislaturas, podem instigar mais pesquisas para tentar explorar a efetividade das propostas apresentadas como ações concretas de políticas públicas na cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. M. **A judicialização na assistência farmacêutica: uma análise no município de Campos dos Goytacazes.** 2013. 80 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminalri/9688/acervo/detalhe/19131>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BARROS, D. M.; LIMA, L. D. Orçamento Público, Região e Financiamento em Saúde: Rendas do Petróleo e Desigualdades entre Municípios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, p. 2973-2984, 2015. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/orcamento-publico-regiao-e-financiamento-em-saude-rendas-do-petroleo-e-desigualdades-entre-municipios/15158?id=15158&id=15158>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm#:~:text=E MENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2029%2C%20DE,e%20servi%C3%A7os%20p%C3%BAblicos%20de%20sa%C3%BAde. Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm#:~:text=L8142&text=LEI%20N%C2%BA%208.142%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20da,sa%C3%BAde%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em 08 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS (Departamento de Informática do SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 384, de 04 de abril de 2003**. Brasília, DF: Gabinete do Ministro, 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt0384_04_04_2003.html. Acesso em: 17 out. 2020.

COSTA, A. M.; VIEIRA, N. A. Participação e controle social em saúde. *In*: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030: prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. p. 237-271. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/98kjjw/pdf/noronha-9788581100173.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

FIOCRUZ. Biblioteca Virtual da Saúde. **O sanitário**. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ. Disponível em: <https://bvsarouca.icict.fiocruz.br/o-sanitarista/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

FIOCRUZ. Biblioteca Virtual da Saúde. **Reforma sanitária**. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ. Disponível em: <https://bvsarouca.icict.fiocruz.br/reforma-sanitaria/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GAMA, E. da S. **Saúde do trabalhador no município de Campos dos Goytacazes: uma questão negligenciada**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2013. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2013/08/dissertacao-elizabeth-da-silva-gama-2013-2.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

MARTINS, S. R. **Trajetória da saúde no município de Campos dos Goytacazes-RJ à luz da instabilidade de financiamento e das propostas de governo 2009 a 2020**. 2023. 104 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes. Campos dos Goytacazes, 2023. Disponível em: https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2023/09/Dissertacao_Samuel-Martins.pdf. Acesso em: 01 out 2021.

MENICUCCI, T. M. G.; COSTA, L. A.; MACHADO, J. Â. Pacto pela saúde: aproximações e colisões na arena federativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 29-40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.17902015>. Acesso em: 05 out. 2021.

OLIVEIRA, M. C. G. **Planejamento em saúde e gestão democrática: uma análise dos instrumentos do planejamento da política de saúde do município de Campos dos Goytacazes**. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2017/07/MARIA-CAROLINA-GON%C3%A7ALVES-OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 19 ago 2023.

RIO DE JANEIRO. Tribunal Regional Eleitoral. **Programa de governo**: documento base: rafael diniz: prefeito: conceição santana: vice prefeita. Campos dos Goytacazes, RJ: TRE, 2016. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2016>. Acesso em: 01 out 2021.

RIO DE JANEIRO. Tribunal Regional Eleitoral. **Propostas defendidas pelos candidatos a prefeito e a vice-prefeito**: rosinha garotinho e doutor chicão. Campos dos Goytacazes, RJ: TRE, 2016. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2012/resource/c1a7fa6d-bd12-464d-b40d-b034d3776971>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SANTOS, S. **O orçamento na saúde: radiografia e possíveis diagnósticos em Campos dos Goytacazes.** 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2008.

Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/sergio-dos-santos-2008.pdf>. Acesso em: 06 set. 2021.

SILVA, S. F. da. **Municipalização da saúde e poder local: sujeitos, atores e políticas.** São Paulo: Editora Hu, 2001. 293 p.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Inforoyalties**, 2023. Royalties recebidos anualmente pelo município. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VIDAL, D. L. C. **Demanda reprimida: estudo do acesso às ações e serviços de saúde públicos de média complexidade no Município de Campos dos Goytacazes-RJ.** 2006. 95 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/15994>. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/15994>. Acesso em: 05 out. 2021.

A DEFESA DAS FRONTEIRAS DO RIO DE JANEIRO E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DOS CANHÕES DA FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE

THE DEFENSE OF THE BORDERS OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO AND ITS RELATION TO URBAN DEVELOPMENT: THE CASE OF THE CANNONS OF THE FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE

Luciene Carris^A



<https://orcid.org/0000-0002-1706-3425>

Correspondência: lucienecarris2016@gmail.com

Gustavo Martins de Almeida^B



<https://orcid.org/0000-0003-4789-6476>

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

^B Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.87179

Recebido em: 11 set. 2024 | Aceito em: 02 nov. 2024.

RESUMO

O artigo analisa a controvérsia que envolve os canhões da Fortaleza de São Clemente e discute a sua relação com o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Em 1902, Laura Sauer foi intimada a devolver cinco canhões ao Ministério da Guerra, que se encontravam em sua propriedade na Chácara da Fortaleza na rua Jardim Botânico. O texto busca compreender o contexto de criação da Fortaleza de São Clemente, a sua desativação e a transferência dos canhões para a residência da família Sauer, além disso examina a expansão urbana, além de destacar aspectos da trajetória do empresário Arthur Sauer, que fundou a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro e participou da direção do *Almanak Laemmert*.

Palavras-chave: fortaleza; Lagoa Rodrigo de Freitas; evolução urbana

ABSTRACT

The article analyzes the controversy involving the cannons of São Clemente Fortress and discusses their relationship with the urban development of Rio de Janeiro. In 1902, Laura Sauer was summoned to return five cannons to the Ministry of War, which were located on her property at Chácara da Fortaleza on Jardim Botânico Street. The text seeks to understand the context of the creation of São Clemente Fortress, its deactivation, and the transfer of the cannons to the Sauer family residence. Furthermore, it examines urban expansion and highlights aspects of the career of businessman Arthur Sauer, who founded the Rio de Janeiro Sanitation Company and was involved in the management of the *Almanak Laemmert*.

Keywords: Fortress; Rodrigo de Freitas Lagoon; Urban Evolution



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

1 INTRODUÇÃO

O artigo que ora apresentamos analisa a polêmica envolvendo os canhões da Fortaleza de São Clemente e a sua relação com o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. A questão dos canhões, que foram levados para a Chácara da Fortaleza da família de Arthur Sauer, revela aspectos importantes sobre a expansão do Rio desde os primórdios de sua colonização. Vale ressaltar que, fortificações foram construídas em pontos estratégicos da Baía de Guanabara, uma vez que o porto da Praça XV se tornou um local importante de escoamento de metais preciosos vindos de Minas Gerais para a Europa, assim como de recepção e distribuição de outras mercadorias provenientes da metrópole.

Porém, o plano de defesa envolveu o estabelecimento de fortalezas, baterias e redutos em outros pontos estratégicos do Rio de Janeiro como destacado no *Relatório* de 1842 de Marquês de Lavradio, que apontou a necessidade de segurança dos pontos de desembarque em Copacabana e nos acessos à Lagoa Rodrigo de Freitas. De acordo com Carlos Eduardo Barata e Claudia Braga Gaspar (2015, p. 70), a região da Praia da Piaçaba, nas margens da Lagoa, era o local de encontro dos caminhos do Humaitá, Fonte da Saudade e Jardim Botânico, por conseguinte, foi considerada um "porto seguro".¹ Dali, muitos partiam em canoas ou pequenas embarcações para diversos pontos da restinga, atualmente as praias do Leblon e Ipanema, e para o engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas.

A região da Lagoa passou por um processo de urbanização, assim como de expansão econômica e demográfica, especialmente, a partir do final dos Oitocentos. Originalmente, era considerada uma extensão rural do centro urbano, a transformação em área urbana estendeu-se até a década de 1950. Até então, a Lagoa ainda era considerada como uma zona predominantemente rural, mas que não ficou inerte aos desafios e resistências inerentes ao processo de transformação urbana (Rodrigues, 2012). A dinamização da paisagem urbana, por sua vez, se relaciona com à abertura da principal via, a rua Jardim Botânico, à expansão dos linhas de bondes e à instalação de indústrias têxteis, que atraíram trabalhadores nacionais e estrangeiros em busca de emprego e de moradias nas proximidades.

A designação de Chácara de Fortaleza advém de uma reforma realizada, e é frequentemente associada à arquitetura de inspiração militar e aos muros de proteção da

¹A Praia da Piaçaba aparece com grafias distintas em diversos documentos como Peaçaba, Piaçava, Piassava e Piassaba.

propriedade, além da proximidade com o Forte de São Clemente e a Piaçaba. Anos mais tarde, a família Sauer assumiu a propriedade, tornando-se a última detentora dessas terras (Barata; Gaspar, 2015, p. 82-83). A escolha para a residência da família Sauer no Jardim Botânico não foi aleatória. Vale acrescentar que a figura de Arthur Sauer está associada a história do *Almanak Laemmert* e das habitações populares, pois foi o fundador da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, aprovada por meio de um decreto assinado, em 1888, pela Princesa Isabel e por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Com capital estrangeiro, a sua empresa construiu a Vila Rui Barbosa, no Centro; a Vila Maxwell e a Vila Senador Soares, em Vila Isabel e a Vila Sampaio, em Sampaio; além da Vila Arthur Sauer, no Jardim Botânico, sendo esta a primeira a ser entregue em 1890 (Cardoso, 2021). Vale destacar que a abundância de água e de transportes facilitou o surgimento de fábricas têxteis na região desde o fim do século XIX, de acordo com Cristina Tranjan:

A expansão industrial e o surgimento de diversas indústrias têxteis na Lagoa atraíram para a região a mão de obra que supriria essas indústrias. Sem condições de arcar com os custos de uma moradia convencional e com o custo dos transportes, e sem serem beneficiados pelas vilas operárias, esse contingente, em sua maior parte escravos recém-libertos, se fixou às margens da Lagoa, em condições insalubres, abrindo espaço para as habitações coletivas e as favelas (Tranjan, 2007, p. 64).

1.2 A controvérsia dos canhões no Jardim Botânico

No dia 15 de março de 1902, o periódico *Jornal do Commercio* informava que uma certa senhora, conhecida pelo nome de Laura Sauer, proprietária de uma casa localizada na Chácara da Fortaleza, na rua Jardim Botânico, número 02, foi compelida a entregar ao Ministério da Guerra cinco canhões que estavam no terreno de sua propriedade. Após ter se recusado a entregar os canhões, que decoravam sua casa, foi determinado pelo Ministro da pasta que o Procurador Geral da República propusesse uma ação contra a detentora das peças. Aliás, a notícia foi repercutida por outros jornais como *Correio da Manhã* (10/08/1902, ed. 0422, p. 02). Alguns meses depois correria uma ação judicial que perdurou até 1969, apesar da tentativa de reversão da ordem. Como consta do mapa a seguir a Chácara se localizava no início da rua Jardim Botânico, sendo

identificada em vários mapas, inclusive os confeccionados por Laemmert e Cia, gráfica de propriedade de Artur Sauer, esposo de Laura Sauer.

A Fortaleza de São Clemente localizava-se na encosta do Morro da Saudade, à esquerda de quem observa a Lagoa Rodrigo de Freitas vindo de Botafogo. Inicialmente, sua função era proteger a fábrica de pólvora instalada na região. No entanto, devido a reclamações dos moradores, a fábrica foi transferida para o Rio Estrela, distante de onde atualmente se encontra o Jardim Botânico. Após a desativação da fortaleza em 1831, as terras onde ela se situava retornaram à posse de sua proprietária, Francisca Barbosa da Costa, dona da chácara onde a construção foi erguida, conforme registrado no Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 11 de maio de 1837.

Em relação à casa dos Sauer, servia como referência ou marco para a delimitação de bairros. Em "Evocações de Botafogo Antigo", Nilza Botelho menciona que a rua São Clemente começava na praia de Botafogo e terminava no local chamado Piaçaba ou Peaçaba, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, atravessando o vale de São Clemente, que era composto por restingas e brejos alagadiços. Infelizmente, devido ao incêndio dos arquivos da Câmara em 1790, não se sabe ao certo quem foram os primeiros proprietários dessas terras (Anais..., 1942, v. 3, p. 311). Por sua vez, o *Dicionário das Ruas do Distrito Federal*, de 1906, publicado pelo *Almanak Laemmert*, assim descreve a localização da residência da família Sauer: “Lagoa Rodrigo de Freitas, a lagoa existente no fim da rua de Humaitá, tem uma légua de comprimento e meia de largo e é muito piscosa. Hoje acha-se aterrada grande parte dela desde a frente da casa do Sr. Arthur Sauer até uma grande distância. Freg. da Gavea.”

Figura 1 - Recorte da Planta da Cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios, Ulrik Greiner, 1898. BNDigital.



Fonte: Chácara da Fortaleza.

Para situar a casa de Arthur Sauer e família no tempo e no espaço, as duas imagens a seguir ajudam a identificar a sua antiga residência. Atualmente, a casa estaria próxima à saída do Túnel Rebouças, na altura da Rua Pio Corrêa, perto da Rua Frei Veloso, e foi parcialmente demolida para a construção do viaduto de acesso ao túnel.

Figura 2 - Vista aérea da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico, Jorge Kfuri, 1921.



Fonte: Brasiliana Fotográfica.

Também é possível observar um dos três terrenos em formato triangular que ainda existem no bairro, situados em frente à antiga rua Greenhough, batizada em homenagem ao primeiro diretor da Companhia Carris do Jardim Botânico, atualmente chamada de rua Abelardo Lobo. Vale acrescentar que a primeira imagem pertence ao acervo da Brasiliana Fotográfica. Já a segunda, intitulada Vista do jardim do Sr. A. Sauer na Lagoa de Freitas, faz parte do acervo do Museu Etnológico de Berlim, datada de 1887, e apresenta um belo registro da casa, que posteriormente, se converteria numa casa de cômodos como noticiou o jornal *A Noite* (05/03/1937, ed. 09001, p. 09).

Figura 3 - Ansicht aus dem Garten des Herrn A. Sauer an der Lagoa de Freitas.
Positiv, SW, 1887 (?).



Fonte: Staatliche Museen zu Berlin, Ethnologisches Museum.

Em 1937, o Exército considerou a possibilidade de reconstruir o Forte de São Clemente, mas os terrenos já estavam ocupados por moradores, que formariam a Favela Macedo Sobrinho na encosta do Morro do Saudade, removida na década de 1960. Seja como for, algumas fotografias da época da desocupação revelam as paredes remanescentes da fortaleza, que foram posteriormente soterradas pela construção do Centro Integrado de Educação Pública Agostinho Neto, que hoje se encontra no local. Quanto aos canhões, após a desativação do forte, o Ministério da Guerra, em 1902, vendeu canhões antigos e metais inservíveis ao comerciante José Balsells, conforme registrado no Relatório do Ministério da Guerra e noticiado pelo *Jornal do Brasil*.

O certo é que a questão voltou a ser discutida, conforme noticiado pelo jornal *A Noite*, que levantava dúvidas sobre a titularidade dos terrenos ao redor da antiga Fortaleza de São Clemente e mencionava o desaparecimento das peças, exceto por duas que ainda decoravam a Chácara da Fortaleza. O periódico ainda apregoou à existência de "vestígios dessa fortificação, com grossas paredes arruinadas" (*A Noite*, 05/03/1937, ed. 09001, p. 09).

Ao compulsar as informações biográficas a respeito da dona da Chácara da Fortaleza, constatamos de que se tratava de Laura Laemmert Sauer, casada desde 1875,

com o prussiano Johann Peter Franz Arthur Sauer, naturalizado brasileiro como João Pedro Francisco Artur Sauer (1840-1920), mais conhecido pela imprensa como Arthur Sauer, que se notabilizou como engenheiro civil e militar, bem como sócio e editor-chefe do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* e presidente da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. Sauer, era um ex-oficial que imigrou para o Brasil depois da Guerra Franco-Prussiana, e, também, idealizou ao lado de Luís Grüder, o brasão nacional que se tornou o símbolo do regime republicano recém-instalado, estabelecido pelo decreto n. 04 de 19 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro (Luz, 2005, p. 144).

Apesar dos poucos registros sobre a trajetória de Dona Laura, averiguamos que era filha de Henrique Laemmert e sobrinha de Eduardo Laemmert, nascidos no Grão-Ducado de Baden, e se tornaram editores pioneiros no Brasil, assim como os irmãos Garnier. A Graphica Laemmetz publicou as três primeiras edições de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A saga dos irmãos Laemmert se inicia em 1827, quando Eduardo se transferiu para o Rio de Janeiro para gerenciar a filial de uma livraria localizada na rua Gonçalves Dias, a Livraria Souza Laemmert & Cia, que comercializava livros franceses. Alguns anos mais tarde, Henrique imigrou para o Brasil, e contribuiu para o crescimento da empresa, que se converteu na Typographia Universal de E. & H. Laemmert. Com o falecimento dos irmãos no início da década de 1880, uma sociedade formada por Gustave Massow, Edgon Widmann Laemmert e Arthur Sauer passou a administrar a tipografia, que em 1910 foi transferida para o português Manuel José da Silva, proprietário do *Anuário Geral de Portugal* (Filgueiras, 2016, p. 100-102).

No sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, localizamos poucos detalhes sobre a vida de Dona Laura, esposa de Arthur Sauer, ao contrário do seu marido, que tinha seu nome constantemente presente na imprensa, apenas há a exemplo de uma viagem realizada para a Europa, em 1893, e da sua cunhada Emma Widmann Laemmert, com seus filhos e uma “criada” (Diário de Notícias, 16/04/1893, ed. 02831, p. 03). No entanto, o fato intrigante sobre a tal da polêmica que envolve os canhões é a exclusão do nome de Arthur Sauer dos noticiários.

Como se constata, os canhões continuaram abandonados por um longo período, pois, em 1916, o periódico ilustrado *Fon-Fon* noticiou a existência dos artefatos na antiga Chácara da Fortaleza. O jornalista, acompanhado de um certo político que não teve o nome revelado, relatou que aproveitava uma certa manhã na varanda da sua casa localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas, quando desceu alguns degraus e se deparou com

“longos canhões antigos, estirando os pescoços sobre as suas carretas pesadas entre festões floridos de trepadeira”. O relato, a seguir, é curioso:

Esta casa foi construída e habitada por um antigo oficial prussiano, que, achando os canhões no mato, ao abandono, aproveitou-os para ornamentação. Ele fez a casa toda em estilo militar. Repare que as colunas que sustentam os portões são ameiadas e enfeitadas com pequenos canhões de fantasia. E esta chácara é conhecida pela Chácara da Fortaleza (*Fon-Fon*, ed. 0030, 1916, p. 36).

O militar prussiano, cujo nome não foi mencionado, mas que acreditamos ser Arthur Sauer, parece ter mantido sua devoção aos princípios militares ao longo de sua vida. Isso é evidenciado pelo fato de ele residir em uma casa com arquitetura notavelmente austera e fortificada, de acordo com o relato do jornalista do periódico. No entanto, em 1953, a coluna “Ruas do Rio” do jornalista Brasil Gerson, reservou algumas linhas para a história de uma das ruas do Botafogo, que foi intitulada “Voluntários”, não é demais destacar que anos depois as colunas foram reunidas e republicadas na conhecida obra *História das ruas do Rio*. Aliás, Brasil Gerson ofereceu pistas interessantes sobre as origens da fortaleza. Nas suas palavras,

[...] Então, existia, nela, perto das ruínas do forte de marquês de Lavradio, aqui já citado na história de S. Clemente, uma chácara imensa, a da Fortaleza chamada, e que era de propriedade de D. Laura Sauer, família Sauer, gerente da fábrica Corcovado e dos estabelecimentos gráficos Laemmert, no segundo reinado (Gerson, *O Jornal*, ed. 10037, p. 04, 1953)².

Contudo, curiosamente, a disputa judicial sobre os canhões se arrastou por anos. Em 1969, o periódico *Jornal do Brasil* reacendeu a história ao divulgar a notícia de que, no último dia 30 de outubro, o *Diário da Justiça* publicou um novo edital referente à apelação de Arthur Sauer, interposta a 30 de agosto de 1903. Informou, ainda, que os autos da apelação haviam sido extraviados do Supremo Tribunal Federal, e quando descobertos foram enviados ao Tribunal Federal de Recursos. Embora o juiz tivesse acatado a apelação da Procuradoria da República, ordenando a execução da sentença e, conseqüentemente, a devolução dos canhões de ferro ao Ministério da Guerra, não havia

² As fontes pesquisadas não identificam Arthur Sauer como gerente da Fábrica Corcovado, mas como idealizador e presidente da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro.

informações nos autos sobre a efetiva execução da sentença. Um excerto do auto judicial foi reproduzido no periódico conforme se observa a seguir:

Diz o Procurador da República que, existindo no prédio n. 2 da rua Jardim Botânico cinco canhões de ferro pertencentes ao Ministério da Guerra, tem a respectiva proprietária e moradora D. Laura Sauer impedido que o representante daquele Ministério encarregado da remoção dos ditos canhões, o retire dali. Por isso, quer o suplicante notificar a suplicada Dona Laura Sauer, e seu marido se casada for, para entregá-los no prazo de 48 horas que lhe são asseguradas na 1ª. Audiência subsequente à intimação, sob pena de proceder-se judicialmente à apreensão dos canhões, ficando a suplicada outrossim, obrigada ao pagamento de todas as despesas que se tornarem necessárias para esse fim até o efetivo recebimento por parte do sobredito Ministério da Guerra, além de perdas e danos (*Jornal do Brasil*, 9 e 10/11/1969, ed. 00185, p. 45).

Seja como for, a controvérsia sobre os supostos canhões da Dona Laura traz à tona questões que envolvem a expansão do Rio de Janeiro desde os primórdios de sua ocupação no período colonial, especialmente no que tange à questão da defesa do núcleo inicial da cidade. Fortes, redutos e fortalezas foram construídos aproveitando as características geográficas da Baía de Guanabara, mas também foram estabelecidos em outros pontos estratégicos do Rio de Janeiro.

1.2.1 A defesa e a expansão do núcleo original do Rio de Janeiro

Fortificações instaladas no quadrilátero inicial do Rio de Janeiro que abrangia os morros do Castelo, da Conceição, de São Bento e de Santo Antônio garantiam a defesa contra os ataques franceses e tupinambás, os inimigos da primeira hora, posteriormente, se somariam holandeses, espanhóis e ingleses (Cavalcanti, 2004, p. 40). O aumento progressivo da dependência da metrópole portuguesa em relação à sua colônia do Atlântico Sul impulsionou medidas no campo econômico, fiscal e militar, neste caso em especial, no treinamento das tropas e em obras nas fortificações, o que bem demonstra a importância econômica e geopolítica da colônia.

Apesar de não ter ocorrido nenhuma outra invasão, a exemplo das francesas ocorridas em 1710 e em 1711, o medo pairava entre a população. Não por acaso foram idealizados projetos de uma nova muralha cercando a colônia, a exemplo da proposta de fortificação de João Massé entre a ponta de Fortaleza de São Thiago, no sopé do morro

do Castelo, até o morro da Conceição (Cavalcanti, 2004, p. 49). A transferência da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, revelou a importância crescente da capitania na administração de Marquês de Pombal, e a instalação de instituições como Tribunação da Relação, Junta da Fazenda, Intendência Geral do Ouro e Mesa de Inspeção. Desse modo, a posição geográfica do Rio de Janeiro constituiu um dos fatores para que se tornasse a capital do Vice-Reino no Brasil. A vocação atlântica não se atenuou ao longo do século XVIII, uma vez que “a urbe carioca estava no centro de uma intrincada rede de relações mercantis, que englobava todo o atlântico português. Transformara-se, na primeira metade do século XVIII, numa das principais encruzilhadas do império, senão na principal” (Sampaio, 2003, p. 174).

A produção mineral das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além das incursões dos espanhóis nos territórios mais ao sul, como Colônia de Sacramento, Rio Grande e Santa Catarina demandavam da Coroa portuguesa uma nova estratégia em relação a preservação dos territórios coloniais (Bicalho, 2003, p. 84). Desse modo, desde 1763, uma das preocupações dos vice-reis era averiguar o estado das tropas militares, bem como restaurar e construir fortificações. Em 1769, o 2º. Marquês de Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas, assumiu o governo da capitania, e assim como seus antecessores, buscou defender a colônia do Rio de Janeiro, preservar e promover seu desenvolvimento econômico.

Durante a sua administração, entre 1769 e 1779, o Marquês realizou uma série de melhoramentos, tais como, a construção de pontes e fontes, a abertura de ruas, o aterramento de pântanos, bem como promoveu o abastecimento de água em regiões como a Glória e a atual rua do Riachuelo. Além disso, transferiu o ponto do desembarque do escravizados da Praça XV para o Cais do Valongo. No relatório dirigido ao seu sucessor, Luiz de Vasconcelos, o Marquês destacou a preocupação com a defesa do Rio de Janeiro, e revelou que a fortificação foi construída em razão da preocupação com as colônias ao Sul do território da América Portuguesa, como se observa no trecho a seguir:

Sendo esta capital aberta, mandei cobrir toda de uma fortificação de campanha, segundo o plano e o risco que eu tinha mandado fazer para a fortificar, e que já ia posto em prática até a frente do quartel de Moura. Deste mesmo modo fortifiquei a altura de S. Bento, e assim o pratiquei no sítio de S. Januário, que fica na altura onde era a Sé Velha; cujo sítio é sumamente vantajoso para defender toda a praia de N. S. da Ajuda, e as estradas que há para esta capital de todas as partes de que quiserem vir a ela, que desembarcam desde a praia de Botafogo até aquele sítio.
Construí outros redutos no sítio de S. Clemente e Leme para

defender os desembarques e passagens da Copacabana e da Lagoa Rodrigo de Freitas. Estes foram os trabalhos que me permitiam o tempo poder fazer [...] (Lavrado, *RIGHB*, t. 4, 1842, p. 427-428, grifo nosso).

Em alguma medida, o seu planejamento inspirava-se nas estruturas das antigas cidades europeias com uma aglomeração urbana defendida por muralhas e obras de fortificação. Vale a pena recordar que algumas terminologias técnicas as diferenciam. Neste sentido, cidades fortificadas, praça forte, fortaleza, fortim, reduto, castelo, casa forte, porta, bateria e posto de vigia se enquadravam como fortificações permanentes, mas já consideradas praticamente obsoletas, assim, tais edificações eram “construídas dentro de um esquema estratégico para atender a necessidade táticas permanentes ou proteger atividades logísticas contínuas” (Silva, 1965, p. 601-602).

Podemos vislumbrar, de acordo com o Adler Homero de Castro, que o termo reduto, apresentado no *Relatório* pelo Marquês, é uma obra de arquitetura militar “normalmente de ‘campanha’, isto é, construções temporárias, feitas de madeira ou terra escavada, como eram as trincheiras, mas, ao contrário dessas, podiam ser também permanentes, de alvenaria” (Castro, 2016, p. 02). O reduto, ainda, poderia servir como abrigo ou refúgio para a população local, a exemplo do Reduto de Tejucupapo, localizado no litoral de Pernambuco, em razão da invasão holandesa no Nordeste. De uma maneira geral, é considerado como uma obra bem simples que servia de apoio para outras fortificações defendendo, geralmente, uma passagem. Conclui, o autor que:

Complementarmente, o reduto, normalmente, era uma obra em que os canhões disparavam apenas para um lado, aquele que se julgava o mais arriscado. Também era uma obra fortificada que não devia ser defendida de forma isolada por períodos prolongados, por isso não tinha estruturas internas para quartéis ou depósitos para uma guarnição (Castro, 2016, p. 02).

De acordo com Augusto Fausto de Souza, a defesa da região que se estendia da praia de Copacabana até a Lagoa Rodrigo de Freitas foi organizada da seguinte maneira:

[...] ao sul da barra, mandou o vice-rei Marques de Lavradio levantar várias fortificações com o fim de impedir o desembarque de forças, que, desse ponto facilmente penetrariam na cidade; reforçadas com outras em 1822, ficaram guarnecidas os seguintes pontos: o desfiladeiro do Leme, o forte abaixo desse desfiladeiro a ponta da Vigia, a do Anel, e mais para dentro no lugar da Piassaba, o forte de São Clemente para guardar a estrada Lagoa para Botafogo, os quais foram todos

desarmados e desguarnecidos em 1831 (Souza, RIHGB, 1885, t. XLVIII, p. 2, p. 112).

Por outro lado, a controvérsia em relação a terminologia não se encerra, uma vez que em algumas pesquisas identificamos expressões como fortaleza ou fortim. O certo é que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional identificou 1300 fortes no território brasileiro, porém, apenas 140 resistiram ao tempo, muitos em estado de ruína. Como podemos observar na citação a seguir, que descreve o caminho para o Engenho da Nossa Senhora da Conceição da Lagoa em meados dos Oitocentos, segundo Claudia Braga Gaspar:

Por volta de 1868, os que quisessem chegar à chácara ou fazenda do Macaco, vindos do Centro pelo Caminho de São Clemente, percorriam um longo trajeto. Após passar o fortim de São Clemente, situado próximo ao Humaitá e descendo suave ladeira, chegava-se à Piaçaba (hoje Igreja Sta. Margarida Maria), na Lagoa Rodrigo de Freitas. Era o local uma praia, belo ancoradouro, situado às margens da Lagoa e, como o próprio nome diz, “um porto seguro”. Dali, muitos se dirigiam em canoas ou em pequenas embarcações para diversos pontos da restinga, hoje praias do Leblon e de Ipanema, e para o jardim (antigo Engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas) (Gaspar *Apud* Heizer, 2011, p. 12).

Uma outra pista sobre a fortificação existente em São Clemente foi publicada em 1884, intitulada *Memórias Públicas e Econômicas da cidade do São Sebastião do Rio de Janeiro*, relativo aos anos 1779 e 1789, era dirigida ao vice-rei Luís de Vasconcelos e oferecia uma lista de fortificações. No documento, há uma referência a uma “bateria de terra e faxina” em São Clemente (RIHGB, 1884, p. 34). Segundo Adler Homero de Castro, as baterias eram obras simples e de rápida execução, funcionavam como pontos estratégicos para defesa ou ataque a locais como rios, estradas ou passagens. Além disso, as obras militares se adaptavam às diferentes armas empregadas, a exemplos dos canhões ou foguetes (Adler, 2016).

De todo modo, podemos inferir que a estrutura era, provavelmente, uma forma de construção temporária, já que apenas os cinco canhões permaneceram como elementos presentes na paisagem urbana, pelo menos, até o início do século XX na Chácara da Dona Laura. Uma outra informação relevante foi fornecida pelos estudiosos Ricardo Martins e Carlos Filgueiras, que dão detalhes sobre as limitações dos canhões até meados do século XIX, nas suas palavras:

Os canhões até meados do século XIX não eram capazes de acertar um alvo a longa distância com precisão. Não havia um controle efetivo sobre a velocidade final que o projétil teria na boca do canhão, porque não se tinha controle sobre a balística interna da arma. As cargas da peça não se davam sob condições idênticas, assim como era impossível controlar a interação do projétil com as paredes da alma lisa da peça. A experiência ensinava que nos canhões os tiros de longo alcance deveriam ser evitados (Martins; Filgueiras, 2011, p. 10).

De acordo com Sérgio Roberto Lordello dos Santos, a instalação da fábrica de pólvora em 1809, no Jardim Botânico, estava estrategicamente conectada à localização dos quatro fortes existentes na Freguesia: São João, Praia Vermelha, Copacabana e o da Lagoa, este último considerado sem função entre 1808 e 1818. No seu entendimento, a criação dessas fortalezas certamente desempenhou um papel importante na ocupação da Freguesia como um todo, considerando além desses, também o forte do Leme, estrategicamente posicionados. A preocupação das autoridades com a defesa da área remonta a 1645, quando o governador proibiu os pescadores de construir casas na praia de Sacopenapã, atual Copacabana, devido à presença de navios holandeses na costa (Santos, 1981, p. 19).

A chamada fortaleza de São Clemente foi mencionada na obra *Rio de Janeiro Pitoresco*, publicada em 1845 pela casa litográfica de Heaton e Rensburg, que reúne uma série de pinturas sobre o Rio de Janeiro elaborada por dois pintores, o suíço Abraham-Louis Buvelot e o francês Auguste Moreau, que descreveram o cotidiano do Rio de Janeiro. Contudo, vale a pena ressaltar que o desenho intitulado “Arco da Fortaleza de S. Clemente” é um recorte de uma prancha que contém oito cenas distintas, e recebeu o título de “Escravos vendedores”.

O conjunto de imagens retrata as variadas modalidades do comércio ambulante que os escravizados de ganho realizavam nas ruas do Rio de Janeiro. As representações incluem o Largo do Paço, onde é possível observar negros escravizados carregando pesados sacos e barris na cabeça, simbolizando o duro trabalho ao qual eram submetidos. Os pintores, ainda, registraram uma liteira, que era um meio de transporte utilizado por pessoas de classe mais abastada. Também há o destaque para uma paisagem bucólica e exuberante da área rural, distante do núcleo urbano, o que evidencia a diversidade encontrada nas ruas e na natureza, uma dualidade entre o rural e o urbano. Na cena escolhida, ao que parece, podemos identificar um casal, supostamente, desfrutando da sombra do arco. Um homem em pé, uma mulher sentada, talvez uma vendedora de frutas

com uma cesta ou uma lavadeira. Mais adiante, um homem montado em um burro, atrás de outras duas figuras caminhando ao lado de outro burro.

Figura 4 - Louis Buvelot; Moreau, Auguste. Escravos vendedores, 1845.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Ao contrário, do que poderíamos imaginar, a representação do “Arco da Fortaleza de S. Clemente” revela uma certa monumentalidade e solidez. Desse modo, aparentemente não se constata ter sido concebida para ser efêmera. Os detalhes da litografia evidenciam certa imponência, o que sugere a importância simbólica da arquitetura militar, no que diz respeito ao passado de proteção e defesa da região da Lagoa da Rodrigo de Freitas. Apesar da perda da sua importância estratégica e a constatação do estado de conservação precário, que são observadas através das rachaduras próximas às três seteiras, e o acúmulo da vegetação que adentra na construção, bem como os indivíduos que se encontram sob a sombra, aliás, algo inimaginável no seu apogeu como uma arquitetura militar destinada para a defesa da cidade, portanto, ali estaria guarnecido por militares. É interessante constatar que os pintores não optaram por registrar os canhões, que ainda permaneciam no local.

Talvez os artistas motivados, provavelmente, por uma representação mais idílica da construção como um caminho de passagem, o que também pode sugerir, que em 1831, quando a fortaleza foi desativada, a preocupação do governo imperial com a defesa da cidade havia diminuído. A turbulência com as Guerras da Independência havia passado, D. Pedro I abdicara e se iniciava o período regencial, que se estendeu até 1840, desse

modo, o foco mantinha-se voltado para a consolidação do estado nacional e pela estabilidade interna com outras províncias.

De qualquer forma, aparentemente, no início do século XX, não restava mais qualquer vestígio do "Arco da Fortaleza de S. Clemente", embora os canhões ainda permanecessem no local. Podemos supor que a ausência de determinadas medidas de conservação tenha provocado à sua deterioração gradativa. Desde 1840, as diversas epidemias, como febre amarela, varíola, tifo, peste bubônica, que assolavam a população, impulsionaram o crescimento urbano fora dos tradicionais limites do Rio de Janeiro.

Não é demais destacar o papel do transporte marítimo com suas embarcações nas proximidades da rua São Clemente, em 1867, que contribuiu para o crescimento populacional e para a implementação de diversas atividades comerciais na região. Não por acaso foi construído um cais de desembarque que favoreceu a mobilidade e a circulação entre o centro e a área sul. Contudo, a introdução dos bondes foi um elemento fundamental para o desenvolvimento do Rio de Janeiro e para o surgimento de novos bairros, em especial, nos arrabaldes e subúrbios.

Ao longo do tempo, o loteamento de muitas chácaras, que podiam servir como moradia ou casas de veraneio para determinados segmentos mais abastados da população, contribuiu para o estabelecimento de novos comércios como armazéns e casas de pasto, bem como outros serviços. Contudo, a partir de 1880, o estabelecimento de indústrias, especialmente têxteis, em regiões como Botafogo, Jardim Botânico e Gávea alterou significativamente a paisagem urbana, atraindo outros segmentos menos abastados, como muitos trabalhadores para lá. Assim, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma região considerada até então pantanosa e insalubre passou a ser habitada por muitos trabalhadores, que residiam nas vilas operárias ou em habitações improvisadas como cortiços ou estalagens, assim como, se proliferou, posteriormente, diversas favelas ao redor da Lagoa, que foram removidas tempos depois.

2 CONCLUSÃO

Arthur Sauer, em consonância com o pensamento higienista que preconizava a melhoria das moradias populares e da higiene pública do Rio de Janeiro, residiu no Jardim Botânico, outrora um lugar de veraneio de muitos abastados. O empresário argumentava

que a criação da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro seria a solução ideal para combater a disseminação de doenças e criminalidade na Corte imperial (Cardoso, 2021). Aliás, a sua residência ficava próxima à Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, na rua Jardim Botânico, e à vila operária, localizada ao lado da Companhia Carioca, construída na atual rua Pacheco Leão, antiga estrada Dona Castorina, ou seja, perto do epicentro da atividade industrial com suas fábricas e grande operariado. Ironicamente, em 1937, a própria residência de Sauer foi transformada em um cortiço, refletindo a crise habitacional que buscou solucionar, conforme noticiado no periódico *A Noite*, que informava que “um dos velhos canhões do Forte de São Clemente, acham-se pintados de verde com frisos em cor de prata, e enfeitam o muro de uma casa no Humaitá. Relíquia do passo remoto, haveria, por eles, lugar mais digno que de que o jardim de uma casa de cômodos” (A Noite, 05/03/1937, ed. 09001, p.01).

Inicialmente, pode-se interpretar a criação da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro como uma escolha dinâmica de seus investimentos. No entanto, a busca por uma residência fortificada e o envolvimento no segmento das vilas operárias sugerem uma ligação profunda entre o seu passado como oficial prussiano e a relação com um contexto que disciplinava a vida dos trabalhadores tanto no âmbito da vida privada e do cotidiano do trabalho. De todo modo, os canhões que existiam no “Forte de São Clemente da Piaçava”, estrutura destinada para a defesa do chamado Caminho Velho, entre as terras do antigo engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas e as terras da Fazenda José Pereira Botafogo, que deu nome, posteriormente, ao bairro, foram transferidos para a propriedade em nome de Dona Laura, e não do Sr. Sauer, como se constatou nas notícias dos periódicos.

Supõe-se de que se trata de uma escolha subjetiva que se relaciona com o passado defensivo do local, apesar das mudanças decorridas ao longo do tempo. Podemos, ainda, associar a busca por uma imagem de segurança diante de possíveis perturbações, como greves e paralisações do movimento operário, que vez por outra, tomavam as ruas do Jardim Botânico, atraindo muitos trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho e a carestia que afetava o seu cotidiano. Portanto, não se trata de artefatos meramente decorativos.

Seja como for, o Pátio Epitácio Pessoa, também denominado de Pátio dos Canhões, localizado no Museu Histórico Nacional, dispõe de uma coleção de 73 objetos, a exemplo da “Caronada n. 45”, que foi identificada como pertencente ao Forte da Piassava, localizado nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas, e transferido do Museu

Naval em 1927. Segundo a Museóloga Miriam Benvenute do Museu Histórico Nacional, “na guia de remessa do objeto, consta ser um "morteiro de ferro da fortaleza de Piassaba que guardava o RJ pela garganta da Gávea". Assim, diferente de um canhão, como ficou disseminado no imaginário até então, a caronada é uma peça de artilharia de combate para curta distância, além disso, utilizados em embarcações menores, sendo mais fáceis de carregar e de manusear.³ Contudo, a referência encontrada se refere apenas a um dos artefatos de artilharia, desse modo, o mistério em relação aos outros ainda persiste.

REFERÊNCIAS

A chácara da Fortaleza. **Fon-Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusiente (RJ)**. Rio de Janeiro, ano 10. n. 30, p. 36, 22 jul. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/25424>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2013.

BANDEIRA, Lucas; PAMPLONA, Patrícia. **Mapas, rotas e cartas: uma história urbana do Rio de Janeiro em imagens (1762-1965)**. Rio de Janeiro: ID Cultural, 2021.

BARATA, Carlos Eduardo; GASPARG, Claudia Braga. **A fazenda nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade**. Rio de Janeiro: Cassará, 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOTELHO, Nilza. Evocações de Botafogo Antigo. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 3, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/884790/13896>. Acesso em: 8 set. 2024.

BUVELOT, Louis; MOUREAU, Auguste. **Escravos vendedores**. 1845. 1 gravura. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393038i2/icon393038i2.jpg. Acesso em: 11 ago. 2023.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca (1884-1962)**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

³Sobre isso ver, Caronada (Canhão). Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/caronada-canhao/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Bateria. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bateria%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Reduto. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Reduto%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DICIONÁRIO das ruas do Distrito-Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro. In: SAUER, Arthur. **Almanak Laemmert: administrativo, mercantil e industrial** (RJ). n. 63, p. 2513, 1906. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspxbib=313394&pagfis=30815>. Acesso em: 7 set. 2024.

EXÉRCITO. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 422, p. 2, 10 ago. 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/2291. Acesso em: 20 jul. 2023.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **Italianos em Belo Horizonte: estudo léxico-social e proposta de dicionário**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-AAPJ5Y>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GASPAR, Cláudia Braga. Caminhos para o solar. In: HEIZER, Alda (Org.). **Solar da Imperatriz**. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/jbrj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/solar_da_imperatriz.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

GREINER, Ulrik. **Planta da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios**. Rio de Janeiro: Laemmert e Cia, 1898. 1 mapa, color., 80 x 100 cm. Escala 1:12.500. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27205>. Acesso em: 7 set. 2024.

KFURI, Jorge. **Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1921. 1 mapa, p&b, 11, 9 x 17 cm. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/9043>. Acesso em: 9 set. 2024.

LAVÔR, João Conrado Niemeyer de. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da Fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, ano 35, n. 57, 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/kZ6L4Ly6GvmyxRpDRR9jKpv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LAVRADIO, Marquês de. Relatório. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 409, 16 jan. 1842. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=1657>. Acesso em: 8 set. 2024.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818**. São Paulo: Livraria Martins, 1942. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/1275>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MAGALHÃES, J. B. A defesa do Rio de Janeiro no século XVIII: (estudos e obras da época). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 200, jul./set. 1948. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=103562>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MAGRI, Dirceu. De almanach a amanak: um olhar sobre dois importantes almanaques. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro. v. 32, n. 46, p. 230-258, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/468>. Acesso em: 22 de jul. 2023.

MARENGA, Renata Costa; SILVA, Luis Felipe Coutinho F. da. A influência das fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica da cartografia histórica. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, p. 851-866, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/49124>. Acesso em: 7 set. 2024.

MARTINS, Ricardo Vieira; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. A invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MARTINS_RICARDO_V_E_FILGUEIRAS_CARLOS_ALBERTO_L.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

MEMÓRIAS públicas e econômicas da cidade de são-sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos: por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 47, p. 25, 1884. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20188&pesq=mem%C3%B3rias%20p%C3%ABlicas%20e%20econ%C3%B4micas&pagfis=34401>. Acesso em: 7 set. 2024.

MOVIMENTO do Porto. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 2831, p. 3, 16 abr. 1893. Disponível em: Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/369365/11953>. Acesso em: 8 set. 2024.

O MARCO dos canhões: e o relatório ao ministro da guerra sobre o antigo Forte de São Clemente e a faixa do Jardim Botânico ao morro do Cantagallo. **A noite**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 9, 5 mar. 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pagfis=40958. Acesso em: 9 set. 2024.

OS CANHÕES de dona Laura. **Jornal do Brasil (RJ)**. Rio de Janeiro, ano 79, n. 185, p. 45, 10 nov. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/143839. Acesso em: 20 jul. 2023.

REQUERIMENTOS. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 82, n. 74, p. 1, 15 mar. 1902. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_09/4257. Acesso em: 9 set. 2024.

RIO DE JANEIRO. Ministério da Fazenda. **Relatório do Ministério da Fazenda (RJ)**: ano 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/873683/9544>. Acesso em: 9 set. 2024.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Lagoa Rodrigo de Freitas: história de uma ocupação desordenada. **Oecologia Australis**, v. 16, n. 3, p. 339-352, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/viewFile/8215/6677>. Acesso em: 7 set. 2024.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Sérgio Roberto Lordello. **Expansão urbana e estruturação de bairros do Rio de Janeiro**: o caso de Botafogo. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2977/4/78534.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, Léo Fonseca e. As fortificações: da caverna pré-histórica à caverna atômica. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 602, p. 93-101, jul./ago. 1965. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4925>. Acesso em: 7 set. 2024.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil: memória escrita por convite da comissão diretoria das conferências sobre história e geografia do Brasil em 1881. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 49, p. 1886. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20188&pesq=fortifica%C3%A7%C3%B5es&pagfis=35820>. Acesso em: 7 set. 2024.

STAATLICHE MUSEEN ZU BERLIN, **Ethnologisches Museum. Ansicht aus dem Garten des Herrn A. Sauer an der Lagoa de Freitas**. 1887. 1 fotografia. 18,8 x 11,5 cm. Disponível em: <https://id.smb.museum/object/1837939/ansicht-aus-dem-garten-des-herrn-a--sauer-an-der-lagoa-de-freitas>. Acesso em: 9 set. 2024.

TRANJAN, Cristina Grafanassi. **Estudo de soluções para visualização e simulação em projetos de evolução urbana e planejamento urbano**: o bairro da Lagoa no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Izabela Gonçalves. As artes de governar o Brasil no período pombalino. **Revista 7 Mares**, n. 4, 2014. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/2018/11/v02n04a09.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS EIXOS DE EXPANSÃO URBANA

PRODUCTION OF URBAN SPACE IN THE CITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES: AN ANALYSIS OF THE MAIN AXES OF URBAN EXPANSION

Dayana dos Santos Teixeira^A

 <https://orcid.org/0009-0007-5974-1726>

Correspondência: dayanateixeirax@gmail.com

Teresa de Jesus Peixoto Faria^B

 <https://orcid.org/0000-0002-8935-2373>

Correspondência: teresapf@uenf.br

Rafael Moreira Neves^C

 <https://orcid.org/0000-0002-2408-8559>

Correspondência: rafaelneves@prof.educacao.rj.gov.br

^{A, B, C} Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

DOI: 10.12957/cdf.2024.84332

Recebido em: 15 maio 2024 | **Aceito em:** 01 nov. 2024

RESUMO

A cidade de Campos dos Goytacazes tem sofrido, ao longo dos últimos anos, um intenso processo de reconfiguração de sua morfologia espacial e social. A planície é alvo de investidas do mercado imobiliário que vem promovendo uma urbanização dispersa a partir da criação de condomínios horizontais fechados e de bairros planejados, em áreas utilizadas, anteriormente, para fins agrícolas pela indústria sucroalcooleira. Durante o desenvolvimento do processo, as terras rurais, antes utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar são convertidas em terras urbanas; no local, são instalados empreendimentos imobiliários privados e foram realizados investimentos públicos em vias de circulação para que os empreendimentos fossem conectados às demais áreas da cidade. Tal dinâmica de produção espacial fomenta a fragmentação, a dispersão e a segregação na cidade.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; produção do espaço; especulação imobiliária.

ABSTRACT

The city of Campos dos Goytacazes has undergone, over the last few years, an intense process of reconfiguration of its spatial and social morphology. The plain is the target of attacks by the real estate market, which has been promoting dispersed urbanization through the creation of closed horizontal condominiums and planned neighborhoods, in areas previously used for agricultural purposes by the sugar and alcohol industry.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

During the development of the process, rural lands, previously used for planting sugar cane, are converted into urban lands; Private real estate developments are installed at the location and public investments were made in circulation roads so that the developments were connected to other areas of the city. Such dynamics of spatial production encourage fragmentation, dispersion and segregation in the city.

Keywords: Campos dos Goytacazes; production of space; real estate speculation.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1960, a cidade de Campos dos Goytacazes, maior município em extensão territorial e a quinta cidade em contingente populacional (IBGE, 2023) do estado do Rio de Janeiro, acompanhando o processo de urbanização brasileiro, passou por intensas modificações em sua configuração. O aumento populacional urbano, a favelização, o crescimento vertical e a presença dos condomínios horizontais de luxo foram elementos fundamentais na reconfiguração socioespacial da cidade. Ao longo do século XXI, esse perfil de expansão urbana, orientada pela lógica da especulação imobiliária, vem se intensificando e fazendo de Campos uma cidade expressivamente fragmentada e segregada.

Ao circular pela cidade de Campos, é possível observar inúmeros empreendimentos privados sendo realizados em diversas áreas da cidade e, principalmente, naquelas que ainda não foram urbanizadas. Além da carência de investimentos na infraestrutura dos espaços públicos. Daí, surge a necessidade de promovermos uma pesquisa sobre a produção de espaço na cidade para compreendermos como o mercado imobiliário norteia o crescimento da cidade e como a cidade produzida sob a lógica do mercado imobiliário aumenta as desigualdades e corrobora com a intensificação dos problemas urbanos locais.

Para investigarmos os principais processos espaciais presentes na expansão urbana da cidade de Campos, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, baseada no método de análise urbana do Panerai (2007, p. 11). Para tal feito, investigamos a cidade a partir da sua análise visual, com pesquisas acerca da sua paisagem, dos seus polos de crescimento, do seu modo de crescimento, das suas linhas de crescimento e da sua divisão setorial.

Como caminho metodológico percorrido, promoveu-se pesquisa de caráter qualitativo a partir da técnica de observação flutuante na exploração do campo de pesquisa (Simões, 2008). A fotografia também foi uma estratégia de registro utilizada na

caracterização e na identificação dos elementos da expansão urbana. As informações colhidas foram organizadas em formas de mapas para que valorizar a espacialização os dados coletados.

Identificamos três linhas principais de crescimento, onde observamos que os empreendimentos imobiliários estão mais ativos atualmente na cidade: os arredores da RJ 216, nas terras da antiga usina Santo Antônio pertencentes à família Miranda; os arredores da Avenida Alberto Lamego e Avenida Arthur Bernardes, nas terras da família Cardoso e no entorno da Avenida Pelinca, nas terras da antiga usina do Queimado, pertencentes a família Linhares.

Discutimos os principais processos espaciais presentes na produção do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, com o objetivo de analisar as suas características e os principais agentes envolvidos em sua produção. Também fez parte dos nossos objetivos investigar a morfologia social e cultural do urbano campista, o seu modo de crescimento e as suas principais linhas de expansão. A justificativa desta pesquisa se dá pelo fato de que a cidade de Campos tem sido alvo de fortes investidas do mercado imobiliário; sendo a construção de condomínios horizontais fechados e bairros planejados as principais formas de expansão da cidade.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

A cidade tem sido, ao longo dos séculos, objeto de estudo de diversas áreas das ciências humanas. O interesse em estudá-la dá-se pela sua importância política, econômica e cultural na vida do Homem. E, mais especificamente, do Homem Moderno. Neste trabalho, compreendemos a cidade como resultado do trabalho humano (Castells, 2020), sendo historicamente construída e constantemente em construção.

Segundo Corrêa (1989, p. 8), o espaço urbano é um reflexo da sociedade; uma representação física do sistema que rege a sociedade e das ideologias predominantes. A produção desse espaço, por sua vez, é realizada por diversos agentes produtores de espaço. Conforme o autor, esses agentes são os *proprietários dos meios de produção* (grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais que necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locais pertinentes às atividades); os *proprietários fundiários* (atuam no sentido de obterem a maior renda

fundiária de suas propriedades e estão interessados na conversão de terras rurais em terras urbanas); os *promotores imobiliários* (conjunto de agentes que realizam a incorporação do empreendimento, o financiamento monetário, o estudo técnico, a construção física dos imóveis e a comercialização do empreendimento); o *Estado* (atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos); e os *grupos sociais excluídos* (grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação que lutam pelo direito à cidade).

O espaço da cidade capitalista é produzido segundo a lógica do próprio sistema. Ademais, o solo da cidade torna-se produto gerador de lucro no mercado (imobiliário). Sob os princípios do mercado, preocupa-se em produzir espaços para a população solvável, sem se preocupar em produzir uma cidade harmônica, justa e menos desigual. As cidades desenvolvidas por esses princípios tendem ao crescimento descontínuo, à dispersão, além de acentuar a segregação e a fragmentação socioespacial.

Para Panerai (2007, p. 55-58), o crescimento contínuo de uma cidade ocorre quando “as extensões se fazem pelo prolongamento direto de porções urbanas já construídas.” Na cidade de Campos, a expansão urbana é realizada segundo interesses pontuais do mercado imobiliário em valorizar determinada área. Com o objetivo de obter-se o maior lucro possível com a comercialização do solo, a sua linha de crescimento dá-se em áreas periféricas e não-urbanizadas.

Com base no referido processo, trabalhamos com o conceito de crescimento descontínuo ao analisarmos o modo de crescimento da cidade de Campos. Embora o autor afirme que o crescimento descontínuo ocorre quando a cidade se expande de maneira aberta no território com o intuito de preservar-se as rupturas naturais e agrícolas entre as partes antigas e novas, entendemos que, na cidade de Campos, esse modo de crescimento acontece respeitando os pontos de interesses de valorização e de desvalorização do mercado imobiliário.

O crescimento descontínuo do espaço dá origem à forte dispersão urbana presente na cidade. Segundo Limonad (2007, p. 35), a dispersão urbana ganha diversas formas de expressão no Brasil, e, dentre as principais, estão dispersão pela expansão das periferias metropolitanas e pela “multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, seja sob a forma de clusters industriais, de serviços ou turísticos

acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou mega condomínios fora das áreas urbanas” (Limonad, 2007, p. 35).

Para a autora, no que tange à dispersão ocasionada por influências residenciais - como é o caso da cidade de Campos - a causa do processo está na escolha de estilo de vida das classes abastadas em se autossegregarem e nas estratégias das classes populares em adquirirem lotes em áreas mais afastadas das áreas já urbanizadas devido ao menor preço do solo.

A facilidade de deslocamento em automóveis e a existência de vias que permitam a circulação de transportes públicos são fatores que corroboram a dispersão. Para aqueles que possuem automóveis e detêm condições econômicas de mantê-lo, a residência em áreas afastadas não é um problema, uma vez que a sua liberdade de se deslocar não é restrita.

Entretanto, a população que não possui condições de deslocar-se diariamente com automóvel e necessita migrar utilizando transportes públicos sofre com o tempo de deslocamento ao trabalho, além das dificuldades de chegarem aos demais espaços de vivência, como escolas, hospitais e áreas de lazer. Tal dificuldade de deslocamento acentua a segregação e a fragmentação socioespacial nas cidades.

A cidade é dividida conforme os usos do seu solo, sendo as suas divididas em áreas residenciais, áreas comerciais, áreas industriais etc. (Corrêa, 1989, p. 7). Tal compartimentação da cidade gera uma divisão econômica e uma divisão social do espaço (Corrêa, 2007, p. 65-66). Para o geógrafo, a divisão econômica está ligada à distribuição das áreas destinadas aos diversos tipos de atividades econômicas no espaço. Enquanto a divisão social do espaço está relacionada à distribuição das pessoas sobre o espaço, levando em consideração a sua classe econômica, seu grupo étnico, raça, religião etc.

Quando a divisão social do espaço apresenta forte homogeneidade e determinada hierarquia entre os grupos ou classes sociais, entendemos, com base em Castells (2020) que há uma segregação presente no processo.

Falaremos, por conseguinte, de uma *estratificação urbana*, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de *segregação urbana*. Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana a *tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (Castells, 2020, p. 251).

A segregação atua quando pessoas de determinados grupos ou classes sociais são impedidos de circularem pelos demais espaços. A cidade compartimentada torna-se fragmentada quando cada fragmento do espaço é produzido segundo os interesses dos grupos sociais que ali habitam, de maneira que a cidade se apresenta como um conjunto de fragmentos.

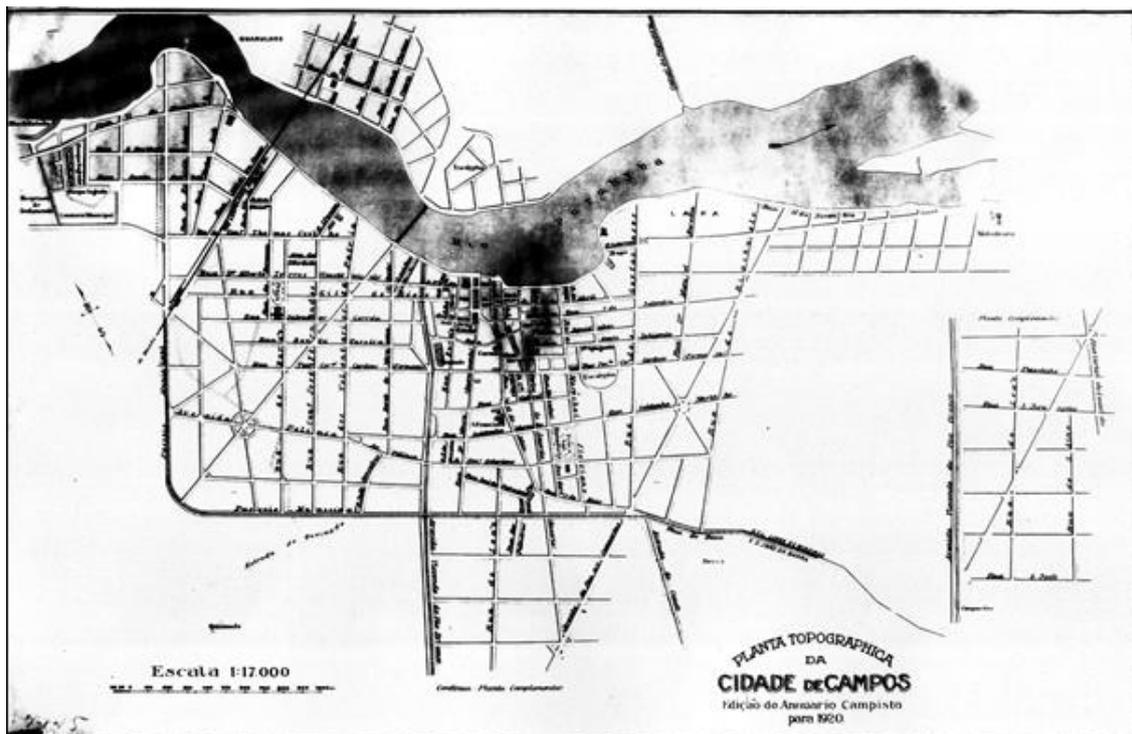
Dessa forma, a intensificação da fragmentação leva à segregação. A segregação socioespacial, em forma de enclaves fortificados (Caldeira, 2000, p. 211), alimenta ainda mais a fragmentação de maneira em que pessoas residam no mesmo espaço da cidade (a periferia) e vivam em mundos completamente diferentes.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

A cidade de Campos dos Goytacazes, anteriormente conhecida como Vila de São Salvador dos Campos, foi elevada à tal categoria em 1885. À princípio, a cidade configurava-se como um pequeno aglomerado urbano à margem direita do Rio Paraíba do Sul. O seu centro possuía a configurações típica das cidades coloniais brasileiras: o porto à margem do Rio; a Igreja Central; a casa de Câmara e Cadeia, palacetes, comércios, pontos de eventos e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campos (Sousa, 2014, p. 22).

Contudo, a partir do século XX, a cidade foi objeto de reformas urbanas modernizadoras. As reformas foram realizadas com o intuito de remover os signos coloniais da cidade, agora, Republicana. Em 1902, o “Saneamento de Campos” foi o plano urbanístico implementado por Saturnino de Brito sob o discurso de promoção da “ordem” e do “progresso” na cidade, através da sua higienização física e moral (Mothé, 2011, p. 35).

A reforma pautou-se no embelezamento e no desenvolvimento de infraestruturas sanitárias da cidade (Faria, 2005, p. 4785). Como a cidade sofria com alagamentos devido à sua condição geográfica (planície), lagoas foram aterradas, o sistema de esgoto foi trabalhado, as ruas foram alargadas e até o perfil das edificações foi alterado.

Figura 1 – Malha urbana campista no plano “Saneamento de Campos - 1902”

Fonte: Pohlmann (2020).

O Plano previa a destruição dos cortiços para que o centro da cidade fosse “higienizado” da população pobre, entendida pela elite da época, como causadora de doenças. Tal parcela da população fora obrigada a migrar para as periferias da cidade, em áreas excluídas e desprovidas de infraestrutura urbana, dando forma à segregação centro x periferia na cidade de Campos; com a elite branca concentrada no centro e a população pobre e preta concentrada nas periferias.

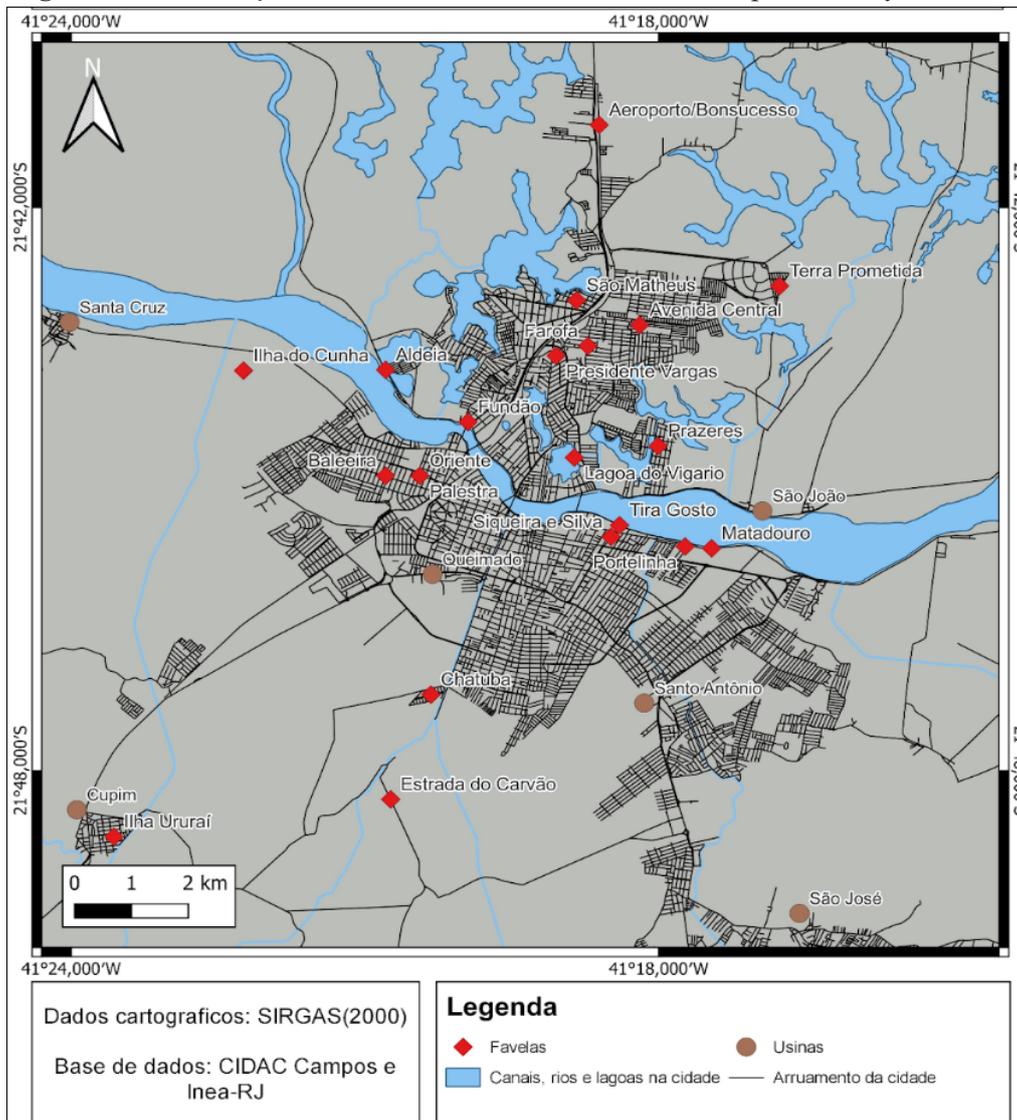
As residências da área central, conjugadas umas às outras, foram alvo das críticas higienistas por não permitirem a circulação do ar e insolação mínima. A referida condição sanitária levou a elite a construir as suas novas residências em áreas um pouco mais afastadas do centro. Com essa conjuntura, tivemos as primeiras formas de dispersão urbana na cidade, uma vez que as novas residências foram construídas em lotes um pouco mais distantes do aglomerado urbano, antes mesmo que essas áreas fossem totalmente urbanizadas.

O caráter centralizador e segregador das reformas urbanas gerou profundas desigualdades socioespaciais na cidade, uma vez que os investimentos públicos em infraestrutura urbana só eram realizados nas áreas centrais habitadas pelas elites, enquanto a população pobre da periferia continuava a viver em situações precárias (Mothé, 2011). Em 1944, o prefeito Salo Brand a elaborou o “Plano de 1944” com o

propósito de corrigir as consequências deixadas pelas reformas anteriores (Faria, 2005, p. 4786).

A partir dos anos 1960, o processo de urbanização de Campos se intensificou. A indústria sucroalcooleira campista começou a sofrer sucessivas crises, não suportou a competição com São Paulo no mercado e inúmeras usinas de cana-de-açúcar começaram a encerrar as suas atividades (Cruz, 2006, p. 50-51). Os trabalhadores do setor, então desempregados, migraram para a cidade. Esses trabalhadores assentaram-se nas periferias, junto com a população pobre que fora removida do centro pelas sucessivas intervenções urbanas visando a modernização das áreas centrais. Tal ocorrência gerou a expansão urbana e um intenso processo de favelização nas margens da cidade (Faria, 2005, p. 4789).

Figura 2 – Distribuição das favelas e usinas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Elaboração própria a partir de dados empíricos e dados de Conti (2013).

Com o objetivo de amenizar as disparidades entre o centro e a periferia da cidade, em 1979, o prefeito Raul Linhares lançou o PDUC (Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos), responsável por ordenar o desenvolvimento físico e territorial do espaço urbano campista (Faria, 2005, p. 4789). Nesse plano, grande parte das terras rurais (ociosas) que circundavam a cidade foram convertidas em terras urbanas (Zacchi, 2012, p. 157). Dentre elas, em destaque, às que pertenciam à antiga Usina do Queimado.

Figura 3 – Imagem aérea da malha urbana campista no PDUC em 1979



Fonte: Pohlmann (2020).

O Plano formalizou a principal característica da expansão urbana campista até hoje: através da conversão de terras rurais ociosas - com a extinção das atividades sucroalcooleiras - em terras urbanas destinadas à construção de enclaves fortificados (Caldeira, 2000, p. 211). Na década de 1980, concomitante à favelização, os enclaves fortificados ganharam espaço na cidade. Os enclaves surgiram na forma de condomínios horizontais de luxo, destinados à classe média e alta, nas periferias da cidade; localizados, principalmente, nas terras pertencentes à antiga Usina do Queimado. Devido ao grande espaço territorial que ocupam, os condomínios horizontais promoveram a expansão urbana em sentido às periferias.

A principal linha de crescimento urbano, após o PDUC, foi em direção à área da Av. Pelinca. Além dos condomínios horizontais construídos nos bairros vizinhos, a própria Pelinca sofreu um intenso processo de verticalização, através da construção de condomínios residenciais e comerciais. Os prédios dotados de elevadores e apropriados para a instalação de ar-condicionado, permitiram uma maior concentração de residências em um só edificação. Destacamos o Edifício Barão da Lagoa Dourada (Pelincão), o Edifício São Salvador (Formosão) e o Edifício Abolicionista Luiz Carlos de Lacerda Sobrinho (Lacerdão) como os principais símbolos da expansão urbana vertical da cidade de Campos durante a década de 1980.

Outra linha de crescimento na cidade, durante a década de 1980, foi a Av. Alberto Lamego através do loteamento das terras da família Cardoso. No local, foram construídos os condomínios horizontais de luxo *Bougainville*, *Bosque das Acácias* e o *Residencial do Horto*. Na década seguinte, houve a inauguração da UENF nas proximidades dos condomínios e a área fora ainda mais valorizada. As terras da antiga Usina do Queimado e da Família Cardoso continuaram como as principais linhas de expansão urbana ao longo dos anos 2000. Contudo, a partir da segunda metade da década, outras linhas de crescimento se destacaram.

Nos anos de 2006/2007, a cidade de Campos passou por um *boom* imobiliário (Silva; Faria, 2011, p. 11) em detrimento do aumento do poder aquisitivo da classe média e dos incentivos fiscais governamentais que visavam a facilitação da aquisição da casa própria no país. Neste mesmo período, a construção do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú em São João da Barra, no subdistrito do Açú foi anunciada.

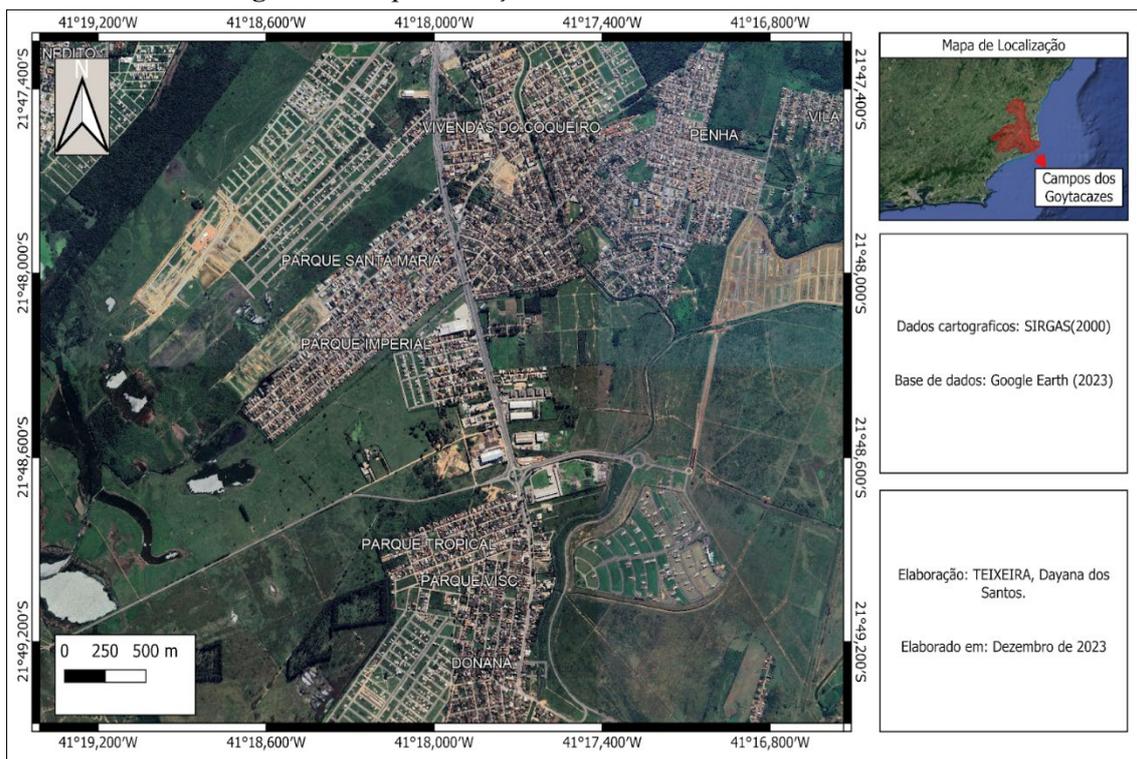
Devido à proximidade do Açú ao município de Campos e ao fato de que a cidade possuía uma infraestrutura mais desenvolvida do que a cidade de São João da Barra, muito especulava-se acerca do crescimento urbano e econômico que a cidade de Campos viria

a ter com a inauguração do Complexo. Nesse cenário, uma nova linha de crescimento, em sentido à RJ 216 (Estrada do Açúcar) - que liga Campos ao Açú - foi instalada na cidade.

Às margens da rodovia, no trevo com Donana, foi instalado o condomínio horizontal de luxo *Alphaville de Campos*. Pohlmann (2020, p. 140) ressalta que a própria RJ 216, fora duplicando visando o facilitamento de acesso ao condomínio, uma vez que a duplicação se inicia no trevo com a Av. 28 de Março e termina na entrada do condomínio.

A autora salienta, também, a existência de uma nova centralização em sentido a Goitacazes fortemente impulsionada pelas especulações acerca do CLIPA. No ano de 2023 iniciaram-se as obras que ligam o bairro da Penha a Donana através da construção do bairro planejado *Be Up* (na Penha), que se conecta ao *Alphaville* (em Donana).

Figura 4 – Espacialização do corredor do CLIPA em 2023



Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos do Google Maps (2023).

A rodovia RJ 216 inicia-se ao final da Av. 28 de Março (sentido leste), no bairro Santo Antônio (Beco) e é circundada pelos bairros Parque. Santa Maria, Parque. Bela Vista, Parque. Prado e Parque. Imperial no seu primeiro Km. Tais bairros sofreram profundas transformações em suas morfologias sociais e culturais. Em especial, o Santo Antônio.

O tradicional bairro de ex-trabalhadores da antiga Usina Santo Antônio era composto por famílias, em sua maioria, pobres e negras que residiam nas casas pertencentes à antiga Usina (Figura V). Após o encerramento das atividades sucroalcooleiras, muitas famílias continuaram residindo nas casas, seja por terem obtido a posse do imóvel, seja por aluguel ou morando “de favor”.

No ano de 2011, as famílias que residiam nas proximidades da RJ 216 e da Av. 28 de Março foram removidas pela prefeitura, durante a gestão da Rosinha Garotinho, para o conjunto habitacional do Programa Morar Feliz, na Penha. No mesmo ano as residências foram demolidas e iniciaram-se as obras dos empreendimentos imobiliários que viriam a ser instalados ali.

No cruzamento com a Av. 28 de Março, foi criada a Av. Nossa Senhora do Carmo, que se tornou uma nova linha de crescimento urbano. Hoje, dois bairros planejados destinados à população de classe média e alta foram instalados no local. Em sua parte inicial, encontra-se o Riviera Ville, um bairro planejado destinado à população de classe média, composto por loteamentos, pontos comerciais, residências unifamiliares e um pequeno condomínio horizontal de casas geminadas (Figuras VI, VII e VIII).

Ao final da Av. Nossa Senhora do Carmo, encontra-se o Cidade Jardim, um bairro planejado destinado à população de classe média e alta, composto por três condomínios horizontais (sendo um deles de luxo), área comercial, área de lazer e residências unifamiliares (Figuras IX e X).

É possível observarmos que as linhas de crescimento da cidade de Campos possuem o mesmo padrão desde a metade do século XX: seguem em direção às terras ociosas das antigas elites sucroalcooleiras. Os crescimentos acontecem de maneira espalhada, através da construção de condomínios e bairros planejados nas periferias; em áreas ainda não-urbanizadas.

O crescimento descontínuo, norteado pelos interesses do mercado imobiliário em determinadas áreas do espaço, resulta na forte dispersão presente na cidade. O deslocamento até esses espaços mais distantes, dificilmente, consegue ser realizado sem o uso de um automóvel. Na maioria dos empreendimentos, não há circulação de transporte público e, quando há, acontece de maneira precária.

Tal dispersão é impulsionada, em primeiro lugar, pela escolha das classes abastadas em se autossegregarem em enclaves fortificados, dotados de toda infraestrutura necessária para residência e lazer. Em segundo lugar, pelo interesse dos investidores imobiliários em lucrarem com a revenda de lotes localizados em áreas periféricas por um

alto valor gerado pela especulação. E, em terceiro lugar, pela necessidade das classes populares em adquirir uma residência por um valor que caiba em seu orçamento.

Como consequência, temos uma cidade profundamente segregada. O dia a dia das classes abastadas consiste no deslocamento entre enclaves. Embora habitem a mesma área da cidade que a população mais carente, a fragmentação dos espaços atinge um estágio tão peculiar que ambos os grupos sociais conseguem viver em “cidades” ou até “mundos” diferentes.

Figura 5 – Vila de ex-trabalhadores da Usina



Fonte: Mesquita (2012).

Figura 6 – Condomínio *Orion Residence*



Fonte: acervo pessoal (2022).

Figura 7 – Construção de uma capela no *Riviera Ville*



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 8 – Residências Unifamiliares Geminadas do Condomínio *Riviera Ville*



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 9 – Divisa Cidade Jardim e o *Riviera Ville*



Fonte: acervo pessoal (2023).

Figura 10 – Condomínio *Cidade Jardim II*



Fonte: acervo pessoal (2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as linhas de crescimento urbano trabalhadas neste artigo, podemos inferir que a produção do espaço da cidade é realizada sob os interesses do mercado imobiliário, que, por sua vez, atende os interesses de famílias detentoras de terras ociosas em lucrar com a comercialização dessas. No caso das terras da antiga Usina do Queimado, o próprio Raul Linhares era um dos herdeiros, além da família Linhares (proprietária das terras) ser fortemente ativa no mercado imobiliário campista.

A segunda linha de crescimento discutida por nós, na Av. Alberto Lamego, acontece nas terras da família Cardoso, que, também, é fortemente influente na elite campista. A terceira linha destacada por nós é a RJ 216 (parte inicial), cujas terras pertencem à família Miranda, que, por sua vez, atua na promoção imobiliária e na construção de empreendimentos que vêm sendo realizados em seus loteamentos.

O modo de produção de espaço exposto, gerado segundo os interesses da especulação imobiliária, faz de Campos uma cidade profundamente dispersa, com um crescimento descontínuo, segregada e fragmentada. Os enclaves fortificados são as principais formas de produção do mercado. Às classes abastadas, são ofertados os condomínios horizontais de luxo, à classe média são ofertados os bairros planejados e às classes populares são ofertados os condomínios verticais de blocos.

Embora haja vários polos de crescimento na cidade, ela ainda é fortemente centralizada; a produção de novos espaços não é realizada de maneira que viabilize o pleno acesso e a circulação pública. Os pontos polos de crescimento criados pelo mercado imobiliário geram novas centralizações residenciais e comerciais. Todavia, os principais postos públicos e até mesmo privados permanecem concentrados na área central.

Cada pólo é produzido segundo os interesses dos proprietários daquela parcela de terras em lucrar. Não há um crescimento coerente que vise a melhoria da qualidade de vida na cidade como um todo. Aliás, é a falta de qualidade dos espaços públicos que aumenta ainda mais o valor de uso e, conseqüentemente, o valor de troca dos enclaves fortificados - propagados como a solução para aqueles que desejam viver livre dos problemas urbanos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- CONTI, E. F. **Os vazios urbanos e a função social da propriedade**: o papel do plano diretor de município de Campos dos Goytacazes/2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/ELIANE-FRAN%C3%87A-CONTI.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, Santa Catarina, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795/8363>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CRUZ, J. L. V. Origem, Natureza e Persistência das Desigualdades Sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, A. M. *et al.* **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- FARIA, T. J. P. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., p. 4778-4799, 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/10.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- FREITAS, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Teresa Peixoto. Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes (RJ): da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 1, n. 1, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: UFES, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1575/1211>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GOOGLE. **Maps**, 2023. Disponível em: <https://maps.google.com/>. Acesso em: 7 mai. 2024.

LIMONAD, Ester. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?. **Revista Formação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/705>. Acesso em: 26 mai. 2023.

MESQUITA, Z. G. **O patrimônio industrial como elemento constituinte da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/ZANDOR-GOMES-MESQUITA.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2023.

MOTHÉ, N. G. **Dinâmica socioespacial em zona de expansão urbana: os impactos de novos empreendimentos na área ao entorno da avenida Silvio Bastos Tavares em Campos dos Goytacazes/RJ**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2011. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/NAT%C3%81LIA-GUIMAR%C3%83ES-MOTH%C3%89-parte-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PENERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. (Coleção Arquitetura e Urbanismo).

SIMÕES, Soraya Silveira. Observação flutuante: uma observação desencadeada. **Antropolítica (UFF)**, Niterói, n. 25, p. 193-196, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11995>. Acesso em: 18 ago. 2023.

POHLMANN, M. A. C. O. **O Recente Processo de Expansão Urbana de Campos dos Goytacazes em Direção à Baixada Campista: o 2º distrito de Goitacazes, a nova centralidade**. Tese (Doutorado em Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2021/08/MARIA-ALICE-POHLMANN.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUSA, H. **Ciclo Áureo: história do 1º centenário de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2014. (Coleção Memórias Fluminenses, v. 1.). Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/7015/4695>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ZACCHI, Raquel Callegario. **O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos dos Goytacazes/RJ (1980-2011).** Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/RAQUEL-CALLEGARIO-ZACCHI.compressed.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS/RJ*

ANALYSIS OF PUBLIC TRANSPARENCY IN THE MUNICIPALITIES OF THE BASIN CAMPOS/RJ

Joseane de Souza^A

 <https://orcid.org/0000-0002-3555-5423>

Correspondência: joseanesouza@uenf.br

Nilo Lima de Azevedo^B

 <http://orcid.org/0000-0003-3059-2441>

Correspondência: azevedo.nilo@uenf.br

Rogério Lucas Fernandes Rocha^C

 <https://orcid.org/0009-0003-9126-2005>

Correspondência: rwgerioo@gmail.com

Luciano de Castro Silva^D

 <https://orcid.org/0009-0002-9695-4185>

Correspondência: castro_luciano@outlook.com

José Victor de Paula Frutuozo^E

 <https://orcid.org/0009-0004-1635-5460>

Correspondência: josevictorfrutuozo@gmail.com

^{A, B, D, E}Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

^CUniversidade Federal Fluminense

DOI: 10.12957/cdf.2024.83449

Recebido em: 11 abr. 2024 | **Aceito em:** 07 out. 2024.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o grau de transparência ativa, passiva e global nos municípios fluminenses pertencentes à Bacia de Campos. Inicialmente, o artigo traz uma discussão sobre o conceito de transparência pública e sua importância para as sociedades democráticas e, posteriormente, analisa a transparência pública nos municípios selecionados. A pesquisa teve como base metodológica a Escala Brasil Transparente – EBT 360° - desenvolvida pela Controladoria Geral da União. Através deste estudo pode-se constatar que na maioria dos municípios a transparência ativa é maior do que a passiva e que nenhum dos municípios da Bacia de Campos/RJ cumpria, no período de referência para a coleta de dados primários, todas as determinações da Lei de Acesso à Informação (LAI) para a transparência. Os resultados indicam, ainda, que

* Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

para cumprirem as exigências da LAI os municípios precisam melhorar os seus portais de transparência, principalmente no tocante à divulgação de informações sobre as despesas públicas (mais notadamente referentes às obras públicas e diárias), assim como suas plataformas virtuais de Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC), em geral muito precários.

Palavras-chave: transparência pública; Escala Brasil Transparente; acesso à informação.

ABSTRACT

This research aims to analyze the degree of active, passive and global transparency in the Rio de Janeiro municipalities belonging to the Campos Basin. Initially, the article discusses the concept of public transparency and its importance for democratic societies and, subsequently, analyzes public transparency in selected municipalities. The research was methodologically based on the Transparent Brazil Scale - EBT 360° - developed by the General Controllershship of the Union. Through this study, it can be seen that in most municipalities active transparency is greater than passive and that none of the municipalities in the Campos Basin/RJ fulfilled, in the reference period for the collection of primary data, all the determinations of the Law Access to Information (LAI) to the transparency. The results also indicate that, in order to comply with the requirements of the LAI, municipalities need to improve their transparency portals, especially with regard to the dissemination of information on public expenses (most notably regarding public and daily works), as well as its virtual Citizen Information Services (e-SIC) platforms, generally very precarious.

Keywords: public transparency; Transparent Brazil Scale; access to information.

1 INTRODUÇÃO

O direito de Acesso à Informação é reconhecido internacionalmente como um direito essencial, vinculado à liberdade de expressão e ao bom funcionamento das democracias. Esse direito encontra respaldo no artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1969), o que tem motivado os Estados a direcionarem uma atenção especial a essa questão.

Este artigo tem como objetivo analisar a transparência pública – ativa, passiva e global – nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, pertencentes à Bacia de Campos/RJ¹, quais sejam: Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

¹ A Bacia de Campos se estende de Vitória/ES a Arraial do Cabo/RJ.

Todos estes municípios são beneficiários das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais). Por possuírem um aspecto extrafiscal de transferência intergeracional de riqueza (Leal; Serra, 2003), estes recursos deveriam ser usados, prioritariamente, para financiar bens de capital, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e infraestrutura urbana e industrial, pois dessa forma as gerações futuras seriam compensadas pela exploração, no presente, do petróleo, um recurso natural não renovável (Serra, 2005). Além disso, considerando que a exploração e comercialização de petróleo *in natura* impõem danos ambientais, é essencial que parte desses recursos seja destinada à recomposição e mitigação dos impactos causados, promovendo sustentabilidade ambiental e atenuando os prejuízos às futuras gerações.

Além disso, importante considerar que como estão vinculados à produção, as rendas petrolíferas são também finitas e, portanto, os poderes públicos municipais devem aproveitar a janela de oportunidades que estes recursos representam.

Neste contexto, o exercício do controle social sobre o uso desta verba é necessário, a fim de garantir sua utilização de forma responsiva e em benefício da sociedade. Ademais, a análise da transparência - ativa, passiva e global - dos municípios da Bacia de Campos, pode contribuir para o enriquecimento do debate da transparência pública no contexto municipal brasileiro, um campo ainda pouco explorado e compreendido.

Este artigo encontra-se dividido em seis seções, incluindo esta de caráter introdutório. Na segunda, revisão bibliográfica, discutimos o conceito de transparência e a importância das novas tecnologias para o acesso à informação, participação e controle social. Na terceira, dados e métodos, apresentamos as fontes dos dados, descrevemos a metodologia utilizada para a coleta de dados e a metodologia EBT, utilizada para estimativa dos índices de transparência ativa, passiva e global. Na quarta, analisamos os resultados das estimativas. Na quinta, apresentamos as considerações finais e, na sexta, as referências utilizadas para a realização deste trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O acesso à informação é considerado por vários estudiosos - Filho (2018), Filgueiras (2011) e Zuccolotto; Teixeira (2019) - uma condição necessária para a participação e controle social mais efetivos. Segundo Macedo (2019), a transparência deve ser vista como uma ferramenta que pode fortalecer regimes democráticos, na medida

em que viabiliza a participação e o controle social, contribuindo, inclusive, para a redução dos casos de corrupção na Administração Pública.

No entanto, a divulgação das informações, por si só, não implica, necessariamente, em transparência. De acordo com Coelho, Silva, Cunha e Teixeira (2018), transparência pública é o grau de disponibilidade das informações detidas pelo Estado, que devem estar acessíveis a todos os cidadãos, permitindo que cada um possa monitorar e controlar as ações das agências e órgãos do governo da Administração direta e indireta. De acordo com Macedo (2019, p.1294) “a transparência avaliada [...] com relação à quantidade maior ou menor de informações públicas abertas não demonstra o alcance de resultados democráticos”. Para Alcântara (2019), a mera divulgação do mínimo exigido por lei, em dados brutos, transparência pública formal, não é o suficiente para que a transparência alcance todo o seu potencial. As informações divulgadas podem ser revestidas de “opacidade, com ou sem intenção, o que dificulta sua correta interpretação, principalmente pelas camadas sociais com menor grau de instrução” (Castanho, 2019, p. 282). Em vista disso, um ponto fundamental para garantir um alto nível de transparência no setor público está relacionado à qualidade das informações divulgadas.

Segundo Michener e Bersch (2013), só podemos falar em transparência pública quando são observados, simultaneamente, os princípios da visibilidade e da inferência. O primeiro diz respeito à divulgação de informações razoavelmente completas, em local de fácil acesso; o segundo, ao uso de linguagem clara e compreensível pelo maior número de pessoas possível e à divulgação de informações desagregáveis em unidades menores de análise, passíveis de verificação e construção de resultados.

Tais princípios garantem, segundo Head (2006 *apud* Zuccolotto e Teixeira, 2019), que a transparência seja efetiva, ou seja, que as informações sejam processadas, compreendidas e utilizadas pela sociedade e suas organizações. A transparência quando apenas nominal, implica na incapacidade de mobilizar e manejar as informações, por parte dos cidadãos (Zuccolotto; Teixeira, 2019). Para Silva (2016, p. 50), além dos requisitos supracitados, a transparência efetiva “precisa envolver interação e um robusto aparato capaz de gerar *enforcement* na sua aplicação no plano da realidade, a fim de remover as barreiras que surgem em seu horizonte”.

Considerando-se a iniciativa dos governos em divulgarem as informações, a transparência é classificada em ativa, quando os governos disponibilizam voluntariamente ou em cumprimento às exigências legais as informações aos cidadãos, e passiva, quando as mesmas são disponibilizadas mediante solicitação. Do ponto de vista

do tempo da divulgação, a transparência pode ser retroativa, quando as informações são disponibilizadas após a ocorrência dos fatos, e tempestiva, quando são disponibilizadas em tempo real, ou seja, no momento de ocorrência dos eventos (Zuccolotto; Teixeira 2019). Segundo Zuccolotto e Teixeira (2019, p. 47), nas “democracias modernas, as duas formas têm sido conjugadas, ou seja, além dos relatórios com informações retroativas, os Estados têm se valido dos portais de transparência para divulgarem informações em tempo real”.

No panorama jurídico do Brasil, quatro pilares normativos desempenham um papel crucial na configuração das políticas de transparência, acesso à informação e governança de dados: a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101 (BRASIL, 2000), a Lei da Transparência n. 131 (BRASIL, 2009) e a Lei de Acesso à Informação n. 12.527 (BRASIL 2011). Mais recentemente, uma quinta legislação, a Lei n. 13.709 (BRASIL, 2018), também se destaca como peça fundamental nesse cenário, enriquecendo o ambiente regulatório voltado à transparência e à proteção de dados pessoais.

A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), também conhecida como LAI, se sobressai como um marco significativo. Essa legislação estabelece procedimentos a serem seguidos pelas diversas esferas federativas, buscando assegurar o acesso da população a informações públicas. Em conformidade com os dispositivos presentes nos incisos XXXIII do art. 5º, inciso II do parágrafo 3º do art. 37 e parágrafo 2º do art. 216 da Constituição Federal, a LAI amplia a transparência no setor público, estendendo-se para além das questões orçamentárias e abrangendo todas as ações executadas pela Administração Pública. A LAI não apenas demanda a disponibilização online e em local de fácil acesso de informações públicas, como também promove a criação de um serviço de informações ao cidadão, que inclui protocolização de documentos e solicitações de acesso a informações, além de possibilitar a realização de audiências públicas para esse fim. Nessa perspectiva, a transparência e a máxima divulgação emergem como princípios que invertem a lógica do sigilo que se estabelece como exceção.

A legislação originalmente não aborda de forma explícita a necessidade de um portal unificado, como o Portal da Transparência, para a divulgação das informações públicas. No entanto, no parágrafo 3º do art. 8º, a LAI estabelece algumas exigências relacionadas ao sítio eletrônico, como a presença de ferramentas de pesquisa de conteúdo para facilitar o acesso à informação, a possibilidade de realizar o *download* e a gravação de relatórios, entre outras (BRASIL, 2011).

Uma das principais vantagens de um site único é concentrar todas as informações de um órgão, facilitando o acesso ao cidadão. No entanto, a ausência de um portal unificado não significa necessariamente falta de transparência, embora a dispersão das informações torne o acesso mais difícil. Vale destacar que a existência de um portal único, por si só, não assegura a transparência, pois esta depende do cumprimento de critérios específicos.

No caso da transparência passiva, a LAI estabelece, no inciso I do Art. 9º, a criação de um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nos órgãos e entidades do poder público, em local de fácil acesso e identificação pela sociedade. Este serviço deve ser físico podendo, alternativamente, ser virtual (Art. 10º, § 2º). Importante ressaltar que com o desenvolvimento das tecnologias da informação, o sistema virtual - conhecido pela sigla e-SIC - vem se tornando uma importante ferramenta de acesso à informação, na medida em que “permite que qualquer pessoa física (PF) ou jurídica (PJ) possa encaminhar os pedidos de acesso à informação pública, acompanhar o prazo e receber a resposta da solicitação realizada para os órgãos e entidades dos Poderes” (Maciel *et al.*, 2019, p. 145).

Segundo Castanho (2019), as ferramentas digitais trazem benefícios inegáveis para tornar a comunicação mais transparente, inclusiva e participativa, além de favorecer a *accountability* dos atos públicos. A autora chama a atenção para o fato de que, em decorrência do alto nível de desigualdade social, grande parcela da população continua sem ter acesso à informação.

Nesse cenário, a Escala Brasil Transparente, uma iniciativa da CGU, assume um papel importante na avaliação da transparência nos municípios, identificando avanços e desafios na divulgação de informações públicas, permitindo aprimorar a gestão pública e fortalecer a participação cidadã. Sua utilização é imprescindível para fomentar o controle dos gestores públicos e garantir a aplicação efetiva dos princípios de transparência em todos os níveis da administração municipal.

3 DADOS E MÉTODOS

3.1 Fontes de dados

Os dados utilizados neste estudo são primários, ou seja, coletados diretamente na fonte, pela equipe de pesquisadores. Os portais da transparência estão sendo cada vez mais utilizados pelos poderes públicos municipais para a divulgação das informações,

estes serão a referência para a análise da maioria dos quesitos da transparência ativa. Complementarmente foi realizada consulta no *site* principal das respectivas prefeituras para identificação e caracterização da estrutura organizacional, uma das dimensões do índice. A transparência passiva será analisada pelo e-SIC, que está presente em um número cada vez maior de órgãos e instituições públicas, a partir da verificação do seu funcionamento.

3.2 Metodologia de coleta das informações

Para a coleta das informações sobre a Transparência Ativa, os pesquisadores foram orientados a entrarem no *site* principal das prefeituras e verificarem a estrutura organizacional e a existência de um Portal de Transparência. Em caso afirmativo, o acessaram para observarem a disponibilidade de todas as informações que constam no rol das variáveis contabilizadas para o cálculo da Transparência Ativa, segundo a metodologia da CGU. A pesquisa de campo, que ocorreu entre 13/11 a 30/11/2023. Paralelamente, foi preenchida a tabela detalhada da metodologia EBT-360°, da CGU, para a estimativa dos índices parciais (por dimensão) e totais da Transparência Ativa.

A coleta de informações sobre Transparência Passiva – que se deu entre 06/11 e 06/12/2023 - também se inicia com uma pesquisa exploratória no *site* principal da prefeitura, para a verificação da existência do e-SIC (ou similar, como Fala-Br). Constatada a existência, cada pesquisador acessou a ferramenta, fez os procedimentos necessários para a realização do cadastro, quando solicitado, e enviou uma pergunta para cada um dos onze municípios. Para cada pesquisador foi previamente definida uma pergunta específica e estabelecida uma data para o seu envio?, esta foi a estratégia utilizada para evitar que os poderes públicos municipais percebessem se tratar de uma pesquisa, o que poderia gerar vieses, como a melhoria da qualidade da resposta, por exemplo. Após o envio, os pesquisadores passaram a monitorar o status da solicitação, considerando o prazo legal estabelecido pela LAI (20 dias prorrogáveis por mais 10, mediante justificativa) para a manifestação do poder público. Finalizado o prazo, foi preenchida a tabela detalhada da transparência passiva. Os resultados serão apresentados através de tabelas e mapas temáticos inseridos ao longo do texto.

3.2.1 Escala Brasil Transparente – EBT 360°

A Escala Brasil Transparente – EBT 360° (BRASIL, 2019) foi a metodologia selecionada para a análise da Transparência Pública nos municípios da Bacia de Campos/RJ. Esta metodologia foi desenvolvida pela CGU, em 2004, “para fomentar a transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas pelos entes públicos na promoção do acesso à informação” (CGU²). Através desta metodologia são estimados os índices de transparência ativa, passiva e, por somatório, o índice global.

O índice de transparência ativa é composto por 11 macrodimensões; já o de transparência passiva, por 8 macrodimensões. As macrodimensões de cada um dos índices são compostas por um número variável de itens, aos quais são atribuídas pontuações específicas, cuja soma corresponde à pontuação máxima daquela dimensão (Tabela 1). Constatada a existência de uma informação, na ocasião de visita dos pesquisadores ao site para levantamento das informações primárias, o item correspondente recebeu a totalidade de sua pontuação específica; constatada a inexistência da informação, o item recebeu nota zero, não havendo pontuações intermediárias.

Tabela 1 - Critérios consolidados para avaliação da Transparência Ativa/EBT 360°

EBT 360°	Pontuação
Transparência Ativa	50,0
1. Estrutura organizacional	3,6
2. Receitas	4,0
3. Despesas	12,0
4. Licitações	9,0
5. Contratos	5,8
6. Obras Públicas	2,6
7. Servidores Públicos	4,0
8. Despesas com diárias	4,0
9. Regulamentação da LAI	2,5
10. Relatórios Estatísticos	2,0
11. Base de dados abertos	1,5
Transparência Passiva	50,0
O município indica o funcionamento de um SIC físico?	3,0
Existe um SIC-físico (alternativo)?	6,0
Não há exigências que dificultam ou impossibilitam o acesso à informação	4,0
O SIC permite o acompanhamento posterior da solicitação	4,0
O SIC responde aos pedidos	1,5
Cumprir os prazos para resposta das solicitações	9,0
Atende aos pedidos respondendo ao que se perguntou	12,0
Comunicação sobre possibilidade de recurso	1,5
Transparência Global	100,0

Fonte: Adaptado de Controladoria-Geral da União (2019a).

² <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente-360>

Ambos os índices variam entre 0 (nota atribuída ao órgão ou entidade pública que não cumpre nenhum dos critérios da transparência ativa ou passiva) e 50 (nota atribuída ao órgão ou entidade pública que cumpre integralmente todos os critérios da transparência ativa ou passiva). A partir do somatório dos Índices de Transparência Ativa e Passiva estima-se o Índice de Transparência Global, o qual varia entre 0 (nota atribuída ao órgão ou entidade pública que não cumpre nenhum dos critérios da transparência ativa e passiva) e 100 (nota atribuída ao órgão ou entidade pública que cumpre integralmente todos os critérios da transparência ativa e passiva). Como critérios de análise foram adotados os parâmetros explicitados no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios para análise do índice de transparência ativa e passiva

Classificação do grau de transparência	Faixas dos Índices de Transparência	
	Ativa e Passiva	Global
Muito baixa	0,00 a 24,99	0,00 a 49,99
Baixa	25,00 a 34,99	50,00 a 69,99
Média	35,00 a 39,99	70,00 a 79,99
Alta	40,00 a 44,99	80,00 a 89,99
Muito Alta	45,00 a 50,00	90,00 a 100,00

Fonte: Souza *et al.* (2021, p. 172).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados da análise de transparência ativa e passiva nos 11 municípios da Bacia de Campos/RJ — Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Carapebus — conforme as exigências da LAI. Avaliamos o desempenho dos portais na disponibilização proativa de dados (transparência ativa) e na resposta às solicitações dos cidadãos (transparência passiva). Por fim, combinamos esses resultados para compor a transparência global, oferecendo uma visão abrangente do nível de acesso à informação. A análise identifica pontos críticos que comprometem o cumprimento da LAI e dificultam tanto o acesso à informação quanto à participação social.

4.1 Transparência ativa

Como se pode notar, na Tabela 2, nenhum município da Bacia de Campos/RJ obteve pontuação máxima no índice de transparência ativa. Significa dizer que, no período de referência para a coleta dos dados (13/11 a 30/11/2023), nenhum município estava cumprindo, integralmente, as exigências da LAI, para a transparência ativa.

Dentre os onze municípios selecionados, sete - Armação dos Búzios (47,5), Arraial do Cabo (44,4), Cabo Frio (45,9), Campos dos Goytacazes (42,3), Casimiro de Abreu (41,6), Macaé (46,2) e Quissamã (46,1) - apresentaram um grau muito elevado de transparência ativa (Figura 1). Em Armação dos Búzios o índice só não alcançou a pontuação máxima porque no Portal da Transparência não constavam informações sobre o relatório estatístico de acesso à informação e à publicação da relação de bases de dados abertos.

O portal de transparência de Arraial do Cabo não disponibilizou a licitação de origem dos contratos, assim como, informações sobre obras públicas, relatórios estatísticos sobre acesso à informação e também não apresentou a relação de base de dados abertos do município.

Já Cabo Frio, não alcançou a nota máxima por não permitir gerar relatório da consulta de empenhos/pagamentos por favorecido em formato aberto e por não apresentar informações sobre obras públicas e a relação das bases de dados abertos.

Campos dos Goytacazes, perdeu pontuação por não apresentar o empenho de referência na macrodimensão relativa às despesas, não disponibilizar o conteúdo integral ou extrato dos contratos, não possibilitar a consulta para o acompanhamento de obras públicas e por não disponibilizar o seu normativo de acesso à informação e a relação das bases de dados abertos.

Casimiro de Abreu não disponibilizou o empenho de referência e a descrição/objeto do empenho das despesas, não permitiu gerar relatórios de licitações/contratos em formato aberto e consultar o acompanhamento das obras públicas, assim como, não disponibilizou seu normativo de acesso à informação e a relação das bases de dados abertos.

Macaé não alcançou pontuação máxima devido à ausência do empenho de referência em despesas, assim como, em obras públicas, não apresentou a situação da obra e nem disponibilizou o seu normativo de acesso à informação.

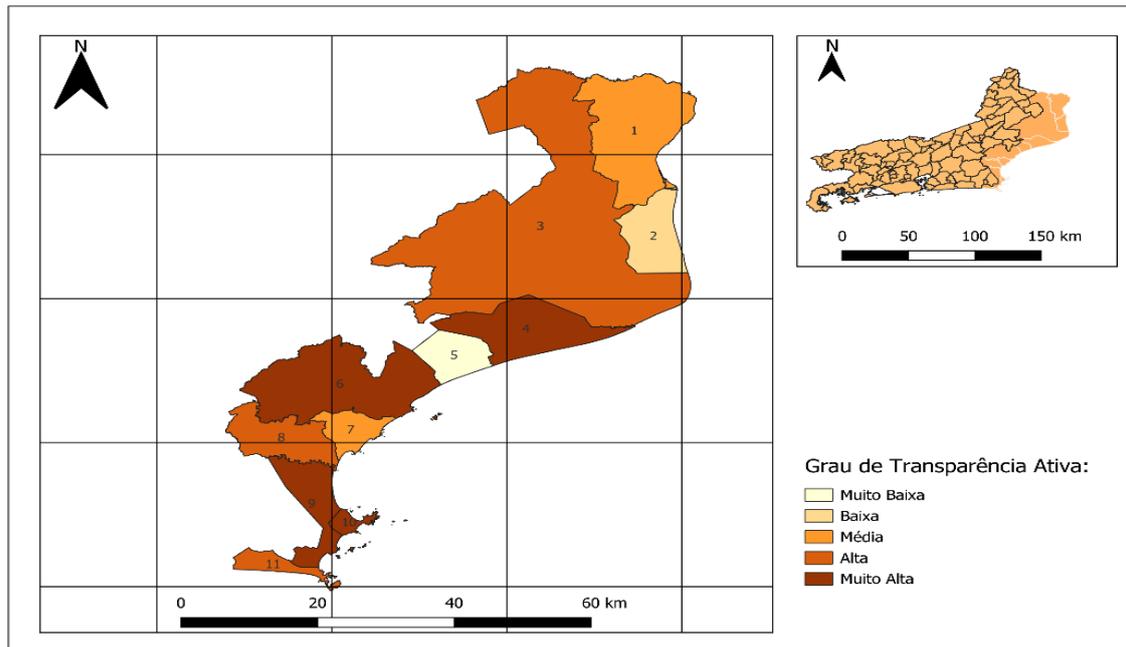
Quissamã perde pontuação por não apresentar nenhuma informação sobre obras públicas e por não disponibilizar a quantidade e/ou percentual de pedidos indeferidos nos relatórios estatísticos de acesso à informação.

Tabela 2 - Grau de Transparência Ativa dos municípios da Bacia de Campos/RJ (2023)

Itens da avaliação (pontuação máxima)	Municípios										
	Armação dos Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Casimiro de Abreu	Macaé	Quissamã	Rio das Ostras	São F. de Itabapoana	S.J. Barra
1. Estrutura organizacional (3,6)	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
2. Receitas (4,0)	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
3. Despesas (12,0)	12,0	12,0	11,0	11,0	0,0	10,2	11,0	12,0	11,0	11,0	11,0
4. Licitações (9,0)	9,0	9,0	9,0	9,0	6,0	9,0	9,0	9,0	6,0	9,0	6,0
5. Contratos (5,8)	5,8	5,3	5,8	5,5	5,8	4,8	5,8	5,8	5,8	5,8	0,0
6. Obras públicas (2,6)	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0
7. Servidores públicos (4,0)	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0,0	4,0
8. Despesas com diárias (4,0)	4,0	4,0	4,0	3,2	0,0	4,0	4,0	3,2	4,0	0,0	0,0
9. Regulamentação da LAI (2,5)	2,5	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0
10. Relatórios estatísticos (2,0)	0,0	0,0	2,0	2,0	0,0	2,0	2,0	1,5	1,5	2,0	1,5
11. Bases de dados abertos(0,5)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0
Total (50,0)	47,5	44,4	45,9	42,3	23,4	41,6	46,2	46,1	39,9	35,4	30,1

Fonte: Dados primários, coletados diretamente nos Portais da Transparência dos respectivos municípios.

Figura 1 – Grau de Transparência Ativa nos municípios produtores de Petróleo da Bacia de Campos/RJ (2023)



Fonte: Dados primários, coletados diretamente nos Portais da Transparência dos respectivos municípios.
Legenda: 1-São Francisco de Itabapoana; 2-São João da Barra; 3-Campos dos Goytacazes; 4-Quissamã; 5-Carapebus; 6-Macaé; 7-Rio das Ostras; 8-Casimiro de Abreu; 9- Cabo Frio; 10-Armação dos Búzios; 11-Arraial do Cabo.

Com grau médio de transparência ativa temos os municípios de Rio das Ostras (39,9) e São Francisco de Itabapoana (35,4).

O Portal de Transparência de Rio das Ostras perde pontuação na macrodimensão ‘Empenho e Despesas’, por não apresentar o empenho de referência; na macrodimensão ‘Licitações’, por não permitir consulta aos resultados das licitações ocorridas; na macrodimensão ‘Obras públicas’, por não divulgar objeto, a situação, o valor gasto e/ou o percentual de execução financeira, a empresa contratada e nem a data de início e de previsão para o término das obras públicas; e o município também não divulga o seu normativo de acesso à informação em local de fácil acesso, não apresenta quantidade e/ou percentual de pedidos indeferidos no que tange os relatórios estatísticos de acesso à informação e não publica a relação das bases de dados abertos.

O Portal de Transparência de São Francisco do Itabapoana perde pontuação na macrodimensão ‘Empenho e Despesas’ por não apresentar empenho de referência e zera as macrodimensões: ‘Obras Públicas’, ‘Servidores Públicos’, ‘Despesas com diárias’, ‘Regulamentação da LAI’ e ‘Bases de Dados Abertos’.

Com baixo grau de transparência temos o município de São João da Barra, que perde pontuação na macrodimensão ‘Empenho e Despesas’ por não apresentar empenho de referência. Além disso, zera as macrodimensões ‘Obras públicas’, ‘Servidores

Públicos’, ‘Despesas com diárias’, ‘Regulamentação da LAI’ e ‘Bases de dados abertos’. Também recebe pontuação parcial por não disponibilizar a quantidade e/ou percentual de pedidos indeferidos nos relatórios estatísticos sobre acesso à informação.

Por fim, a transparência ativa apresenta-se muito baixa em Carapebus (23,4), visto que zera as macrodimensões ‘Empenho e Despesas’, ‘Obras públicas’, ‘Despesas com Diárias’, ‘Regulamentação da LAI’, ‘Relatório Estatístico’ e ‘Base de dados abertos’. O município também teve pontuação parcial na macrodimensão ‘Licitações’ por não disponibilizar o conteúdo integral de editais.

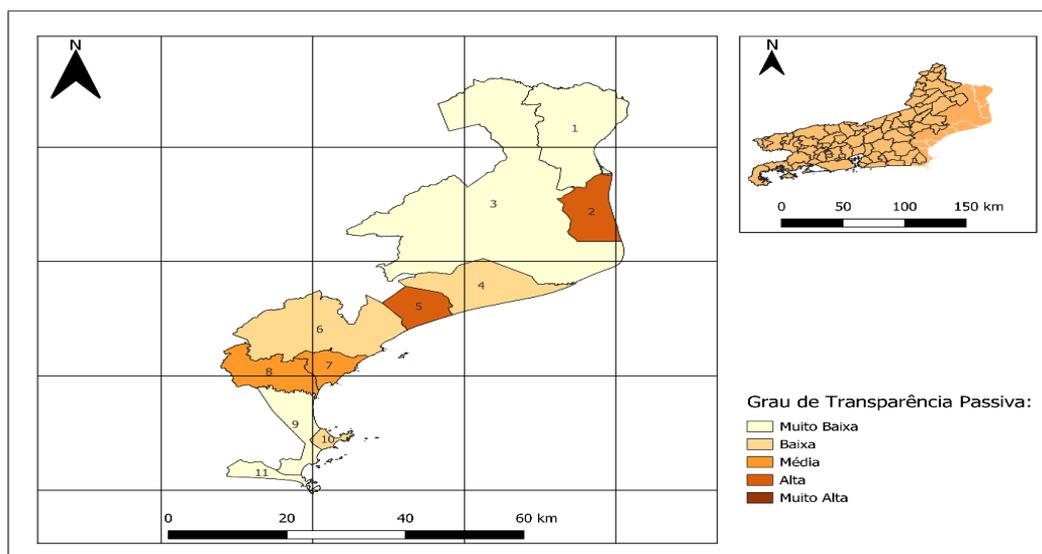
4.2 Transparência passiva

O cenário é significativamente distinto, quando analisamos a transparência passiva nos municípios da Bacia de Campos/RJ. Esta se apresentou, como se pode notar na Tabela 3 e na Figura 2, muito baixa em Arraial do Cabo (9,0), Cabo Frio (20,0), Campos dos Goytacazes (24,5) e São Francisco do Itabapoana (17,0); baixa em Armação dos Búzios (34,5), Macaé (31,0) e Quissamã (30,5); média, em Casimiro de Abreu (35,5) e Rio das Ostras (38,0); e alta em Carapebus (41,5) e São João (41,5).

Tabela 3 – Grau de Transparência Passiva dos municípios da Bacia de Campos/RJ

Itens da avaliação (pontuação máxima)	Municípios										
	Armação dos Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Casimiro de Abreu	Macaé	Quissamã	Rio das Ostras	São F. de Itabapoana	S.J. Barra
1. Indicação de funcionamento de um SIC físico (3,0)	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	1,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
2. Existência de um meio alternativo para solicitações (6,0)	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
3. Não exigência que dificultam ou impossibilitam o acesso à informação (4,0)	4,0	0,0	0,0	4,0	4,0	0,0	0,0	0,0	4,0	4,0	4,0
4. Permite o acompanhamento da solicitação (4,0)	4,0	0,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
5. O e-SIC responde aos pedidos (1,5)	1,5	0,0	1,0	1,0	1,5	1,5	1,5	1,5	1,0	0,0	1,5
6. Cumpre os prazos legais para resposta (9,0)	9,0	0,0	6,0	6,0	9,0	9,0	9,0	9,0	6,0	0,0	9,0
7. Responde o que se perguntou (21,0)	7,0	0,0	0,0	0,0	14,0	14,0	7,0	7,0	14,0	0,0	14,0
8. Comunica sobre a possibilidade de recurso (1,5)	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Total (50,0)	34,5	9,0	20,0	24,5	41,5	35,5	31,0	30,5	38,0	17,0	41,5

Fonte: Dados primários, coletados diretamente através do e-SIC.

Figura 2 – Grau de Transparência Passiva nos municípios produtores de Petróleo da Bacia de Campos/RJ (2023)

Fonte: Dados primários, coletados diretamente através do e-SIC.

Legenda: 1-São Francisco de Itabapoana; 2-São João da Barra; 3-Campos dos Goytacazes; 4-Quissamã; 5-Carapebus; 6-Macaé; 7-Rio das Ostras; 8-Casimiro de Abreu; 9- Cabo Frio; 10-Armação dos Búzios; 11-Arraial do Cabo.

Uma das exigências da LAI para a transparência passiva é que os municípios indiquem a existência/funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) físico no *site* principal da prefeitura, no Portal da Transparência ou até mesmo na plataforma do e-SIC, não necessariamente em todos. Com exceção de Casimiro de Abreu, todos os municípios cumprem esta exigência, ou seja, indicam o local onde os munícipes conseguem protocolar, de forma presencial, um pedido de informação ao poder público. Além disso, em todos os municípios da Bacia de Campos/RJ, há um meio eletrônico alternativo - *e-mail* e/ou e-SIC - através do qual os cidadãos podem enviar pedidos de informação.

A Lei de Acesso à Informação exige também que o e-SIC não apresente dificuldades - como uso de *captcha* e senha - que atrapalhem ou impossibilitem o acesso do cidadão à plataforma. Em Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Macaé e Quissamã foi necessário responder a um *captcha*.

De acordo com a metodologia supracitada, foram enviadas três perguntas para o e-SIC de cada município. Após o envio, os pesquisadores passaram a monitorar o *status* da solicitação, através de dispositivo específico, nos respectivos e-SICs. Expirado o prazo legal - 20 dias úteis, prorrogáveis por mais 10 dias úteis, mediante justificativa ao solicitante - foram estimados os índices de transparência passiva dos municípios para os quais foram enviadas as perguntas. Arraial do Cabo, apesar de ter permitido o cadastro de usuário e o envio das perguntas normalmente, posteriormente, ao tentar acessar as contas para o devido acompanhamento dos pedidos, indicava a seguinte mensagem: 'Internauta não encontrado!'. Devido a isso, não foi possível ter mais acesso aos pedidos de informação, portanto, a pontuação da transparência passiva do município foi diretamente impactada.

Armação dos Búzios, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã e São João da Barra foram os únicos que responderam todas as perguntas dentro do prazo legal; Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, responderam duas perguntas dentro do prazo. Em pior situação encontram-se os municípios de Arraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana, os quais não responderam nenhuma das perguntas realizadas.

Um dos critérios que mais influência na pontuação é referente ao teor das respostas, ou seja, se o conteúdo da resposta está em conformidade ao que foi perguntado. Nesse caso, nenhum município recebeu pontuação máxima. Por fim, Campos dos Goytacazes e Macaé são os únicos da Bacia de Campos/RJ que permitem a possibilidade de recurso caso a resposta não tenha sido satisfatória.

4.3 Transparência global

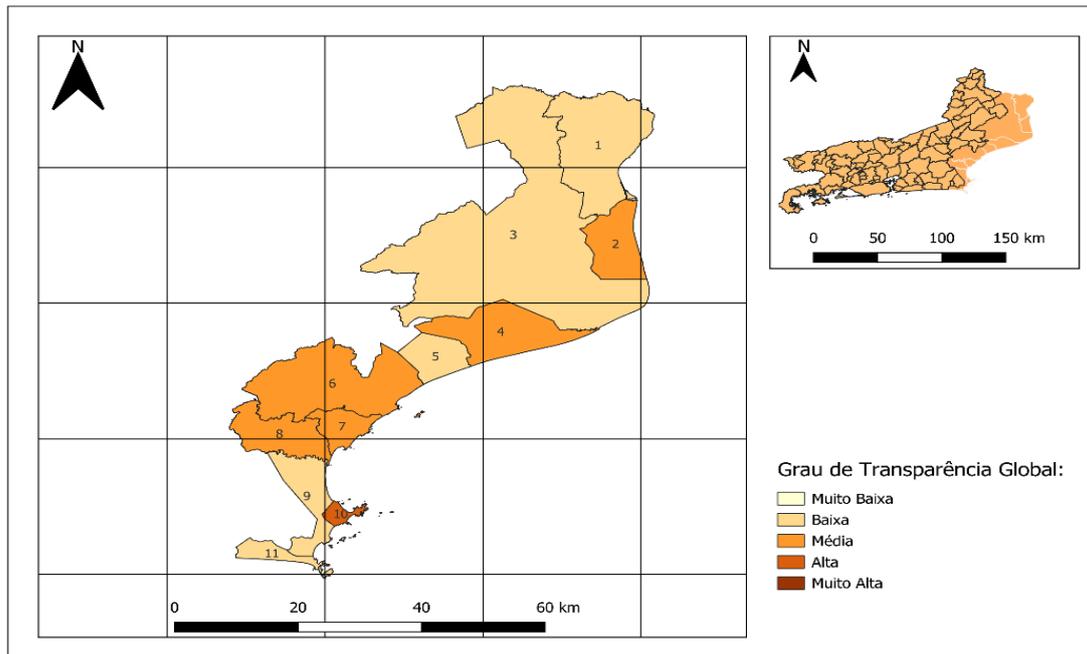
Como dito, pela metodologia EBT-360°, a Transparência Global de um município é dada pelo somatório da Transparência Ativa e Passiva. Como se pode notar na Tabela 4 e na Figura 3, nenhum município apresenta classificação muito alta na transparência global. Apenas em Armação dos Búzios a transparência é alta; os municípios de Casimiro de Abreu, Macaé, Rio das Ostras, Quissamã e São João da Barra possuem transparência média; Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus e São Francisco de Itabapoana tem baixa transparência. Importante ressaltar que a baixa transparência dificulta a participação social nos processos decisórios, assim como o monitoramento e o controle social sobre as ações do governo.

Tabela 4 – Índices de Transparência Ativa, Passiva, e Total, por município da Bacia de Campos/RJ

Tipo de Transparência (pontuação máxima)	Municípios										
	Armação dos Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Casimiro de Abreu	Macaé	Quissamã	Rio das Ostras	São F. de Itabapoana	S.J. Barra
Ativa (50,0)	47,5	44,4	45,9	42,3	23,4	41,6	46,2	46,1	39,9	35,4	30,1
Passiva (50,0)	34,5	9,0	20,0	24,5	41,5	35,5	31,0	30,5	38,0	17,0	41,5
Total (100,0)	82,0	53,4	65,9	66,7	64,9	77,1	77,2	76,6	77,9	52,4	71,6

Fonte: Tabelas 2 e 3.

Figura 3 – Grau de Transparência Global nos municípios produtores de Petróleo da Bacia de Campos/RJ (2023)



Fonte: Tabelas 2 e 3.

Legenda: 1-São Francisco de Itabapoana; 2-São João da Barra; 3-Campos dos Goytacazes; 4-Quissamã; 5-Carapebus; 6-Macaé; 7-Rio das Ostras; 8-Casimiro de Abreu; 9- Cabo Frio; 10-Armação dos Búzios; 11-Arrial do Cabo.

5 DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo analisamos a transparência ativa e passiva nos municípios da Bacia de Campos/RJ, uma vez que nestes a participação e, sobretudo, o controle social sobre as rendas petrolíferas é desejável, dada a sua função extrafiscal de transferência intergeracional de riqueza. O estudo se baseou na observação dos portais da transparência e nos e-SICs para estimativa dos índices de transparência ativa, passiva e total, destes municípios, com base na metodologia EBT-360° (CGU), que também é diagnóstica.

Em todos os municípios da Bacia de Campos/RJ há portal da transparência e-SIC (ou similar). Contudo, há muito a ser melhorado para o alcance da transparência efetiva, pois nenhum deles cumpre integralmente todas as exigências da LAI. De modo geral, a transparência ativa tende a ser bem maior do que a passiva.

No que diz respeito à transparência ativa chama nossa atenção o fato de que todos os municípios são muito transparentes ao divulgarem dados sobre receitas públicas. Porém, o mesmo não pode ser dito em relação às despesas, onde o grande gargalo é a falta de divulgação de informações completas sobre obras públicas. Nenhum município

alcançou pontuação máxima nesse quesito. Outro problema frequente é a falta de regulamentação própria da transparência e no caso de alguns poucos municípios, a não divulgação de dados abertos.

No tocante à transparência passiva, observamos em alguns municípios algumas dificuldades - em graus variados - de acesso ao sistema para o acompanhamento da solicitação. O caso mais notável foi o de Arraial do Cabo, no qual os pesquisadores não conseguiram acessar o sistema após o envio das perguntas, uma vez que a plataforma passava a não reconhecer os usuários.

Além disso, dos 11 municípios analisados, 7 deles responderam a todas as três solicitações, o que nem sempre ocorreu dentro do prazo. Outro problema a ser apontado é o fato de que nem todas as respostas eram condizentes com as perguntas. E apenas em Campos dos Goytacazes e Macaé o e-SIC comunica sobre a possibilidade de recurso.

Importante ressaltar que este estudo apresenta limitações. Uma primeira, de ordem metodológica, diz respeito à ausência de critérios para se avaliar se a linguagem utilizada é acessível para os cidadãos. A metodologia consiste, basicamente, em verificar se as informações estão ou não disponíveis no portal.

Uma segunda limitação diz respeito à análise da divulgação das informações em tempo real. Nesse aspecto, pontuamos integralmente os portais que disponibilizam informações a partir do mês de agosto de 2023. Nesse aspecto importante observar que se fôssemos levar em consideração o tempo real, o cenário seria outro completamente diferente do que foi aqui retratado; na realidade seria bem mais precário.

Finalmente é importante ressaltar que este cenário retrata a transparência nestes municípios em um determinado momento do tempo e que o grau de transparência pública pode variar para melhor ou pior em um período de tempo. As diferenças podem ser para melhor - caso de Armação dos Búzios, cujo índice de transparência global aumentou de 80,7, em abril de 2023, para 82,0, em novembro de 2023 - ou para pior - caso de Quissamã, cujo índice reduziu de 91,5 para 76,6.

A qualidade dos portais transparência e dos e-SICs variam significativamente ao longo do tempo, em função de alguns fatores, dentre os quais destacamos o próprio desenvolvimento tecnológico, mas particularmente, a vontade do governo em estimular a participação e o controle social no município.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Rafael Rodrigues de. **Transparência pública municipal e desenvolvimento humano local**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2684>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 3 jul. 2023.
- BRASIL. **Controladoria geral da união: mapa Brasil transparente**, 2020. Avaliação independente: ebt: avaliação 360º: 2. ed. Disponível em: https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66. Acesso em 24 jun. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.
- BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP). Brasília: **Diário Oficial da União**, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 2 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *In*: Estatuto da Cidade. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 5 jul. 2023.

CASTANHO, Valéria. A transparência e os desafios dos sites públicos na sociedade da informação: a experiência do Senado Federal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 56, n. 222, p. 265-285, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/56/222/ril_v56_n222_p265. Acesso em: 5. jul. 2023.

COELHO, T. R.; SILVA, T. A. B. da; CUNHA, M. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 75, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/73447>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 84, p. 65-94, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3Z88sCrZZbTrnKy5SW6j6MK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FILHO, Marcio Camargo Cunha. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, Brasília, v. 10, n. 16, p. 878-907, jan./jun. 2018. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/34493/14/V10_n16_Sabemos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

LEAL, J. A.; SERRA, R. Uma Investigação sobre os Critérios de Repartição dos Royalties Petrolíferos. In: PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 163-184.

MACEDO, Vanessa Rodrigues de. Os Impactos da Transparência no Brasil para a Gestão Pública, a Prestação de Contas e a Participação Social. **Revista da CGU**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 6-6, 2019. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/78. Acesso em 11 jul. 2023.

MACIEL, Raoni Gonçalves *et al.* Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e sua contribuição para a transparência: uma experiência gerencial em uma universidade federal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 24, n. 2, p. 143-164, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Kf5qYLFwgrPxSwTcfmdKK8y/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 jun. 2023.

MICHENER, G.; BERSCH, K. Identifying transparency. **Information Polity**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 233-242, jan. 2013. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/information-polity/ip000299>. Acesso em 2 jul. 2023.

SERRA, Rodrigo. **Contribuições para o Debate acerca da Repartição dos Royalties Petrolíferos no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/416072>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Transparência digital em instituições democráticas: horizontes, limites e barreiras**. Democracia Digital: Publicidade, Instituições e Confronto Político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Brasília, DF: Enap, 2019. (Coleção Governo e Políticas Públicas). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4161/4/Transparencia.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE ECONÔMICA DOS CAMPOS MADUROS NA BACIA DE CAMPOS: QUAIS SÃO AS REAIS POSSIBILIDADES DE RECUPERAÇÃO?

STUDY ON THE ECONOMIC VIABILITY OF MATURE FIELDS IN THE CAMPOS BASIN: WHAT ARE THE REAL POSSIBILITIES FOR RECOVERY?

Matheus Sousa Bastos^A

 <https://orcid.org/0009-0006-2726-9159>

Correspondência: matheusbastos@lenep.uenf.br

Alcimar das Chagas Ribeiro^B

 <https://orcid.org/0000-0002-7954-7118>

Correspondência: alcimar@uenf.br

^A Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.82256

Recebido em: 23 fev. 2024 | **Aceito em:** 26 set. 2024.

RESUMO

As áreas maduras representam ativos de produção de óleo e gás natural que se aproximam do término de sua viabilidade econômica, mas que, no Brasil, costumam ser descontinuadas de forma prematura. Este estudo propõe analisar essa oportunidade de negócio até então negligenciada, enfatizando que, embora a produção nacional de petróleo e gás natural tenha apresentado crescimento nos últimos anos, esse avanço se deve majoritariamente aos projetos do pré-sal da Petrobras, enquanto os empreendimentos do pós-sal demonstram declínio produtivo. Com os recentes incentivos públicos, aliados a avanços na engenharia e à redução de custos processuais, tornou-se possível prolongar a vida útil de diversos campos em operação, elevando sua viabilidade econômica por períodos estendidos. Acrescenta-se, de forma inovadora, a análise de como a adoção de tecnologias digitais e práticas de otimização podem reverter tendências de queda, demonstrada pela avaliação de indicadores financeiros e operacionais de certos poços na Bacia de Campos. Esses poços, anteriormente em declínio e subexplorados, foram arrematados em leilões da ANP por empresas especializadas na revitalização de campos maduros. A partir de uma série de decisões estratégicas, observou-se não apenas a recuperação dos ativos, mas a transformação do cenário em algo significativamente mais lucrativo. Finalmente, além da análise operacional, o trabalho incorpora considerações sobre impactos sociais e ambientais, oferecendo uma visão global e enriquecida sobre o potencial desses campos no contexto energético nacional.

Palavras-chave: Petróleo; Gás natural; Campos maduros; Bacia de Campos; Análise técnico-financeira.



ABSTRACT

Mature areas represent oil and natural gas production assets that are nearing the end of their economic viability, yet in Brazil, they are often decommissioned prematurely. This study aims to analyze this previously neglected business opportunity, emphasizing that although the national production of oil and natural gas has grown in recent years, such progress is largely attributed to Petrobras' pre-salt projects, while post-salt ventures are showing a decline in production. With recent public incentives, coupled with engineering advancements and reduced processing costs, it has become possible to extend the productive life of several operating fields, thereby increasing their economic viability for longer periods. Innovatively, the study also examines how the adoption of digital technologies and optimization practices can reverse declining trends, as demonstrated by an evaluation of the financial and operational indicators of certain wells in the Campos Basin. These wells, once in decline and underexplored, were acquired at ANP auctions by companies specialized in revitalizing mature fields. Through a series of strategic decisions, not only were these assets recovered, but the scenario was transformed into one that is significantly more profitable. Finally, beyond the operational analysis, the work incorporates considerations of social and environmental impacts, offering a comprehensive and enriched perspective on the potential of these fields within the national energy context.

Keywords: Oil; Natural gas; Mature fields; Campos Basin; Technical-financial analysis.

1 INTRODUÇÃO

O setor de petróleo e gás se estabelece como um dos pilares fundamentais da economia global, impulsionando desde a segurança energética até a inovação em diversos segmentos industriais. No cenário brasileiro, sua relevância ganha contornos ainda mais expressivos, onde, de acordo com o BP Statistical Review of World Energy (2022), a atividade de hidrocarbonetos mantém uma forte presença na dinâmica econômica e na geração de empregos, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros. Dados recentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP, 2022) reforçam essa importância, apontando que determinadas regiões do país dependem significativamente dessa cadeia produtiva para a sustentação do Produto Interno Bruto.

Ao mesmo tempo em que o setor impulsiona o desenvolvimento econômico, ele também enfrenta desafios técnicos e ambientais, sobretudo em campos com longa história de exploração. Estudos do Instituto de Pesquisas Energéticas (IPE, 2021) indicam que campos maduros, caracterizados por décadas de operação, impõem complexidades técnicas elevadas — desde o descomissionamento seguro de instalações até a recuperação ambiental dos locais impactados. Nesse contexto, o Global Energy Efficiency Report

(GEE, 2021) destaca que os índices de recuperação de reservas, ainda aquém dos padrões internacionais, acentuam a necessidade de soluções inovadoras para prolongar a vida útil dos reservatórios.

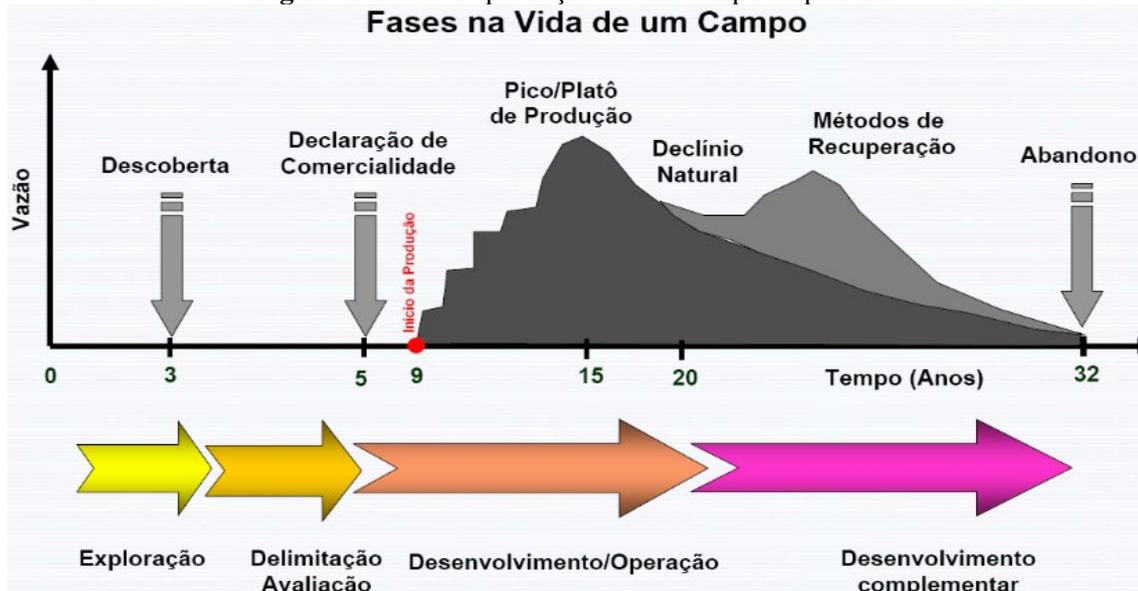
Nesse ambiente desafiador, a integração de tecnologias digitais e práticas sustentáveis desponta como estratégia indispensável para a revitalização do setor. A convergência entre inovação tecnológica e políticas públicas progressistas pode não apenas otimizar processos operacionais, mas também promover uma transição gradual para uma matriz energética mais diversificada e resiliente. Essa abordagem integrada se revela essencial para equilibrar os imperativos econômicos e ambientais, garantindo que o setor continue a contribuir para o desenvolvimento regional e a equidade social de forma sustentável.

2 PANORAMA DO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO E A DINÂMICA DOS CAMPOS MADUROS

De acordo com a U.S. Energy Information Administration (2022), o Brasil figura entre os principais produtores globais de petróleo, com uma produção média diária de aproximadamente 3 milhões de barris em 2021. Essa posição de destaque deve-se, em grande parte, à atuação consolidada da Petrobras, “que, além de ser a maior operadora do país, integra uma cadeia produtiva complexa que abrange desde a exploração até a distribuição dos hidrocarbonetos.” (PETROBRAS, 2020).

Entretanto, a robustez do setor esbarra em um desafio crucial: o envelhecimento progressivo dos reservatórios. “Os chamados campos maduros, caracterizados por décadas de exploração contínua, apresentam uma queda natural em seu desempenho, exigindo o emprego de técnicas de recuperação aprimoradas para otimizar a extração dos hidrocarbonetos remanescentes.” (Souza, 2019).

Figura 1- Fases de produção de um campo de petróleo
Fases na Vida de um Campo



Fonte: ENGEPROJ, 2008.

Nesse contexto, a implementação de métodos de Enhanced Oil Recovery – EOR – como a injeção de fluidos alternados, adição de agentes químicos e o uso de inteligência artificial na modelagem dos reservatórios tem se mostrado uma estratégia promissora para aumentar o fator de recuperação e prolongar a vida útil dos ativos (COSTA; MENDES, 2021).

Adicionalmente, a infraestrutura já existente nestas áreas oferece uma vantagem competitiva para investidores e empresas que buscam oportunidades de menor risco, pois os campos maduros dispõem de logística, experiência e know-how acumulado ao longo de anos de operação. Essa revitalização, por meio de inovações tecnológicas e políticas de incentivo, não só assegura a continuidade da produção, mas também gera receitas por meio dos royalties, que são fundamentais para o financiamento de políticas públicas e o desenvolvimento regional.

2.1 Estrutura Contratual e Mecanismos de Royalties

A promulgação da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997) representou uma transformação paradigmática no setor petrolífero brasileiro, ao romper com o monopólio estatal e instaurar um regime de concessões para a exploração de blocos onshore e offshore. Neste novo cenário, as empresas interessadas participam de licitações públicas, ofertando lances que incorporam, dentre outros elementos, o bônus de assinatura, o

cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM) e compromissos de conteúdo local. O bônus de assinatura consiste num pagamento inicial, realizado independentemente dos resultados futuros da exploração, o que confere a esse modelo um risco financeiro considerável para os operadores (ANP, 2017).

Em paralelo, a estrutura contratual vigente prevê a incidência de tributos ao longo da vida útil dos campos explorados. Entre eles, destacam-se os royalties – calculados sobre a receita líquida – e a participação especial, que incide sobre os campos de maior rentabilidade, constituindo mecanismos de compensação financeira à União pela utilização dos recursos naturais. Tais instrumentos visam não apenas a arrecadação, mas também a redistribuição dos benefícios gerados pela exploração, permitindo que o Estado invista em áreas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico.

Figura 3 - Alocação das receitas sob o Regime de Partilha da Produção

RECEITA BRUTA	Excedente Econômico	Renda Petrolífera	Tributos e Participações Governamentais (Administração Pública)	Parcela do Governo	Excedente em Óleo (Profit Oil)
		Remuneração do Capital (custo de oportunidade do capital)	Lucros e Dividendos da Parceria Empresa Estatal - Empresa Estrangeira/ Privada	Parcela Empresa Contratada	
	Custos	Custos de Abandono	Custos Recuperáveis (incorridos pela empresa contratada)	Custos Recuperáveis	Custo em Óleo (Cost Oil)
		Custos Operacionais			
		Custos de Desenvolvimento			
		Custos Exploratórios			

Fonte: Tolmasquim e Pinto Jr. (2011).

Com o advento das reservas do pré-sal, o modelo de exploração sofreu nova reconfiguração, emergindo o regime de partilha de produção. Diferentemente dos contratos de concessão, em que o concessionário detém a totalidade dos direitos sobre os hidrocarbonetos produzidos, o contrato de partilha impõe uma divisão da produção entre o operador e a União, estabelecendo uma relação mais direta entre o setor privado e o poder público. Neste regime, a interferência estatal é mais expressiva, condicionando a operacionalização do campo ao cumprimento de obrigações que incluem investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como a priorização de fornecedores nacionais.

A principal distinção entre os dois modelos reside na forma de remuneração e na gestão dos riscos. Nos contratos de concessão, o operador assume a integralidade dos riscos e benefícios, sendo responsável por toda a cadeia de comercialização, o que possibilita a preservação da receita gerada, mas também expõe a empresa a custos elevados, sobretudo quando se tratam de bônus de assinatura e obrigações do PEM. Por outro lado, no modelo de partilha de produção, a divisão dos resultados garante ao Estado uma fatia da produção – que se materializa por meio do repasse de hidrocarbonetos – mas implica em um controle mais rígido sobre as operações e na necessidade de uma gestão integrada para a definição de metas e prazos.

A implementação desses modelos contratuais tem implicações profundas na atração de investimentos para o setor. Enquanto o regime de concessão pode favorecer empresas com maior capacidade técnica e financeira para suportar riscos iniciais, o modelo de partilha oferece maior segurança jurídica e estabilidade de receita para o Estado, contribuindo para a manutenção de royalties e da participação especial, fundamentais para o financiamento de políticas públicas. Essa dualidade reforça a importância de um arcabouço regulatório robusto e transparente, que harmonize os interesses do setor privado com as demandas sociais e ambientais do país.

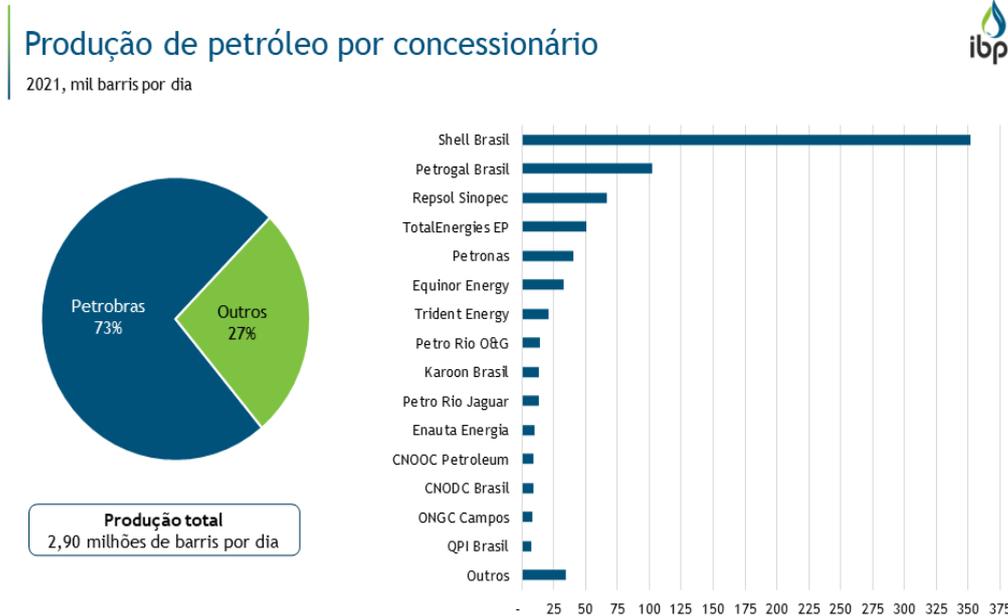
Em suma, a evolução dos contratos de exploração de petróleo e gás no Brasil reflete a complexidade e a dinâmica de um setor em constante transformação. A compreensão dos diferentes regimes – concessão e partilha – e dos mecanismos de remuneração associados é crucial para a formulação de políticas que promovam o equilíbrio entre o incentivo à inovação tecnológica, a mitigação dos riscos operacionais e a garantia de retorno financeiro para o Estado, contribuindo assim para a sustentabilidade do setor no longo prazo.

2.2 Perfil dos Principais Ativos Contratuais e Operacionais no Setor de Óleo e Gás

A transformação ocorrida a partir da promulgação da Lei do Petróleo instituiu dois modelos contratuais fundamentais para a exploração de hidrocarbonetos no Brasil, estabelecendo, de um lado, o regime de concessões e, de outro, o de partilha de produção. Nesta nova realidade, é imprescindível compreender a distinção entre concessionárias e

operadoras, visto que tais papéis, embora interligados, apresentam responsabilidades e desafios diferentes.

Figura 3 - Distribuição da Produção por Concessionário



Atualização - Agosto 2022
Fonte: Elaboração IBP com dados ANP

Fonte: IBP, 2022.

A concessionária é a empresa que detém o contrato de concessão, garantindo o direito de explorar determinada área para extração de petróleo e gás. Em contrapartida, a operadora é a responsável pela execução prática das atividades – desde a avaliação e desenvolvimento dos reservatórios até a produção e eventual desativação das instalações. Assim, uma mesma empresa pode ser concessionária, sem necessariamente assumir a operação direta do campo, delegando essa função a outra entidade especializada.

No cenário nacional, a Petrobras destaca-se como o principal agente do setor, tendo investido cifras da ordem de US\$102 bilhões até 2018 e, conforme o Plano Estratégico 2020–2024, projeta novos investimentos de aproximadamente US\$64 bilhões, dos quais cerca de US\$37,7 bilhões estão destinados à exploração no pré-sal (PETROBRAS, 2020). Essa robusta atuação consolidou a empresa como referência tanto na concessão quanto na operação dos campos, sendo um pilar que sustenta a dinâmica e o desenvolvimento tecnológico do setor.

Entre os atores internacionais, a Shell figura como a segunda maior concessionária no país. Pioneira na transição da fase exploratória para a produção em escala comercial, a Shell desenvolveu projetos emblemáticos nos campos de Bijupirá e Salema, marcando

sua inserção efetiva no mercado brasileiro. Nos campos do pré-sal, a empresa integra consórcios que administram ativos como Sapinhoá, Lapa, Tupi, Iara e Sagitário, os quais apresentam características distintas e níveis variados de produção – sendo que, com exceção de Lapa (operada pela Total), todos os demais estão sob gestão da Petrobras.

A cooperação entre as grandes empresas, evidenciada no consórcio que explora o campo de Mero, localizado no bloco de Libra, em águas ultra profundas, exemplifica a busca por sinergia no desenvolvimento de tecnologias e na maximização da eficiência operacional. Nesse campo, os reservatórios, com espessura que pode atingir aproximadamente 400 metros e produção estimada em 1,4 milhão de barris por dia, são considerados entre os mais promissores do mundo. A integração entre os diversos agentes – Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC – fomenta o intercâmbio de conhecimento e a implementação de soluções inovadoras, contribuindo para a superação dos desafios inerentes à exploração em ambientes complexos.

2.3 Desafios Econômicos na Extração de Petróleo em Campos Maduros

A exploração de hidrocarbonetos em reservatórios maduros apresenta um cenário complexo, caracterizado por custos operacionais crescentes e pela necessidade de investimentos contínuos em modernização. Em ambientes como a Bacia de Campos, onde os reservatórios já se encontram em fases avançadas de esgotamento, a redução da pressão natural e o desgaste das instalações impõem desafios significativos à manutenção da rentabilidade.

Em primeiro lugar, a extração de petróleo em campos maduros exige a aplicação de técnicas que vão além dos métodos convencionais. A redução da eficiência dos sistemas de bombeio, associada à diminuição da produtividade dos poços, torna imperativa a adoção de processos de recuperação aprimorada – como a injeção de fluidos modificadores, polímeros e gases – que possam estimular a mobilidade do óleo remanescente. Tais procedimentos, embora capazes de aumentar o fator de recuperação, demandam altos investimentos em tecnologia e conhecimento especializado, o que impacta diretamente os custos de produção.

Adicionalmente, o envelhecimento das plataformas e demais equipamentos offshore resulta em um acréscimo nos gastos com manutenção e reparos. A necessidade de modernizar infraestruturas obsoletas implica em despesas constantes para garantir a

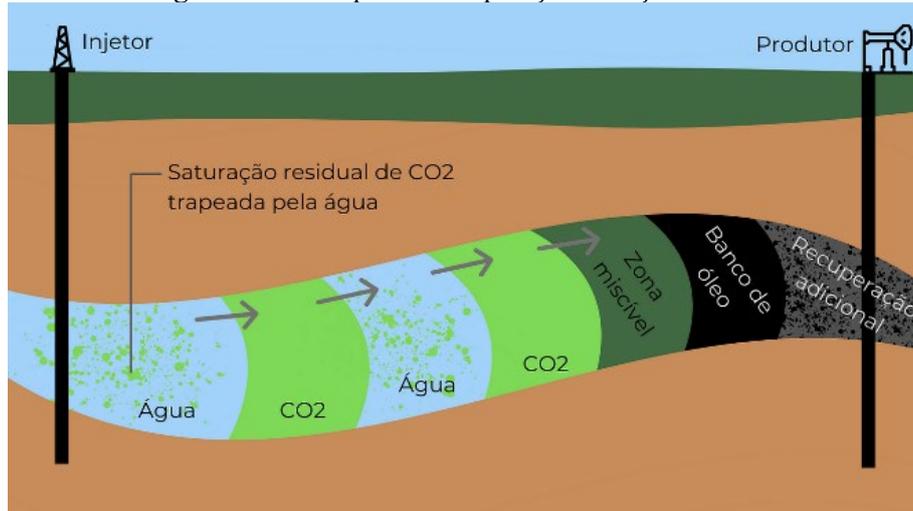
segurança operacional e a continuidade das atividades. Esse cenário tem sido agravado por uma redução gradual da produção, evidenciada em indicadores recentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que apontam para uma queda progressiva nos volumes extraídos ao longo dos últimos anos.

Para mitigar esses desafios, as empresas têm investido em iniciativas voltadas à otimização de processos e à incorporação de tecnologias de ponta. A digitalização dos sistemas de monitoramento, por meio de sensores inteligentes e análise de Big Data, permite o gerenciamento remoto e a previsão de falhas, contribuindo para a redução de tempos de parada e a minimização de custos operacionais. Outras estratégias incluem a automação de operações e o emprego de inteligência artificial para simulação de cenários e planejamento estratégico, possibilitando uma atuação mais precisa e eficiente na extração dos recursos.

A conjugação de métodos avançados de recuperação com práticas de gestão inovadoras é, portanto, fundamental para manter a viabilidade econômica dos campos maduros. Essa abordagem integrada não só fortalece a competitividade do setor, mas também garante que os desafios impostos pelo envelhecimento dos reservatórios sejam enfrentados com soluções sustentáveis e economicamente viáveis.

2.4 Aplicação de Técnicas Avançadas de Recuperação

A utilização de métodos de recuperação avançada de petróleo (Enhanced Oil Recovery – EOR) constitui uma estratégia essencial para a reativação e otimização da produção de hidrocarbonetos em reservatórios que já passaram do pico de extração. No contexto dos campos maduros, especialmente na Bacia de Campos, tais técnicas emergem como resposta à queda na eficiência dos métodos convencionais, como a simples injeção de água, permitindo a liberação de volumes adicionais de petróleo e gás que permanecem retidos nas estruturas geológicas.

Figura 4 – Exemplo de recuperação avançada de óleo

Fonte: CZARNOBAY, 2022.

Em termos práticos, a EOR envolve a injeção de fluidos com propriedades específicas – tais como soluções de água modificada, dióxido de carbono (CO₂) ou solventes orgânicos – que são escolhidos com base nas características intrínsecas do reservatório, como porosidade, permeabilidade e viscosidade do óleo. Enquanto a injeção de água é historicamente a técnica mais empregada, a substituição ou complementação desse método por CO₂ ou solventes pode se revelar mais eficaz em situações onde o petróleo apresenta alta viscosidade ou quando o reservatório demanda uma intervenção mais robusta para superar barreiras de mobilidade dos fluidos.

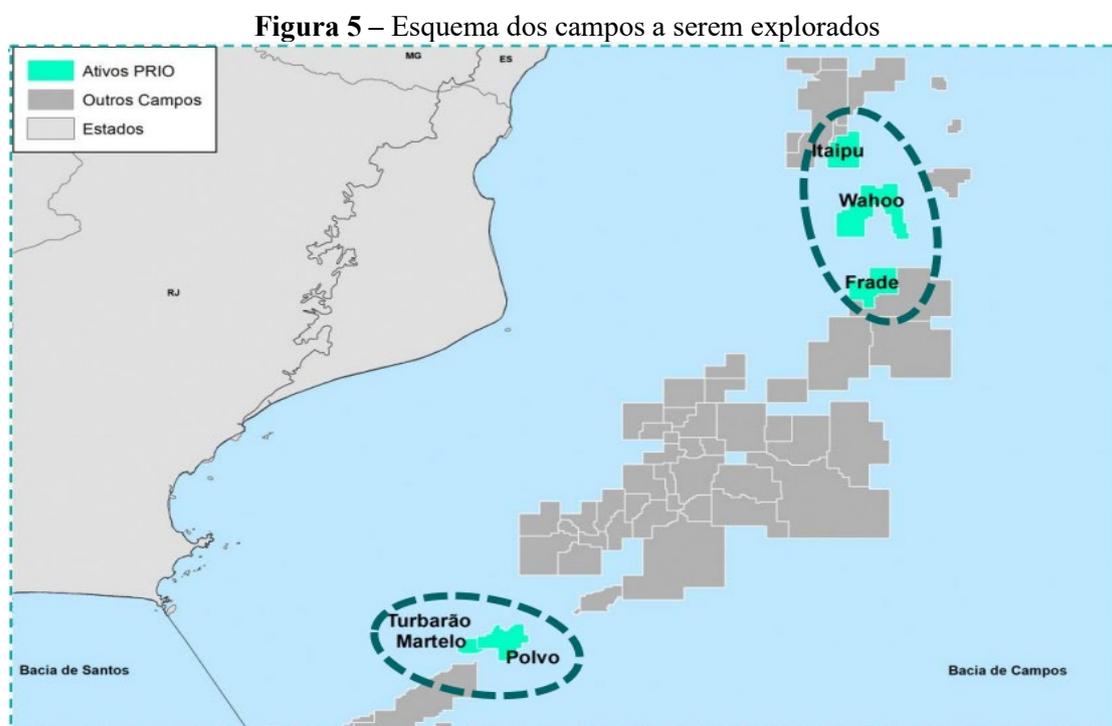
A escolha do fluido ideal é um processo crítico, que requer uma análise detalhada das condições geológicas e físicas do reservatório. Técnicas laboratoriais e simulações numéricas são empregadas para determinar a compatibilidade do agente injetado com as características do óleo e da rocha, de modo a maximizar a miscibilidade e reduzir a viscosidade do petróleo. Essa abordagem permite a liberação dos hidrocarbonetos que, de outra forma, permaneceriam inacessíveis, ampliando assim a recuperação total do recurso e prolongando a vida produtiva dos campos maduros.

Além do aprimoramento da recuperação dos hidrocarbonetos, a implementação de projetos de EOR contribui para a sustentabilidade econômica da indústria, ao possibilitar a manutenção dos níveis de produção em um cenário de declínio natural dos reservatórios. Dessa forma, os investimentos em tecnologias avançadas de recuperação não apenas otimizam a exploração dos ativos existentes, mas também reforçam a competitividade do setor petrolífero nacional.

3 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA

O Campo Polvo, localizado na zona sul da Bacia de Campos – aproximadamente 100 km da costa do Rio de Janeiro – tem sua trajetória marcada por uma série de transformações que evidenciam seu potencial de revitalização e os desafios inerentes à operação de reservatórios maduros. Inicialmente identificado em 1993 pela Petrobras e com início de produção em 2007, o ativo passou por mudanças de controle, sendo adquirido pela Prio em 2013, que, a partir de 2014, implementou um robusto plano de reabilitação do campo.

A análise foi conduzida por meio da coleta de dados técnicos e financeiros oriundos de publicações oficiais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e de relatórios corporativos da PetroRio. Foram considerados indicadores como o custo operacional médio por barril extraído (lifting cost) e o EBITDA, os quais serviram para mensurar a eficiência das operações e a sustentabilidade econômica do campo. Complementou-se o estudo com a revisão bibliográfica de estudos de caso que abordam a reabilitação de campos maduros, permitindo uma compreensão integrada dos fatores que influenciam a viabilidade dos investimentos.

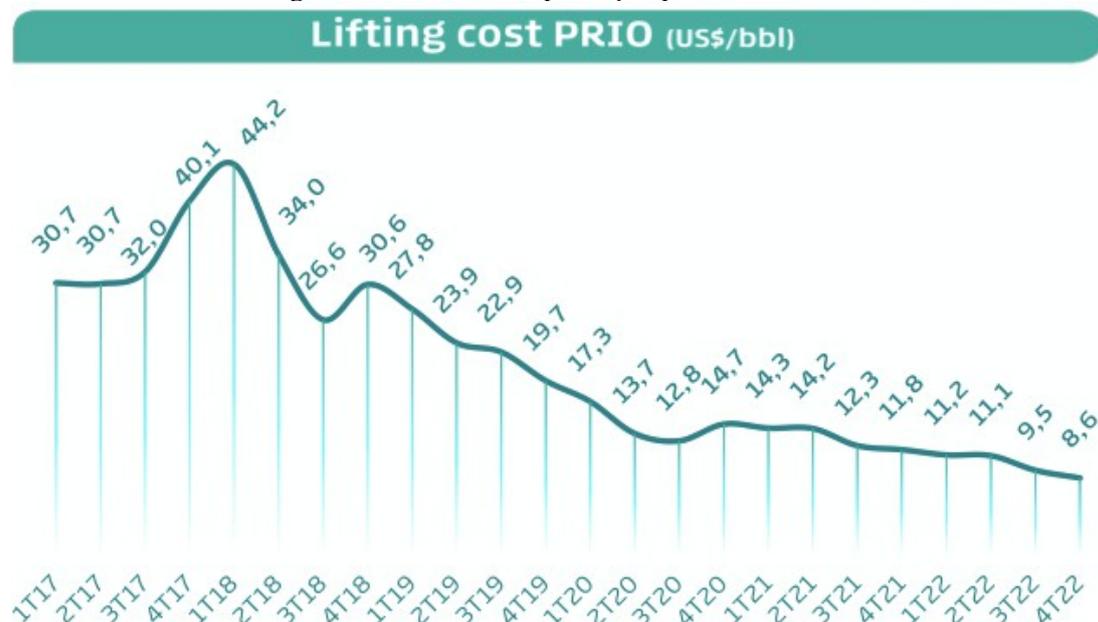


Fonte: PRIO, 2020.

A Prio implementou, a partir de 2014, um programa de reabilitação que se estruturou em diversas fases. A primeira etapa concentrou esforços na otimização dos poços já existentes, enquanto a segunda fase priorizou a perfuração de novos poços, nos campos de Frade, Tubarão martelo, Itaipu, Polvo e Wahoo, com o intuito de ampliar as reservas provadas. Como resultado, verificou-se um acréscimo significativo nas reservas estimadas, estendendo assim, a vida útil dos campos.

Paralelamente, o lifting cost apresentou uma redução expressiva, passando de valores próximos a US\$ 40 por barril em 2017 para US\$ 8,6 por barril em 2022. Essa queda significativa evidencia a eficácia das medidas adotadas, tais como a modernização das instalações, o aprimoramento dos processos produtivos e a implementação de tecnologias de recuperação avançada, que incluem métodos inovadores para lidar com a extração de óleo de alta viscosidade. Ainda que o EBITDA da operação seja impactado por eventos não recorrentes, a tendência positiva dos indicadores operacionais reforça a viabilidade econômica do campo, demonstrando que os investimentos direcionados à reabilitação têm gerado retorno financeiro consistente.

Figura 6 – Previsão de produção por EOR até 2040



Fonte: PRIO, 2022.

O lifting cost abrange apenas os custos operacionais, excluindo as despesas da companhia, como royalties, despesas administrativas e impostos. No entanto, é um indicador amplamente utilizado pela indústria para orientar a operação.

Para uma análise mais precisa da situação financeira, será considerado também o resultado operacional da empresa. É importante destacar que o EBITDA da companhia era fortemente impactado por resultados não recorrentes, o que poderia prejudicar a avaliação. A tabela abaixo apresenta a evolução do resultado operacional da PetroRio a partir do ano de 2017, expresso em valores monetários em milhares de reais.

Tabela 1- Evolução da receita operacional da companhia

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA TOTAL	533.922	848.920	1.644.346	1.904.185	4.396.003	6.231.424
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO	-299.296	-377.820	-583.838	- 513.009	-802.152	-842.229
ROYALTIES	-48.589	-76.660	-143.778	- 152.552	- 321.093	-484.627
RESULTADO DAS OPERAÇÕES	186.037	394.440	916.730	1.238.624	3.272.758	4.855.925

Fonte: Autoria própria.

A PetroRio divulga trimestralmente em seu site os resultados obtidos no período, de onde foi possível montar a seguinte tabela:

Tabela 2- Evolução do fluxo de caixa da companhia

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
FLUXO DE CAIXA	-282,7	-93,4	-116,8	40,5	-81,3	70,9	-1.293,1	850,9	1.240,1	1.196,5

Fonte: Autoria própria.

Conhecendo o fluxo de caixa e a taxa mínima de atratividade, conseguimos calcular o VPL e ver se a operação da PetroRio na bacia de Campos é viável.

Utilizando a fórmula para encontrar o valor presente líquido (VPL):

$$V_{PL} = \sum_{n=1}^{n=N} \frac{FC_t}{(1+i)^n} \quad (1)$$

Onde, VPL = Valor Presente Líquido, FC_t = fluxo de caixa do período, i = taxa de desconto e t = período de tempo.

Tabela 3- Histórico e previsão do fluxo de caixa ao longo dos anos

Ano	Receita Anual	Despesas Anuais	Fluxo de Caixa
2013	R\$ 4.400,000	-R\$ 287.900,000	-R\$ 282.700,000
2014	R\$ 486.800,000	-R\$ 580.200,000	-R\$ 93.400,000
2015	R\$ 253.100,000	-R\$ 369.900,000	-R\$ 116.800,000
2016	R\$ 397.900,000	-R\$ 357.400,000	R\$ 40.500,00
2017	R\$ 533.900,000	-R\$ 615.200,000	-R\$ 81.300,000
2018	R\$ 848.900,000	-R\$ 778.000,000	R\$ 70.900,000
2019	R\$ 1.644.900,000	-R\$ 2.937.400,000	-R\$ 1.293.100,000
2020	R\$ 1.904.200,000	-R\$ 1.053.300,000	R\$ 850.900,000
2021	R\$ 4.396.000,000	-R\$ 3.736.100,000	R\$ 1.240.100,000
2022	R\$ 6.363.500,00	-R\$ 5.167.000,000	R\$ 1.196.500,000
2023	R\$ 5.200.000,00	-R\$ 3.000.000,000	R\$ 2.200.000,000
2024	R\$ 6.000.000,000	-R\$ 4.800.000,000	R\$ 1.200.000,000
2025	R\$ 6.800.000,000	-R\$ 4.500.000,000	R\$ 2.300.000,000
2026	R\$ 7.250.000,000	-R\$ 4.700.000,000	R\$ 2.550.000,000
2027	R\$ 7.300.000,000	-R\$ 3.945.000,000	R\$ 3.355.000,000
2028	R\$ 6.900.000,000	-R\$ 3.700.000,000	R\$ 3.200.000,000
2029	R\$ 6.300.000,000	-R\$ 3.300.000,000	R\$ 3.000.000,000
2030	R\$ 4.800.000,000	-R\$ 31.000.000,000	R\$ 1.700.000,000
Investimento		-R\$	235.000,00

Fonte: Autoria Própria.

Tabela 4- Valor presente líquido

Taxa	Valor Presente Líquido
10%	R\$ 5.436.124.153,89
15%	R\$ 2.765.667.838,07
20%	R\$ 1.395.408.572,59
25%	R\$ 668.676.464,37
30%	R\$ 272.830.386,32
40%	-R\$ 70.433.372,29

Fonte: Autoria própria.

Figura 7 – Taxa interna de retorno (TIR)

$$TIR = TMVAP + (MVAP / (MVAP + VANS)) \times IT$$

$$TIR = 30 + (272830386,32 / (272830386,32 + 70433372,29)) \times 18$$

$$TIR = 44,3\%$$

Fonte: Autoria própria.

Um campo é considerado viável economicamente enquanto o preço de venda do barril de petróleo supera o custo de produção. Assim, a operação da empresa reduziu significativamente os custos e manteve ou até aumentou a produção, mostrando que com investimento em pesquisa e novas tecnologias, os campos maduros podem gerar um bom retorno financeiro com investimento inicial relativamente baixo.

Dessa forma, considerando o investimento inicial de R\$ 235 milhões e o VPL da operação da companhia, vemos que a atuação da PetroRio no campo petrolífero de polvo tem gerado resultados expressivos e rentabilidade satisfatória. Esses desempenhos positivos evidenciam a eficiência das estratégias implementadas, não apenas pela PetroRio, mas também por outras operadoras em outros campos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste estudo mostram que, com investimento adequado em tecnologia e uma abordagem estratégica, campos maduros podem continuar sendo uma fonte lucrativa de petróleo e gás no Brasil. Além disso, a recuperação de campos maduros pode ser vista como uma forma de garantir o desenvolvimento econômico sustentável, mantendo empregos e gerando receita para a União e municípios.

A combinação de tecnologia, políticas públicas eficazes e investimento contínuo é vital para prolongar a vida útil dos campos maduros. A abordagem integrada que considere tanto os aspectos tecnológicos quanto os sociais e econômicos é fundamental

para o sucesso contínuo do setor. Desta forma, reforçamos a importância de uma estratégia que promova o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

ERRATA: Em atenção às observações sobre possíveis semelhanças com conteúdos publicados, esclarecemos que as correspondências identificadas decorrem do emprego de terminologia técnica consagrada e de conceitos amplamente difundidos na área, sem intenção de reproduzir textos preexistentes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS ANP, 2019, A história do petróleo no Brasil. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/institucional/a-historia-do-petroleo>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ESTEVES, Rodrigo Acquarone. **Janela de Oportunidade e Análise Técnico Financeira da Exploração do Ativo de Polvo Pela Petrorio SA**. Disponível em: <http://www.repositorio.poli.ufrj.br/monografias/projpoli10034493.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CHAMBRIARD, Magda. **Potencial petrolífero da bacia de Campos**. Rio de Janeiro, 23 fev. 2010. Apresentação em PowerPoint. 20 slides. color. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/consultas-e-audiencias-publicas/consulta-audiencia-publica/2009/arquivos-2009/cp-14-2009/apresentacao_uenf_campos_magda_final.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

DELGADO, Fernanda *et al.* Royalties e o eor em campos maduros no Brasil: discussões sobre alíquotas e arrecadações. **Coluna Opinião**, Rio de Janeiro, jun. 2018, 26 p. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/site_coluna_opiniao_93_-_royalties_rev1.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

LOUREIRO, Tabita. **Campos em declínio de produção**. Rio de Janeiro: ANP, 2017. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/Palestras/campos_maduros_royalties/Tabita_Loureiro.pdf. Acesso em: 23 Dez. 2022.

O&G INOVAÇÃO, 2021. **Campos maduros e o desafio da revitalização - O&G Inovação**. [online] Disponível em: <https://www.oginovacao.com.br/post/campos-maduros-e-o-desafio-da-revitalizacao>. Acesso em: 23 Dez. 2022.

PETROBRAS, (2021). **Como funciona o gerenciamento de reservatórios na Petrobras**. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao/tecnologia-e-inovacao/gerenciamento-de-reservatorios.html> Acesso em: 28 Dez. 2022.

PETROBRAS. **Plano Estratégico 2020–2024**. Disponível em <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/estrategia>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PETRORIO, **Releases de resultados**. Disponível em: <http://ri.petroriosa.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 12 Dez. 2022.

PETRORIO, **Relatórios de certificação de reservas**. Disponível em: <http://ri.petroriosa.com.br/servicos-aos-investidores/relatorios-de-certificacao/>. Acesso em: 12 Dez. 2022.

QUINTAS, Humberto. **Concessão vs. Partilha**. IBP, 2020. Disponível em: https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2016/11/4-HUMBERTO-QUINTAS_BP_Ciclo-de-Debates_Partilha-e-Concess%C3%A3o_04_11_2016_.pdf. Acesso em: 23 Dez. 2022.

RAMALHO, André. Desinvestimentos da Petrobras atraem novos produtores de óleo e gás para o Brasil. **VALOR**, 2019. Disponível em:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/12/27/desinvestimentos-da-petrobras-atraem-novos-produtores-de-oleo-e-gas-para-o-brasil.ghtml>. Acesso em: 23 Dez. 2022.

SCHLUMBERGER, 2020, **Glossary**. Disponível em:

https://www.glossary.oilfield.slb.com/en/Terms/a/abandonment_costs.aspx. Acesso em: 23 Dez. 2022.

SOUZA, J. R. *et al.* Desafios e Inovações na Extração de Hidrocarbonetos em Reservatórios Maduros. *In: Revista Brasileira de Energia*, v. 15, n. 2, p. 87–105, 2019. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/issue/view/29>. Acesso em: 19 nov. 2022.

OFFSHORE TECHNOLOGY. **Roncador Oil Field, Campos Basin, Brazil.**

Disponível em: <https://www.offshore-technology.com/projects/roncador-oil-field-campos-basin-brazil/>. Acesso em: 23 Dez. 2022.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

Apresentação

O dossiê *Horizontes fluminenses em perspectiva histórica* reúne 11 artigos de pesquisa original, que contribuem para pensar o Estado do Rio de Janeiro a partir de diferentes recortes espaciais e de época. Sua proposta foi elaborada no âmbito da Rede de Pesquisadores de História Fluminense, coordenada pela Professora Emérita Ismênia de Lima Martins, da Universidade Federal Fluminense, que reúne pesquisadores de diferentes instituições do Rio de Janeiro para promover o diálogo e a reflexão sobre a história fluminense em diferentes temáticas, incentivando e divulgando novas pesquisas.

A organização do dossiê acompanha a tendência da historiografia contemporânea em reconhecer a importância das dinâmicas locais e regionais para a compreensão da história nacional. É assim que, nas últimas décadas, visões tradicionais da história do Brasil centradas na afirmação da unidade nacional e sustentadas na linearidade do tempo histórico têm sido desafiadas pela valorização das experiências regionais. Essa perspectiva parte do pressuposto de superação do enfoque que opõe história regional e nacional, história local e global para perseguir um jogo de escalas, que não se resolve na soma de partes, mas no reconhecimento da multiplicidade de processos na construção do Brasil.

Por outro lado, é preciso salientar que a proposta de organização deste dossiê da revista *Cadernos de Desenvolvimento Fluminense* procura incentivar a pesquisa sobre a história fluminense. Não há como deixar de reconhecer que os estudos sobre a história fluminense sempre tiveram que conviver com o fato de que as experiências regionais foram marcadas pela proximidade com o centro de poder de alcance abrangente, ao menos desde a transferência do governo-geral e da sede do vice-rei da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, seguida pela instalação da corte portuguesa em terras cariocas, em 1808, e a afirmação da cidade do Rio de Janeiro como núcleo da política nacional, primeiro como sede da monarquia do Império do Brasil, a partir de 1822, e depois como capital federal republicana, de 1889 até a transferência do Distrito Federal para Brasília, em 1960. Tal proximidade em determinados momentos e lugares dificultou a autonomia da política provincial ou estadual e não favoreceu a construção do pensamento regional. Não sem razão, predomina na historiografia fluminense o enfoque nas histórias municipais ou sub-regionais.

Esse quadro de abordagens entre o recorte municipal e sub-regional se caracteriza nos estudos reunidos nesse dossiê. Há artigos que enfocam a história de municípios, como Barra do Piraí, Itaboraí, Duque de Caxias e São Gonçalo e Campos dos Goytacazes, como trabalhos dedicados ao Vale do Paraíba e Noroeste Fluminense. Chama atenção o fato de que os artigos reunidos abordam o século XIX e o século XX, assim como há um conjunto de textos que tratam, de modo original, os desafios do tempo presente a partir da referência histórica. A boa surpresa é a constatação da diversidade de temas de estudo, que variam entre a história das ferrovias, da medicina, da educação, da economia e do trabalho, recorrendo a uma grande variedade de fontes de pesquisa.

O contexto social do Vale do Paraíba é tratado em dois artigos. Em *Ferrovia e cidade: de passado harmonioso a horizonte conturbado em Barra do Piraí*, Jéssica de Fatima Rossone Alves retrata historicamente a cidade de Barra do Piraí, a partir de sua relação com a implantação das vias férreas no século XIX e sua trajetória posterior, apontando conflitos entre a conformação do espaço urbano e as operações empreendidas na ferrovia na atualidade. Anne Thereza de Almeida Proença, por sua vez, no artigo *O Vale do Paraíba Fluminense oitocentista sob a perspectiva da presença médica*, trata as memórias de Joaquim Eloy dos Santos Andrade para caracterizar como a riqueza escravocrata da produção de café atraiu os serviços de médicos, que se constituíram como sujeitos sociais importantes na região do valeparaibana do século XIX.

A história local municipal é tratada em três outros artigos. Inicialmente, o artigo *A escrita da História de Itaboraí: particularidades locais e as principais abordagens historiográficas*, da autoria de Gilciano Menezes Costa, analisa as contribuições dos principais trabalhos que estudaram a história do município, caracterizando as diferentes abordagens, desde o século XIX até a produção historiográfica mais recente. De outro lado, Márcia Spadetti Tuão da Costa, Renata Spadetti Tuão, Marluce Souza de Andrade e Thays Rosalin de Araújo, no artigo *A história oral como fonte de pesquisa em educação no município de Duque de Caxias*, apresentam os resultados do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED), que entrevistou agentes históricos, que participaram dos Centros Pró-Melhoramentos e foram responsáveis pela criação de escolas na comunidade da Vila Operária e no bairro de Jardim Primavera, na década de 1960. Da autoria de José Luís Honorato Lessa, o artigo *“Tens usinas com muitas chaminés”: um perfil da concentração industrial em São Gonçalo – RJ* aborda a

trajetória da indústria na Manchester Fluminense, ao longo do século XX. Com base na imprensa da época, a luta dos comerciários, na cidade do Rio de Janeiro, pelo controle da jornada de trabalho, entre os anos de 2000 e 2010, é o objeto de estudo de Eliane Aparecida Silva e Cezar Teixeira Honorato, em *Sindicalismo comerciário e repouso dominical*.

Os outros artigos do dossiê apresentam análises sobre o estado do Rio de Janeiro na atualidade. *Indústria e crescimento econômico do Rio de Janeiro (2002-2021): características setoriais e intensidade da desindustrialização fluminense*, de Leonardo Aucar, analisa o processo de desindustrialização do estado do Rio de Janeiro de 2002 até 2021 com base no estudo das taxas de crescimento real dos setores industriais e do PIB do Rio de Janeiro e do Brasil, verificando que o processo fluminense se deu de modo mais acelerado do que em outros estados brasileiros. No artigo *Um olhar sobre a agropecuária do estado do Rio de Janeiro*, os autores Helga Restun Hissa e Renato Linhares de Assis tratam as raízes históricas da agropecuária estadual, considerando que a estagnação do setor teve como consequência a perda de sua competitividade no cenário econômico no Brasil recente. Jorge Natal, Jose Luis V. da Cruz e Helcio Medeiros Junior, em *A atual região noroeste fluminense: uma esfinge a ser decifrada?* revela que o processo histórico de ocupação regional legou uma série de pequenas atividades econômicas que sustentam a renda e o emprego no Noroeste fluminense, inclusive com peso relativo importante na cena econômica estadual. Luiza de Souza Barbosa e Maria Catharina Reis Queiroz Prata, por sua vez, no artigo *Desigualdades sociais em Campos dos Goytacazes/RJ*, analisam dados sobre a questão racial e de gênero, reforma tributária e agrária, bem como acesso à cultura para discutir as condições gerais da sociedade campista na atualidade local. Finalmente, no artigo *Entre a saudade e o compromisso com o futuro: o estado do Rio de Janeiro sem planejamento*, Helcio de Medeiros Junior se debruça sobre a trajetória histórica de formação do estado do Rio de Janeiro, destacando o contexto pós-fusão, para considerar o saudosismo gerado com a mudança da capital federal como elemento que compromete o desenvolvimento de políticas públicas alternativas para melhoria econômica e social do estado.

Finalmente, vale destacar que os artigos apresentados são uma demonstração das diversas possibilidades de pesquisa abertas na atualidade para estudar a história fluminense. A iniciativa procura dar **visibilidade a um campo de investigação que merece ser ampliado. É preciso, ainda, registrar os agradecimentos às contribuições**

recebidas e o desejo de que este dossiê temático contribua para ampliar o diálogo e incentivar novas pesquisas sobre a história fluminense.

Boa leitura!

Fania Fridman, Isabella Gaze e Paulo Knauss.

Rio de Janeiro, dezembro de 2024.

A ESCRITA DA HISTÓRIA DE ITABORAÍ: PARTICULARIDADES LOCAIS E AS PRINCIPAIS ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS

THE WRITING OF THE HISTORY OF ITABORAÍ: LOCAL PARTICULARITIES AND THE MAIN HISTORIOGRAPHICAL APPROACHES

Gilciano Menezes Costa

 <https://orcid.org/0000-0002-6724-5622>

Correspondência: gilhist@gmail.com

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Rio de Janeiro, Brasil.
Professor de História na rede pública estadual de ensino em Itaboraí (SEEDUC-RJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.87289

Recebido em: 15 set. 2024 | **Aceito em:** 04 nov. 2024.

RESUMO

O presente estudo analisa as principais abordagens historiográficas sobre a História de Itaboraí, dando destaque aos temas locais de maior relevância para compreender os paradigmas historiográficos e as modificações analíticas sobre os mesmos. Mais do que apresentar as informações gerais da história desse município, buscou-se inseri-las em um âmbito analítico que explicita os diversos problemas e as contribuições dos principais trabalhos que estudaram a História da cidade. Com isso, o objetivo é contribuir para futuras pesquisas e para a intensificação de uma produção científica sobre a História Local, onde a metodologia, a comprovação de hipóteses, a análise comparativa das fontes primárias e o diálogo historiográfico passem a ser, cada vez mais, implementados e valorizados. Trata-se de um trabalho sobre a escrita da História de Itaboraí, com ênfase nas pesquisas que iniciaram ou romperam com os paradigmas historiográficos existentes na produção local.

Palavras-chave: Itaboraí; história local; historiografia.

ABSTRACT

The present study analyzes the main historiographical approaches to the History of Itaboraí, highlighting the most relevant local themes to understand their historiographical paradigms and analytical modifications. More than presenting general information about the history of this municipality, we sought to insert it into an analytical framework that explains the problems and contributions of the main works about the history of the city. In this way, the objective is to contribute to future research and for the intensification of scientific production on Local History, where methodology, proof of hypotheses, comparative analysis of primary sources and the historiographic dialogue begin to be more implemented and valued. This is a work on the writing of the History of Itaboraí, with an emphasis on research that initiated or broke with the historiographic paradigms existing in local production.

Keywords: Itaboraí; local history; historiography.



1 INTRODUÇÃO

A análise da escrita da História de Itaboraí tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de pesquisas, na esfera local, baseadas em metodologias, comprovações de hipóteses, análises comparativas de fontes primárias e por diálogos historiográficos, na medida em que são apresentadas diversas abordagens com seus respectivos equívocos analíticos - caracterizados por uma historiografia tradicional positivista em que as generalizações e o determinismo dos fatos históricos eram predominantes -, assim como os estudos que romperam com essa historiografia e ampliaram e problematizaram os métodos de análise sobre a História da cidade.

Como será corriqueira a menção da História Local neste artigo, torna-se relevante mencionar que esta é interpretada neste trabalho como uma metodologia de estudo, baseada, segundo Erivaldo Fagundes Neves:

[...] numa proposta de investigação das atividades cotidianas de comunidades conectadas historicamente num território, conscientes do pertencimento a ele, integradas, portanto, em afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com a identificação das suas interações internas e articulações exteriores [...] (Neves, 2008, p. 31).

Esta proposta de análise não buscou apresentar de forma genérica todas as pesquisas históricas desenvolvidas sobre Itaboraí, mas sim em priorizar os principais trabalhos que iniciaram a escrita da história da cidade e aqueles que inovaram e debateram com essa produção. As obras analisadas foram estudadas dentro do contexto de suas produções e os temas locais foram apresentados para além de fatos históricos, visto que foram utilizados como recursos comparativos entre as abordagens, explicitando por um lado as simplificações e generalizações e, por outro, as complexidades e problematizações.

Por fim, para além da contribuição acadêmica que o presente trabalho intenciona alcançar, busca-se desenvolver um estudo que possibilite ser utilizado como um recurso de pesquisa para desconstruir, na memória coletiva local, alguns dos principais equívocos existentes na História de Itaboraí.

2 JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: ABORDAGENS INICIAIS DA HISTÓRIA DE ITABORAÍ

Os estudos locais do município de Itaboraí foram iniciados pelos trabalhos de Joaquim Manuel de Macedo. Situado na parte Leste do Recôncavo da Guanabara do Estado do Rio de Janeiro, Itaboraí, local onde Macedo nasceu no ano de 1820, tem sua formação territorial no desfecho das divisões político-administrativas ocorridas na Vila de Santo Antônio de Sá e na conseqüente incorporação da Vila Nova de São José Del Rei pela Vila de São João de Itaboraí, quando esta última foi criada em 1833 (Brasil, 1873, p. 28).

O escritor, além de ter sido romancista, jornalista e professor, também atuou profissionalmente como historiador, fazendo parte inclusive do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi a partir de sua primeira crônica, intitulada “São João de Itaboraí”, que as abordagens locais sobre essa região foram apresentadas em seus trabalhos. O texto foi publicado, em 1845, no *Ostensor Brasileiro*, sendo esse um jornal literário e pictorial impresso na cidade Rio de Janeiro (Macedo, 1845, p. 179-181)¹.

Nesse escrito, Macedo, além de construir uma narrativa literária, apresentou informações da localização de Itaboraí: “a oito léguas de distância da Cidade de Niterói”; as principais edificações acompanhadas de alguns fatos históricos, como a menção à casa do “conselheiro José Bernardino Baptista Pereira, na qual foi outrora hospedado o Real avô de S. M. Imperial”; a produção agrícola principal: “vastos canaviais promissores de abundância e riqueza”; e questionou o interesse próprio como fator obstaculizador do progresso da vila: embora rico e saudável, Itaboraí “ou permanece estacionário, ou seu progresso é quase imperceptível: por que não progredi ele?” (Macedo, 1845, p. 179-181).

Macedo, nessa crônica, além de ter proporcionado contribuições escritas para o estudo da História Local de Itaboraí, publicou junto com seu texto uma litografia do local que se constituía, na época, o povoado itaboraiense. Chama atenção a maneira como ele publicou a imagem no texto, pois a inseriu de forma interligada com a sua descrição escrita do local: “formam a povoação cinco ruas e a praça em que existe o templo, e da qual a estampa, que acompanha este artigo, representa uma parte.” Há uma proposta em seu trabalho, já nesse período, em gerar conhecimento histórico através do uso da escrita associada à imagem como ferramenta explicativa sobre o local. A figura apresentada em

¹ Para saber mais sobre a atuação de Macedo como historiador ver: (Bosisio, 2007).

seguida representa um valioso registro iconográfico da sede da Vila de São João de Itaboraí no final da primeira metade do século XIX (Macedo, 1845, p. 180)².

Figura 1 - Sede da Vila de São João de Itaboraí (1845)



Fonte: Ostensor Brasileiro - Hemeroteca Digital da Fundação da Biblioteca Nacional

Em outras de suas obras, Joaquim Manuel de Macedo realizou diversas menções sobre sua terra natal. No livro “O Forasteiro” ele inseriu sua narrativa literária na região de Itaboraí, realizando algumas menções de fatos históricos, como a origem da Igreja de São Batista e a sua mudança de orago (Macedo, 1855, p. 28). De forma semelhante, embora sejam narrativas diferentes, ele também ambientou em Itaboraí o seu romance “O Rio do Quarto”, narrando uma história que teria ocorrido, no final do século XVIII, na freguesia de São João de Itaboraí. Nesse trabalho ele enalteceu a vila e citou algumas de suas edificações como motivo de destaque da região. Mencionou também habitações particulares locais que teriam hospedado integrantes da família real em diferentes períodos (Macedo, 1869, p. 7-13).

² Litografia é uma técnica de gravura que envolve a criação de marcas (ou desenhos) sobre pedra calcária (matriz) com um lápis gorduroso. Essa litografia foi produzida pelo suíço Pedro Ludwig em sua oficina localizada no centro do Rio de Janeiro. Até o momento, não se sabe quem pintou a imagem, apenas quem a reproduziu em uma litografia. A pintura buscou registrar parte do cotidiano da sede política-administrativa da Vila de São João de Itaborahy. As principais construções na imagem eram a Câmara Municipal, à esquerda; o teatro, no meio e ao lado da entrada de uma rua; e a Igreja de São João Batista na parte direita da imagem. Pedro Ludwig era sócio de Frederico Guilherme Briggs quando a obra foi produzida. Outra oficina de litógrafos que também era requisitada, nesse período, pertencia aos sócios Heaton; Rensburg. A coexistência dessas oficinas e a pouca quantidade de obras sobre o tema contribuíram para que algumas leituras equivocadas ocorressem, dando os créditos da litografia de São João de Itaborahy à Heaton; Rensburg e não a Pedro Ludwig. Esse equívoco pode ser localizado no catálogo do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para saber mais ver: (Cunha, 2010).

Por fim, em sua obra intitulada “Ano biográfico brasileiro”, trabalho caracterizado principalmente por uma escrita de historiador, Macedo apresentou biografias de pessoas que ele considerava como personalidades de destaque da História do Brasil. Entre os nomes biografados, alguns eram itaboraienses, como o pintor José Leandro de Carvalho e o político conservador Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), entre outros. Na elaboração dessas biografias, menções de episódios históricos locais que envolviam esses personagens foram apresentadas (Macedo, 1876).

Os escritos de Macedo sobre a História Local de Itaboraí eram caracterizados pelo ufanismo - visto que buscava enaltecer informações da vila diante da província -, pelos feitos de personagens que possuíram projeção social e financeira em algum momento de suas vidas e pela descrição de datas de paróquias locais e de sua vila de origem, citada de forma aleatória em seus escritos literários e biográficos.

Relevante constatação fez Rui Aniceto Nascimento Fernandes sobre o discurso presente de Joaquim Manuel de Macedo no livro “O Rio do Quarto”. Fernandes observou que a escrita de Macedo contemplava “a relação que o homem deveria ter com suas pátrias”, pois para Macedo “a pequena pátria” (“berço pátrio”) estava associada a uma “escala ascendente que vai do lar doméstico à paróquia, da paróquia ao município, do município à província, da província ao império: ama-se o todo, porque se ama cada uma de suas partes.” Fernandes argumentou que a escrita da pequena pátria não se opõe a grande pátria e que tal narrativa mostra uma integração em processos maiores, demonstrando, dessa forma, como a contribuição local se destacava diante de algo maior (Fernandes, 2009, p. 28-29).

A relevância dessa constatação, para a presente pesquisa, está no fato de que as palavras escritas por Macedo, segundo Fernandes, ecoaram entre diversos pesquisadores que fizeram parte da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Entre eles, um nome é de considerável importância para a historiografia local de Itaboraí: José Mattoso Maia Forte.

3 JOSÉ MATTOSO MAIA FORTE: O INÍCIO DA PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE ITABORAÍ E A ÊNFASE NA ABORDAGEM DA HISTÓRIA POLÍTICA-ADMINISTRATIVA

José Mattoso Maia Forte foi um escritor com atuação no jornalismo e na área de História. Seus trabalhos como historiador foram baseados em pesquisa documental. De

acordo com Fernandes, os marcos da História Pátria estiveram como pano de fundo para a construção de suas obras sobre a Histórica Local. Assim, as experiências históricas locais analisadas por ele foram apresentadas como parte integrante de processos mais amplos (Fernandes, 2009, p. 29).

Se insere nesta perspectiva teórica o seu artigo, intitulado “Vilas fluminenses desaparecidas”, publicado, em 1937, na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, ele analisou a Vila de Santo Antonio de Sá - conhecida também como Vila de Macacu - e suas freguesias, realizando uma abordagem que seguiu a ordem cronológica do tempo de existência da vila, embora tenha dado mais destaque para a segunda metade do século XVIII e para a primeira metade do século XIX (Forte, 1937).

Entre as informações apresentadas sobre a vila, as que mais se sobressaíram foram as seguintes: o início do povoamento da região; sua criação e a solenidade desse ato, ocorrida em 6 de agosto de 1697; a sua produção agrícola; o histórico das construções de suas principais paróquias; a demografia existente nas freguesias; os principais portos fluviais; os fazendeiros que mais se destacaram; os impactos das “febres de Macacu”; menções de personagens que ele considerou como integrantes de “ilustres famílias fluminenses”; as repercussões na região da implementação da ferrovia; e as transformações administrativas e territoriais na vila.

Segundo Maia Forte, a Vila de Santo Antonio de Sá, em 1778, era composta por seis freguesias: Santo Antônio de Sá (sede da vila), Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Ajuda de Sernambetiba (Guapimirim), Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, São João Batista de Itaboraí e Nossa Senhora do Desterro de Itambi (Forte, 1937, p. 43). A vila, com suas seis freguesias, possuía uma dimensão territorial tão extensa, que ao ser desmembrada, no decorrer do século XIX, se dividiu nos atuais municípios de Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito.

Já a Vila de São João de Itaboraí foi criada, em 1833, com três freguesias: Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, São João Batista de Itaboraí (sede da vila) e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. Era nessa última freguesia onde se localizava o Aldeamento de São Barnabé e que, em 1772, foi elevado à vila com a denominação de Vila Nova de São José Del Rei. No ano de 1846, Rio Bonito se emancipou e em 1875, a Freguesia de Santo Antônio de Sá foi anexada à Vila de Itaboraí. Desse período até o ano de 1995, momento em que ocorreu a emancipação de Tanguá, essa configuração territorial praticamente se manteve (Costa, 2018). Cabe mencionar que Itaboraí herdou uma parte expressiva da Vila de Santo Antonio de Sá e logo boa parte de suas histórias.

Dessa forma, o trabalho de Maia Forte possui uma relevância considerável na construção da História Local de Itaboraí.

Foi a partir desse artigo que os estudos regionais de Itaboraí, baseados em uma pesquisa documental e realizado de forma sistematizada, se iniciaram. Com esses escritos, foi possível compreender, já em 1937, que Itaboraí foi, em 1778, a freguesia “mais importante” da Vila de Santo Antonio de Sá. Maia Forte citou que nesse período essa região “já prometia ser o que foi no século passado: um grande centro agrícola de parte da baixada fluminense”. Segundo ele, “além do açúcar e aguardente, havia abundância de mantimentos”, como farinha, feijão, milho e arroz, gerando dessa forma um crescimento de “importância econômica”, tornando Itaboraí “um primado político entre as freguesias dessa região da baixada” (Forte, 1937, p. 51).

Nesse estudo, o Porto das Caixas, localizado em Itaboraí, foi apresentado como sendo um dos principais entrepostos comerciais da região (já no final do século XVIII), sendo o local onde era embarcada a produção agrícola dos “termos de Macacu e das freguesias filiais”. Através da navegação fluvial no rio Aldeia, e no Macacu, essa produção era levada para os portos do Rio de Janeiro (Forte, 1937, p. 53)³.

A análise de José Mattoso Maia Forte sobre a Vila de Santo Antonio de Sá - embora ele tenha caracterizado essa região como uma das “Vilas fluminenses desaparecidas” - abordou muito mais o dinamismo e a grandeza da vila diante da Capitania do Rio de Janeiro (depois província) do que sua decadência e o seu consequente desaparecimento. Através de uma escrita que priorizou a análise de um História Política-Administrativa da região, ele apresentou informações dando um dimensionamento expressivo do que existiu na vila, por exemplo: “abrangia seu vasto território, de mais de 1.500 km² de superfície, uma vila, seis freguesias, com outras tantas igrejas matrizes e uma população de 17.329 habitantes, dos quais 8.371 livres e 8.958 escravos, e 2.085 fogos” (casas). Diante dessas informações, e somadas ao fato de a vila ser próxima à capital do país na época, Maia Forte afirmou que “notável, portanto, devia ser a sua importância na Capitania do Rio de Janeiro” (Forte, 1937, p. 53-54).

³ Porto das Caixas já era conhecido com essa nomenclatura em 1715. Seu povoamento remonta a segunda metade do século XVI e está associado à circulação de tropeiros que desciam as regiões serranas em busca do acesso ao rio Aldeia. A prática de empilhar, no porto, as caixas de madeiras que armazenavam os produtos agrícolas, sobretudo o açúcar, para serem levados para o Rio de Janeiro por pequenas embarcações a vela, como fáluas e saveiros, possivelmente deu a origem do nome Porto das Caixas. Em 1856, esse local se tornou o terceiro porto de maior importância de práticas comerciais e o segundo maior exportador de café da Província Fluminense. Para saber mais ver: (Costa, 2020).

Essa abordagem é resultado da própria perspectiva teórica utilizada pelo autor, a qual trabalhava a História Local como parte integrante de processos mais amplos, dando destaque para as contribuições locais diante de um todo no qual o local também fazia parte, ou seja, inserindo os estudos de Itaboraí, e regiões circunvizinhas, como parte integrante da construção da história do estado e até mesmo do país.

4 ALBERTO RIBEIRO LAMEGO E AS OBRAS DO IBGE: A PERSPECTIVA DA DECADÊNCIA ATRAVÉS DO “TRIPÉ” DAS FEBRES, DA FERROVIA E DA ABOLIÇÃO

Outro nome de importância na historiografia dos estudos locais de Itaboraí é Alberto Ribeiro Lamego. Conforme demonstrou Rui Fernandes, esse pesquisador, que era geólogo de formação, elaborou a história do estado do Rio de Janeiro “a partir das regiões geoeconômicas que o compõem, através de sua famosa tetralogia O homem e o Brejo, O homem e a serra, O homem e a restinga e O homem e a Guanabara.” Todas essas quatro obras foram publicadas, nas décadas de 1940 e 1950, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na época, segundo Fernandes, o IBGE investiu “na construção de monografias regionais que permitiriam o reconhecimento do território nacional, seguindo a influência da geografia francesa”. Assim, devido a esse contexto, “havia um movimento editorial em que a história fluminense possuía um lugar” (Fernandes, 2009, p. 26 e 202).

Dessa forma, a partir de uma interpretação geográfica da história, Lamego mencionou informações da História de Itaboraí em sua análise, inserindo o município numa abordagem generalizante do processo histórico de uma região maior, como a “Guanabara” (centro político e cultural fluminense) e a Serra (sociedade cafeeira). Assim, nessas obras, Lamego citou a área de estudo da presente pesquisa de forma objetiva e junto a várias outras localidades.

Para a Vila de Santo Antonio de Sá, ele afirmou que o início do povoamento na região teria ocorrido nas terras da sesmaria de Miguel de Moura, obtida em 1567, e que essa região foi “a primeira povoação do Recôncavo elevada a vila”, fato ocorrido em 1697. Esse pesquisador enfatizou que a vila possuía condições precárias para a permanência de seu povoamento, “devido aos intérminos alagadiços do rio Macacu”, e que por conta desse meio “palúdico” a existência da vila se abateu, em 1834, visto que ocorreu, segundo Lamego, “uma epidemia fulminante” que “despovoou” a região,

gerando anexações de seu território por outras vilas próximas (Lamego, 1964, p. 126 e 228).

Boa parte dessas informações já tinha sido apresentada por José Mattoso Maia Forte na década de 1930. Na análise de Lamego ficou mais em evidência o uso da generalização das febres, que ele chama de epidemias, como fator determinante para explicar a decadência da Vila de Santo Antonio de Sá. No estudo de Maia Forte, as “febres do Macacu”, embora também tenham sido apresentadas como causa da decadência dessa vila, não foram mencionadas de forma exclusiva⁴.

Contudo, ambos pesquisadores não consideraram as transformações político-administrativas da Província do Rio de Janeiro - realizadas nos anos iniciais da década de 1830 - como um dos principais motivos para compreender a fragmentação territorial dessa região e a elevação de algumas de suas freguesias em vila, ficando retidos aos fatos ocasionados na própria vila. Enquanto Maia Forte priorizou informações que demonstrassem a grandeza da Vila de Santo Antonio de Sá para evidenciar seu declínio, de forma descritiva e analítica, Lamego partiu de uma perspectiva que focou na decadência da região para apresentar os fatos locais, dando ênfase na descrição das informações apresentadas.

Outra localidade da História Local de Itaboraí que Lamego citou foi o Porto das Caixas. Sua abordagem novamente foi caracterizada por uma escrita que abordou, quase que exclusivamente, a temática da decadência na construção do estudo local. O pesquisador pontuou que o Porto das Caixas - que ele equivocadamente o denominou como vila, visto que essa localidade era uma freguesia da Vila de Itaboraí - foi um dos principais “embarcadouros do Recôncavo da Guanabara” e que sua decadência ocorreu devido à implementação da Estrada de Ferro de Cantagalo pois, ao ocorrer a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário, o Porto das Caixas perdera sua condição de entreposto comercial (Lamego, 1963, p. 79).

⁴ Febres de Macacu é um termo utilizado para designar algumas febres endêmicas, como malária e cólera, que se desenvolveram na primeira metade do século XIX, sobretudo a partir de 1829, nas proximidades do rio Macacu. Além das febres, José Mattoso Maia Forte mencionou também a ferrovia como um dos fatores do declínio da Vila de Santo Antonio de Sá, mas não de Itaboraí. Segundo ele, “O Município de Santo Antônio de Sá ia perder com isso uma boa parte da sua importância comercial, desde que se inaugurasse o tráfego ferroviário entre Porto das Caixas e Cachoeiras, o que ocorreu em [...] abril de 1860. As “tropas”, vindas da serra, já não tinham necessidade de passar além de Cachoeiras, através de rios obstruídos e estradas alagadiças, cheias de atoleiros. Ficavam ali e baldeavam as mercadorias para os vagões que os traziam até Porto das Caixas, de onde desciam pelo rio d’Aldeia para o Macacu. Ganhava, com isso, de importância, o município de Itaboraí, ao qual já pertencia o que foi um próspero entreposto comercial da época, Porto das Caixas” (Forte, 1937, p. 59).

Lamego apresentou o fato final sem qualquer menção das etapas da modificação do sistema de transporte na região, sem realizar, dessa forma, uma análise processual do contexto histórico local. Tal abordagem gerou uma interpretação de que a decadência do Porto foi o único e imediato resultado da implementação da ferrovia na região. O uso de fotografias de edificações em ruínas do local (como a imagem seguinte) foi utilizada em seus escritos para endossar suas observações, embora o fato histórico apresentado e a fotografia utilizada para endossar a perspectiva da decadência sejam de períodos diferentes.

Figura 2 - Ruínas no Porto das Caixas (década de 1940)



Fonte: (Lamego, 1964, p. 215).

Assim, ele deixou de observar que inicialmente, quando o Porto das Caixas se tornou o ponto de partida da ferrovia, os comerciantes e moradores locais se beneficiaram dessa modificação nos transportes, ainda que tenha sido por poucos anos. A força política dos Rodrigues Torres, família do Visconde de Itaboraí que residia nessa localidade, e os interesses econômicos locais do período não foram considerados. Portanto, há uma simplificação desse processo histórico na escrita desse pesquisador.

De forma ainda mais objetiva, Lamego citou a construção do primeiro templo da Igreja de São João Batista de Itaboraí, em 1627, como resultante do povoamento inicial na localidade; a edificação do Convento de São Boaventura nas proximidades do Macacu, realizada inicialmente pelos franciscanos em 1649; e, por fim, mencionou que Itaboraí foi uma das principais regiões que incorporaram territórios da Vila de Santo Antonio de Sá (Lamego, 1964, p. 197 e 229).

Outra abordagem presente no trabalho de Lamego, que vai ao encontro da ideia de decadência citada em seus trabalhos, é a forma como ele apresenta as consequências da abolição. Embora a abolição tenha gerado transformações nas relações sociais, políticas e econômicas, isso não ocorreu na mesma proporção em todos os lugares, pois a dimensão dessas transformações variou conforme as especificidades sociais e econômicas de cada região⁵. Contudo, Lamego apresentou os impactos da abolição de forma quase semelhante para explicar o seu entendimento de decadência de diversas regiões que analisou, como pode ser observado nas seguintes frases: a “abolição derrocou Mangaratiba”; as “velhas zonas serranas [...] desmoronaram logo após abolição da escravatura”; em Vassouras, ocorreu um “descalabro econômico com a abolição”; São Fidélis teve “toda sua organização agrária subitamente derruída com a abolição” (Lamego, 1964, p. 253; Lamego, 1963, p. 241 e 271).

O uso dessa abordagem, utilizada de forma quase semelhante para várias regiões, influenciou a escrita de diversos estudos locais produzidos pelo IBGE nas décadas de 1950 e 1960. Entre essas pesquisas destacam-se “A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (Ferreira, 1959) e o “Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro” (Anuário Geográfico..., 1964/1965). No caso de Itaboraí, o histórico da cidade apresentado na Enciclopédia foi reproduzido no Anuário. A perspectiva da decadência como resultante das febres, da implementação da ferrovia e da abolição esteve presente nesses trabalhos, como pode ser verificado na citação abaixo:

Com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, penetrando no sertão fluminense, o referido porto [Porto das Caixas] veio a perder a sua importância comercial, refletindo o seu abandono na economia de Itaboraí. Daí originou-se o seu declínio, apressado pelas consequências da promulgação da Lei Abolicionista de 1888. Talvez de todos os municípios do Estado, nenhum houve, como Itaboraí, uma decadência tão acentuada. [...] Atribui-se, também, o marasmo em que caiu o município às febres palustres, que irrompendo nas margens do rio Macacu, espalharam-se pelas regiões circunvizinhas (Ferreira, 1959, p. 259, grifo meu).

Dessa forma, foi a partir da escrita de Lamego, endossada nessas produções do IBGE, que a História de Itaboraí passou a ser escrita priorizando a ideia de decadência embasada pelo “tripé” das febres, da ferrovia e da abolição. Com o desenvolvimento da historiografia referente aos estudos locais, essas abordagens passaram a ser questionadas.

⁵ Para saber mais ver: (Mattos, 1995).

Assim, no caso do Estado do Rio de Janeiro, a escrita da História Local recebeu novas abordagens, devido, principalmente, a algumas obras produzidas, na década de 1970, pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. Entre essas obras, destacam-se as dissertações de Mestrado de Vânia Leite Froes, sobre a extinta Vila de Estrela, e de Ana Maria dos Santos, referente à Vila de Itaboraí (Fróes, 1996).

5 ANA MARIA DOS SANTOS: A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ITABORAÍ ATRAVÉS DA HISTÓRIA ECONÔMICA

Ana Maria dos Santos comprovou em sua dissertação, intitulada “Vida econômica de Itaboraí no século XIX”, que a ideia geral de decadência do Recôncavo da Guanabara durante o século XIX não se aplicava para Itaboraí, visto que a vila apresentou “situação mais privilegiada que o Recôncavo”, alcançando inclusive “algumas vezes até crescimento” em suas rendas nesse período. Para Santos, a abordagem de decadência do Recôncavo, elaborada principalmente por pesquisadores ligados à Geografia, não levava em conta as particularidades locais, ocasionando interpretações generalizantes. Segundo essa pesquisadora:

A generalização dos fatores de declínio não leva em conta que as especificidades locais, dentro de um quadro econômico baseado na escravidão e na exportação, podem oferecer diferenças que permitem reações particulares face a própria crise da economia escravista no século XIX e possibilidades específicas de reorientação econômica ou de mudança (Santos, 1975, p. VIII).

Ao realizar um estudo econômico a nível local, considerando as dinâmicas internas, a autora demonstrou que a hipertrofia do setor exportador não eliminou a diversificação da economia, na medida em que as principais atividades econômicas para exportação, como café e açúcar, apresentaram setores complementares e voltados para o mercado interno local e regional. Setores de subsistência se agregaram aos cultivos de exportação, impulsionando o intercâmbio interno e se constituindo em opção quando diminuía a rentabilidade do café ou da cana na região. Para Santos:

A produção para o mercado externo dera margem, em Itaboraí, a coexistência de dois setores exportadores paralelos (cana e café), a uma atividade industrial urbana e a uma produção para o mercado interno, que também eram condicionados, em seu desenvolvimento, pela

escravidão e pelos limites que esta impunha ao desenvolvimento do mercado interno. Esta diferenciação na economia municipal afetava o grau de dependência de Itaboraí e, portanto, conferia-lhe maior resistência aos fatores conjunturais que levavam a decadência algumas regiões do Recôncavo da Guanabara. Face a outros municípios da região, Itaboraí apresentaria maior estabilidade e até mesmo crescimento em suas rendas durante o século XIX (Santos, 1975, p. XIX).

Essa historiadora, ao assinalar a manutenção da produção canavieira que não foi deslocada pelo café, somada à existência de uma diversificação econômica interna, constatou que esses fatores tornaram Itaboraí menos especializado, logo, menos dependente e vulnerável e isso em um período no qual o Recôncavo da Guanabara conhecia um acentuado declínio e em que o café se transferia “serra acima”. Assim, Santos argumentou que diante da crise da economia escravista, era possível ao município procurar formas de “adaptação e de reorientação” econômica, “com base em uma diversificação de atividades produtivas” que desde a segunda metade do século XVIII se vinha observando. Dessa maneira, Santos mostrou que condições internas de Itaboraí “propiciaram resistência maior ao processo de declínio e que essas condições econômicas estariam ligadas a uma menor dependência da monocultura exportadora e a uma diversificação da produção” (Santos, 1975, p. X e 4).

Em relação às ferrovias, Ana Maria dos Santos argumentou que se por um lado a ferrovia eliminou a importância do Porto das Caixas, por outro gerou para Itaboraí o “papel de entroncamento ferroviário”, deixando a região “em contato mais rápido e direto com a capital da província e com o Rio de Janeiro”, ou seja, próximo a “um mercado que constantemente se ampliava.” Assim, “de escoadouro e comercializador da produção do interior para os mercados consumidores do litoral, a região de Itaboraí passou a ser ponto de estações ferroviárias.” Embora Santos tenha considerado que as atividades urbanas e comerciais pudessem diminuir, em função da proximidade com a capital da província e com a Corte, elas não foram encerradas ao ponto de decadência, visto que a facilidade de mobilidade da ferrovia dinamizou os mercados locais e regionais. Para ela:

A produção agrícola seria até estimulada pela maior facilidade de transporte e colocação em mercados regionais. A ferrovia, em lugar de decadência, levaria a uma reorientação dos centros econômicos dentro do próprio município. No final do século houve, inclusive, um aumento nas rendas municipais, em termos absolutos e relativamente ao percentual de participação na renda municipal total da província. Embora reduzidas, permaneciam as atividades com vistas ao abastecimento do mercado local, limitadas agora pela concorrência dos

grandes centros produtores ou distribuidores. Uma base interna pré-existente deu condições de resistência as crises provocadas por fatores externos ao município e poderia ser acentuada com o traçado ferroviário (Santos, 1975, p. 86).

Dessa maneira, Santos mostrou que o uso da perspectiva de decadência para compreender a História de Itaboraí, no século XIX, não se sustentava, visto que as fontes locais, sobretudo as rendas municipais, apresentaram um quadro econômico diferente de um contexto de crise. Portanto, essa perspectiva representa uma generalização equivocada e sem qualquer fundamentação nos registros históricos locais.

Embora o trabalho de Ana Maria dos Santos tenha sido publicado em 1975, diversos textos produzidos sobre a História Regional, desde a década de 1980 até os dias atuais, se basearam no conteúdo dos trabalhos anteriores a sua dissertação, o que fez manter a ideia de decadência viva na produção historiográfica local referente ao século XIX.

O próprio histórico publicado no site da Prefeitura apresenta, ainda em 2024, um conteúdo estruturado pela generalização que Santos questionou há décadas. Nota-se que esse erro é mais visível na maioria dos trabalhos produzidos por indivíduos, ou grupos, vinculados ao poder público municipal que, ao serem pressionados por uma lógica imediatista de produção - como forma de atender as celebrações realizadas na cidade -, acabam reproduzindo esses antigos equívocos em materiais impressos (folhetos, apostilas e livretos) e em espaços virtuais oficiais (sítios eletrônicos e redes sociais). A distribuição desse material, seja para a rede municipal de ensino ou para os próprios moradores interessados em aprender a História Local, disseminou a ideia de decadência de Itaboraí na memória coletiva local. Dessa maneira, o século XIX em Itaboraí ainda é apresentado por muitos através da perspectiva da crise econômica ocasionada pelo “tripé” das febres, ferrovia e da abolição⁶.

É relevante destacar que o livro de Osvaldo Luiz Ferreira, intitulado “Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica”, fez menção à dissertação de Ana Maria dos Santos. No livro, publicado em 1992, embora seja uma obra de síntese com temáticas diversas e com uma perspectiva da História Total, Ferreira citou as características econômicas locais destacadas por Santos (diversificação das atividades produtivas e reorientação

⁶ Entre as diversas produções locais que reproduzem a ideia geral de decadência no século XIX para Itaboraí, destacam-se as seguintes: (Itaboraí 150 ANOS..., 1983); (Cadernos Itadados, 2006 e 2018); e o *site* oficial da Prefeitura, disponível em: <https://site.ib.itaborai.rj.gov.br/conheca-nossa-cidade/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

econômica). Com isso, seu trabalho representou durante anos uma das poucas exceções que não basearam a escrita da História Local no “tripé da decadência” para compreender o século XIX no município (Ferreira, 1992) ⁷.

O trabalho da pesquisadora Ana Maria dos Santos fez a crítica à ideia geral da decadência com ênfase na questão econômica, questionando as seguintes temáticas que eram utilizadas como causa para explicar a abordagem de crises na região: deslocamento da plantação da cana de açúcar pela do café (ela mostrou que tinha coexistência); a perda da função de intermediário entre a produção do interior e o porto do Rio de Janeiro, com a substituição do transporte fluvial pelo ferroviário; e, de forma objetiva, a falta de braços nas plantações.

6 O INÍCIO DA ANÁLISE DA HISTÓRIA SOCIAL ATRAVÉS DO ESTUDO SOBRE A ESCRAVIDÃO EM ITABORAÍ

Em 2013, a dissertação de mestrado do presente autor, intitulada “A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu”, endossou a abordagem de Ana Maria dos Santos. A partir da constatação de Santos sobre a dimensão existente da diversificação das atividades produtivas na região, desenvolveu-se um estudo considerando que essa diversificação gerou espaços de trabalho para além da grande lavoura monocultora, situação acentuada pelo fato de Itaboraí ter sido uma área de passagem do Recôncavo da Guanabara, onde pessoas e mercadorias circularam cotidianamente (Costa, 2013).

Dessa forma, esse estudo buscou dar ênfase às áreas portuárias da vila (Porto de Vila Nova, Sampaio e Porto das Caixas), para compreender as diferentes relações de trabalho dos escravizados na região. Embora o destaque tenha sido os escravizados tropeiros e barqueiros, a pesquisa apresentou também, sobretudo no Porto das Caixas, escravizados que trabalharam como tanoeiros, serradores, padeiros, oleiros, entre outros. Nesses espaços a escravidão de aluguel coexistia com a escravidão de ganho, embora esta última tenha predominado. Desse modo, essa pesquisa inaugurou os estudos de História Social e da escravidão em Itaboraí.

⁷ Essa obra foi fundamental para inspirar o autor deste artigo a pesquisar a História de Itaboraí, visto que o saudoso professor Osvaldo Luiz desenvolveu atividades de História Local baseadas em seu livro. O contato do presente pesquisador com esse livro ocorreu na antiga sexta série na Escola Municipal Prof^o. Cecília Augusto dos Santos e demonstra o quanto a aplicação da História Local em uma rede de ensino contribui para a educação e a formação dos moradores de uma cidade.

Nesse trabalho, na parte em que foi analisado o desenvolvimento político territorial da Vila de Itaboraí, também foi realizado o questionamento à ideia da decadência no século XIX, tendo como diferencial a construção de uma abordagem que buscou demonstrar os equívocos do uso das “febres de Macacu” para explicar, de forma isolada, processos de crise na região.

Há duas abordagens equivocadas em torno das febres que foram evidenciadas nessa dissertação. A primeira, está em generalizar a sua propagação nas mesmas dimensões para explicar a fragmentação da Vila de Santo Antonio de Sá, desconsiderando que suas freguesias por possuírem diferenças de salubridade tiveram ocorrências com dimensões distintas. As localidades mais pantanosas e próximas aos rios foram atingidas com mais expressividade, enquanto as outras que não possuíam essas características naturais tinham melhores condições para evitar a propagação dessas doenças.

Essa abordagem praticamente ignora o fato de que a fragmentação territorial da Vila de Santo Antonio de Sá, entendida como parte de sua decadência, foi iniciada em um período anterior às febres e por motivos diferentes que independem da repercussão dessas enfermidades. Dessa maneira, analisando suas freguesias, constatou-se que em 1772, o Aldeamento de São Barnabé foi elevado à vila com a denominação de Vila Nova de São José Del Rei. Sua criação se insere no contexto das políticas assimilacionistas da coroa portuguesa, que intencionavam a conversão dos indígenas em agentes da colonização e sua integração na sociedade colonial. Na última década do século XVIII, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi também foi anexada a essa vila. Em 1789, no contexto das reformulações das configurações político-territoriais do Recôncavo da Guanabara, Magé foi elevada a vila e a região de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim se tornou uma de suas freguesias.

Em relação à elevação da Freguesia de São João Batista de Itaboraí em vila, em 1833, vale ressaltar que embora isso tenha ocorrido no período ainda de incidência das febres, sua elevação está associada, sobretudo, ao contexto da economia e da política provincial fluminense que entrava em um período de rápida expansão, visto que nesse contexto, essas regiões do Recôncavo se tornaram uma importante área de ocupação agrícola, repercutindo na criação de vários novos municípios, incluindo Itaboraí.

Portanto, conforme foi apresentado na dissertação do presente autor, não se trata de diminuir o mal que essas febres geraram para as pessoas do período, mas sim em questionar as interpretações que superdimensionaram essas doenças para explicar processos mais amplos.

A outra abordagem equivocada é caracterizada pelo anacronismo. Isso porque a temática das “febres do Macacu”, que ocorreram entre os anos de 1829 e 1835, é associada à implementação da ferrovia (1860) e da abolição (1888) para dar embasamento à ideia geral de decadência apresentada para Itaboraí. Logo, desvincula-se erradamente as incidências das febres das décadas de 1820 e 1830 da Vila de Santo Antonio de Sá e as introduz na história de Itaboraí no contexto da segunda metade do século XIX. Essa abordagem foi iniciada na década de 1950 com a publicação, da já citada, “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” produzida pelo IBGE.

Outra contribuição que a citada dissertação de mestrado buscou proporcionar para a desconstrução da generalização de crise para Itaboraí no século XIX, foi a análise da implementação da Estrada de Ferro de Cantagalo em etapas de sua construção para mostrar que essa iniciativa gerou, a princípio, consideráveis ganhos para os moradores e para os comerciantes de Porto das Caixas.

Foi apenas com o prolongamento da ferrovia para Vila Nova (Itambi), em 1866, que o Porto das Caixas perdeu sua condição de entreposto comercial e principal centro comercializador da região. Do início das obras da ferrovia (1857) à finalização do prolongamento para Vila Nova (1866), Porto das Caixas obteve um fluxo de capital expressivo. Portanto, ao contrário do que afirmou Alberto Ribeiro Lamego, a perda da condição de intermediário entre as áreas produtoras do interior e os portos do Rio de Janeiro não foi imediata, mas sim resultante da expansão da malha ferroviária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de conhecer e analisar a produção escrita apresentada neste artigo, inserindo-a no contexto em que foi produzida, se tornou um pressuposto teórico essencial para a elaboração de uma análise da historiografia de Itaboraí, caracterizada por uma perspectiva que explicita a relevância do desenvolvimento de obras que busquem romper com os reducionismos e as generalizações presentes em diversas obras locais influenciadas pela historiografia tradicional positivista. Demonstrou-se que o rompimento da escrita da História de Itaboraí pela perspectiva da decadência baseada no “tripé” das febres, ferrovia e abolição é essencial para a ampliação de estudos locais que considerem o reconhecimento de processos mais amplos caracterizados pelas transformações de caráter mais geral e conectados às conjunturas internas de Itaboraí.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1964-1965). Rio de Janeiro: IBGE, n. 16, 1965.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://cutt.ly/disertacao_ufRJ1. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Decreto de 15 de janeiro de 1833. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. RJ: Typographia Nacional, p. 28, 1873. Disponível em: https://cutt.ly/leis_imperio1. Acesso em: 9 ago. 2024.

COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu (1833-1875)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff. Acesso em 20 ago. 2024.

COSTA, Gilciano Menezes. A produção de café na Vila de São João de Itaboraí e sua comercialização em Porto das Caixas (1833-1875). **Revista Cantareira**, Niterói, n. 32, p. 73-93, jan./jun. 2020. Disponível em: https://cutt.ly/revista_cantareira. Acesso em: 16 ago. 2024.

COSTA, Gilciano Menezes. A Vila de Santo Antonio de Sá: configuração político-territorial (1697-1877). In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2018. Disponível em: https://cutt.ly/anais_anpuh2. Acesso em: 15 ago. 2024.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. **Historiografia e a identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://bitily.me/rgjEY>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FERREIRA, Osvaldo Luiz. **Itaboraí ontem e hoje: síntese histórica**. Itaboraí, RJ: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

FORTE, José Matoso Maia. Vilas fluminenses desaparecidas: Santo Antonio de Sá. In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro (RJ)** [Revista da Sociedade de Geographia]. Rio de Janeiro, n. 44, p. 35-67, 1937. Disponível em: https://cutt.ly/revista_ibge_1937. Acesso em: 15 ago. 2024.

FRÓES, Vânia Leite (org.). **Programa de Pós-Graduação em História**. Catálogo de teses e dissertações, 1974-1995. Niterói: UFF; Brasília: CNPq, 1996.

ITABORAÍ 150 ANOS (1833-1983): um município perto do mundo. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1983.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1964. (Setores da Evolução Fluminense). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213101>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Serra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963. (Setores da Evolução Fluminense). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227286>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Ano Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia e litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4097>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Forasteiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1856. 204 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4091>. Acesso: 20 jul. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **O Rio do quarto: romance**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1869. 279 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3992>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MACEDO, Joaquim Manuel de. S. João de Itaborahy. **Ostensor Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 23, p. 179-181, 1845. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700100x&pasta=ano%20184&pesq=&pagfis=203>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e região: tópicos de história regional e local. Ponta de Lança, São Cristóvão (SE)**, v. 1, n. 2, abr./out. 2008.

PREFEITURA DE ITABORAÍ. **Cadernos itadados**. 2. ed. Itaboraí: Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, 2018. 300 p. Disponível em: https://site.ib.itaborai.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/ITADADOS_2018versao_vertical.pdf. Acesso: 10 ago. 2024.

PREFEITURA DE ITABORAÍ. **Cadernos itadados**. Itaboraí: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2006. 108 p. Disponível em: https://site.ib.itaborai.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/ITADADOS_2006.pdf. Acesso: 15 ago. 2024.

SANTOS, Ana Maria dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. 1975. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1975.

SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Vinicio; LYRA, Maria de Lourdes Viana (org.). **O acervo iconográfico da biblioteca nacional**: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. (Coleção Rodolfo Garcia, v. 34). Disponível em: https://cutt.ly/fbn_livro1. Acesso em: 11 ago. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

“TENS USINAS COM MUITAS CHAMINÉS”: UM PERFIL DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO GONÇALO/RJ

“YOU HAVE PLANTS WITH LOTS OF CHIMNEYS”: A PROFILE OF INDUSTRIAL CONCENTRATION IN SÃO GONÇALO/RJ

José Luís Honorato Lessa

 <https://orcid.org/0000-0001-7589-7316>

Correspondência: honorato.lessa@gmail.com

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e da Graduação em História nesta mesma instituição — modalidade EAD. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

DOI: 10.12957/cdf.2024.87288

Recebido em: 15 set. 2024 | **Aceito em:** 28 out. 2024.

RESUMO

Situada no entorno da Baía de Guanabara e próxima ao porto da cidade do Rio de Janeiro, São Gonçalo foi impactado pela experiência industrial ao longo do século XX. A fase mais robusta da concentração industrial rendeu àquele município o exagerado título de Manchester Fluminense. Mesmo assim, o referido passado industrial da cidade tem sido interpretado de modo rarefeito. Ao tentar contribuir com a lacuna, o presente artigo traça um rápido panorama geral daquele evento.

Palavras-chave: São Gonçalo; indústria; crescimento urbano.

ABSTRACT

Located around Guanabara Bay and close to the port of Rio de Janeiro, São Gonçalo was impacted by the industrial experience throughout the 20th century. The most robust phase of industrial concentration earned the municipality the exaggerated title of Manchester Fluminense. Even so, the city's industrial past has been rarely interpreted. In an attempt to fill this gap, this article provides a quick overview of that event.

Keywords: São Gonçalo; industry; urban growth.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz à lume um conjunto de aspectos, por nós considerados relevantes, para o advento da atividade industrial em São Gonçalo, um dos municípios centrais entre aqueles da atual Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Se se considerarmos a sede do município – 1º Distrito – a cidade dista em vinte quilômetros da capital fluminense, quer dizer, a cidade do Rio de Janeiro. Situado no entorno Baía de Guanabara, cortado pela BR 101 e por duas rodovias estaduais – RJ 104



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

e RJ 106 – o município apresenta-se como importante elo com outras zonas/ regiões do estado: lagos, serra, norte e noroeste e nordeste do país. O mapa da cidade pode ser conferido abaixo:

Mapa 1- Localização do município de São Gonçalo



Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

Para fazer uso de dados pessoais, o site oficial da prefeitura informa:

Com uma área total de 248,4 km² (correspondentes a 5% da área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), e uma população de 999.728 habitantes, São Gonçalo encontra-se no lado oriental da Baía de Guanabara – chamado também de leste Guanabara. [...] Limita-se ao Norte, com Itaboraí e a Baía da Guanabara. Ao Sul, com Maricá e Niterói. A Leste, com Itaboraí e Maricá a Oeste, com a Baía de Guanabara e Niterói (Prefeitura Municipal de São Gonçalo)¹.

São Gonçalo figura dentre as mais populosas cidades do sudeste e portadora de uma histórica concentração industrial o que lhe rendeu a alcunha de Manchester Fluminense em clara alusão à cidade de Manchester localizada no noroeste da Inglaterra, por seu pioneirismo e herança industrial.

O processo industrial gonçalense este fortemente inclinado a partir da última década do século XIX, quanto forças políticas pró-município em questão, deram início ao processo de autonomia político-administrativa da cidade em 1890, desmembrada de Niterói – então capital do Estado do Rio de Janeiro. Sobretudo, deve-se sublinhar que as

¹Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

forças políticas locais visualizaram a consolidação de tal autonomia pari passu à articulação do campo econômico local.

O emergir da indústria gonçalense decorre deste primeiro esforço. De igual modo, outros fatores foram preponderantes àquele evento local, o que será arrolado no curso do texto.

Outrossim, para uma perspectiva mais adensada deste processo, confira Lessa (2023). Devido ao foco, não adentraremos nos pormenores da historiografia da industrialização fluminense e nacional. Sobre a primeira, (Freitas Filho; Pedreira Campos; Brandão, 2024) permitem uma verificação mais apropriada; a última, já foi fartamente ilustrada pela literatura.

De algum modo, a participação industrial gonçalense no curso do século XX tem relativo destaque na imprensa local; da capital do estado do Rio de Janeiro (Niterói) – jornal O Fluminense e de outras cidades daquela Unidade da Federação, e, inclusive de periódicos específicos editados no então Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro): é o caso de O Observador Econômico e Financeiro.

O tema também é recorrente em fontes como: Guia Socioeconômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, 1993; Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Organização Espacial Metropolitana. Política de Localização Industrial. DIPLAN/FUDREM. 1976; Federação das Indústrias do Estado do Rio De Janeiro, 1979; IBGE – São Gonçalo, Rio de Janeiro: Coleção de Monografias, 1970; FLUMITUR/COTERJ. Monografias de Municípios Fluminenses. 1962; DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Monografia do Município de São Gonçalo. 1967.

Em termos de análises, referências à industrialização gonçalense aparecem em estudos como (Araújo; Melo, 2014); (Assis; Matos; Bronzi, 2019); (Brandão, 2018); (Freire; Freire, *In*: Silva. 2006, p. 343-357.); (Lessa, 2018 e 2023); (Limonad, 1996); (Oliveira, 2003) e (Rosa, 2017), ainda que sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, tais estudos indicam o município como um dos mais importantes do estado, que, mesmo após a segunda metade do século XX, sustentava relativa centralidade no contexto metropolitano fluminense.

A estrutura do artigo contém 3 partes. A primeira arrola aspectos centrais da política de incentivo às indústrias, comércios e serviços conduzida por distintos governos municipais; na sequência discute-se a natureza do perfil industrial de São Gonçalo até mais ou menos os anos 1970, tempo das tradicionais indústrias de chaminés; por último,

veremos os elementos que induziram os processos de ocupação e expansão urbana da cidade em foco, dentro do mesmo período.

2 ENRAIZAMENTO DOS INTERESSES PRIVADOS

Embora dos dados divergentes encontrados em diferentes fontes, conforme relatos da imprensa regional, especialmente, *O São Gonçalo* e *O Fluminense*, o município sustentou relativa centralidade industrial no conjunto metropolitano do estado do Rio de Janeiro. Esta mesma premissa é percebida em documentação estatística oficial e de representação do setor, como o Centro Industrial do Rio de Janeiro e Federação da Indústrias do Estado da Guanabara.

Vale demarcar os benefícios centrais do poder público municipal com vistas à acumulação capitalista industrial, comercial e de serviços no espaço gonçalense. Praticamente, tal política se resumia em: doação de terrenos e isenção de impostos municipais, por vezes, concedidos em até cinquenta anos aos empreendimentos que lá se instalassem (Azevedo, 1939) ou, algumas indústrias, já em pleno funcionamento continuavam contempladas pela municipalidade.

Com efeito, importantes indústrias se instalaram na região, a maioria nos arredores da orla guanabarina do município, especialmente na zona do Distrito de Neves. Quanto ao comércio, o incentivo também direcionava construções de galpões/armazéns igualmente na região dos pequenos portos da cidade.

O serviço de transporte de passageiros também não ficou à margem do processo, como verificado no caso da Companhia Viação de São Gonçalo que recebeu concessão por trinta anos para o serviço de bondes.

Em São Gonçalo não predominou um setor específico: tratava-se de atividades intensas, dinâmicas e diversificadas. Em contrapartida, sob os capitalistas beneficiários recaíam os ônus das desapropriações; dos saneamentos necessários do entorno em que o negócio fosse estabelecido somado a garantia dos residentes do município no quadro de funcionários.

Além do acesso aos terrenos e benefícios fiscais, a Deliberação Municipal número 118 de 29 de dezembro de 1919 criava o órgão - Seção de Expansão Econômica de São Gonçalo. Subordinada à Diretoria de Fazenda do município e - submetida a Câmara de Vereadores - visava promover estudos; divulgar relatórios; organizar estatística da

produção industrial e atrair investimentos para o município. Por fim, cabe assinalar que tal política de favorecimento foi perseguida por diferentes governos municipais.

3 E ASSIM SE FORMOU A MANCHESTER FLUMINENSE?

Diante da intensa e diversificada atividade industrial, a cidade de São Gonçalo recebeu o título de Manchester Fluminense, a exemplo de Sorocaba e Juiz de Fora, respectivamente Manchester Paulista e Mineira.

Fatores como ação orgânica do poder público municipal, já antecipado, e, acrescidos de outros elementos do tipo: localização estratégica definindo rápida comunicação com duas capitais – Niterói (estadual) e Rio de Janeiro (federal); incentivos fiscais; áreas disponíveis e mais baratas para a expansão industrial e mão de obra igualmente mais em conta, figuram como preponderantes para as origens da indústria gonçalense na virada do século XIX, com auge entre os anos 1930 e 1980.

No que se refere à localização da cidade e sua geografia vale destacar que, sobremaneira, rios e portos facilitaram o intercâmbio com o porto da cidade do Rio de Janeiro. Outra parte desta infraestrutura era preenchida pelas ferrovias – Estrada de Ferro Maricá e Estrada de Ferro Niterói-Cantagalo. Estas, articuladas ao principal porto do município, na localidade de Neves, gabaritou São Gonçalo como um dos espaços de ligação à capital federal e ao interior estado do Rio de Janeiro.

Sobre Neves, a região constituiu-se como polarizadora da indústria, do comércio e de maior concentração populacional à época, assim, em 1920, logo foi alçada à condição de quarto distrito do município (Palmier, 1940, p. 76).

Desse modo, ganhava força o recrudescimento econômico da região a exemplo do que havia ocorrido em Niterói sob formação das primeiras manufaturas no período imediatamente anterior (Beauclair; Honorato, 1997). O impulso maior veio no século XX: recenseamento de 1920 aponta a existência de 21 indústrias operando em São Gonçalo, o que em termos numéricos só perdia para Niterói e Petrópolis.

No final dos anos 1930, São Gonçalo ao lado de Niterói, Nova Iguaçu e região sustentavam cerca de 70% do valor da produção industrial do entorno metropolitano (CERJ, 1993, p. 26). No Censo Industrial do Estado do Rio de Janeiro de 1940 a cidade figurava na segunda colocação tanto em capital aplicado quanto em valor de produção; a quarta em pessoal ocupado de produção e entre as cinco primeiras em valor industrial.

Neste mesmo recenseamento geral de 1940, constam 83 estabelecimentos na região, ou seja, nestes vinte anos, em unidades, o número de casos quase quadruplicou.

Para 1950, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam 117 unidades industriais gonçalenses cujo valor da produção superava Niterói, capital estadual daquele turno. Por outro lado, São Gonçalo alcançava a dianteira quanto à força motriz utilizada no estado. Relatório do Conselho Técnico de Economia e Finanças de 1959 referente aos 100 municípios brasileiros em arrecadação de impostos, exceto as capitais, São Gonçalo detinha a sexta posição fluminense e vigésima sétima do Brasil.

Dados estatísticos para 1960 a cidade em questão constelava entre os cinco municípios fluminenses com mais indústrias, possuía 252 estabelecimentos. Na verdade, focalizando os dados de 1940, 1950 e 1960, São Gonçalo ocupa a segunda posição em emprego de força motriz; quarta em valores de produção e número de estabelecimentos e quinto parque industrial em pessoal ocupado.

Por sua vez, para 1965, a indústria gonçalense era a quinta em valor de produção e vendas industriais. Aliás, quando ao valor comparado da produção industrial entre 1960, 1970 e 1978 da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nos três períodos listados, a cidade aqui percorrida manteve-se em quinto lugar. Quer dizer, a despeito de alguns retrocessos, havia ainda uma dinâmica vida industrial.

Bem antes, de 1962, diagnóstico abaixo decorre deste cenário fabril

“[...] um dos mais importantes municípios fluminenses no setor econômico. A industrialização gonçalense atingiu um dos mais elevados níveis e é responsável pela maior parte de sua arrecadação [...]. Seu comércio é dos mais movimentados do Estado, mesmo sofrendo a natural concorrência de praças mais adiantadas, como Niterói e Rio de Janeiro [...], dia após dia cresce o comércio local, colocando em posição de amplo destaque. O surto do progresso, nestes últimos 5 anos é verdadeiramente assustador. A industrialização do pescado é a mais importante do país. As maiores fábricas de conservas estão localizadas ali. FLUMITUR; COTERJ, 1962. v. 1. p. 5).

A despeito da citação acima referenciar a preponderância da indústria do pescado, não obstante, para Geiger e demais (1956), em São Gonçalo, predominavam as indústrias de base: cimento, química e metalurgia.

À época, várias indústrias se notabilizaram. Muitas, atendiam ao mercado regional, bem com o nacional e externo.

Os casos mais proeminentes podem ser listados: Companhia Nacional de Cimento Portland; Fundação Acieira Martins, depois Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas e finalmente Siderúrgica Hime; Eletro Química Fluminense, destinada a produzir álcalis, hidrogênio, soda cáustica e cloro; Companhia Brasileira de Fósforos, Companhia Fiat-Lux; Companhia de Papéis Alcântara; Companhia Brasileira de Vidros; Indústrias Reunidas Mauá; Companhia Composição Internacional do Brasil; Conservas Quacker, depois, Indústrias de Conservas Coqueiro e outras do gênero como – Companhia Brasileira de Produtos de Pesca S. A; Conserva Orleans; Conserva Rubi; Conserva União; Fábrica de Conserva Ondina; Fábrica de Conserva Piracema e Indústrias Reunidas de Pesca Netuno S.A.

Protagonistas na primeira metade do século XIX, no fundo, tais plantas, em boa parte alojadas na região de Neves, de certo modo, contribuíram para dada centralidade gonçalense no campo industrial.

No fundo, estamos diante da tradicional planta industrial da cidade. Sobre alguns casos vale considerar elementos específicos da complexidade produtiva. A Cimento Portland, fabricante da reconhecida marca Mauá, possuía engenhoso sistema produtivo com três unidades termoelétricas; canal navegável; sistema de chatas; ferrovia; trens e caminhões (Brandão, 2018).

Outra emblemática, a Companhia Fundação Acieira Martins, depois denominada Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, após sucessivas transferências, passou do Lloyd Brasileiro ao Grupo Hime a partir de 1920, este, detentor da Siderúrgica Hime S.A (BRAGA, 2006, p.156) e do Porto de Neves, nas proximidades do seu parque fabril. Inicialmente especializada na produção de pregos, parafusos, cantoneiras e rebites, em 1940 possuía mais de mil operários diretos em seus quadros (Palmier, 1940, p. 122).

Na sequência dos anos a empresa continuou como grande empregadora. Documento de 1976 apontava a ocupação de 1.709 operários, outro de 1979 apresentava o quantitativo de 1.664 ocupações. A companhia mantinha escola primária, de corte e costura, além da vila operária. Após outra sucessão a empresa foi incorporada pelo Grupo Gerdau em 1985. Em 1987, com aproximadamente 900 funcionários, produziu cerca de setenta e nove mil toneladas de aço, quatro mil toneladas de trefilados e três mil toneladas de produtos farpados.

No ramo da indústria de material para condução de energia e vidros, a proeminência ficou por conta da Companhia Vidreira do Brasil. Fundada em 1941, recebeu incentivos diretos do Estado do Rio de Janeiro sob a interventoria Amaral

Peixoto, em 1978 foi adquirida pelo capital francês, quando recebeu o nome de Companhia Eletro Vidro, ocasião que passou a produzir isoladores para transmissão de energia.

Basicamente sediada na região de Neves, no limite com a cidade de Niterói, quase a totalidade desta atividade entrou em malogro, fato imediatamente associado ao declínio industrial gonçalense em definitivo. Esta interpretação desconsidera a relevância da indústria local posterior a 1960, posto que, sob nossa análise, mesmo a despeito daquele cenário de evasão, emerge uma nova planta industrial no município: os setores de confecção de roupas, de alimentos/bebidas e médico-hospitalares (laboratórios), além da permanência das históricas indústrias do pescado.

Apesar das vicissitudes, no geral, a diversidade do parque industrial gonçalense sempre foi digna de nota no conjunto do século XX e com relevância para o estado do Rio de Janeiro. São comuns referências às indústrias de vidro, cimento, ferro, produtos químicos, pescado, derivados de cerâmicas, fósforos e tantas outras.

Na verdade, o polo industrial gonçalense se caracterizou pela quantidade, diversidade e conjunto de grandes, médias e pequenas indústrias. Deste panorama, a página oficial da Prefeitura Municipal de São Gonçalo na internet, sobre a cidade, traz uma seção denominada “Economia”. Nela, em relação ao passado, apresenta aspectos da agricultura (ênfase para o café e laranja); pecuária e avicultura; pesca e indústria. Sobre a última, destaca:

São Gonçalo vivenciou na década de 1930 o início da construção de seu pujante parque industrial e nas duas décadas seguintes foi considerado o mais importante município do estado e um dos mais bem conceituados do país, uma vez que era responsável por mais da metade da arrecadação total dos impostos do Rio de Janeiro.

As décadas de 40 e 50 marcaram o auge da produção industrial na cidade. Nos anos 40 predominavam as cerâmicas de telhas e tijolos, em especial nos distritos de São Gonçalo (sede) e Ipiíba. Quanto à década de 50, dados estatísticos de 1954 revelam que a cidade manteve seu lugar de destaque possuindo setenta fábricas com atividades das mais diversificadas: metalurgia, transformação de materiais não-metálicos (cimento, cerâmica e outros), farmacêutica; além da produção de papel e produtos alimentícios.

A quantidade e pluralidade de suas indústrias que possuía na época conferiu a São Gonçalo o imponente apelido de “Manchester Fluminense”, em referência à importante cidade industrial da Inglaterra (Prefeitura Municipal de São Gonçalo)².

²Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em 4 set. 2024.

No entanto, para nós, a gênese do “pujante parque industrial” logo advém dos primeiros anos da era republicana, mesmo que de forma rudimentar em muitos casos. Para o final do século XIX um observador atento do povoado de Neves, constatou

é a estação terminal da Estrada de Ferro de Maricá. Existem ali dois importantes estabelecimentos industriais: a Usina Progresso, destinada ao fabrico de vassouras, escovas, espanadores, óleos e cravos de ferrar, e a Usina de laminação de ferro, fundição etc. Ambos estes estabelecimentos pertencem à Companhia Industrial do Brasil. [...] É também servida esta povoação por uma das linhas do ferro carril de Niterói (Silva, 1896, p, 374-375).

Elementos simbólicos do município fazem menção àquele passado característico. Abaixo, observe a figura 1:

Figura 1- “Brasão Oficial de São Gonçalo”



Fonte: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em 4 set. 2024.

O referido brasão incute tanto a participação agrícola gonçalense quanto o seu tempo industrial. Sobre este último, destaques para a engrenagem dentada ao centro, pavilhões e chaminés. Por sua vez, a letra do Hino Oficial de São Gonçalo traz em si duas construções que referenciam o parque fabril local: “tens usinas com muitas chaminés” e “oficina onde bate rijo o malho”.

Contudo, nos parece um tanto exagerada a nomenclatura *Manchester Fluminense* atribuída a São Gonçalo, mesmo referente a um período áureo da industrialização local, classicamente demarcada até os anos 1960. A questão em si carece de estudos mais aprofundados, cujo efeito imediato, alimenta a memória coletiva e saudosista dos gonçalenses em alusão a tempo que se foi, e, incute o pós-1960 como a era de total

regressão industrial. Por outro lado, há uma brecha historiográfica na análise comparativa com as indicadas cidades de São Paulo e Minas Gerais alcunhadas de *Manchester*.

4 O ENTRE 1930-1950 E A POPULAÇÃO GONÇALENSE OCUPADA

Entre 1930 e 1960 a tradicional atividade agrícola de São Gonçalo agoniza, acelerada por conjunturas internas promotoras da expansão urbana e externas, como o evento de 1929 e a guerra de 1939-1945. Conforme IBGE, em 1920, o percentual da população municipal economicamente ativa apresentava-se assim: 44,29% da força de mão de obra local ocupadas com a atividade agrária; as indústrias demandavam uma ocupação de 24,53%. Enquanto 31,18% desta equação estavam distribuídos entre as seguintes atividades: caça e pesca, transporte, comércio, administração, profissionais liberais, serviços domésticos e outros.

Se em 1920 a população do município foi de 48.019, em 1940, saltou para 85.528 mil habitantes. Devido ao incremento das atividades industrial, comercial e prestação de serviços, verifica-se um crescimento constante da zona urbana somados aos loteamentos decorrentes do processo de parcelamento das terras: fazendas desmembradas em sítios que por sua vez deram origem a lotes.

A operação de empresas imobiliárias, por exemplo, fortemente contribui para o surgimento de bairros como Jardim Catarina, Trindade, Laranjal, Brasilândia e tantos outros. Contudo, não assistidos de atendimento público necessário. Havia profunda precarização.

Em São Gonçalo, durante o século XX, sobressai o espraiamento tanto do setor secundário quanto do terciário, proporcionando conseqüente concentração populacional e expansão urbana diante da crise agrícola e do crescimento industrial em curso desde as primeiras décadas do século XX.

Segundo dada edição de 1950 do jornal - O São Gonçalo -, a população do município aumentou em mais de 1/3 no período de dez anos. Ao reproduzir dados da Agência Local de Estatística, de acordo com o periódico, o crescimento populacional na sede do município (1º Distrito) entre 1940 e 1950 foi em média de 16% ao ano, saltando de 8.484 habitantes em 1940 para 22.000 em 1950. Nos outros dois distritos da zona urbana – Sete Pontes (5º Distrito) e Neves (4º Distrito) a concentração demográfica também foi significativa. Entre 1930 e 1960 a tradicional atividade agrícola de São Gonçalo agoniza,

acelerada por conjunturas internas promotoras da expansão urbana e externas, como o evento de 1929 e a guerra de 1939-1945. Conforme IBGE, em 1920, o percentual da população municipal economicamente ativa apresentava-se assim: 44,29% da força de mão de obra local ocupadas com a atividade agrária; as indústrias demandavam uma ocupação de 24,53%. Enquanto 31,18% desta equação estavam distribuídos entre as seguintes atividades: caça e pesca, transporte, comércio, administração, profissionais liberais, serviços domésticos e outros³.

Se em 1920 a população do município foi de 48.019, em 1940, saltou para 85.528 mil habitantes⁴. Devido ao incremento das atividades industrial, comercial e prestação de serviços, verifica-se um crescimento constante da zona urbana somados aos loteamentos decorrentes do processo de parcelamento das terras: fazendas desmembradas em sítios que por sua vez deram origens a lotes.

A operação de empresas imobiliárias, por exemplo, fortemente contribui para o surgimento de bairros como Jardim Catarina, Trindade, Laranjal, Brasilândia e tantos outros. Contudo, não assistidos de atendimento público necessário. Havia profunda precarização.

Em São Gonçalo, durante o século XX, sobressai o espraiamento tanto do setor secundário quanto do terciário, proporcionando consequente concentração populacional e expansão urbana diante da crise agrícola e do crescimento industrial em curso desde as primeiras décadas do século XX.

Segundo dada edição de 1950 do jornal - *O São Gonçalo* -, a população do município aumentou em mais de 1/3 no período de dez anos. Ao reproduzir dados da Agência Local de Estatística, de acordo com o periódico, o crescimento populacional na sede do município (1º Distrito) entre 1940 e 1950 foi em média de 16% ao ano, saltando de 8.484 habitantes em 1940 para 22.000 em 1950. Nos outros dois distritos da zona urbana – Sete Pontes (5º Distrito) e Neves (4º Distrito) a concentração demográfica também foi significativa⁵.

No caso do 5º Distrito, este passou de 24.017 em 1940, para 27.450 mil habitantes em 1950. Por sua vez, o 4º Distrito saltou de 34.181, para 52.000 mil habitantes durante o mesmo período, crescimento equivalente a 53% numa média anual de crescimento em

³ Dados extraídos a partir do cruzamento das seguintes fontes: IBGE - Recenseamento de 1920. Vol. IV. 5ª parte. Tomo I. População. CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações) e Recenseamento Demográfico de 1920. Estado do Rio de Janeiro: Municípios.

⁴ Confira – IBGE: Censos Demográficos e Econômicos. 1940. Série Regional. Parte 15. Rio de Janeiro.

⁵ *O São Gonçalo*. 12 set. 1950. n. 1.036. Ano XX. p. 1.

torno de 5%. De acordo ainda com os dados do IBGE, a população de São Gonçalo na década de 1940 aumentou em 37,748 habitantes, o que dá um incremento anual em torno de 3,7%. Este panorama reflete m a prosperidade do município considerado à época, um dos mais importantes do estado, sob o ponto de vista industrial. Em 1950 o quantitativo da população urbana superava a rural.

Conclui-se que: quase 80% da população gonçalense figuravam alheia ao quadro rural, o município concentrava expressivamente sua população na área urbana, atravessado por todos os problemas em face da ausência de acurado plano de urbanização daquela antiga e tradicional área de abastecimento agrícola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com passado agrícola desde os tempos coloniais e tradicional fornecedora de gêneros, a inclinação industrial gonçalense tem sua gênese no limiar do século XX quando a antiga freguesia e depois distrito rural de Niterói conquista status de município em 1890. Neste particular, internamente, questões do devir histórico local permitiram a implantação e formatação de um polo industrial, cujo investimento, sobretudo, também modulou a construção e condução da autonomia municipal.

Porém, o advento da indústria na região aliado ao padrão de acumulação capitalista estabelecido naquele período, como a exemplo do caso brasileiro, expôs as contradições do processo/sistema. Aquela São Gonçalo não passou imune.

A acumulação capitalista no Brasil reproduziu similaridades no município analisado, o que torna mais relevante ressaltar se se considerarmos uma cidade da periferia fluminense, embora com alto índice de industrialização, superior a muitas capitais brasileiras. Naquele espaço se fizeram presentes o progresso conservador, a manutenção e ampliação da dinâmica capitalista.

Sobre o evento estudado neste turno, tornou-se comum, entre parcelas da sociedade gonçalense, a premissa de que aquela terra já teve sua época de ouro no campo da atividade industrial. Não é à toa que quando se refere a questão, sempre se recorre a denominação de Manchester Fluminense atribuída a São Gonçalo para justificar sua intensa produção industrial até os anos 1960.

É preciso avançar um pouco mais nos estudos. Em função do balizamento temporal, o artigo não adentra no pós-1970, pois este, acarreta outras marcas para a

indústria de modo geral: fluminense, brasileira e internacional, que alterou o perfil das plantas industriais em escala global. E São Gonçalo não passou inatingível ao processo.

Impossíveis de serem levadas a cabo nesta oportunidade, há várias questões que precisam de investigação. Na reconstituição da paisagem industrial da cidade é preciso olhar para o novo perfil da indústria local. Reestruturado, ocupou espaços para além do Distrito de Neves.

Quer dizer, são nítidos os fenômenos da (re)localização/(re)especialização. Assim, a propalada desindustrialização do município após 1960, embora evidente, parece não ser tão aguda.

O fechamento daquela primária/clássica planta industrial provocou a sensação de esvaziamento do setor. Não obstante, a São Gonçalo continuava “sendo apresentada” como a cidade da indústria pelos periódicos locais. O município figurava entre os mais importantes da conjuntura fluminense em movimentação/participação industrial, embora o próprio estado e o país tenham passados por vicissitudes econômicas principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Há certa negligência quando se reporta ao passado industrial da cidade, cujo evento contribuiu para imprimir e emprestar uma identidade e centralidade àquele município guanabarino. Muito embora, no pós-1970 tratar-se-ia de uma centralidade periférica em face da inserção/participação de São Gonçalo na complexa metropolização nucleada pela cidade do Rio de Janeiro (Rosa, 2017).

Desse modo, avançar nos estudos da industrialização gonçalense torna-se uma grande possibilidade de (re)definir o papel histórico do município pela “lente” da própria indústria. Na verdade, negligenciar a referida atividade industrial local é parte integrante de uma visão periférica da cidade de São Gonçalo.

É preciso enfrentar esta leitura. Todavia, estamos diante de uma outra questão que repousa.

Sobre o título dado à cidade, é evidente que devemos pôr reticências à ideia. Primeiro pela ausência de reflexões sistemáticas acerca do problema. Ressalvadas as incongruências e especificidades de cada realidade, tal percepção, requer estudos comparativos com o exemplo primário, isto é, o inglês (Manchester); bem como entre os casos das cidades fluminense (São Gonçalo), Paulista (Sorocaba) e Mineira (Juiz de Fora) contempladas com o aludido título de *Manchester*.

Como exercício de hipótese, é provável haver diferenças e similaridades entre os casos. Mas ora, esta perspectiva igualmente exige apreciação oportuna.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor; MELO, Hildete. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da "Manchester Fluminense". **Cadernos do desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 65-87, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/issue/archive>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ASSIS, Guido Cruz de; MATOS, Thaís; BRONZI, Laís. Industrialização e urbanização no município de São Gonçalo/RJ: uma análise a partir da pesca artesanal na Baía de Guanabara. Universidade Federal Fluminense. **ANAIS DO XVI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – XVI SIMPURB**. v.1 (2019). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/issue/view/1096>. Acesso em: 20 jul. 2024.

AZEVEDO, José Afonso Mendonça. **Consolidação de Legislação do Município de São Gonçalo**. Organizada por determinação do Exmo.sr. Prefeito Municipal Dr. Eugenio. Borges. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1939.

BEAUCLAIR, Geraldo de; HONORATO, Cezar. Niterói industrial: ramos da pré-indústria (1834-1860). *In*: MARTINS, Ismênia de Lima; KNAUS, Paulo (Org.). **Cidade Múltipla**: temas de história de Niterói. Niterói, RJ: Niterói Livros. 1997.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. Niterói, RJ: Nitpress, 2006.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A industrialização de São Gonçalo e a Companhia Nacional de Cimento Portland (1931/1942). **Espaço e Economia** - Revista Brasileira de Geografia Econômica: Ano VI, n. 12, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3427>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **A Cerj e a história da energia elétrica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CERJ, 1993. (coletânea)

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Monografia do Município de São Gonçalo. 1967.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO / CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro. 1979.

FLUMITUR/COTERJ. **Monografias de Municípios Fluminenses**. Governo Celso Peçanha. Vol. 1. 1962.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Organização Espacial Metropolitana. Política de Localização Industrial. DIPLAN / FUDREM. 1976.

FREIRE, Désirée Guichard; FREIRE, Denise Guichard. Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial: novas questões para a reflexão. *In*: SILVA, Cátia Antônia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Org.). **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A:

Faperj, 2006. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/HB856GDPCUVBUK5MY1DBN17IIEVTLBPLJJVJMGPY7UDV212MTD-38298?func=item-global&doc_library=UFR01&doc_number=000662912&year=&volume=&sub_library=16. Acesso em: 20 jul. 2024.

FREITAS FILHO, Almir Pita; PEDREIRA CAMPOS, Pedro Henrique; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. A historiografia da industrialização fluminense: a renovação recente dos estudos sobre o desenvolvimento fabril no estado do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. *Acervo*, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/archive>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GEIGER, Pedro Pinchas; *et al.* Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, out/dez., 1956.

GUIA SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. SYDENSTRICKER, Iara (Coord.). v. 1. Região Metropolitana. Rio de Janeiro: Gráfica do Jornal do Brasil, 1993.

IBGE. **Dados Censitários, Demográficos, Industriais e Agrícolas**. 1920. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-agropecuarios.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Recenseamento de 1920**. v. IV, 5^a. Parte. Tomo I. População. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1920predbras>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Recenseamento Demográfico de 1920**. Estado do Rio de Janeiro: Municípios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=53&view=detalhes>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Censos Demográficos e Econômicos. 1940**. Série Regional. Parte 15. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Recenseamento Geral de 1950**. Indústrias. Estado do Rio de Janeiro e Municípios. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=212364>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Recenseamento Geral de 1950**. População presente, por sexo e situação do domicílio segundo as zonas fisiográficas, os municípios e os distritos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=51112>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **Recenseamento Geral**. Ano de 1960. Disponível em: <https://archive.org/details/censodem1960br>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IBGE. **São Gonçalo, Rio de Janeiro**: Coleção de Monografias, n. 479. 2^a ed.; 1970.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização**: o caso do interior fluminense. 247f. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LESSA, José Luís Honorato. **A indústria gonçalense no século XX**: origens e processos. São Gonçalo- RJ: Apologia Brasil, 2023.

LESSA, José Luís Honorato. “Pioneira do progresso fluminense”: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX. Espaço e Economia. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Ano VI, n. 12, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3296>. Acesso em: 20 jul. 2024.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. 219f. Tese Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032005-170703/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Jornal O São Gonçalo: 12 set. 1950. n. 1.036. Ano XX; 12 nov. 1965. n. 4.245. Ano XXXV; 17 de mar. 1970. Ano LX. n. 5.235.

Jornal O Fluminense: 21 e 22 Set. 1980. Suplemento Especial de São Gonçalo. Ano 90; Set. 1990. Ano CXIII. n. 26.741.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Disponível em: <https://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

Revista Municípios em Destaque. Set. 1987. Ano VIII, n. 29. Edição Especial.

SILVA, Antônio José Caetano da. Chorographia Fluminense. São Gonçalo. *In*: O Estado do Rio de Janeiro em 1896. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXVII. Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ROSA, Daniel Pereira. **De cidade-dormitório à centralidade da grande cidade periférica**: trabalho, consumo e vida de relações de São Gonçalo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ). 299f. Tese. Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062019-150410/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

INDÚSTRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO DO RIO DE JANEIRO (2002-2021): CARACTERÍSTICAS SETORIAIS E INTENSIDADE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO FLUMINENSE*

INDUSTRY AND ECONOMIC GROWTH IN RIO DE JANEIRO (2002-2021): SECTORAL CHARACTERISTICS AND INTENSITY OF THE STATE'S DEINDUSTRIALIZATION

Leonardo Nogueira Aucar

 <https://orcid.org/0009-0002-4576-1316>

Correspondência: leonardoaucar@ufrj.br

Doutorando no programa de pós-graduação em sociologia e antropologia (PPGSA/UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.84332

Recebido em: 15 maio 2024 | **Aceito em:** 01 nov. 2024.

RESUMO

O trabalho analisa o processo de desindustrialização do estado do Rio de Janeiro no período de 2002 até 2021. Se configura como um trabalho de análise histórico comparativa baseado nas taxas de crescimento real dos setores industriais e do PIB do Rio de Janeiro e Brasil. Testa a hipótese de que o estado do Rio de Janeiro passou por um processo de desindustrialização mais acelerado que outros estados brasileiros. Como fonte de dados utiliza os dados das Contas Regionais dos estados brasileiros, disponibilizadas pelo IBGE em parceria com as secretarias estaduais. As taxas de crescimento real do valor adicionado da atividade econômica são tratadas como proxies de processos de industrialização e desindustrialização. Como conclusão, o trabalho apresenta uma proposta de periodização para o processo de desindustrialização do Rio de Janeiro e corrobora a hipótese de que este está ocorrendo em ritmo acelerado em relação ao resto do Brasil.

Palavras-chave: indústria; Rio de Janeiro; desindustrialização; método comparativo; sociologia histórica.

ABSTRACT

The article looks into the deindustrialization process of the Rio de Janeiro (RJ) state, in Brazil, between 2002 and 2021. It's a historical-comparative sociology based on the real growth rates of RJ's and Brazil's industry segments. It tests the hypothesis that RJ

*Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa de doutorado na qual esse artigo se insere através do projeto O Atravancamento da Alteridade: Um Estudo das Formas de Negação do Outro e de suas Formas de Resistência Segundo o Diálogo entre Múltiplas Abordagens Sociológicas e Antropológicas. Código de processo 404114/2022-9.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento através do programa de cooperação internacional PROBRAL, durante o qual parte da pesquisa que resultou neste artigo foi conduzida.

 Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

is undergoing a faster deindustrialization process than the other Brazilian states. The main source of data are the regional accounts, made available by Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and local government agencies. Real growth rates of the added value to GDP are used as proxies of industrialization and deindustrialization. The author's conclusion corroborates the hypothesis. It also proposes a periodization of RJ's deindustrialization.

Keywords: industry; Rio de Janeiro; deindustrialization; comparative method; historical sociology.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é uma sociologia histórico-comparativa do processo de desindustrialização recente (2002-2021) do estado do Rio de Janeiro. É baseado na análise das séries temporais das taxas de crescimento real dos setores industriais. As séries são comparadas entre si e com os dados gerais do Brasil. O objetivo é oferecer uma descrição mais acurada do ritmo e periodização do processo de desindustrialização recente do estado. A hipótese é de que o estado do Rio de Janeiro passou por um processo de desindustrialização recente mais intenso do que o Brasil e outros estados.

O debate sobre a desindustrialização brasileira tem ganhado proeminência nos últimos anos. Evidência disso é a formulação de políticas públicas específicas para lidar com a questão (CNDI; MDIC, 2024). Isso pois, para além de um fenômeno a ser compreendido, o processo de desindustrialização tem sido problematizado enquanto prejudicial ao potencial de crescimento econômico (Oreiro; Feijó, 2010). Esse cenário é distinto da avaliação de parte da teoria econômica que em grande maneira considerava esse processo como esperado ou mesmo positivo (Oreiro; Marconi, 2012). Essa preocupação com a atualidade da questão coloca o debate brasileiro sobre desindustrialização em trajetória distinta de boa parte da literatura internacional, que enfatiza um processo que considera em larga medida encerrado (High, 2013; Lawson, 2020; Strangleman, Rhodes, Linkon, 2013), mesmo que com consequências perenes (Linkon, 2018; Mah, 2012).

Dentro dos campos das ciências sociais há, entretanto, uma problemática adicional. Se a desindustrialização tem sido concebida como um processo histórico de impacto social significativo, que encerra uma era industrial (Strangleman, 2017), é preciso entender quais as características desse processo. Nesse ponto, uma das características mais importantes dos processos de mudança social é seu ritmo e duração

(Abbott, 1984; Pierson, 2004). Mudanças sociais bruscas ou cumulativas, e em longa duração, têm chamado a atenção de cientistas sociais e historiadores que buscam dar a devida atenção à dimensão temporal dos processos sociais.

2 HISTÓRIA, RITMO E MUDANÇA SOCIAL

Skocpol (1984) identifica que a sociologia histórica tinha predileção por pensar “grandes questões” e em lógica comparativa. Da mesma maneira, Tilly (1984) enfatiza as grandes comparações como particularidade de certa sociologia preocupada com processos de transformação em escala macro. Fortemente influenciada pelo campo da história, ela discutirá a importância de processos de mudança em longa duração e perspectivas sistêmicas globais (Smith, 1991).

Adicionalmente, como Kreuzer (2023) argumenta, processos históricos precisam ser pensados para além da dimensão do tempo histórico – o ordenamento e periodização de eventos e datas – abarcando também concepções de tempo físico. Isso significa inserir uma dimensão de ritmo onde, além da sequencialidade e ordem, a velocidade e duração dos processos é relevante para compreensão de seus resultados. O uso de séries temporais é particularmente útil para esses fins, não sendo aqui visto como um substituto, mas sim um complemento a análise de narrativa densa típica dos estudos historiográficos. Ajuda a identificar processos de mudança lenta e gradual, particularmente aquelas que envolvem algum quesito de dependência de trajetória (Mahoney, 2000); e inflexões bruscas nas tendências, ajudando a percepção do que a literatura denomina “conjunturas críticas” (Mahoney, 2004; Pierson, 2015; Thelen, 2010).

Dentre essas “grandes” questões que mais movimentaram historiadores e cientistas sociais está a discussão sobre “desenvolvimento”. Desenvolvimento é uma metáfora historiográfica, mas que carrega significativo impacto político e cognitivo (Fernández Sebastián, 2024). Como Santos argumenta, para além de categoria nativa, é também “capaz de conferir legitimidade e justificação a agentes políticos e econômicos” (Santos, 2016, p. 295).

No caso brasileiro ela foi de particular importância nas discussões sobre a natureza “dependente” (Evans, 2018) desse possível desenvolvimento nacional, discussão que em grande parte se debruçava sobre o papel da industrialização. Mas a participação da indústria na economia brasileira foi elemento central não apenas para historiadores e

cientistas sociais brasileiros, mas para a classe política e setores das elites (Barbosa, 2020). Dado esse papel, a desindustrialização acaba por ser mais do que uma mudança econômica, é uma transformação simultânea dos arranjos institucionais e políticos nacionais e do que se concebe como visão de país. Não à toa, surgimento de projetos de neoindustrialização, como o Nova Indústria Brasil (CNDI e MDIC, 2024), ou de “reconversão industrial”, como no caso do projeto de produção dos caças Gripen no ABC paulista (Ramalho; Conceição, 2024), acabam condicionados às transformações nas conjunturas políticas nacionais e locais.

3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A categoria indústria é por vezes mobilizada de forma distinta na literatura sobre desindustrialização, com ênfase desigual sobre seus setores. Enquanto o processo histórico de desindustrialização é associado em grande parte a atividades extrativas – como nos casos inglês (Tomlinson, 2016) e alemão (Berger; Wicke; Golombek, 2017) –, seus estudos mais recentes enfatizam a indústria de transformação, em grande parte ancorada na perspectiva de uma posição privilegiada desta no processo de crescimento econômico. Aqui se propõe uma definição que abranja quatro setores nativamente considerados como parte da indústria (CNI): 1-indústria de transformação, 2-extrativa, 3-construção e 4-serviços de água, esgoto, gás e energia (doravante AEGE) – com significativa ênfase nos três primeiros.

Já a desindustrialização é tipicamente lida como uma redução relativa do valor adicionado da indústria no PIB e uma redução de sua participação no estoque de empregos (Tregenna, 2009). Suas causas estão relacionadas a processos de mudança tecnológica, possibilitando o crescimento da produtividade industrial acima do crescimento da demanda (Rowthorn; Ramaswamy, 1999) e a realocação produtiva de unidades fabris para territórios de custo mais baixo (Alderson, 1999). Nesse sentido, a desindustrialização é um fenômeno cuja identificação exige um recorte territorial para sua identificação, podendo ocorrer em contrapartida a processos de industrialização em outros territórios (Bluestone; Harrison, 1982). Entre seus impactos, além dos custos mais imediatos das perdas de empregos para comunidades e famílias afetadas, está um contínuo processo de declínio dos territórios afetados, que Mah (2012) denomina “ruinação”. Linkon (2018)

vai observar também como os processos de desindustrialização tem impacto nas populações trabalhadoras mesmo após o período mais intenso de fechamentos industriais.

Um conjunto de autores pontua uma relação entre PIB per capita e desindustrialização. Para eles, a partir de certo ponto o crescimento do PIB per capita a demanda por serviços cresceria em ritmo mais acelerado que a demanda por bens industriais (Rodrik, 2016). Em contraste, Rodrik (2016) observa como processos de desindustrialização passaram a ocorrer em países com renda per capita abaixo do antigo patamar estimado como causador do fenômeno. A esse fenômeno ele denominou “desindustrialização prematura”, tipicamente ocorrendo em países com processos de industrialização tardia¹.

É esse processo “premature” que Oreiro e Feijó (2010) identificam ocorrer no Brasil, em contraponto ao processo de desindustrialização naturalizado como decorrência esperada do desenvolvimento, que muitas vezes a teoria econômica apresenta. Em que pese a sobrestimação da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro antes dos anos 2000, em função de mudanças metodológicas do sistema de contas nacionais, como mostra Morceiro (2021), há forte evidência da ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil entre meados dos anos 1980 e fins dos anos 1990 (Oreiro; Marconi, 2012). Dúvidas surgiram em princípios dos anos 2000 se esse fenômeno seria continuado, uma mudança estrutural da economia brasileira, ou apenas um fenômeno pontual dos anos 80, como defendeu Nassif (2008). Entretanto, evidências mais recentes apontam solidez do processo de desindustrialização ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, como pode ser visto em Morceiro e Guilhoto (2020); Maia (2020) e Feijó; Lamônica; Lima (2019).

No caso do Rio de Janeiro o processo de desindustrialização está também ligado a características próprias do estado. Sobral (2016) aponta a existência de um “vazio” produtivo na região metropolitana como resultado da concentração da atividade econômica em torno da metrópole. Em outro artigo, o mesmo autor aponta as consequências econômicas negativas desse processo de reestruturação econômica do estado, já perceptíveis no início dos anos 2000 (Sobral, 2017). Compartilhando a preocupação com a concentração e desigualdade econômica vista da perspectiva espacial, Vianna da Cruz (2013) discute os impactos da problemática industrial para o desenvolvimento do estado e da excessiva dependência deste no setor petrolífero. No

¹ Para discussão sobre industrialização e industrialização tardia, ver Mello (1982).

questo emprego, Souza e Veríssimo (2019) apontam que, ao menos até meados dos anos de 2010, se melhor que o cenário nacional, o Rio de Janeiro já enfrentava decréscimo de cerca de 3,23 pontos percentuais absolutos do emprego industrial na participação do emprego total – saindo de 13,2% em 1996 para 10,22% em 2014, portanto, quase $\frac{1}{4}$ da participação no estoque de emprego.

Entre as causas do caso nacional, há ênfase na literatura sobre o papel das taxas de câmbio, particularmente a ideia de que esta teria estado sobrevalorizada no período (Marconi; Rocha, 2012; Oreiro; Feijó, 2010). Diretamente ligada à questão cambial há também frequente identificação de uma “doença holandesa” (Cunha; Lelis; Fligenspan, 2013) ou “a desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos” (Oreiro; Feijó, 2010, p. 222). Isso implica numa relação direta entre a desindustrialização do setor de transformação e a performance do setor extrativo.

Referente aos indicadores utilizados, a maioria dos estudos enfatiza a participação do valor adicionado da indústria – na maioria dos casos de transformação – no PIB. Porém, para além dos já citados problemas metodológicos referentes a como o dado é contabilizado, também há questionamentos sobre a adequação deste indicador devido ao excessivo impacto que a inflação setorial tem na participação de cada setor (Torres; Cavalieri, 2015). Em outras palavras, um dado setor industrial pode aumentar significativamente sua participação no PIB sem nenhum aumento produtivo, basta a inflação setorial ser superior à do PIB. Como resposta a essas questões, propõe-se na próxima seção do artigo o uso de taxas de crescimento dos setores econômicos em lugar de sua participação no PIB.

4 MÉTODOS

O recorte temporal aqui analisado vai de 2002 até 2021. Dado que o cálculo da taxa de crescimento exige a comparação entre dois anos têm-se dados do crescimento real de 2003 até 2021. O recorte foi escolhido em função da limitação dos dados das Contas Regionais, sendo assim restrito a série mais atual. Utilizar dados anteriores foi descartado por questões de tempo e espaço, já que os dados exigiram tratamento particular devido às mudanças metodológicas pontuadas acima e um espaço de discussão adicional não comportado no limite deste artigo.

São utilizados os dados provenientes das Contas Regionais, disponibilizados pelo IBGE e elaborados em parceria com as secretarias estaduais (IBGE). Foram utilizados os dados anuais de cada estado e do Brasil para o cálculo da taxa de crescimento anual dos setores da indústria e do PIB de 2003 até 2021, utilizando-se sempre o Valor Adicionado (VA) do ano corrente aos preços do ano anterior dividido pelo VA do ano anterior a preços correntes daquele ano.

Adicionalmente, apenas para o caso do Rio de Janeiro foi calculada a participação dos setores industriais no PIB para o período de 2002 até 2021 de forma a demonstrar o peso dos setores industriais na economia fluminense e assim contextualizar o impacto distinto das taxas de crescimento destes na economia. Os cálculos utilizaram o VA de cada setor da indústria dividido pelo VA do total das atividades (i.e. PIB) em cada ano. O cálculo da categoria Indústria Geral foi feito somando o VA dos quatro setores industriais e dividindo-se pelo VA do total das atividades.

O uso das taxas de crescimento como proxy da desindustrialização tenta capturar sua aceleração e desaceleração, além de permitir uma comparação entre setores industriais que podem ter participação distinta na atividade econômica entre Rio, Brasil e outros estados. Taxas de crescimento mais baixas dos setores industriais em relação ao PIB estadual indicariam um processo de desindustrialização e a magnitude da diferença, sua intensidade.

Por fim, os dados foram analisados a partir de técnicas de análise de séries temporais, com ênfase nas suas aplicações nas ciências sociais (Shin, 2017). Na prática, realizou-se a análise gráfica das séries, a comparação de similaridade entre elas e a comparação das médias de crescimento para recortes do período. No primeiro caso, suavizou-se a série temporal via média móvel de três anos como forma de facilitar a visualização da tendência da série². Foi estabelecido um número mínimo de dois anos para cálculo de cada média, o que na prática eliminou os dados de 2003, assim, os gráficos apresentados têm seu eixo X de 2004 até 2021. No segundo caso utilizou-se a correlação de Pearson para mensurar a similaridade entre séries temporais distintas, cujo resultado equivale a uma correlação cruzada com lag = 0 (Shin, 2017). Entende-se que uma correlação alta implica que ambas as séries temporais possam compartilhar fatores causais, ao passo que baixas correlações aumentam a probabilidade de fatores causais

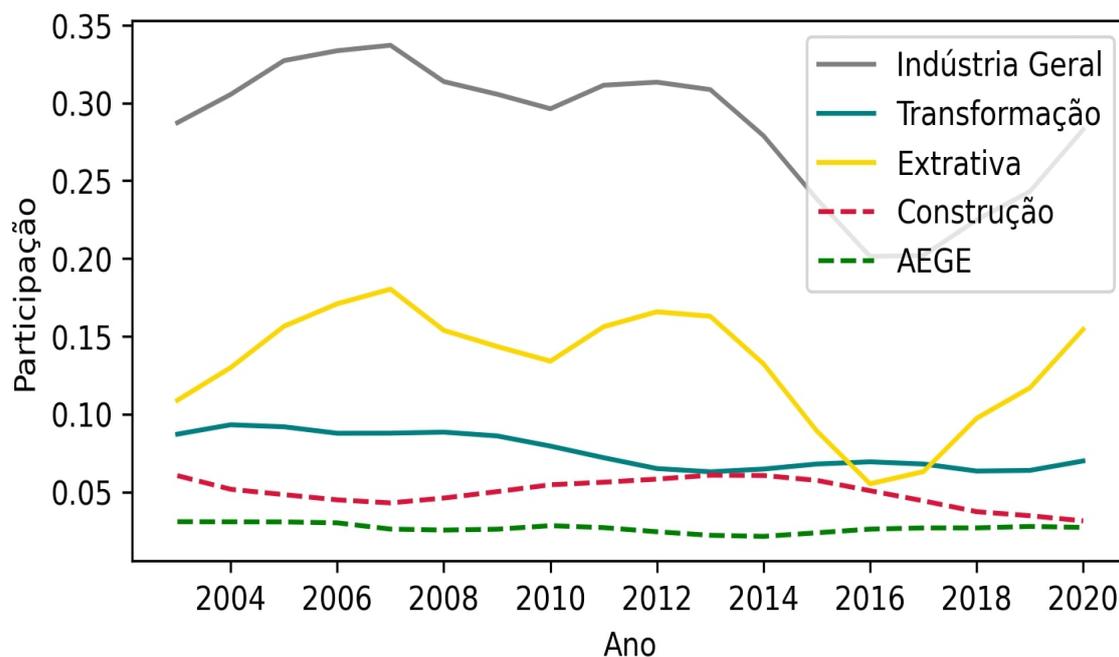
²A média móvel foi utilizada **apenas para fins de visualização**, não para cálculo das médias de crescimento do período ou correlação entre as séries temporais.

distintos terem prioridade em cada uma das séries. Os recortes do período foram analisados a partir da identificação de suas similaridades e diferenças com objetivo de estabelecer ou eliminar possíveis causas suficientes e necessárias a desindustrialização, em linha com abordagens histórico-comparativas (Mahoney, 2004).

5 RESULTADOS

Primeiramente contextualiza-se o peso relativo dos setores industriais no PIB fluminense. O gráfico 1 demonstra como a indústria extrativa tem grande participação neste, mas com fortes flutuações. Assim, ao considerar-se as taxas de crescimento é importante ter em mente o peso deste setor. Em contrapartida, o setor de transformação parece ter um declínio mais constante. Já o setor de construção parecia ter assumido papel mais significativo a partir de meados da primeira década dos anos 2000, apenas para retroceder em meados da seguinte. O setor relativo à AEGE representa parte bem menor do PIB. Em função disso e também dos limites de espaço e tempo, ele não será focado no restante da análise.

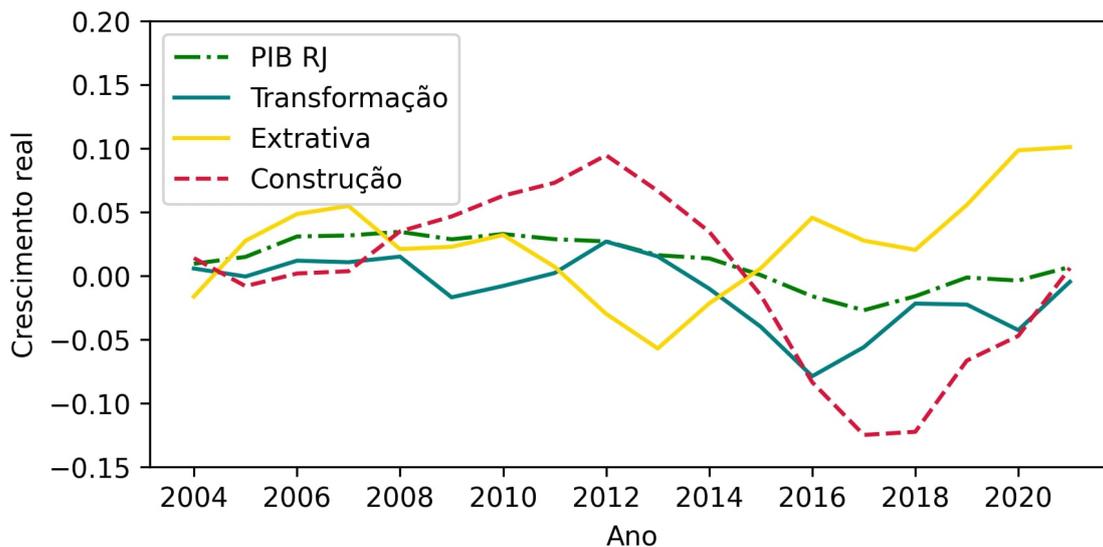
Já um olhar sobre as taxas de crescimento real para o período (gráfico 2) esclarece em parte as razões das flutuações. No caso da indústria extrativa existe uma gradual redução das taxas de crescimento, com resultados abaixo do PIB na primeira década do século e recuperação na segunda. Tal fato a priori não coincide com seu crescimento (e queda) de participação no PIB (gráfico 1). O período de performance mais fraco coincide, entretanto, com um período de forte valorização do preço das commodities, este associado a boa performance da economia durante a primeira década do século (Fonseca, Arend e Guerrero, 2020), e conseqüente crescimento de sua participação no PIB estadual. Assim, as flutuações da participação do setor extrativo no PIB parecem condicionadas às mudanças nos preços. Coincide, entretanto, com um período relativamente longo de valorização cambial, no qual o dólar passou de 3,0783 reais em 2003, para 1,6750 reais em 2011 (IPEA).

Gráfico 1 – Participação dos setores industriais no PIB do estado do RJ

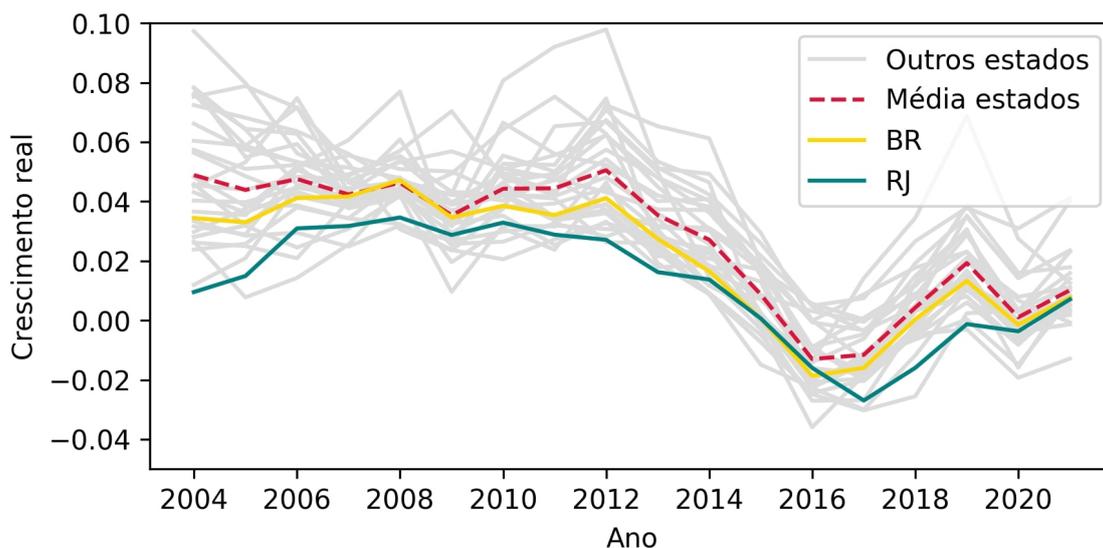
Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Já o setor de transformação exibe constante fragilidade, com taxas de crescimento real abaixo do PIB fluminense em quase todo o período (gráfico 2). Isso não implica necessariamente decréscimo, apesar de esse ter sido frequente, mas sim uma desindustrialização relativa à economia estadual. É importante notar também que a fragilidade da indústria de transformação frente ao PIB fluminense é mais significativa quando considerado que o PIB do estado como um todo cresceu abaixo do nacional e estava entre os piores resultados dos estados (gráfico 3).

Considerando-se as taxas de crescimento do PIB carioca e também os movimentos dos setores industriais ao nível nacional, propõe-se a periodização desse processo de desindustrialização em três etapas. De 2002 até 2008 houve um período de “desindustrialização relativa”, ou seja, taxas de crescimento dos setores industriais foram positivas, porém em gerais inferiores ao PIB estadual. Um segundo período de 2009 até 2014 é marcado por piora das taxas industriais (com parcial exceção do setor de construção) e sua entrada em territórios negativos. Já de 2015 até 2021 tem-se primeiro a agudização da crise, especialmente entre 2015 e 2016, com gradual recuperação das taxas de crescimento até o fim do período. As tabelas 1 e 2 sintetizam os resultados dos setores industriais para os três períodos.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento do estado do RJ (M.M. de 3 anos)

Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Gráfico 3 – Taxas de crescimento dos PIBs estaduais e nacional (M.M. de 3 anos)

Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Cada um dos períodos propostos acima, entretanto, para além das taxas de crescimento, está imerso em variáveis importantes do ponto de vista histórico, especialmente mudanças políticas e econômicas na escala nacional e internacional. Assim, o período de 2002 até 2008 é marcado pela primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) à presidência, que, a despeito de continuidades na política macroeconômica, marca também um período de forte política de valorização do salário

mínimo (Cosenza, 2022). O período se encerra em 2008, com estabelecimento de forte crise econômica internacional.

Tabela 1 – Média de crescimento real do PIB e setores industriais do RJ nos períodos

Setor/Período	2003-2008	2009-2014	2015-2021	2003-2021
PIB RJ	2.48%	2.13%	-0.44%	1.19%
Transformação Rio	0.73%	-0.39%	-1.32%	-0.82%
Extrativa Rio	2.43%	-0.72%	6.08%	2.71%
Construção RIO	1.35%	5.39%	-5.81%	-0.12%

Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Tabela 2 – Diferença de crescimento dos setores industriais (RJ) para nível nacional e PIB (RJ)

Diferença*	2003-2008	2009-2014	2015-2021	2003-2021
PIB (RJ - BR)	-1.53	-0.47	-0.85	-0.86
Transf.1 (setor RJ - setor BR)	-3.52	-0.08	-0.92	-1.49
Extrat.1 (setor RJ - setor BR)	-1.64	-4.08	+6.18	+0.09
Const.1 (setor RJ - setor BR)	-1.00	-0.26	-4.18	-1.66
Transf.2 (setor RJ - PIB_RJ)	-1.74	-2.52	-0.87	-2.01
Extrat.2 (setor RJ - PIB_RJ)	-0.04	-2.85	+6.52	+1.52
Const.2 (setor RJ - PIB_RJ)	-1.13	+3.26	-5.36	-1.32

*diferença da média das taxas de crescimento real do período entre o Rio de Janeiro e Brasil (dado negativo indicando performance pior do setor fluminense) e entre a performance do setor industrial e PIB do Rio de Janeiro (dado negativo indicando performance pior para o setor em relação ao PIB). Valores em ponto percentual absoluto.

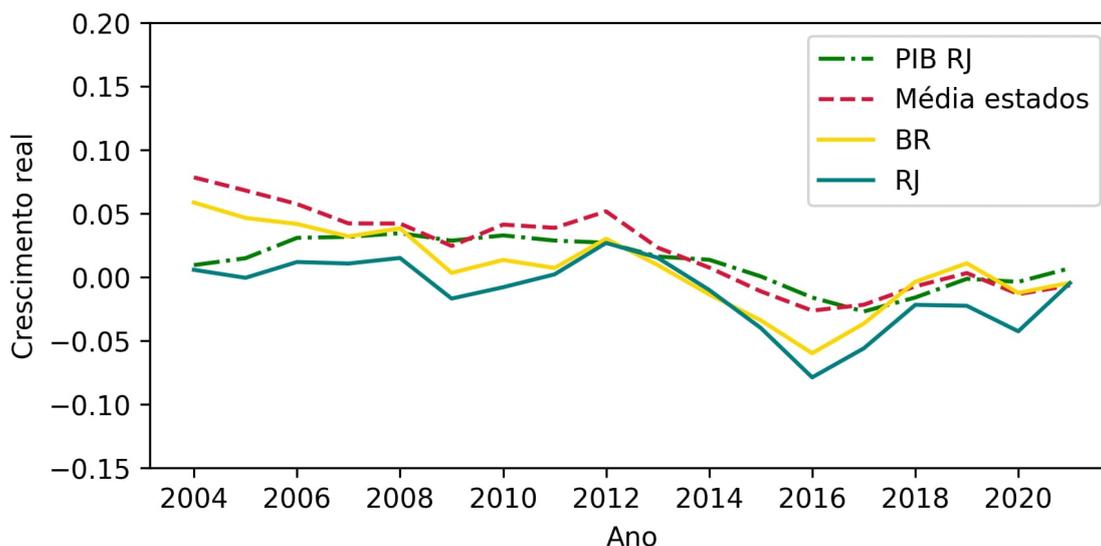
Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

O novo período, de 2009 até 2014 se inicia com duas inflexões: primeiramente o ano de 2009 será marcado por desaceleração econômica no Brasil (gráfico 3). Em grande parte, em função desta haverá uma mudança significativa da política econômica. De particular importância é o lançamento do primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 (Rousseff, 2007) e subsequentemente o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, este em larga medida um programa de oferta de crédito subsidiado para aquisição de moradias de baixa renda (BRASIL, 2009). Essas mudanças atravessaram o final do segundo governo Lula e a presidência de Dilma Rousseff (2011-2016).

O final do período é marcado por significativas transformações econômicas e políticas. Em especial, o ano de 2013 vê emergência de manifestações sociais de rua, conjugado com o início das atividades da Operação Lava Jato. Já em 2014, e parcialmente relacionado a esses fatores (DIEESE, 2021), tem-se o início de uma desaceleração econômica significativa, em grande parte vinculada a uma forte queda no preço das commodities. Esta foi iniciada em meados de 2011 e intensificada entre 2014 e 2015 (Fonseca, Arend e Guerrero, 2020).

Por fim, o período de 2015 até 2021 é marcado pela intensificação da crise econômica – em parte já em curso em 2014 – seguido de taxas de crescimento mais baixas. Cobre tanto o período de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, como os governos Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2019-2022) e a primeira parte da crise do coronavírus (2020-2022 aprox.). Também em 2015 têm-se significativas mudanças na política econômica a nível federal, com adoção de uma política fiscal de redução de gastos (Fonseca; Arend; Guerrero, 2020).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento real da indústria de transformação (M.M. de 3 anos)



Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Já quanto aos recortes setoriais para cada um dos períodos e começando pelo setor de transformação, é notável que este tem piores taxas de crescimento em relação ao dado nacional (tabela 2). Olhando especificamente para os períodos de 2002 até 2008 e 2015 até 2021 o Rio de Janeiro registrou algumas das piores taxas para o setor entre todos os estados. Ao mesmo tempo, se de 2009 até 2014 a taxa de crescimento foi inferior ao primeiro período, importante notar que foi esse o momento onde a performance da

indústria de transformação do Rio de Janeiro mais se aproximou do dado nacional (tabela 2). Isso parece indicar que, para além do cenário macroeconômico, existem limitantes estruturais ao crescimento da indústria de transformação fluminense, que mesmo em momentos de “recuperação” exibe baixo crescimento.

Considerando a variável câmbio, é relevante como, após contínua valorização, o real passa a se desvalorizar de 1,765 em 2011 até 5,395 em 2021 (IPEA). Essa mudança não parece, entretanto, sustentar efeitos longos para a indústria de transformação, a qual, após breve aceleração até 2012, perde força e passa a ter taxas de crescimento inferiores ao período anterior (gráfico 4).

Tabela 3 – Correlação de PEARSON entre as séries temporais de taxas de crescimento real

Correlação	R		R2	
	Brasil (setor)	PIB (RJ)	Brasil (setor)	PIB (RJ)
Transformação (<i>P-value</i>)	0.7812 (7.87E-05)	0.6409 (3.11E-03)	0.6102	0.4107
Extrativo (<i>P-value</i>)	-0.1025 (6.76E-01)	-0.1960 (4.21E-01)	0.0105	0.0384
Construção (<i>P-value</i>)	0.9313 (7.14E-09)	0.7974 (4.34E-05)	0.8673	0.6358

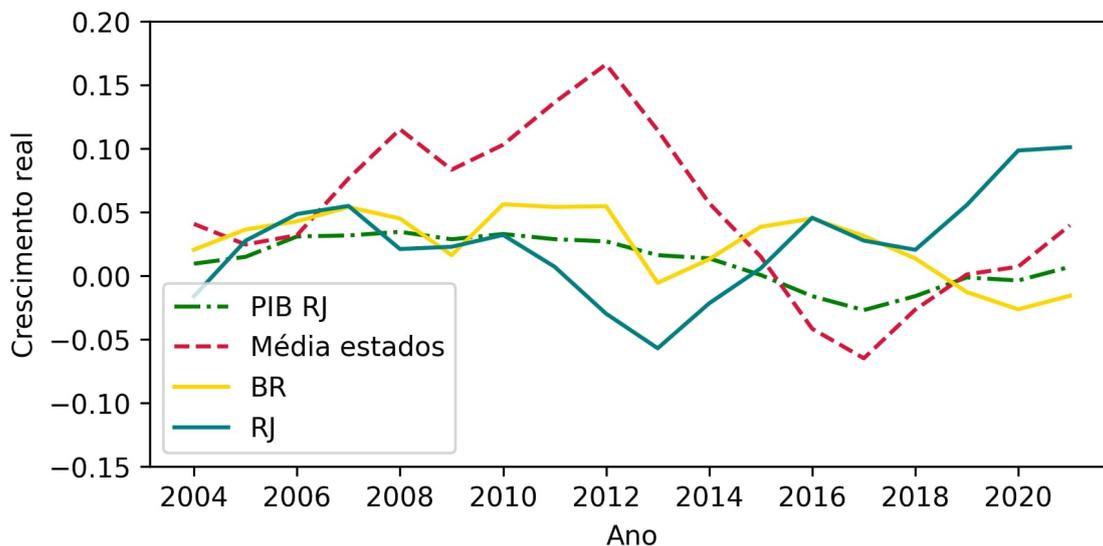
Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Analisando a correlação (tabela 3, acima) do setor de transformação do Rio de Janeiro com o do Brasil e o PIB fluminense, os resultados indicam maior correlação com o primeiro. Isso sugere que o setor de transformação da indústria fluminense foi mais afetado por dinâmicas do setor de transformação ao nível nacional do que com a performance econômica do estado. Dito isso, ainda há correlação razoável (0.64, com R2 de 0.41) entre a taxa de crescimento real da indústria de transformação do Rio de Janeiro e o PIB do estado.

A indústria extrativa do Rio de Janeiro também exibiu performance inferior à média nacional em quase todo o período (gráfico 5 abaixo). Essa tendência só se modifica no período de 2015 a 2021, sendo capaz de reverter a tendência de desindustrialização setorial e estabelecer um crescimento médio 1,52 ponto percentual absoluto acima do PIB do estado para todo o período (tabela 2). No mesmo gráfico 5 abaixo, vê-se como a taxa

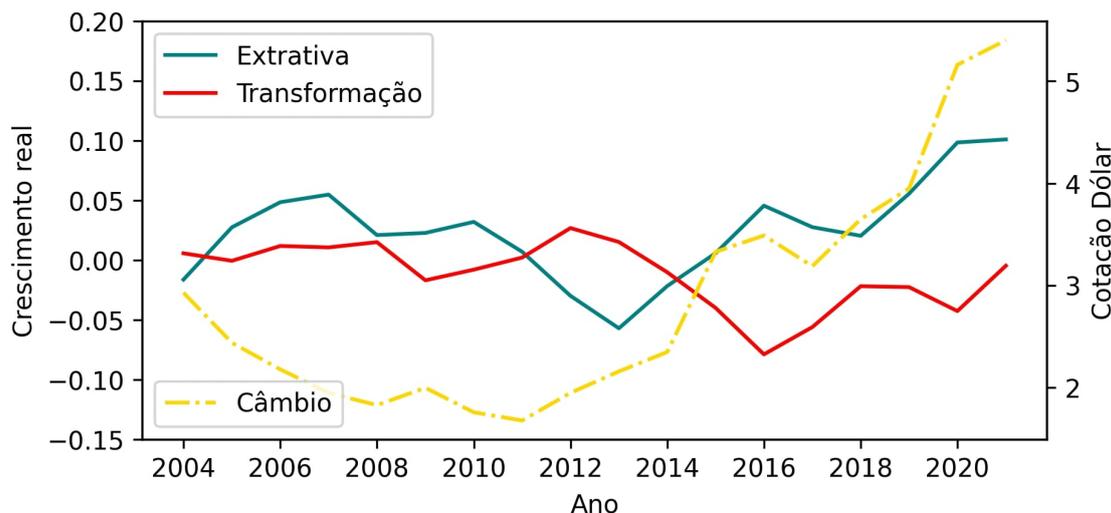
de crescimento da indústria extrativa inicia próxima da taxa do PIB fluminense, mas vai gradualmente perdendo força, em parte em concomitância com a queda cambial (gráfico 6).

Gráfico 5 – Taxas de crescimento real da indústria extrativa (M.M. de 3 anos)



Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

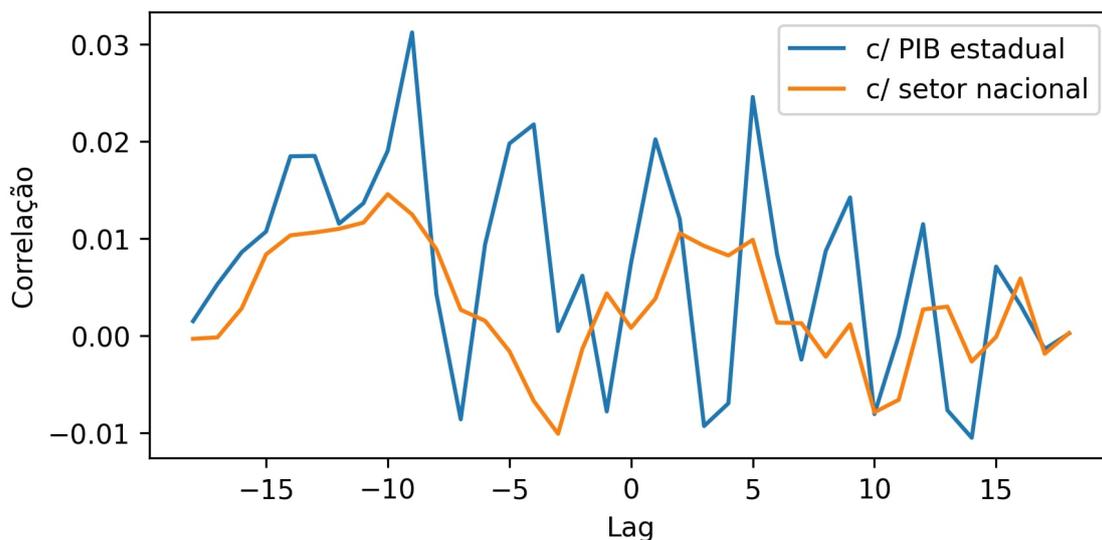
A participação desta no PIB (gráfico 1) continua alta até cerca de 2014, em virtude dos preços elevados das commodities, mas a taxa real de crescimento mostra outro cenário, de gradual desaceleração (gráfico 6). É justamente durante o período de inversão da tendência de valorização do câmbio que a indústria extrativa voltará a ver suas taxas de crescimento acelerarem (gráfico 6). Isso é em especial curioso quando se observa que essa aceleração se deu justamente no período pico da chamada crise das commodities (entre 2014 e 2015).

Gráfico 6 – Crescimento da ind. extrativa e de transformação (M.M. de 3 anos) versus câmbio

Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE) e Taxa de Câmbio (IPEA).

Esses dados parecem contrastar, ao menos para o caso do Rio de Janeiro, com a hipótese de que o investimento na indústria extrativa, motivado por um câmbio valorizado e altos preços de commodities, seria responsável pela desindustrialização do setor de transformação. Isso não implica que o câmbio não exerça influência, o período aproximadamente de 2011 até 2015, de forte valorização cambial, foi o qual a indústria de transformação fluminense teve desempenho mais próximo ao PIB estadual (gráfico 4), em contraposição ao período de 2003 até 2010, de câmbio em forte valorização. Dito isso, a valorização cambial não é causa suficiente – e nem mesmo necessária – para uma performance negativa do setor em relação ao PIB do estado e em termos absolutos, como o período de 2015 até 2021 mostra.

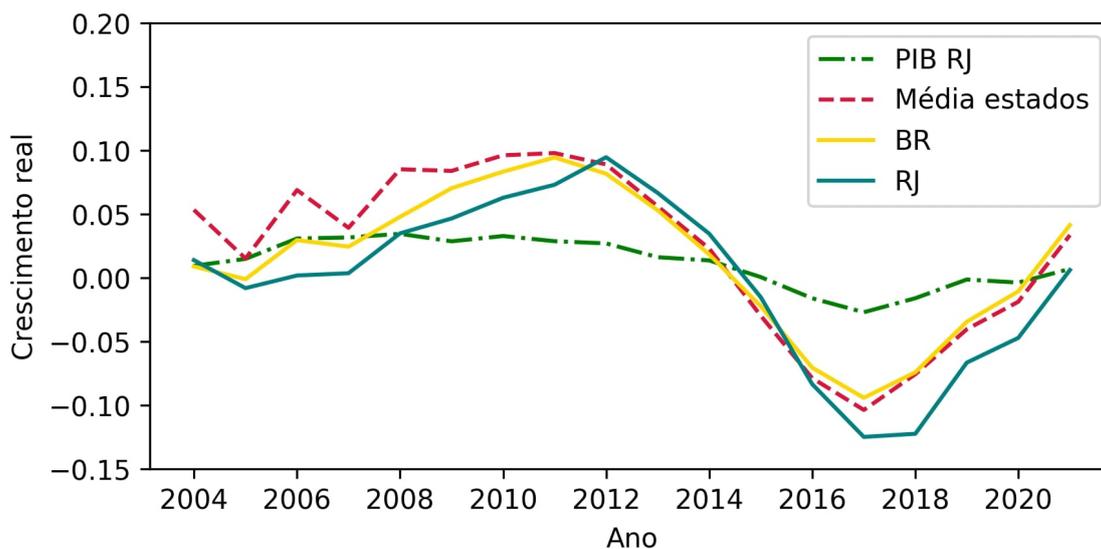
Na análise da correlação da série temporal com o mesmo setor ao nível nacional e com o PIB do estado (tabela 3), em ambos os casos houve correlação negativa para a indústria extrativa. Tal resultado pode indicar uma dinâmica bastante independente da indústria extrativa do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, é importante frisar que foram os únicos casos onde $P > 0.05$ (0.68 e 0.42 respectivamente), o que reduz a confiança no dado. Com fins de verificar se poderia, para a indústria extrativa, existir um lag entre as séries, foi feita a correlação cruzada, mas como pode ser visto no correlograma (gráfico 7 abaixo), não parece haver qualquer lag onde a correlação seja significativamente maior.

Gráfico 7 – Correlograma da indústria extrativa com PIB estadual e setor nacional

Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Por fim, o setor de construção (gráfico 8) mostra o mais acentuado ciclo de aceleração e desaceleração das taxas de crescimento (como fica nítido também no gráfico 2). De particular importância parece ser a implementação do primeiro PAC, com particular peso para o programa Minha Casa Minha Vida, a partir de 2009. Esse também é o período onde o setor de construção teve crescimento acima do PIB estadual, revertendo em parte a desindustrialização setorial.

Em contraposição, o setor experimenta forte contração desde 2013. Uma hipótese explicativa é o impacto da Operação Lava Jato nas atividades das principais construtoras e obras públicas. Esse cenário parece se intensificar após a contração econômica de 2015, exibindo gradual recuperação a partir de 2017. De todo modo, a indústria de construção continuou tendo taxas de crescimento muito inferiores ao PIB estadual, mantendo o processo de desindustrialização (tabela 2).

Gráfico 8 – Taxa de crescimento real da indústria de construção (M.M. de 3 anos)

Fonte: autoria própria a partir das Contas Regionais (IBGE).

Analisando a correlação setorial e com PIB estadual, percebe-se que o desempenho do setor de construção é mais fortemente correlacionado tanto ao PIB fluminense como ao setor no nível nacional (tabela 3) do que os outros setores industriais. Particularmente, a correlação de 0.93 com o PIB ao nível nacional pode indicar uma prevalência de fatores nacionais na performance do setor de construção fluminense. Essa hipótese dialoga com a relação proposta acima entre o setor de construção e a intensificação – ou retração – de políticas públicas voltadas à realização de obras ou subsídios para o setor habitacional.

6 DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

O artigo corroborou a hipótese de que o Rio de Janeiro tem passado por um processo de desindustrialização mais acelerado que os demais estados brasileiros. Essa desindustrialização, pode ser vista de duas perspectivas. Primeiramente, pode ser considerada como uma desindustrialização em relação à atividade econômica do estado. Nesse caso, tanto indústria de transformação como a de construção viram média de crescimento inferior ao PIB estadual no período (perda de 2.01 e 1.32 ponto percentual absoluto, respectivamente; tabela 2), significando uma desindustrialização “clássica”. A indústria extrativa cresceu em relação ao PIB estadual (1.52 ponto percentual absoluto), mas esse crescimento esteve quase todo concentrado no período mais recente (2015-

2021). Já em relação ao Brasil podemos falar de uma segunda forma de “desindustrialização”, representada pela perda de importância do Rio de Janeiro para a atividade industrial nacional. Sinal disso, indústrias de transformação e construção tiveram taxas de crescimento real inferiores à taxa em nível nacional (-1.49 e -1.66 pontos percentual absoluto, respectivamente; tabela 2). Já nesse recorte, a indústria extrativa teve estabilidade (ganho de 0.09 ponto percentual absoluto; tabela 2).

Há, portanto, claras distinções setoriais. Os testes de correlação entre as séries temporais parecem indicar que os setores extrativo, de transformação e construção estão vinculados em grau distinto a condicionantes no nível nacional (câmbio, crescimento do PIB, políticas públicas federais, conjuntura política etc.). A performance do setor extrativo, particularmente, parece muito mais independente da performance do mesmo setor em nível nacional do que o setor de construção, estando a indústria de transformação numa posição intermediária. Isso indica um maior peso de fatores regionais ou especificamente setoriais em determinadas indústrias do que em outras. De toda maneira, fica claro que existem elementos no caso do Rio de Janeiro que contribuem para uma performance abaixo de outros estados brasileiros na maioria dos casos e períodos.

Do ponto de vista das causas explicativas, é necessário complexificar, ao menos para o caso fluminense, a hipótese de reprimarização relacionada à sobrevalorização cambial como explicação central para o fenômeno da desindustrialização. Isso pois não parece haver concomitância da desvalorização cambial com uma melhora contínua na indústria de transformação (gráfico 6). Da mesma forma, a indústria extrativa não performou de forma inferior durante o choque de preços das commodities, ao contrário, viu suas taxas de crescimento acelerarem (gráfico 6). Evidentemente não se descarta o impacto do câmbio no processo de desindustrialização – ou a possibilidade de reprimarização –, mas esta não parece ser causa suficiente e nem necessária para a desindustrialização do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista do impacto das políticas públicas – e da retirada destas – a indústria de construção parece o mais claro exemplo deste. Os dados indicam grande efeito do primeiro PAC e do programa Minha Casa Minha Vida sobre as taxas de crescimento do setor. Ao mesmo tempo, a paralisação de grande parte das atividades em correlação com a Operação Lava Jato mostra o forte peso do fato político nos ciclos de aceleração e desaceleração da desindustrialização fluminense. Vale citar que, apesar de a Operação Lava Jato também ter focado empresas do setor extrativo, em particular a Petrobras, com fortes efeitos nas estratégias de investimento desta (DIEESE, 2021), a

mesma desaceleração do crescimento real não se refletiu na indústria extrativa. Isso não elimina a possibilidade de impacto desta no setor extrativo, mas indica que esse impacto não foi o mais determinante para as taxas de crescimento do setor nesse período. Do ponto de vista teórico, a implicação parece ser de que o efeito da conjuntura política pode afetar em diferentes graus setores industriais distintos.

Por fim, vale pontuar limitações deste estudo e direções para sua continuidade. Primeiramente, o recorte temporal pode ser estendido, ao menos até o início dos anos 1980. Além disso, não foram feitas regressões multivariadas, o que não permite modelar ou detectar o impacto de diversas variáveis nas taxas de crescimento, tais como inflação e investimento. Em terceiro lugar, não foram utilizados dados de produção física e emprego, que certamente auxiliarão a ter um retrato mais completo do fenômeno e suas particularidades setoriais.

Quanto à análise histórica dos períodos – e a periodização proposta –, esta é claramente preliminar e enfoca a escala nacional. Analisar com mais profundidade como as sequências de eventos políticos e econômicos influenciaram os setores industriais e mapear o conjunto de políticas públicas estaduais mais relevantes é importante continuidade dessa pesquisa. Ainda importante é considerar que a escolha dos casos comparativos pode ser sofisticada, realizando comparação com dados de estados específicos, considerados casos mais próximos ou mais distantes ao do Rio de Janeiro (demograficamente, em sua composição setorial, processo histórico etc.). Dito isso, se o retrato aqui apresentado do processo de desindustrialização fluminense auxiliar continuidades dessa investigação, indicando períodos relevantes para observação aprofundada e a importância de levar em conta as diferenças setoriais, o objetivo terá sido atingido.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. Event sequence and event duration: colligation and measurement. **Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History**, Londres, v. 17, n. 4, p. 192–204, Fall 1984. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11620185/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ALDERSON, A. S. Explaining deindustrialization: globalization, failure, or success? **American Sociological Review**, Washington, v. 64, n. 5, p. 701–721, out. 1999. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Explaining->

Deindustrialization%3A-Globalization%2C-Or-Alderson/813ad124092a72c591d918330a4d421f6a419217. Acesso em: 5 abr. 2024.

BARBOSA, A. D. F. “Developmentalist Brazil” (1945-1964) as a concept: historicizing and (re)periodizing development in Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo v. 40, n. 2, p. 332–354, jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/BGrXZ8p4JsQYBt5fGfvdSqx/?lang=en>. Acesso em: 10 set. 2024.

BERGER, S.; WICKE, C.; GOLOMBEK, J. Burdens of eternity? heritage, identity and the ‘great transition’ in the Ruhr. **The Public Historian**, California, v. 39, n. 4, nov. 2017. 36 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320637333_Burdens_of_Eternity_Heritage_Identity_and_the_Great_Transition_in_the_Ruhr. Acesso em: 5 maio 2024.

BLUESTONE, B.; HARRISON, B. **The deindustrialization of America: plant closings, community abandonment, and the dismantling of basic industry**. New York: Basic Books, 1982.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 10 set. 2024

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Plano de ação para a neointustrialização 2024-2026**. Brasília: MDIC: CNDI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Perfil da Indústria Brasileira**. 2024. Brasília: CNI, 2024. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 2 maio. 2024.

COSENZA, A. C. Um Brasil dos trabalhadores? aspectos do desempenho econômico brasileiro entre 2003 e 2016. *In*: SOUZA, L. E. S. De; PREVIDELLI, M. De F. S. Do C. (org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. Niterói, RJ: Eduff; São Paulo, SP: Hucitec, 2022. (Coleção Novos estudos de história econômica do Brasil, v. 4).

CUNHA, A. M.; LELIS, M. T. C.; FLIGENSPAN, F. B. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 463–485, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8YLdrZP3KDDDDQhfB6kJVF3g/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Implicações econômicas intersetoriais da operação lava jato**, 2021. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.

EVANS, P. B. **Dependent development: the alliance of multinational state, and local capital in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

FEIJÓ, C. A.; LAMÔNICA, M. T.; LIMA, S. S. Financial liberalization and structural change: the Brazilian case in the 2000s. **Economia e Sociedade**, São Paulo v. 28, n. 1, p. 177–200, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/jkK9jkcwCdxQpCxMMGyPKhr/?lang=en>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. **Key metaphors for history: mirrors of time**. Londres: Routledge: Taylor & Francis Group, 2024.

FONSECA, P. C. D.; AREND, M.; GUERRERO, G. A. Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do partido dos trabalhadores no Brasil. **Economia e sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 779–809, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/SPD3RtmMJGXXKJQsSCmFbDpg/?format=pdf>. Acesso em: 3 maio 2024.

HIGH, S. “The wounds of class”: a historiographical reflection on the study of deindustrialization, 1973–2013. **History Compass**, Londres, v. 11, n. 11, p. 994–1007, nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Scr: sistema de contas regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 2 maio. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Taxa de câmbio**. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=31924>. Acesso em: 6 set. 2024.

KREUZER, M. **The grammar of time: a toolbox for comparative historical analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

LAWSON, C. Making sense of the ruins: the historiography of deindustrialisation and its continued relevance in neoliberal times. **History Compass**, Londres, v. 18, n. 8, ago. 2020.

LINKON, S. L. **The half-life of deindustrialization: working-class writing about economic restructuring**. Michigan: University of Michigan Press, 2018.

MAH, A. **Industrial ruination, community, and place: landscapes and legacies of urban decline**. Toronto: University of Toronto Press, 2012.

MAHONEY, J. Path Dependence in Historical Sociology. **Theory and Society**, v. 29, n. 4, p. 507–548, 2000.

MAHONEY, J. Comparative-Historical Methodology. **Annual Review of Sociology**, v. 3, p. 81–101, 2004.

MAIA, B. A. DE A. Há desindustrialização no Brasil? um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 549–579, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/qcNyfx9SHjGd46vMpsmGMtH/>. Acesso em: 8 maio 2024.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 853–888, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/SjcTsF7sFtJPmhwqhxq9Xw/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MELLO, J. M. C. D. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MORCEIRO, P. C. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 700–722, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4HDjr3pgty8TepJVPQnQx5g/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 835–860, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/bXWQQNdkrCLPRgnK9CzRmVB/>. Acesso 7 jul. 2024.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 72–96, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/3rVWS9WjGrFFPS4yHMqNzZj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 9 jul. 2024.

NASSIF, L.; TEIXEIRA, L.; ROCHA, F. Houve redução do impacto da indústria na economia brasileira no período 1996-2009? uma análise das matrizes insumo-produto. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 355–378, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/rNGJNGnkfG8p6qxdqF4GG6p/abstract/?lang=pt>. Acesso em 5 maio 2024.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 219–232, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/>. Acesso 9 jul. 2024.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, 2012. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4496>. Acesso em: 7 jun. 2024.

PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions, and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PIERSON, P. Power and Path Dependence. *In*: MAHONEY, J.; THELEN, K. (org.). **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2015.

RAMALHO, J. R.; CONCEIÇÃO, J. J. DA. **Caças supersônicos e o ABC Paulista: tecnologia e reconversão industrial**. São Paulo, SP: Editora Papagaio, 2024.

RODRIK, D. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, p. 1–33, mar. 2016. Disponível em: https://drodrrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrrik/files/premature_deindustrialization.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

ROUSSEFF, D. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/02/09/dilma-rousseff-discute-pac-na-ci>. Acesso em: 12 maio. 2024.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade, and deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, p. 18–41, 1999. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/1999/03-99/rowthorn.htm>. Acesso 5 abr. 2024.

SANTOS, R. S. P. DOS. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**, [s.l.], v. 29, n. 77, p. 295–312, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/20004>. Acesso em: 6 abr. 2024.

SHIN, Y. **Time series analysis in the social sciences: the fundamentals**. Oakland, California: University of California Press, 2017.

SKOCPOL, T. (ed.). **Vision and method in historical sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SMITH, D. **The rise of historical sociology**. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

SOBRAL, B. L. B. Desindustrialização e questão metropolitana: o caso da “arrebentação urbana” na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 62, p. 193–220, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/issue/archive>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SOBRAL, L. B. A falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 10, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/30678>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOUZA, I. E. L. DE; VERÍSSIMO, M. P. Produção e emprego industrial nos estados brasileiros: evidências de desindustrialização. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 75, 2019. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/issue/archive>. Acesso em: 12 abr. 2024.

STRANGLEMAN, T. Deindustrialisation and the Historical Sociological Imagination: Making Sense of Work and Industrial Change. **Sociology**, [S.l.], v. 51, n. 2, p. 466–482, abr. 2017. Disponível em: <https://kar.kent.ac.uk/54004/1/Deindustrialisation%20and%20the%20Historical%20Sociological%20Imagination%20.pdf?gathStatIcon=true>. Acesso em: 12 abr. 2024.

STRANGLEMAN, T.; RHODES, J.; LINKON, S. Introduction to Crumbling Cultures: Deindustrialization, Class, and Memory. **International Labor and Working-Class History**, [S.l.], v. 84, p. 7–22, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-labor-and-working-class-history/article/abs/introduction-to-crumbling-cultures-deindustrialization-class-and-memory/F94057016B37BF6B928C40702DF0B462>. Acesso em: 12 abr. 2024.

THELEN, K. Beyond Comparative Statics: Historical Institutional Approaches to Stability and Change In the Political Economy of Labor. Em: MORGAN, G. *et al.* (Ed.). **The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis**. 1. ed. [S.l.] Oxford University Press, 2010. p. 41–62. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/34531/chapter-abstract/292940280?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 12 maio. 2024.

TILLY, C. Big structures, large processes, huge comparisons. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

TOMLINSON, J. De-industrialization Not Decline: A New Meta-narrative for Post-war British History. **Twentieth Century British History**, [S.l.], v. 27, n. 1, p. 76–99, mar. 2016. Disponível em: <https://academic.oup.com/tcbh/article-abstract/27/1/76/2451942?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 12 maio. 2024.

TORRES, R. L.; CAVALIERI, H. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de economia política**, [S.l.], v. 35, n. 4, p. 859–877, 2015. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/issue/view/21>. Acesso em: 12 maio. 2024.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 433–466, 1 maio 2009. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/oup/cambje/v33y2009i3p433-466.html>. Acesso em: 12 maio. 2024.

VIANNA DA CRUZ, J. L. Os desafios da construção do desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 47–80, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/issue/archive>. Acesso em: 12 maio. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

ORAL HISTORY AS A SOURCE OF RESEARCH IN EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF DUQUE DE CAXIAS

Márcia Spadetti Tuão da Costa^A

 <https://orcid.org/0000-0003-0457-4039>

Marluce Souza de Andrade^B

 <https://orcid.org/0000-0002-4425-2889>

Renata Spadetti Tuão^C

 <https://orcid.org/0000-0002-4662-4164>

Thays Rosalin de Araújo^D

 <https://orcid.org/0000-0002-0347-8320>

Correspondência: centrodememoriadaeducacao@gmail.com

A, B, C, D Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed), Duque de Caxias - Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.87255

Recebido em: 13 set. 2024 | **Aceito em:** 18 out. 2024.

RESUMO

Este artigo se configura em um recorte do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed) que objetiva compreender os percursos educativos do município de Duque de Caxias. Parte-se da compreensão da História Oral como fonte de pesquisa propondo-se a recuperar elementos que não podem ser encontrados em documentos de outra natureza (Alberti, 2005). O referencial teórico se apoia em Thompson (2001) no que tange a noção de experiência e em Pollak (1989) no estudo sobre memória. Procura-se analisar entrevistas semiestruturadas concentradas na categoria de História Oral temática (Meihy, 2002) com indivíduos que fizeram parte de Centros Pró-melhoramentos apontando-os como responsáveis pela implementação de duas instituições escolares na comunidade da Vila Operária e no bairro de Jardim Primavera, na década de 1960.

Palavras-chave: história oral como fonte na pesquisa em educação; instituições educativas; Duque de Caxias; instituições escolares; memória da educação.

ABSTRACT

This article is part of a research project developed by the Centro de Pesquisa, Memória e História de la Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed) which aims to understand the educational pathways in the municipality of Duque de Caxias. It starts from the understanding of Oral History as a source of



research proposing to recover elements that cannot be found in documents of another nature (Alberti, 2005). The theoretical framework is based on Thompson (2001) regarding the notion of experience and on Pollk (1989) in the study of memory. It seeks to analyze semi-structured interviews concentrated in the category of thematic Oral History (Meihy, 2002) with individuals who were part of Pró-Improvements Centers, pointing them as responsible for the implementation of two educational institutions in the community of Vila Operária and in the neighborhood of Jardim Primavera, in the 1960s.

Keywords: oral history as a source in education research; Educational Institutions; Duque de Caxias; school institutions; education memory.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Duque de Caxias encontra-se localizada no Estado do Rio de Janeiro cerca de 30 km de distância da capital. Sua constituição enquanto município se deu no ano de 1943 demarcando a separação de Iguazu. A importância histórica da localidade atravessa diferentes temporalidades que vão configurando-a como lugar de passagem e, posteriormente, lugar de acolhida dos trabalhadores imigrantes em busca de trabalho nas indústrias. Mesmo antes do direito à educação ser regulamentado constitucionalmente, Duque de Caxias contava com a luta de trabalhadores/moradores no que tange a construção e a manutenção de escolas localizadas em diferentes bairros da cidade, proporcionando meios de seus filhos acessarem a educação como possibilidade de ascensão social.

Esse elemento constitutivo da História da Educação da cidade, no entanto, somente foi possível emergir a partir do uso da História Oral como fonte de pesquisa. Pode-se apontar duas questões que levaram ao seu apagamento: a primeira, a escolha em produzir registros históricos da educação a partir de uma perspectiva positivista; e a segunda, a falta de políticas públicas voltadas para a salvaguarda de documentos da educação. Os poucos registros oficiais sobre a História da Educação da cidade preocupam-se, muitas vezes, em demonstrar sob quais governos as instituições educativas foram criadas via legislação, em direcionar o foco para a personalidade que dá nome à escola e em apontar as premiações nas quais a unidade escolar participou. Sem contar que o município não conta com um Arquivo Público capaz de reunir os documentos da administração escolar pública.

Esse artigo pretende levantar alguns apontamentos sobre o uso da História Oral como fonte para o registro da História da Educação no município de Duque de Caxias.

Convém demarcar que a organização da memória em função dos acontecimentos pessoais e políticos do momento a transforma em um fenômeno construído (Pollak, 1989). O que a memória grava, exclui e relembra torna-se, portanto, o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (Pollak, 1989). Entende-se que o trabalho de enquadramento da memória, Pollak (1989) destaca a disputa de grupos sociais pela formação da “memória nacional”. O que se esquece também deve ser considerado, sobretudo quando se pensa a memória coletiva de acordo com Thompson (1992) e constituída a partir da experiência de classe (Thompson, 2001).

Para tanto, parte-se da análise de entrevistas concedidas ao Centro de Pesquisa Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED)¹ no âmbito dos seus projetos Roda de Memórias. História Oral da Educação: depoimentos em vídeo² e o Projeto Núcleo de Memórias. História das Instituições Educativas³. A perspectiva adotada pelo CEPEMHED se volta para a escuta dos diferentes agentes históricos, priorizando aqueles cujas memórias são historicamente silenciadas: moradores do bairro, merendeiras, diretores, professores e demais profissionais da educação, que cotidianamente estiveram envolvidos com a escola, mas que raramente, são considerados, ao falar de sua história. O depoimento desses sujeitos compõe um banco de história oral, disponível para consulta de pesquisadores interessados na História da Educação da cidade. Nesse artigo, procura-se ainda entrecruzar as fontes orais com as escritas como a legislação municipal, os relatórios dos Centro Pró-melhoramentos e as fichas de identificação das unidades escolares, assim como fontes imagéticas – as fotografias e os documentos escolares digitalizados.

O artigo apresenta alguns aspectos sobre o uso da História Oral como fonte nas pesquisas em Educação na interlocução com os teóricos que sustentam o desenvolvimento do trabalho do CEPEMHED ao longo dos anos. Em seguida, analisam-se as fontes orais referentes à construção de duas instituições escolares de Duque de

¹O CEPEMHED há dezenove anos vem se consolidando com o trabalho de preservação e de difusão da História da Educação da cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Seu trabalho se apoia em três eixos fundamentais: a pesquisa, a formação e o arquivo. Procura-se compreender os diferentes percursos educativos da cidade, levando em consideração os sujeitos e os processos de construção da educação na totalidade, relacionando a história local ao contexto nacional (CEPEMHED, 2023a).

²O projeto Roda de Memórias. História Oral da Educação: depoimentos em vídeo registra os depoimentos de pessoas envolvidas na Educação (1950-1990) constitui o acervo documental imagético e midiático de História Oral da Educação de Duque de Caxias (CEPEMHED, 2023b).

³O Projeto Núcleo de Memórias. História das Instituições Educativas visa incentivar e assessorar a comunidade escolar na pesquisa da história da respectiva instituição com vistas à organização do seu próprio espaço museal, valorizando, desta forma, as memórias dos sujeitos escolares, da instituição e da comunidade do seu entorno. (CEPEMHED, 2023c).

Caxias – Escola Municipal Vila Operária e Escola Municipal Anton Dworsak – localizadas em distritos e bairros diferentes no município, mas que possuem similaridades no seu percurso institucional. Por último, são apresentadas algumas considerações finais sobre a importância da História Oral como fonte na pesquisa em Educação a partir da experiência de trabalhadores.

2 ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA ORAL COMO FONTE NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

De acordo com Thompson (1992), a história oral desenvolveu-se em países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América, no início do século XX, como forma de preservação da memória de tribos que não tinham a escrita como elemento de registro. Para o registro dos acontecimentos produzidos pelas sociedades onde a escrita encontrava-se desenvolvida, a história oral, enquanto técnica de produção de documentos, esbarrava nas questões relativas à objetividade científica e a métodos de pesquisa de caráter quantitativo desenvolvidos pelos serviços de estatística.

Pode-se apontar que a partir da redemocratização, no Brasil, as fontes orais têm se constituído como um importante recurso para o desenvolvimento das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, sobretudo nas áreas de história e das ciências sociais (Meihy, 2002). Alberti (2004) destaca que a consolidação da história oral como metodologia de pesquisa tem suas bases na mudança de paradigmas do trabalho científico que passaram a atribuir importância à subjetividade e à experiência individual para a compreensão do passado recente. O uso da História Oral como fonte tem como proposta a relação entre reflexão teórica, trabalho empírico e o campo na produção de conhecimentos científicos, ao procurar ampliar as fontes que o pesquisador tem a sua disposição “para produzir conhecimentos históricos sobre realidades nem sempre valorizadas ou problematizadas até o presente momento” (Quadro; Castanha, 2017, p. 32). No campo da Educação, o pesquisador se depara, ainda, com a inexistência de arquivos organizados para a consulta, sobretudo quando, na localidade, não se desenvolveu políticas públicas que entendam a Educação enquanto um patrimônio histórico-educativo da sociedade.

No desenvolvimento das pesquisas, é necessário ter atenção sobre o aspecto subjetivo da memória. De acordo com Alberti (2004), a dimensão subjetiva da memória

deve ser entendida como um processo de recuperação do vivido, concebido por aqueles que viveram o acontecimento. Partindo da premissa de que o vivido é lembrado de forma diferente por cada sujeito, entende-se que a produção do documento da história oral permite recuperar o que não pode ser encontrado em documentos de outra natureza. Dessa forma, a importância do registro da história oral não se concentra somente na veracidade de um acontecimento, ele se amplia para a forma como é lembrado e a captação da coletividade através da narrativa (Thompson, 1992).

Parte-se do entendimento de que as fontes orais são recursos importantes no processo de investigação, sobretudo ao assumir função complementar aos documentos escritos. Constituem-se como “um recurso que complementa outras fontes de dados e, muitas vezes, responde questionamentos e preenche lacunas apresentadas nos documentos escritos” (Costa, 2019, p. 28.082). Pode, ainda, ser utilizada como um elemento motivador de determinada investigação ao apresentar informações iniciais sobre um acontecimento histórico ou como um elemento indicador de caminhos possíveis para a pesquisa em torno dos processos sociais escritos já que cada indivíduo ao pensar o vivido pode configurar diferentes percepções de um determinado acontecimento (Alberti, 2005).

Como uma fonte produzida, concorda-se com Nacif (2008) sobre a função social que essa atribui à pesquisa ao mesmo tempo em que impele a prática da preservação da memória. A opção pela História Oral como fonte de pesquisa em História da Educação amplia os conhecimentos científicos ao considerar os “de baixo” (Thompson, 2001), que se desenvolve diante da análise do percurso de enquadramento e de seletividade da memória de seus sujeitos, permitir a identificação dos processos de construção, desconstrução e reconstrução das memórias coletivas, segundo Pollak (1989), a partir das experiências de classe (Thompson, 2001). Assim, a entrevista permite recuperar aquilo que não se encontra “em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc.” (Alberti, 2004, p. 30), como também, situações em que os registros documentais se perderam ao longo do tempo.

Alberti (1990) esclarece que não se pode mais considerar um fator negativo as falhas na memória do depoente ou os possíveis erros que podem aparecer em contraposição aos documentos oficiais. Isso porque, de acordo com Alberti (2005), o importante para o uso das fontes orais é “incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e

não de outra e por que razão e em que medida a sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes” (Alberti, 2004, p. 03). O uso das fontes orais, ainda, distancia-se da teoria positivista ao entender a entrevista como um documento que estabelece “relações entre o geral e o particular mediante a análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações” (Alberti, 2004, p. 26).

É importante destacar que as entrevistas de História Oral são resíduos de uma “ação específica” de interpretação do passado. Conforme adverte Alberti (2004) quando especifica que as fontes orais são um “resíduo de ação” e não somente “relato de ações passadas”, por considerar que as entrevistas documentam ações de constituição de memórias, uma vez que compreendem tanto o entrevistado quanto o entrevistador que, ao construir o passado de uma forma e não de outra, desencadeiam ações específicas sobre a memória.

As fontes orais ao serem identificadas enquanto documentos precisam, ainda, passar pelos processos de desestruturação e desmonte indicados por Le Goff (1990) na análise do documento histórico. Propõe-se, portanto, a concepção da História Oral como fonte histórica a partir da categoria de mediação, entendendo-a como uma produção social cujo conhecimento não se limita à aparência do lembrado. Implica um trabalho de contextualização do rememorado, do acontecimento, dos sujeitos retratados e das relações que estabelecem na totalidade social a que pertencem. Entende-se que o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, partindo das memórias que surgem no relato, em direção às mediações que a constituem.

A pesquisa com História Oral demanda, dessa forma, a realização de um conjunto de entrevistas que funcionem como uma amostragem significativa pelas quais elementos essenciais do acontecimento em análise possam se encontrar presentes nas diferentes experiências rememoradas. Demanda, também, a investigação sobre os processos de construção da memória, uma vez que o registro oral revela fragmentos da realidade, a partir da experiência do depoente. Ao indagar os relatos, busca-se superar uma visão fragmentada, identificam-se os interesses dos grupos sociais que a produziu e se revela a conjuntura na qual esse registro foi elaborado.

O uso das fontes orais na história da educação possibilita relacionar as especificidades da atividade corrente da escola com suas características estruturais e seus aspectos históricos localizados no tempo e no espaço. Analisar as memórias dos trabalhadores de determinada instituição escolar – seja através da docência ou como

trabalhadores/moradores dos arredores na luta pelo direito à educação de seus descendentes – pode apontar o contexto da docência, das práticas educativas que atravessam a cultura escolar, como também, as ligações políticas estabelecidas, os condicionantes sociais que a conformam como mediadora no processo de reprodução ou de emancipação. Entende-se, neste artigo, que a História Oral pode trazer contribuições importantes para a construção do conhecimento científico. Algumas vezes, pode-se configurar como o único método a disposição do pesquisador para recuperar ou investigar acontecimentos ainda não documentados. Por vezes, pode ajudar no trabalho de desvelamento de outras faces de uma realidade complexa ainda desconhecidas. Na próxima seção, procura-se apresentar os resultados preliminares da pesquisa sobre os processos educativos na cidade de Duque de Caxias desenvolvida pela equipe do CEPEMHEd.

3 MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS⁴ E ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO DE DUAS ESCOLAS EM DUQUE DE CAXIAS

Desde 2005, o CEPEMHEd tem reunido documentos que compõem o acervo documental imagético e midiático da educação no município uma vez que não há arquivo público na cidade. Através do Projeto Rodas de Memórias. História Oral da Educação de Duque de Caxias foi possível consolidar o Banco de História Oral do CEPEMHEd com duzentos e oito horas e vinte e sete minutos e sete segundos de entrevistas semi-estruturadas e temáticas.

O trabalho com a História Oral tem possibilitado “o encontro físico com documentos, objetos, álbuns e pertences que nos são apresentados, pois muitos estão guardados na casa dos depoentes” (Thompson, 1992, p. 22). A constituição desse Banco de História Oral do CEPEMHEd tem possibilitado mitigar a dificuldade em encontrar documentos que pudessem servir de fontes para a pesquisa em educação, como também, concentrar no espaço público documentos até, então, dispersos nas casas de particulares. Esse desafio tem sido enfrentado pelo CEPEMHEd ao longo dos anos, já que a lei que instituiu um Arquivo Público Municipal continua sendo letra morta pelo fato de não ter se materializado.

⁴As memórias subterrâneas estão relacionadas aos sujeitos anônimos, que “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio”, aguardando a oportunidade de saírem da invisibilidade e serem reconhecidas como legítimas (Pollak, 1989, p. 4-9).

A utilização das fontes orais se realiza por meio da modalidade de História Oral temática, de acordo com Meihy (2002), por ser a que mais se aproxima com a busca de esclarecimentos ou de apontamentos sobre possibilidades de registro ainda não mencionadas nos documentos oficiais. Parte-se, portanto, de um assunto específico e pré-estabelecido, pretendendo que o entrevistado apresente alguma versão de um acontecimento que seja discutível ou contestatória. Nessa modalidade, o entrevistador possui um papel ativo no decorrer da entrevista, inclusive no que tange à contestação do que o entrevistado apresenta em seu relato. Os detalhes da vida pessoal do entrevistado são interessantes por demonstrarem aspectos que podem ser úteis para a compreensão da temática central. Acrescenta-se a isso o fato de permitir o diálogo com outros documentos e outras fontes de coleta. Os relatos se encontram organizados em eixos temáticos que subsidiam o projeto de pesquisa desenvolvido pela instituição.

Nesse artigo, foram selecionadas duas entrevistas do Banco de História Oral do CEPEMHed a partir do projeto de pesquisa sobre instituições educativas do município de Duque de Caxias elaborada pela instituição. Essas entrevistas foram produtos da realização do Projeto Núcleo de Memórias. História das Instituições Educativas que corresponde a uma atividade com a comunidade escolar com o objetivo de contribuir com ações para o desenvolvimento de pesquisa sobre a escola que consiste

no recolhimento de documentos impressos, iconográficos e tridimensionais, com vistas à organização do seu próprio espaço museal, valorizando, desta forma, as memórias dos sujeitos escolares, da instituição e da comunidade em que está inserida. O projeto se propõe, ainda, a contribuir para a organização e preservação do arquivo histórico escolar (Nunes *et al.*, 2022, p. 05).

Essas entrevistas selecionadas foram realizadas com trabalhadores/moradores dos arredores da Escola Municipal Vila Operária⁵ e da Escola Municipal Anton Dworsak⁶.

Ambas as escolas estão situadas no município de Duque de Caxias. A luta dos trabalhadores/moradores pelo direito à educação dos seus filhos tem sido um aspecto

⁵Em 2014, a entrevista foi realizada na Escola Municipal Vila Operária. Compareceram as professoras da Unidade Escolar, os integrantes da comunidade escolar e a equipe do CEPEMHed que totalizaram vinte e uma pessoas presentes, além da entrevistada. Essa atividade escolar em que aconteceu a entrevista é chamada de Grupo de Estudos.

⁶Em 2022, a entrevista se deu na Escola Municipal Anton Dworsak. Foram entrevistados – Anton Dworsak, Danilo Dworsak, Ferdinand Dworsak e Peter Dworsak, filhos do patrono da escola. Compareceram, ainda, parte da equipe do CEPEMHed, uma representante do consulado Iugoslavo, a esposa de um dos filhos, a diretora, a vice-diretora e a orientadora pedagógica da escola.

comum na cidade de Duque de Caxias⁷ quanto à constituição dos processos educativos no território. A ampliação da urbanização do território associado à instituição de indústrias e rodovias, possibilitaram o aumento econômico marcado pela industrialização, como também, a proximidade ao município do Rio de Janeiro contribuiu para a ocupação do território.

A escola que recebeu o nome do local onde se estabeleceu – Vila Operária – conforme aponta Ferreira (2011), era uma área de ocupação desordenada com componentes de urbanização marcados pelas três esferas da ação governamental através da tensão exercida pelos trabalhadores/moradores regulados pelas demandas básicas de subsistência no início. Percebe-se a ausência de serviços básicos, uma vez que a energia elétrica passou a ser fornecida para as casas dos moradores/trabalhadores no final da década de 1970, da mesma forma, aconteceu com o fornecimento dos serviços de água e de esgoto através da atuação dos moradores/trabalhadores organizados em mutirão na década de 1980.

Diante dessas dificuldades quanto ao acesso aos serviços básicos de subsistência e à falta de políticas públicas para o atendimento dessas necessidades, os trabalhadores/moradores constituíram os Centros Pró-Melhoramentos em diferentes bairros no município. Eram grupos de trabalhadores/moradores que buscavam resoluções para as dificuldades provenientes do processo de urbanização. Esses Centros elaboravam estatutos de institucionalização, planos contábeis, como também, organização de reuniões contínuas para deliberações e para encaminhamento das propostas. As ações mais relevantes empreendidas para essa coordenação das ações dos trabalhadores/moradores em prol da busca da materialidade desses direitos básicos de sobrevivência versavam em torno de trabalho voluntário da população local, de acordo com políticos locais (do legislativo e do executivo), de arrecadação financeira no comércio local e com os próprios moradores.

A Educação, entendida como expressão possível de mobilidade social, naquela conjuntura, passou a se configurar como pauta de luta dos trabalhadores/moradores da região em torno do direito à educação. Entende-se, nesse artigo, que o trabalho dessa associação estava vinculado à esfera da luta por direitos básicos de sobrevivência, para tanto, o caminho encontrado pelos trabalhadores/moradores, na maioria das vezes, foi a busca pela intervenção do governo municipal na localidade, o que ocorria pela

⁷A emancipação de Duque de Caxias foi em 31 de dezembro de 1943 através do Decreto nº 1.055.

mobilização da população da região e pela aliança com políticos da cidade. Ferreira (2010) identifica a atuação do Centro Pró-Melhoramentos da Vila Operária como uma ação social de viés clientelista, uma vez que havia a utilização partidária do poder público com políticas focalizadas nas necessidades de sobrevivência cuja comunidade se mobilizava para alcançar.

Para entender como se deu a participação do Centro Pró-Melhoramentos da Vila Operária no processo de criação da Escola Municipal Vila Operária, o CEPEMHED através do Projeto Núcleo de Memórias das Instituições Educativas realizou uma entrevista semiestruturada, com moradores que participaram do Centro Pró-Melhoramentos entre 1959 e 1964. Na ocasião, foram recolhidos documentos iconográficos que estavam sob os cuidados dos moradores.

A entrevista analisada nesse artigo foi realizada com a moradora Djanira Lopes dos Santos, no ano de 2014. Reafirma que, a organização dos trabalhadores/moradores foi criada em 18 de abril de 1959, assim como foi apontado nos relatórios produzidos pela unidade escolar, com o nome de Centro Pró-Melhoramentos do Parque Felicidade (CPMPF), atual comunidade da Vila Operária. Santos (2014) salienta que a organização foi iniciada a partir da contribuição dos associados⁸ – moradores do bairro – e aponta José de Jesus como o fundador do Centro Pró-Melhoramentos e João Correia Costa como o responsável pela construção do alicerce que deu origem às instalações da escola, inicialmente chamada Centro Pró-Melhoramentos Parque Felicidade, atual Escola Municipal Vila Operária. Ferreira (2010) fala da liderança de José de Jesus na organização da Associação e na ocupação da localidade em aliança com Tenório Cavalcanti⁹. Somente no ano de 1961, o Centro Pró-Melhoramentos foi reconhecido legalmente como organização de utilidade pública por meio da deliberação municipal nº157, de 13 de março de 1961.

O CPMPF organizava mutirões em suas reuniões mensais com o objetivo de criar condições de subsistência na localidade. Esses mutirões aconteciam da seguinte forma “as mulheres faziam a comida – café, lanche, angu ou sopão – enquanto os homens

⁸Entende-se, neste artigo, como associados, os trabalhadores/moradores da localidade do Parque Felicidade, atual comunidade da Vila Operária.

⁹Tenório Cavalcanti. Político emblemático na História de Duque de Caxias por praticar ações populistas de concessões de benefícios ao seu eleitorado. Foi vereador do município, deputado estadual e federal pelo Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/131076/biografia>.

Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/tenorio-cavalcanti-comandou-imperio-do-terror-na-baixada-fluminense-10614288>

trabalhavam na construção”, segundo Ferreira (2014, p. 4). O relato da entrevistada (2014) acrescentou que nessa etapa da construção da escola, a contribuição das mulheres foi além do trabalho de cozinhar as refeições, elas foram responsáveis pela arrecadação de tijolos nas olarias da região e pelo trabalho de construção

aqui na escola, nós trabalhamos, essas guerreiras [aponta para amigas ao redor], junto com um grupo de senhoras que faz parte do Conselho, Dona Neide e o esposo dela que era tesoureiro geral e através dele, nós conseguimos um grupo para fazer a campanha do tijolo nas olarias para conseguir tijolo para construir a escola. Então, conseguimos os tijolos com muita oração e esforço. A mão-de-obra dos nossos operários que residiam, trabalhavam em volta da escola e éramos nós que ajudávamos a virar massa para a construção da escola. Ajudar a eles a levantar a escola. Quando foi feita essa primeira sala aqui (Santos, 2014, p. 3).

A inauguração da escola aconteceu em 31 de março de 1963 (CEPEMHed, 2003, VO_14.2.1). Nos primeiros anos de funcionamento, a escola atendia turmas da 1ª à 3ª série, obtendo maior número de alunos matriculados na 1ª série que tinha como centralidade a alfabetização (CEPEMHed, 1971, VO_19.2). No ano de 1971, a escola chegou a oferecer ensino supletivo voltado para a 1ª, 3ª e 4ª série (CEPEMHed, 1971, VO_19.9). Segundo o relatório (1971), no ano de 1967 a escola chegou a contar com cerca de cinquenta alunos matriculados.

figura 1 – prédio da escola municipal vila operária.



Fonte: Década de 1960.

Fachada da Escola Municipal Vila Operária e do Centro Pró-Melhoramentos do Parque Felicidade. Acervo SSAGP digitalizado pelo CEPEMHed.

Embora essa fotografia não apresente nitidez na sua imagem, torna-se importante destacar a precariedade e o quanto essa produção era dispendiosa a ponto de impedir que a classe trabalhadora tivesse acesso a esse material. É possível identificar, ainda, o prédio que foi construído pelo Centro Pró-Melhoramentos do Parque Felicidade que servia para as reuniões organizativas, como também, abrigava a Escola Municipal Vila Operária. Era uma construção simples e ligada ao prédio do CPMPF.

Quanto à Escola Municipal Anton Dworsak, a construção do prédio foi feita pelos moradores/trabalhadores dos bairros – Vila Maria Helena e Jardim Primavera – localizados no segundo distrito do município. Em 27 de dezembro de 1945, Nelson Silveira Cintra¹⁰ adquiriu uma área territorial correspondente ao bairro de Jardim Primavera que se transformou em quatrocentos e um lotes vendidos à prestação, posteriormente. A maioria dos compradores desses lotes eram imigrantes europeus (Santana, 2010).

A organização do Centro Pró-Melhoramentos dos bairros de Vila Maria Helena e Jardim Primavera foi motivada pela necessidade de uma escola pública para os filhos dos trabalhadores/moradores dos bairros. Os bairros Vila Maria Helena e Jardim Primavera possuíam muitas escolas privadas – segundo documentos da Inspeção Escolar e fontes orais – e poucas escolas públicas, o que dificultava o acesso dos filhos dos trabalhadores à educação. Para entender como se deu a participação do Centro Pró-Melhoramentos no processo de criação da Escola Municipal Anton Dworsak, o CEPEMHed através do Projeto Núcleo de Memórias das Instituições Educativas realizou uma entrevista semiestruturada, no ano de 2022, com os filhos do Anton Dworsak, morador que criou o Centro Pró-melhoramentos, cuja instituição escolar recebeu seu nome. A participação de Anton Dworsak na criação do Centro Pró-melhoramentos foi lembrada por Peter Dvorsak *et alii.* (2022) e expressa esse movimento quando relata que

essa região toda não tinha escola, não. Isso aí, meu pai se sentia mal, assim. Ele falava assim, “tem que fazer alguma coisa”. Não é possível que as pessoas vão crescer analfabetas. Realmente, de 1950 até 1960, 40% da população brasileira era analfabeta. Era muita gente, era muito analfabeto. Então, o que aconteceu? Ele falou assim, “Bom, tem que fazer alguma coisa”. Ele começou a conversar com um vizinho, que tinha um vizinho, “Vamos tentar ver se a gente faz alguma coisa. Vamos ver se a Prefeitura tem algum lugar, vamos fazer um mutirão, vamos fazer uma escola.” (Dvorsak *et alii.*, 2022, p. 11).

¹⁰Segundo Santana (2010), promoveu a infraestrutura inicial do bairro de Jardim Primavera como uma “área nobre”, próximo à Serra de Petrópolis para ser “refúgio das elites”. Ele foi músico, professor de música e corretor de imóveis.

Foi lembrado pelos filhos de Anton Dworsak que o pai – imigrante da Iogoslávia – tinha a comunicação como um fator dificultador no processo de arrecadação de diferentes contribuições para a construção do prédio da escola. Segundo Dworsak *et alii.* (2022), ainda, José Barbosa (morador/trabalhador do local) foi apontado por ter contato próximo com pessoas ligadas à Prefeitura de Duque de Caxias. Dessa forma, Anton Dworsak acionou José Barbosa e organizou com ele a possibilidade para conseguir a autorização do poder público para a construção da escola, identificando-os da seguinte forma:

O principal líder para formar o mutirão de pessoas, era o Seu Barbosa e meu pai, a gente ia. Eles iam de casa em casa. Batia lá. Dava a ideia para o morador. “Olha, aqui,” contava a história, a questão que não tinha escola. “Vamos tentar fazer um mutirão para fazer uma escola.” Mas, como? “Oh, a Prefeitura já cedeu o terreno.” Ia de casa em casa, ia. Algumas vezes, eu cheguei a ir junto com eles. Eu rodava, [bate as palmas], maior tempão (Dvorsak *et alii.*, 2022, p. 10).

Após conseguir a doação do terreno, iniciou-se a estratégia seguinte que foi a arrecadação de materiais e arregimentação de pessoas para trabalho voluntário em mutirões nos finais de semana. Segundo o relato de Dworsak *et alii.* (2022), após um ano de trabalho intenso, especificamente, em 23 de dezembro de 1963, o terreno da escola foi doado ao Centro Pró-Melhoramentos dos bairros de Vila Maria Helena e Jardim Primavera, em documento legal, pelo prefeito da época – Joaquim Tenório. Dworsak *et alii.* (2022) anunciam, também, que:

Peter: [...] as pessoas que tinham mais um recurso, davam recurso para comprar areia, cimento e as que não tinham recurso, as pessoas mais pobres, incentivavam que viessem trabalhar sábado e domingo aqui e todo final de semana, durante quase um ano, mais de um ano. Vinha uma turma de umas dez, doze pessoas trabalhar. O recurso que ele recolhia comprava o material. Ele mesmo comprava. Também, com o recurso dele, comprava material. Ele foi até a delegacia de polícia aqui e o policial deu um dinheiro, contribuiu.

Ferdinand: Ele foi em Xerém.

Peter: E o delegado de Xerém.

Ferdinand: Também, contribuiu.

Peter: Contribuiu com recurso para comprar material. A grande festa que ele fez no dia de colocação da laje. No dia de colocação da laje, porque tinha que ter muita gente. Você tinha que tirar a massa para botar a laje. Olha, a massa era virada na rua. Aquela massa imensa de cimento, pedra.

Ferdinand: Várias pessoas [risos].

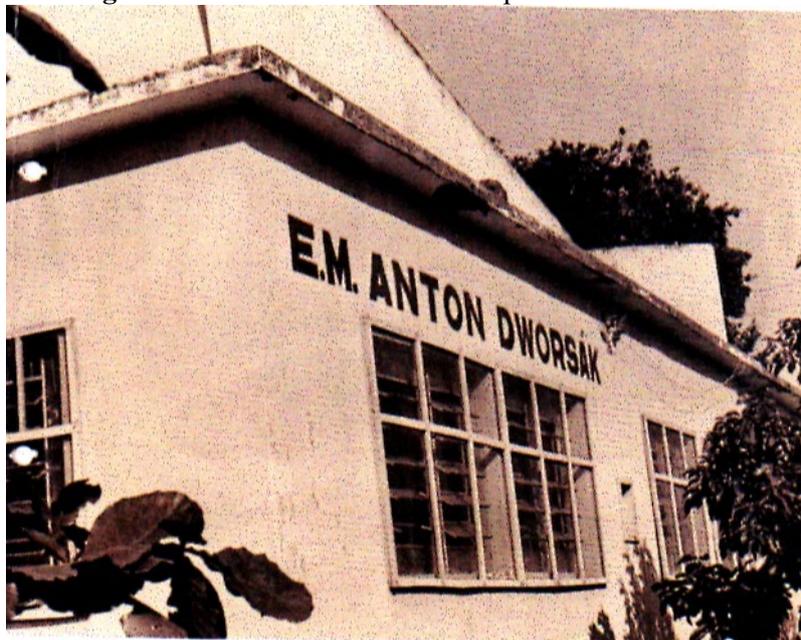
Peter: Levando para cima da laje. Aquela força [fazendo gesto com as mãos como se estivesse puxando a corda].

Entrevistadora: Ele deu a festa para atrair as pessoas.

Peter: No dia de fazer a laje, precisa de muita gente, porque ela tem que ser feita num dia só. Tem que forrar no dia e fechar [gesto com a mão como se espalhasse algo]. A laje, a gente precisa pegar gente, muita gente para trabalhar. (Dvorsak *et alii.*, 2022, p. 11).

Na interlocução dos filhos de Dworsak, apresentaram, ainda, o fato de que eles durante a semana, ao chegar da escola, amarravam os vergalhões quando estavam no momento de preparação para colocação da laje já que os demais trabalhadores/moradores estavam em seus trabalhos remunerados, para cumprir essa outra tarefa de construção da escola no final de semana (Dvorsak *et alii.*, 2022). De acordo com a Ficha de Informações das Unidades escolares produzida, aproximadamente, na década de 1970, a escola iniciou o atendimento às crianças do bairro contando com duas salas de aula, uma secretaria e uma biblioteca. No ano de 1963 foi construída mais uma sala de aula e uma cozinha; em 1964, foram adaptadas duas salas de aula com divisões de madeira, a partir de subsídio enviado pela prefeitura municipal e pelo governo do Estado; e em 1973, foi construído um muro interno com vistas a diminuição do tamanho do pátio.

Figura 2 – Prédio da Escola Municipal Anton Dworsak.



Fonte: 2003. Fachada da Escola Municipal Anton Dworsak. Acervo SSAGP digitalizado pelo CEPEMHEd.

A figura 2 representa o prédio construído pelos moradores para o funcionamento da escola no terreno que foi cedido pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias ao

Centro Pró-Melhoramentos. A fotografia foi feita em preto e branco de acordo com a tecnologia do período. A escola foi inaugurada em 15 de novembro de 1962. Anton Dworsak sofreu um acidente meses antes do fim da obra, vindo a falecer sem conhecer o produto do trabalho coletivo dos moradores/trabalhadores.

As fontes orais possibilitaram perceber que o envolvimento dos trabalhadores/moradores não se limitou à construção da instituição educativa, expandindo-se para a manutenção e funcionamento da instituição escolar. Santos (2014), em seu relato, indicou o trabalho sem remuneração de Dona Antonieta Rita dos Anjos que limpava a escola e preparava o lanche para as professoras. A entrevistada (2014) ainda relembra que “naquela época não havia cantina para fazer comida, hoje que a escola está uma beleza. Antigamente, não existia nada disso: lanche, merenda” (Santos, 2014, p. 05). Já a energia elétrica da escola foi instalada pelo trabalhador/morador Paulo de Almeida que era eletricista e sócio do Centro Pró-Melhoramentos (Santos, 2014).

Figura 3 – Membros do Centro Pró-Melhoramentos do Parque Felicidade durante a construção da Escola Municipal Vila Operária.



Fonte: Década de 1960. Fotografia dos membros do Centro Pró-Melhoramentos do Parque Felicidade durante a construção da Escola Municipal Vila Operária. Arquivo pessoal Cilene Salgado Silvino. Acervo digitalizado CEPEMHed.

O contexto de produção da imagem data da construção da Escola Municipal Vila Operária. Uma parte dos moradores/trabalhadores que faziam parte do CPMPF posaram para a fotografia em frente a sala que estava sendo construída para receber a instituição educativa. A população que ocupava o território da Vila Operária, de acordo com Ferreira (2010) era formada por migrantes do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito

Santo e região nordeste. A autora (2010) ainda ressalta os constantes conflitos pelo direito à moradia, ao saneamento, à saúde, ao trabalho e à segurança empreendido pelos moradores/trabalhadores organizados no CPMPF.

Santos (2014) afirmou que a Aliança para o Progresso (ALPRO)¹¹ subsidiou o leite em pó, o bulgo e os cobertores para os filhos dos moradores/trabalhadores, estudantes da Escola Municipal Vila Operária e também, para as famílias que necessitavam de ajuda para subsistir. Além da doação de alimentos feita pela ALPRO, foi falado do surto de tuberculose e da intervenção feita por Tenório Cavalcanti nesse processo.

O corpo docente também foi subsidiado pelo Centro Pró-Melhoramentos nos primeiros dois anos de funcionamento da escola, e até o ano de 1966 em conjunto com o Movimento Popular de Alfabetização (MPA), conforme relata Santos (2014):

Como sempre, a Associação fazendo jus ao seu lema “Trabalho e Amor” procuraram fazer de imediato as matrículas dos primeiros alunos, tendo-se previamente [sic.] contratado às custas da Associação 6 professoras leigas – isto durante 2 anos. A seguir tomaram posse outras professoras, estas remuneradas pelo M.P.A. até a data de 31 de dezembro de 1966 (CEPEMHed, ano, p. v. 14.2)

As fontes escritas e orais não dispõem de informação sobre a forma como esses recursos eram captados. Pode-se identificar no entrecruzamento de documentos que, em 1967, o prédio foi doado à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias em sistema de concordata pela associação. Esse documento comprova que a Escola Municipal Vila Operária foi construída e mantida pelo CPMPF nos seus primeiros anos de funcionamento. Cabe, ainda, esclarecer que Movimento Popular de Alfabetização (MPA) era a denominação da campanha de alfabetização instituída pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no período do governo de João Goulart, a partir da concepção de Paulo Freire, que tinha tido uma experiência bem-sucedida com a alfabetização de adultos numa cidade do Nordeste brasileiro. De acordo com o relatório (2003) produzido pela escola, o Centro Pró-Melhoramentos contratou seis professoras sem formação profissional que tinham seus proventos pagos mediante a contribuição dos moradores.

¹¹John F. Kennedy (presidente dos Estados Unidos da América) lançou o programa de cooperação técnica e financeira no período de 1961 a 1969, para os países da América Latina chamado Aliança para o Progresso (ALPRO). A USAID (United States Agency for International) foi a maior promotora desse programa (NATIVIDADE, 2018, p. 20).

Ferreira (2010) aponta que havia uma proximidade grande entre o trabalhador/morador José de Jesus – que posteriormente se tornou vereador – com o poder público municipal, sobretudo com Tenório Cavalcanti, que apoiava a criação de um Parque Proletário no bairro Parque Felicidade com o objetivo de evitar a favelização que já se apresentava de maneira sutil, no período. Somente no ano de 1969, o Conselho Estadual de Educação realizou o reconhecimento da Escola Municipal Vila Operária por meio do registro nº 382 do Departamento de Educação Primária (DEP); e no ano de 1984, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias promulga a lei nº 601, que cria escolas municipais, entre elas a Escola Municipal Vila Operária e Anton Dworsak.

Antes do amparo legal e financeiro total por parte do poder público, as escolas destacadas acima, funcionavam pela iniciativa e o envolvimento dos trabalhadores/moradores em associações organizadoras da luta pelos direitos básicos de subsistência que arrecadavam recursos para a construção de instituições escolares que apenas na década de 1980, passaram a ser subsidiadas integralmente, e na forma legal pelo poder público. A interseção com outras fontes e com diferentes produções acadêmicas relacionadas ao tema corroboram com as questões analisadas sobre a luta pelo direito à educação pública em Duque de Caxias.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho empírico desenvolvido junto a duas escolas da rede municipal de Duque de Caxias permitiu destacar a relevância da História Oral como fonte de pesquisa para a história da educação do município. Ao registrar a luta pelo direito à educação, as especificidades da construção do prédio, o processo de arrecadação de materiais com os moradores, o recolhimento de provimentos, o envolvimento político dos trabalhadores/moradores que se organizavam para acionar o poder governamental na edificação de escola pública para os seus descendentes e a intervenção de órgãos internacionais, foi possível dar visibilidade a processos que não são divulgados ou salvaguardados na história oficial dessas escolas.

O uso da História Oral como fonte de pesquisa pode ser considerada uma escolha de classe, na medida em que ouve os esquecidos, registra suas experiências, confronta seus relatos com outras fontes de pesquisa como documentos oficiais e difunde o conhecimento construído a partir da contribuição daquelas pessoas cujas mãos “viraram

a massa da história” e construíram a educação da cidade. Pretendeu, sobretudo, proporcionar que vozes silenciadas de moradores/trabalhadores pudessem emergir, trazendo à superfície a organização dos trabalhadores em prol da luta por direitos, ainda na década de 1960, como um elemento constitutivo da Educação em Duque de Caxias.

Para além disso e igualmente importante, o CEPEMHed vem consolidando seu trabalho através do seu banco de História Oral e conseqüentemente, ampliando o acervo material da História da Educação da cidade de Duque de Caxias, História essa que vem sendo (re) contada a partir dessas fontes, consolidando esse Centro de Memória numa escola de educação patrimonial com um importante espaço de arquivo e a possibilidade de fornecer aos pesquisadores acesso a esse material. Como dito anteriormente, a cidade de Duque de Caxias não dispõe de um arquivo público sobre a História da Educação do município, nesta medida o CEPEMHed defende e evidencia através de seu acervo a necessidade desse espaço fundamental para a (re) construção da identidade local e de pertencimento de seus munícipes.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CEPEMHEd. História das instituições educativas, 2023. Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação. Disponível em: <https://centrodememoriadaeducacao.wordpress.com/pesquisas/historia-das-instituicoes-educativas/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CEPEMHEd. Núcleo de memória, 2023. Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação. Disponível em: <https://centrodememoriadaeducacao.wordpress.com/projetos/nucleo-de-memoria-das-instituicoes-educativas/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CEPEMHEd. Roda de memórias, 2023. Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação. Disponível em: <https://centrodememoriadaeducacao.wordpress.com/projetos/roda-de-memorias-historia-oral-da-educacao-depoimentos-em-video/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

COSTA, J. R. A. A história oral como fonte na história da educação. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 5, n. 11, p. 28080-28089, nov. 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5083>. Acesso em: jul. 2022.

DVORSAK, A. *et al.* **Anton Dvorsak, Danilo Dvorsak, Ferdinand Dvorsak e Peter Dvorsak**: depoimento [abril de 2022]. Entrevistadoras: Marcia Montilio Rufino, Márcia Spadetti Tuão e Professoras da Escola Municipal Anton Dworsak, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ: CEPEMHed. 1 compact disc e 1 disco digital de vídeo. Entrevista concedida para o Banco de História Oral do CEPEMHed.

FERREIRA, D. R. As relações de poder na memória da favela Vila Operária em Duque de Caxias no Rio de Janeiro (1964-1985). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300898441_ARQUIVO_AsRelacoesdePodernaMemoriadaFavelaVilaOperariaemDuquedeCaxiasnoRiodeJaneiro\(1964-1985\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300898441_ARQUIVO_AsRelacoesdePodernaMemoriadaFavelaVilaOperariaemDuquedeCaxiasnoRiodeJaneiro(1964-1985).pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

FERREIRA, D. R. História oral e história pública: Os caminhos para a posse da terra na favela Vila Operária. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas, v. 22, n. 28, p. 23-30, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319971155_Historia_Oral_e_Historia_Publica_os_caminhos_para_a_posse_da_terra_na_Favela_Vila_Operaria. Acesso em: 11 jul. 2022.

FERREIRA, D. R. O partido comunista e a ditadura militar na favela Vila Operária em Duque de Caxias (1964-1985). *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743509_ARQUIVO_DE_NIZERAMOS-ANPUH2010.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MEIHY, José Carlos S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

NACIF, L. Lugares da Memória da educação e da escola no Brasil. *In*: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza *et al* (org.). **Vozes da Educação**: memórias, histórias e formação de professore. Petrópolis: DP et Ali; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

NATIVIDADE, M. de M. **A aliança para o progresso no Brasil**: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970). 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13487>. Acesso: 10 jul. 2022.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

NUNES, Cristiane Dias *et al.* Núcleo de memória das instituições educativas: a Escola enquanto patrimônio histórico-educativo. In: ROCHA, Andre *et al.* (org.). **Cultura, política e território contemporâneo na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias (RJ): ASAMIH, 2022. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5613>. Acesso em: 15 jul. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos: Memória**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

QUADRO, C. de; CASTANHA, A. P. História Oral e História da Educação: O que revelam as memórias de docentes e discentes. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 19, n. 30, p. 18-30, 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/20562>. Acesso em: jul. 2022.

SANTANA, T. C. A. Trajetória do bairro Jardim Primavera: do sonho elitista à realidade popular. **Revista Geo-paisagem**, Rio de Janeiro, ano 09, n. 08, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Cintra.htm#:~:text=O%20atual%20bairro%20de%20Jardim,rural%20da%20regi%C3%A3o%20na%20C3%A9poca>. Acesso em jun. 2023.

SANTOS, D. L. Djanira Lopes dos Santos: depoimento [abril 2014]. Entrevistadoras: Marcia Montilio Rufino e Professoras da Escola Municipal Vila Operária, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, RJ: CEPEMHed. 1 compact disc e 1 disco digital de vídeo. Entrevista concedida para o Banco de História Oral do CEPEMHed. [2014].

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

ENTRE A SAUDADE E O COMPROMISSO COM O FUTURO: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM PLANEJAMENTO

BETWEEN LONGING AND COMMITMENT TO THE FUTURE: THE STATE OF RIO DE JANEIRO WITHOUT PLANNING

Helcio de Medeiros Junior

 <https://orcid.org/0000-0003-0026-659X>

Correspondência: hmedeirosjunior@gmail.com

Economista aposentado do Instituto Pereira Passos, doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR) com Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano (Unifacs) e pesquisador científico do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq).

DOI: 10.12957/cdf.2024.87255

Recebido em: 10 set. 2024 | **Aceito em:** 30 out. 2024.

RESUMO

O atual estado do Rio de Janeiro (ERJ) resulta da combinação de diferenciados interesses políticos e econômicos sem a devida preocupação com a condição social regional, graças à mentalidade retrógrada da burguesia fluminense ao longo do século XIX e primeiro quinto do século XX, quando se tornou periférico a São Paulo. Criado pela fusão da cidade do Rio de Janeiro, ex-capital federal, ao antigo estado do RJ por ocasião do início do último quarto do século passado, época em que o arranjo capitalista assumia a atual versão flexível-neoliberal com seu novo tipo social capitalista, sua nova condição passou a ser criticada e o retrocesso à antiga formação reclamada. Sem medidas efetivas para reduzir a desigualdade regional em termos econômicos e sociais entre a capital e os demais municípios após as intervenções do Governo Federal nos anos 1950-60 (Plano de Metas) e 1970 (II PND), a situação regional fluminense com base na tipologia sugerida na segunda versão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II) classifica sete das oito Regiões de Governo como estagnada ou de baixa renda. Tal realidade não se modificará enquanto perdurar a inexistência de ordenamento institucional que possibilite o planejamento com vistas ao (des)envolvimento, bem como se observarem esforços em prol do retrocesso à condição anterior à fusão.

Palavras-chave: fusão; desenvolvimento regional; estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The current state of Rio de Janeiro (ERJ) is the result of a combination of different political and economic interests without due concern for the regional social condition, thanks to the backward mentality of the Rio de Janeiro bourgeoisie throughout the 19th century and the first fifth of the 20th century, when it became peripheral to São Paulo. Created by the merger of the city of Rio de Janeiro, the former federal capital, with the former state of RJ at the beginning of the last quarter of the last century, a time when the capitalist arrangement assumed its current flexible-neoliberal version with its new capitalist social type, its new condition began to be criticized and a return to the old formation was demanded. Without effective measures to reduce regional inequality in economic and social terms between the capital and the other municipalities after the interventions of the Federal Government in the 1950s-60s (Plano de Metas) and 1970s



(II PND), the regional situation of Rio de Janeiro based on the typology suggested in the second version of the National Policy for Regional Development (PNDR II) classifies seven of the eight Government Regions as stagnant or low-income. This reality will not change as long as there is no institutional arrangement that enables planning with a view to (dis)development, as well as if efforts are made to return to the condition prior to the merger.

Keywords: merger; regional development; state of Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da formação do território fluminense se confunde com a da nação brasileira devido a que, após pouco mais de duzentos anos em Salvador, recebeu e abrigou a capital federal durante os 197 anos seguintes na cidade do Rio de Janeiro (1763-1960), atual capital do estado do Rio de Janeiro. Tal peculiaridade gerou avanços relacionados à recepção de investimentos em infraestrutura urbana, no planejamento urbano e na geração de renda da capital do Império (1763-1834), do Município-neutro (1834-1891) e da capital da República e Distrito Federal (1891-1960), mas também retrocessos relacionados à polarização que acarretou aos municípios circunvizinhos, que foi sendo construída em razão da Província do Rio de Janeiro ter se especializado na atividade primária, não usufruir das mesmas condições e nem possuir encadeamentos produtivos relevantes com o Distrito Federal.

Com a transferência da capital para Brasília a ex-capital da República tornou-se estado da Guanabara-GB (1960-1975), perdendo prestígio político e social e recursos que lhe eram destinados devido à sua condição anterior, e acumulando problemas relacionados às dificuldades de um estado que não soube tirar proveito dos fundos recebidos e da arrecadação privilegiada que auferia, para promover maior incremento produtivo e sinergias com o entorno. Até o advento da fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro, o lamento pela falta de compensação das perdas com a decisão unilateral tomou conta das classes mais abastadas e desejosas em reviver seu período de glória, sem que seus erros fossem revisitados e discutidos. A condição de capital do novo estado do Rio de Janeiro da ex-GB evidenciou, por sua vez, o distanciamento do núcleo em relação à situação social dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) recém-criada e das demais regiões de governo do estado fragmentado.

Em que pese o fato da fusão ter ocorrido há quase meio século, ainda há reclamos e propostas pela volta da condição tutelada pelo governo federal tendo por base

argumentos que não se alinham ao amadurecimento que a decisão já deveria ter oferecido às classes sociais interessadas. Enquanto isso, sem o ordenamento institucional adequado para o planejamento governamental que permita propor políticas públicas para o enfrentamento das necessidades regionais, a sociedade fluminense (pessoas, instituições públicas e privadas etc.) se vê impedida de conhecer a realidade em que se encontra e participar das discussões do próprio futuro graças à indisponibilidade de informações, resultante da extinção da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) em 2009, e o abandono de seu acervo na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ).

Sem informações não há planejamento, e com mentalidade saudosista e imediatista não se abandona o legado de desigualdade regional com vulnerabilidade social no território fluminense. Para tratar dessas questões esse trabalho se organizará em três sessões além dessa introdução, com a segunda tecendo considerações históricas e levantando questões a serem tratadas; a terceira sessão se ocupará dos problemas resultantes da falta de compromisso político que ainda perduram e a quarta e última sessão trará considerações e ponderações sobre o que de imediato se oferece para a melhoria do quadro adverso.

2 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL E A FUSÃO DISFUNCIONAL

A formação histórica e socioeconômica carioca e fluminense teve em fatos ocorridos ao longo e em fins do século XIX e início do século XX importantes indicações dos problemas que vieram dominar o cenário político e econômico à época da fusão, tendo em retrospectiva que ao se transformar na capital do Império (1763) o Rio de Janeiro se tornou a principal sede das decisões político-econômicas do Brasil (Brasileiro, 1979). Tal característica se reveste de fundamental importância para entender o “distanciamento” das questões locais e do planejamento do (des)envolvimento fluminense, em desacordo com sua participação na divisão territorial do trabalho.

A autoimagem moldada na assunção da prevalência político-econômica nublou a vista das classes política e empresarial locais a ponto de não perceberem que o mundo ao redor seguiu seu curso em outros níveis escalares (regional e dos Estados-Nação) (Smith, 1988), e a realidade se impôs ao longo dos anos de maneira que, por ocasião da criação

do estado da Guanabara e posteriormente da fusão, já não havia retorno a um tempo esquecido e envolto na distração da ausência de interesse.

2.1 Trajetória de alheamento e indiferença política

O percurso trilhado pelas classes política e empresarial fluminenses contou com uma sequência de eventos cuja extensão não seria possível detalhar neste esforço investigativo, mas alguns fatos específicos permitem compreender a condição atual do estado do Rio de Janeiro na divisão territorial do trabalho. Um primeiro fato relevante ocorrido ao longo do século XIX e ligado à fase primário-exportadora da evolução econômica nacional refere-se à lavoura cafeeira, que tornou forte a agricultura da Província do Rio de Janeiro (fora da cidade do Rio). Estabelecendo-se primeiro na faixa litorânea, depois no Vale do Paraíba e posteriormente mais ao norte em municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminenses, tal migração espacial poderia sugerir expansão, mas na verdade ocorreu pelo empobrecimento do solo e das técnicas inadequadas para o seu uso, que eram abandonadas em razão da sua baixa produtividade.

Como as terras eram tratadas por mão de obra não-especializada no âmbito do regime escravocrata tornavam-se improdutivas, enquanto em São Paulo a mão de obra utilizada foi de imigrantes (trabalho livre) e a cultura do café, que se desenvolveu atrelada ao setor industrial, gerou excedentes que o impulsionaram (Pereira, 1995). Além disso, o assalariamento permitiu que o fluxo de renda permanecesse no mercado interno paulista, gerando consumo e circulação, enquanto no Rio o capital escravagista ia para o comerciante negreiro, sem se constituir como acréscimo da renda interna (Lobo, 1978).

A partir da Proclamação da República (1889) e da Constituição de 1891, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de Distrito Federal (DF), separando-se da Província do Rio de Janeiro, mas o mesmo diploma legal já indicava que a futura capital do Brasil se instalaria no planalto central (expectativa reforçada nas Constituições de 1934 e 1946), e que a cidade se tornaria “um” estado após a transferência. Nessa última década do século XIX, por seu turno, ocorriam simultaneamente: a) a perda da hegemonia cafeeira para São Paulo, que contava com melhores qualidade do solo e relevo; b) um maior volume da produção cafeeira escoada pelo porto de Santos do que pelo porto do Rio para o exterior; c) a queda nos preços do café, que abalou a produção do Vale do Paraíba e das demais cidades cafeeiras fluminenses que não desenvolveram outra

atividade produtiva, e somente enriqueceram os fazendeiros, e; d) o distanciamento político-administrativo da cidade do Rio em relação à Província do Rio de Janeiro em 1834 – um segundo fato relevante –, quando foi elevada a Município-neuro, gerou áreas administrativas de naturezas diferentes que inviabilizaram interesses produtivos comuns e vias de comunicação, levando à emergência de sentimentos regionalistas antagônicos que influenciaram politicamente a perspectiva da fusão (Limonad, 1996), o oposto do que ocorreu em São Paulo, que criou sinergias com o interior ao se expandir a partir da capital.

Em razão dos aspectos políticos e econômicos mencionados, a entrada no século XX confrontava uma realidade estagnada e decadente no estado do Rio de Janeiro (e pujante no DF) com a conjugação de elementos que permitiram maior disseminação da atividade produtiva em São Paulo, apesar de em 1907 a participação do DF no valor da produção industrial nacional ainda ser de 30,2%, contra 7,6% no estado do Rio de Janeiro e 15,9% em São Paulo (Osório, 2005). Em 1920, no entanto, o Censo Industrial apontou que São Paulo respondia por 30% do produto industrial nacional e o DF 20%, além de possuir área territorial cerca de 200 vezes maior (Gomes, 2009). Este momento marca a superação do Rio (estado + DF) por São Paulo, bem como da formação da atual configuração da divisão regional do trabalho nacional, o terceiro fato relevante a ressaltar.

Apesar da intervenção do Estado nacional na promoção de mudanças nas condições da estrutura produtiva, e por meio do Plano de Metas em 1950-1960 (infraestrutura e insumos: estradas, siderurgia, energia, indústria de bens de consumo duráveis e de capital) ter melhorado as condições viárias e produtivas do estado do Rio de Janeiro (periferia do DF e interior), dinamizando outras regiões de governo (não todas), foi incapaz de alterar as condições do DF em razão da falta de espaço, do alto custo dos empreendimentos (salários elevados, inclusive) e da elevada carga tributária. Assim, por ocasião da transferência da capital para Brasília (1960) prevista desde 1891¹, a perda de participação do Rio (estado + GB) no produto nacional não só era fato como se mantinha aumentando, e a perda de centralidade administrativa do ex-DF relegou a segundo plano a evidente dicotomia de um núcleo (GB) desenvolvido e com infraestrutura razoável, e o restante (periferia da GB e interior) abandonado e sem infraestrutura mínima comparativamente ao núcleo.

¹Apesar de conhecida e lembrada posteriormente (1934 e 1946), foi tratada com indiferença e desdém por setores da sociedade (Osório; Rego; Versiani, p. 8).

2.2 A condição econômica e política por ocasião da fusão

A indiferença política da disparidade entre as realidades socioeconômicas da GB e do restante do estado do Rio não se reverteu ao longo dos quinze anos que separaram a mudança da capital para Brasília e a fusão (1975), cujo propósito foi tornar o novo estado do Rio de Janeiro (ERJ) um polo de desenvolvimento que reduzisse a distância para São Paulo, o líder econômico-político do país (Pereira, 1995). A desigualdade social regional manteve-se mesmo com a realização de investimentos federais no território fluminense nas décadas anteriores à fusão pelo Plano de Metas, tais como a criação da Siderúrgica Barra Mansa e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, a Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC) em Duque de Caxias, a expansão da construção naval e a abertura de rodovias (Rio-São Paulo/Via Dutra e Rio-Bahia) que ligaram a GB a outras capitais e centros regionais cobrindo algumas das regiões de governo fluminenses.

Além disso, à época da fusão o Brasil e o mundo sentiam os efeitos do primeiro choque do petróleo e a mudança do arranjo capitalista para a atual versão flexível-neoliberal (Medeiros Junior, 2019a), e como não havia dominado o ciclo produtivo industrial pôs em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1975-1979 para reduzir a dependência energética investindo em novas fontes (álcool e energia nuclear) e em pesquisa, prospecção, exploração e refino de petróleo internamente. Além disso, buscou estimular a produção de insumos básicos, bens de capital e alimentos, estancar a migração para os grandes centros e descentralizar as atividades produtivas industriais em direção a centros periféricos ao Sudeste. Em acréscimo, o ERJ contou com investimentos nas usinas nucleares em Angra dos Reis e com a implantação do terminal portuário da Petrobrás em Angra dos Reis, da indústria naval em Mangaratiba, a inauguração da Ponte Rio-Niterói, da BR-101 (Santos-Rio-Campos), do novo trecho da Rio-Juiz de Fora (BR-040) e posteriormente com o advento da extração de petróleo na Bacia de Campos nas décadas de 1980 e 1990.

Em termos econômicos, portanto, a intervenção do Estado nacional nos anos anteriores e posteriores imediatos à fusão (Plano de Metas e II PND) conferiu algum dinamismo a regiões do ERJ que em parte compensaram os reclamos quanto à atitude autoritária do governo federal no processo da fusão, já que a gestão pública do antigo

estado do RJ não empreendeu esforços efetivos para minimizar a desigualdade regional existente.

Em termos políticos, por seu turno, divididas entre “arenistas” e “emedebistas” por ocasião da fusão e ansiosas pela predileção do governo nacional, as forças políticas fluminenses se viram desagradadas com a nomeação pelos militares do apolítico Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, enquanto no Movimento Democrático Brasileiro-MDB (emedebistas), em um processo autofágico, a disputa franca para a formação do diretório estadual do novo ERJ entre os partidários do chaguismo (liderado por Chagas Freitas) da antiga GB e os do amaralismo (liderado por Amaral Peixoto) do antigo estado do RJ levou à vitória Chagas Freitas. Como decorrência do resultado, exacerbou-se no ERJ a prática clientelista (Silva, 2010) comum no trato patrimonialista herdado da aristocracia, cujos desdobramentos em sucessivas administrações levaram à corrupção e à cooptação política do Estado pelo mercado (Medeiros Junior, 2019b) e, três décadas e meia depois, à prisão governadores (PODER360, 2020) e agentes infiltrados na máquina pública.

Dessa forma, e a partir dos fatos relevantes anteriormente apontados, quais sejam, a agricultura fluminense baseada na exploração escravocrata, a cisão político-administrativa em interesses regionais (distanciamento e desarticulação) por ocasião da criação do Município-neutro, e a consolidação da divisão regional do trabalho no início do século XX, resta claro que em sua formação socioeconômica fragmentada ao ERJ faltou visão empresarial capitalista, unidade política e a sociabilidade que conferiria ao sentimento fluminense uma identidade que nunca existiu, devido à primazia política que a capital de todas as épocas (do Império à República) impediu.

2.3 A saudade do passado compromete o futuro

A falta de sociabilidade e sentimento fluminense, por exemplo, têm se manifestado por meio de iniciativas malogradas de “desfusão”, eminentemente políticas, com movimentos tais como Guanabara Já e Autonomia Carioca na primeira década do século em curso (Araújo, 2005), e mais recentemente com a proposta de abandono do atual estado carioca/fluminense, a criação de um segundo Distrito Federal e a recriação do antigo estado do Rio de Janeiro tendo Niterói como capital (Lynch; Souza; Ramiro Junior, 2021, p. 11). Particularmente, Lynch (2021a, p. 64) advoga pela declaração [da

cidade] do Rio de Janeiro como segunda capital nacional por ser externa e internamente um símbolo da nacionalidade brasileira, possuir mais servidores federais do que Brasília e sediar mais de um terço dos órgãos da administração federal. Pondera, também, pela volta da “Velhacap” citando como exemplo as práticas patrimonialistas e clientelistas já enraizadas na política fluminense, lembrando o período alvissareiro de recuperação do estado do Rio de Janeiro no começo dos anos 2010, para em seguida não ter esperança ao descobrir no governador um gestor cleptocrata (Lynch, 2021b, p. 78-79).

Sem considerar o fato de o mencionado gestor ter domicílio eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, Lynch (2021b) argumenta que apesar da falta de políticas setoriais que se baseassem nas potencialidades e vantagens comparativas do ERJ e de estratégias de desenvolvimento regional após a fusão, como já apontado, a anomalia federativa que identifica se deve a que: a) como capital a cidade do Rio teve sua identidade modelada para ser tutelada por um político indicado pelo presidente da República, o que impossibilita a articulação e defesa de interesses estaduais no nível federal, e; b) por ainda possuir um Distrito Federal disfarçado de capital estadual, não é possível esperar que o ERJ se comporte como um estado à semelhança dos outros. Por conta disso, sugere o reenquadramento jurídico do município do Rio de Janeiro como governo do Distrito Federal do Rio de Janeiro (GDF-RJ), mudança que, julga, superaria os problemas causados pela fusão.

Das ponderações de Lynch, Souza e Ramiro Junior (2021) e Lynch (2021a, 2021b), bem como das iniciativas de des fusão mencionadas por Araújo (2005), no seu conjunto de caráter político e sem o apoio da sociedade em geral, se observa que apenas reverberam o desejo de classes sociais cariocas específicas (políticas e empresariais), que após meio século ainda não se dispuseram a considerar que o financiamento do modelo de tutela havia chegado ao limite e as mudanças efetuadas tenham resultado da impressão que a dependência federal da cidade do Rio de Janeiro não promoveria o desenvolvimento das cidades circunvizinhas. Se a falta de compensação financeira pela transferência da capital não ocorreu, a incipiente representação política do estado da Guanabara em reclamar sua efetivação pode ter sido o motivo, e a probabilidade de que atualmente seja feita, assim como a revisão do *status* da capital do ERJ, é pequena.

A importância da fusão para a formação de um estado à altura dos demais do Sudeste (Cunha, 1975) – particularmente São Paulo e Minas Gerais – ainda é um projeto mais adequado do que o retorno ao passado, por representar para os residentes fluminenses a opção de alcançar o bem-estar desejado, e para os cariocas saudosistas a

possibilidade real de enfrentamento de seus próprios problemas, agora fluminenses, que já existiam antes da fusão. Até porque abandonar o atual ERJ e recriar o antigo estado do Rio considerando que este seja mais “homogêneo” como era antes da fusão, e melhor represente um estado como outro qualquer (Lynch, 2021c, p. 205-206) não é real, como se verá na próxima seção. A postura refratária de parte da sociedade fluminense, na verdade, contribuiu para nivelar por baixo o dinamismo e a renda da maioria das regiões.

3 A ESTAGNAÇÃO DECORRENTE DO DESCOMPROMISSO

A breve trajetória política e econômica anteriormente mencionada, com destaque para os três fatos relevantes considerados, demonstra a prevalência de questões idiossincráticas regionais por ocasião das mudanças institucionais até a criação do atual ERJ, ao mesmo tempo que sugere que interesses políticos e a ausência de esforços tenham dificultado a melhoria do quadro de desigualdade social regional. Por essa razão a fusão, apesar de necessária, foi disfuncional ao não encaminhar soluções que articulassem regiões de governo desassistidas pelos investimentos do Estado (federal e estadual) às que os receberam, e mesmo nessas não se instauraram processos de governança participativa (municipais) e/ou a partir do governo estadual que dessem voz aos residentes e agentes locais, com o propósito de identificar potenciais desdobramentos internos e com outras frações do território fluminense de maneira estruturada e planejada, com vistas ao (des)envolvimento social. O resultado da ausência de iniciativas que minorassem o desequilíbrio instaurado pelo desenvolvimento desigual e combinado (Trotsky, 1977), natural no capitalismo, é menor desenvolvimento econômico e maior vulnerabilidade social das regiões menos assistidas (Medeiros Junior, 2014a, 2014b).

3.1 A condição social regional pós-fusão

À indiferença política da desigualdade regional pré e pós-fusão sobrevieram as adaptações ao novo arranjo capitalista (Medeiros Junior, 2019a) gestado nos países centrais em linha com o modo de regulação neoliberal: política econômica ortodoxa e negação do Estado em benefício do mercado como agente indutor do crescimento e

desenvolvimento. Em paralelo, o endividamento externo decorrente dos planos implementados pelo Estado nacional levou a que o serviço da dívida externa se alimentasse da dívida pública e da inflação na década de 1980, gerando para o Brasil e o ERJ a estagnação econômica e social. Alguma melhoria, passageira, ocorreu com as iniciativas heterodoxas dos planos econômicos do governo Sarney, e maior volume de recursos aos municípios foi canalizado com o pacto social firmado pela Constituição de 1988, mas no conjunto os anos 1980 não houve avanços significativos.

Na década seguinte (1990), o ideário neoliberal tomou corpo e disseminou o tipo social capitalista, tendo o Consenso de Washington como exemplo de ajuste imposto às nações periféricas, e no Brasil a abertura econômica ao capital estrangeiro. Em meados da década as orientações externas advindas do tipo social capitalista foram absorvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que promoveu a estabilidade econômica com a diminuição do Estado (privatizações etc.) e de acordo com os parâmetros da reestruturação produtiva: à custa de maior desagregação social (desemprego elevado), queda dos salários, redução da participação industrial no produto e desregulamentação trabalhista. A economia fluminense também sofreu os efeitos da política de desmonte do estado com o Programa Estadual de Desestatização (PED), e na segunda metade da década de 1990 passou a auferir benefícios com o crescimento da extração de petróleo, dinamizando as regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.

Em fins da década e início da seguinte (anos 2000), os governos estaduais de Garotinho e Rosinha passaram a adotar no planejamento regional a perspectiva dos polos de crescimento associada à noção das vocações regionais (Martinho, 2009), levando a que as regiões do Norte Fluminense (petróleo e gás, indústria naval e fruticultura irrigada), Médio Paraíba (metalomecânica), Metropolitana (gás-químico e plástico, Petrópolis-Tecnópolis, Porto de Sepetiba e indústria naval), Costa Verde (indústria naval e energia), Serrana (moda íntima) e Noroeste (rochas ornamentais) recebessem investimentos, sendo que nas quatro primeiras eles foram de natureza estruturante e de maior acumulação de capital.

Como resultado, as regiões que em 2010 geravam os maiores valores adicionados brutos (VAB) industriais do ERJ e/ou apresentavam maiores participações industriais em sua estrutura econômica eram a Metropolitana, a Norte Fluminense, a das Baixadas Litorâneas (que se favorece da vizinhança da anterior) e a do Médio Paraíba (Medeiros Junior, 2013), e como expressão da desigualdade interregional as mesmas regiões anteriormente mencionadas eram as que possuíam maior bem-estar (tomando-se o PIB

per capita como indicador), e nesse quesito a região da Costa Verde deve ser acrescida (Medeiros Junior, 2014b). Em vista dos eventos transescalares relatados no período pós-fusão, que produziram a desigualdade regional existente na segunda década do século em curso, esperava-se que as cinco regiões mencionadas apresentassem maiores desenvolvimento humano e menor vulnerabilidade social. No entanto, as indicações expostas na Tabela 1 não confirmam essa hipótese.

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento humano e suas dimensões, e índice de vulnerabilidade social e suas dimensões nas regiões do estado Rio de Janeiro - 2010

Região	Índice de desenvolvimento humano				Índice de vulnerabilidade social			
	Total	Educação	Longevidade	Renda	Total	Renda e trabalho	Capital humano	Infraestrutura
Metropolitana	0,721	0,641	0,823	0,710	0,337	0,297	0,324	0,389
Noroeste Fluminense	0,699	0,619	0,807	0,684	0,250	0,343	0,314	0,093
Norte Fluminense	0,695	0,603	0,806	0,694	0,301	0,338	0,343	0,223
Serrana	0,683	0,569	0,813	0,692	0,265	0,310	0,340	0,144
Baixadas Litorâneas	0,725	0,638	0,821	0,728	0,256	0,298	0,313	0,157
Médio Paraíba	0,722	0,644	0,820	0,714	0,230	0,268	0,307	0,116
Centro-Sul Fluminense	0,706	0,624	0,808	0,699	0,253	0,306	0,305	0,148
Costa Verde	0,723	0,608	0,844	0,737	0,256	0,263	0,351	0,154

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro.

Segundo o que mostra o IDH² (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 1991-), nenhuma região fluminense possui o nível de desenvolvimento muito alto, estando as mais desenvolvidas entre os níveis médio e alto, com destaque para a Norte Fluminense como a pior dentre as que receberam investimentos estruturantes. Entre as dimensões do indicador, excetuando-se o muito alto desenvolvimento obtido por todas as regiões na condição de vida longa e saudável, predominam o médio acesso ao conhecimento e médio ou alto padrão de vida.

Já quanto aos resultados do IVS³ (ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL, 2000-), nenhuma região fluminense possui muito baixa vulnerabilidade social, com predominância de baixa vulnerabilidade e destaque para a do Médio Paraíba como a de menor carência de oferta de bens e serviços públicos. Entre as dimensões do indicador, salvo a baixa vulnerabilidade no acesso a saneamento básico e mobilidade da região Norte

² Índice de Desenvolvimento Humano: quanto mais próximo a 1, mais desenvolvido, sendo os resultados de 0 a 0,499 considerados de desenvolvimento muito baixo; de 0,5 a 0,599, baixo; de 0,6 a 0,699, médio; de 0,7 a 0,79, alto, e; de 0,8 a 1 muito alto.

³ Índice de vulnerabilidade Social: quanto mais próximo de 0, menos vulnerável, sendo os resultados de 0 a 0,2 considerados de muito baixa vulnerabilidade social; de 0,201 a 0,3, baixa; de 0,301 a 0,4, média; de 0,401 a 0,5, alta, e; de 0,501 a 1 muito alta.

Fluminense e a média vulnerabilidade da Metropolitana, todas as demais demonstraram possuir muito baixa vulnerabilidade, enquanto predominaram a média vulnerabilidade na inclusão social com base em saúde e educação e baixa ou média carência de renda presente e insegurança futura.

Além dos resultados de ambos os indicadores sociais mostrarem que nem todo benefício econômico se converte em social, apesar da sinergia entre ambos, reforçam o fato que políticas públicas de cunho social complementam as ações de viés econômico neoliberal que desconsideram o Estado não promovem o (des)envolvimento social de maneira a possibilitar compensações às carências apresentadas pelos sistemas sociais, por natureza singulares, já que sua evolução atende a tipos sociais diversos e incomparáveis (Durkheim, 2007) e que não são contemplados devidamente em suas especificidades.

3.2 Os anos 2010 e o desenvolvimento regional fluminense segundo a PNDR

No final dos anos 2000 o ERJ extinguiu a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), e seu acervo incorporado à Fundação Escola de Serviço Público (FESP) deu origem à Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). Resultado de uma racionalização administrativa em moldes neoliberais, representou uma deformação funcional (Távora, 1955) e sua implementação expressou o descaso do Executivo fluminense pelo órgão estadual de estatística (OEE) dedicado ao trato das informações, comprometendo o planejamento governamental. Com isso os anos 2010, nos quais se viu a retomada neoliberal na política econômica por ocasião da última e mais longa recessão econômica (2014/2016), a queda dos investimentos públicos e a piora das condições sociais com o teto de gastos (2016), a reforma trabalhista (2017) que propiciou a redução dos custos com a mão de obra e favoreceu os empresários em detrimento dos trabalhadores, bem como a reforma da Previdência (2019) que representou uma revisão do contrato social com perdas para as famílias e desonerações fiscais aos empresários, foi um período conturbado em termos de (des)envolvimento.

No território fluminense, apesar dos investimentos realizados para a realização da Copa do Mundo de futebol (2014) e das Olimpíadas (2016), o desequilíbrio orçamentário levou à inclusão do ERJ no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em 2017 no âmbito da captura do orçamento público (Medeiros Junior, 2019b) que levou ao afastamento de

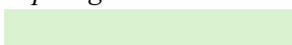
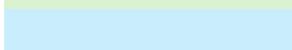
governadores (PODER360, 2020). Com crise política e limitações orçamentárias em atenção às determinações do RRF, a possibilidade de contrapor os efeitos sociais negativos das mudanças ocorridas nos anos 2010 praticamente se esgotaram na ausência de adequado ordenamento institucional em apoio ao planejamento governamental, que pudesse gerar políticas públicas para minorar o aumento da desigualdade e fosse indicativo para o investimento privado⁴ (BRASIL, 2020). Como resultado das influências dos eventos elencados e da crise político-orçamentária, a situação social se deteriorou e a recuperação do dinamismo econômico fluminense só ocorreu em 2019, para ser interrompida no ano seguinte devido à crise sanitária.

Os efeitos acumulados dos eventos ocorridos até os anos 2010 se expressaram no enquadramento das regiões fluminenses conforme a tipologia sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR II (BRASIL, 2024), cujos critérios foram revistos e seus parâmetros atualizados, com base nas informações obtidas junto ao IBGE relativas ao comportamento da variação da Renda *per capita* e do Rendimento médio por habitante (Figura 1). Ao conjugar dinamismo econômico com nível de renda, percebe-se que nenhuma das regiões de Governo apresentava à época (2018) alta variação do PIB *per capita*, e somente a região Metropolitana se enquadrou como de Alta renda.

Figura 1 – Tipologia sub-regional das regiões de Governo do ERJ

Variação do PIB <i>per capita</i>	Rendimento médio por habitante		
	Alto	Médio	Baixo
Alta	Metropolitana		
Média		Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Centro-Sul Fluminense, Costa Verde	Noroeste Fluminense
Baixa		Médio Paraíba	

Tipologia:

	Alta renda		Estagnada
	Dinâmica		Baixa renda

Fonte: Elaboração do autor com base em IBGE (2008, 2010) e BRASIL (2018).

⁴ Artigo 174 da Constituição Federal de 1988.

A perda de dinamismo econômico da maioria das regiões e o médio rendimento são o resultado de efeitos transescalares que conjugam influências históricas da formação política e socioeconômica do ERJ (sendo atuais a crise orçamentária, política e a ausência de planejamento governamental) e da política econômica, bem como das reformas implementadas pelo governo federal. De outra forma, e com o propósito de tratar o desenvolvimento regional como política de Estado como há muito reclamado (Araújo, 1999, Brandão, 2014), o governo federal propôs encaminhar como emenda no âmbito da reforma tributária sobre o consumo a utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura, fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras, e promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação. Entretanto, o ERJ submeteu ao Comitê dos secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal (Comsefaz) uma proposta para utilizar os recursos do FNDR para pagar dívidas com a União, cujo teor além de não estar contemplado na emenda, gerou constrangimento junto aos participantes por desvirtuar o seu propósito (Watanabe; Carro, 2024), qual seja, o de promover o desenvolvimento regional das áreas carentes do ERJ.

Segundo os parâmetros considerados para o direcionamento de ações e iniciativas da segunda versão da PNDR (PNDR II), as microrregiões e municípios classificados como de baixa e média renda seriam priorizadas e a relação para cada um dos estados brasileiros foi divulgada por meio da Portaria nº 34, de 18 de janeiro de 2018 (BRASIL, 2018). Para o Rio de Janeiro, a lista dos municípios elegíveis compreende quarenta e quatro cidades, sendo, regionalmente: cinco da Metropolitana⁵, todas as pertencentes à Noroeste Fluminense (13), cinco da Norte Fluminense⁶, sete da Serrana⁷, nenhuma das Baixadas Litorâneas, três do Médio Paraíba⁸, todas da Centro-Sul Fluminense (10) e uma da Costa Verde⁹. Observa-se, portanto, que a situação existente nas regiões Noroeste Fluminense e Centro-Sul Fluminense é mais precária, exigindo maior atenção do governo estadual independentemente da indicação da tipologia da PNDR II.

⁵ Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Paracambi, Rio Bonito e Seropédica.

⁶ Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

⁷ Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes.

⁸ Barra do Pirai, Rio das Flores e Valença.

⁹ Mangaratiba.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica de formação do atual estado do Rio de Janeiro conjuga:

- a) descaso da elite burguesa e falta de capacidade empresarial por meio da duradoura exploração escravocrata, que em grande parte dificultou e inviabilizou a agricultura fluminense e os benefícios que pudesse oferecer à estrutura industrial em constituição;
- b) indiferença com a formação de uma consciência coletiva que firmasse o “ser fluminense” na população residente das diversas frações espaciais, no curso da evolução diferenciada da capital de todos os regimes (Império e República) e da Província do Rio de Janeiro, e que descambou em regionalismos que fragmentaram o território;
- c) incapacidade política de reagir e se posicionar favoravelmente a pautas de interesse econômicos e sociais fluminenses quando da definição da divisão territorial do trabalho, que levou à perda do antes ocupado primeiro lugar para São Paulo, e;
- d) negligência com os interesses fluminenses ao estabelecer como praxis política interna o uso clientelista de recursos públicos em benefício de grupos políticos, que cederam à cooptação política da gestão pública pelo mercado e abriram espaço para a corrupção na administração pública, em detrimento do uso do recurso público em benefício do cidadão.

Soma-se ao exposto a ausência de diagnóstico abrangente e propostas efetivas para o (des)envolvimento regional desde a fusão, em linha com o desinteresse (ou incapacidade) da classe política fluminense em defender os interesses locais no legislativo e executivo federais, que levem em conta os regionalismos e a transescalaridade do tipo social capitalista neoliberal que impossibilita a evolução autárquica (o ERJ é periférico ao centro econômico nacional, em um país periférico ao centro econômico mundial). A rigidez da divisão territorial do trabalho de longa data se deve, em parte, aos descaminhos pós-1960 decorrentes da ruptura institucional da perda da capital, cuja lembrança intermitente não favorece a reconstrução social das funções e preferências dos residentes

(Osório; Rego; Versiani, 2017) e impedem a visão de futuro por conta do saudosismo da dependência federal (Lynch; Souza; Ramiro Junior, 2021 e Lynch, 2021a).

Para que leituras da realidade e propostas de políticas públicas com orientação econômica e social alternativas ao saudosismo com abordagem regional sejam criadas, necessário se faz: 1) rever a opção metodológica distorcida de nivelar o território fluminense ou, especificamente, algumas de suas regiões mais representativas, a sistemas sociais externos (regiões metropolitanas e Unidades da Federação) como se fossem comparáveis, negando a visão durkheimiana e abraçando a prática comum ao pensamento analítico do *mainstream*, por natureza a-histórico e a-espacial, que busca *benchmarks* convenientes para pautar seu argumento e gerar propostas alinhadas à sua visão homogeneizadora, e; 2) considerar que os sistemas sociais regionais têm características e trajetórias próprias, baseadas no envolvimento que estrutura seu tipo social. Portanto, gerar um processo disnômico, ou seu (des)envolvimento (Medeiros Junior, 2019a, Pereira, 1965), significa respeitar suas peculiaridades. Nesse particular, serve de exemplo o esforço de Natal, Cruz e Medeiros Junior (2023) em relação à condição mais recente da região Norte Fluminense, na qual os municípios elegíveis mencionados na PNDR II são analisados ponderando por seu contexto histórico, situação atual e perspectivas de futuro. Esforços semelhantes devem ser realizados para as demais regiões considerando as interfaces existentes entre elas e os transbordamentos espaciais das intervenções que o FNDR vier propiciar.

Por fim, cabe refletir sobre alternativas para o (des)envolvimento fluminense na vigência do atual arranjo capitalista flexível-neoliberal, que por meio de seu tipo social capitalista engessa o Estado e afasta sua possibilidade de intervenção no sistema social por meio do investimento público, bem como no âmbito fluminense desconsidera formas de participação do cidadão e de analistas de informação, inibindo sua tomada de consciência da realidade e capacidade crítica. Nesse particular, a sociedade fluminense deveria exigir, por direito e em resposta à contribuição que faz ao erário, a reestruturação do sistema de informações estaduais, sucateado e paralisado no Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (CEEP) abrigado na Fundação CEPERJ. A inexistência de informações sobre o estado do Rio de Janeiro impede o exercício democrático ao cidadão do conhecimento da realidade na qual está inserido, impossibilitando o exercício pleno da crítica e sua eficácia propositiva, bem como a do próprio Estado que, desinformado sobre sua condição se vê impedido de adotar soluções razoáveis para os problemas que se avolumam e exigem seu posicionamento por meio do planejamento governamental,

ferindo o direito constitucional garantido pela Lei de Acesso à Informação-LAI (Lei nº 12.527/2011).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/view/169>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ARAÚJO, Victor Leonardo. Um estado fundido: contribuições para o debate em torno da “desfusão” dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-33, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34928>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2000-. Decenal. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9939-atlas-da-vulnerabilidade-social>. Acesso em: 24 ago. 2024.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA; Fundação João Pinheiro-FJP, 1991-. Decenal. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9941-atlas-do-desenvolvimento-humano-no-brasil>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRANDÃO, Carlos Alberto. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 339-344, jul./dez. 2014. (Dossiê: Política Regional, Desenvolvimento e a II PNDR em formulação). Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=MTk=>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. Portaria nº 34, de 18 de Janeiro de 2018. **Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, e dá outras providências**. Disponível em: www.sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/documentos/portaria342018.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. **Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20232026/2024/decreto/d11962.htm#art21. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASILEIRO, Ana Maria. **A fusão: análise de uma política pública.** Brasília: IPEA/IPLAN, n. 21, 1979. (Série Estudos para o Planejamento).

CUNHA, Murilo Alves da. **O novo Rio de Janeiro: geografia e realidade sócio-econômica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos).

GOMES, Guilherme March. **O esvaziamento econômico do estado da Guanabara e as políticas públicas do governo Lacerda: 1960-65.** Monografia (Bacharel) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRJ_af080076dd6f8a43b961120382904c39/Details. Acesso em: 18 jul. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Série Relatórios Metodológicos, v. 29).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 9-74, maio-ago. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8868/0>. Acesso em: 18 maio. 2024.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense.** 247 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-27042005-162418/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio. 2024.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. O que será do Rio? In: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LIZIERO, Leonam (Org.). **Rio 2º distrito federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização.** Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2021a. *E-book*. ISBN: 978-65-8632-432-7. p. 9-12.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Uma democracia, duas capitais: Brasília e o problema da capitalidade no Brasil contemporâneo. *In*: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LIZIERO, Leonam (Org.). **Rio 2º distrito federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização**. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2021b. *E-book*. ISBN: 978-65-8632-432-7. p. 14-76.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A melhor solução para a crise fluminense é acabar logo com o Estado do Rio. *In*: LYNCH, Christian Edward Cyril; SOUZA, Igor Abdalla Medina de; RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos; LIZIERO, Leonam (Org.). **Rio 2º distrito federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização**. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2021c. *E-book*. ISBN: 978-65-8632-432-7. p. 202-206.

MARTINHO, Clarice Antoun. **O pólo gás-químico do Rio de Janeiro: dinâmica econômica, desdobramentos espaciais e políticas governamentais**. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000734343&local_base=UFR01. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9338/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Mudanças regionais e a dimensão social do desenvolvimento fluminense nos anos de 2000 e 2010. *In*: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 2, 2014a, Campina Grande. **Anais GT6 - Dinâmicas regionais e socioespaciais contemporâneas**. Campina Grande, UEPB, 13 a 15 de agosto de 2014. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/2o-sedres-seminario-de-desenvolvimento-regional-estado-e-sociedade/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. Desenvolvimento regional e desigualdade socioespacial fluminense nos anos 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, nov. 2014b. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9338/>. Acesso em: 20 maio. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. **Trabalho e desenvolvimento regional: concentração e dispersão espacial na Bahia e Rio de Janeiro**. 2018. 241 f. Relatório (Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador-Unifacs, Salvador, 2019a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330880809_Dinamica_economica_e_desenvolvimento_social_na_Regiao_Metropolitana_do_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 20 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34159.28329>.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. (Des)envolvimento social enquanto disnomia de um subsistema politicamente cooptado: a força de trabalho no estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 16., 2019, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2019b. Disponível em: <https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/site/capa>. Acesso em: 20 jan. 2024.

NATAL, Jorge; CRUZ, José Luis V.; MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. A atual região Norte Fluminense: dinâmica socioeconômica e desenvolvimento. **Revista Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia Política**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 2, n. 3, p. 242-270, setembro a dezembro de 2023. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/299>. Acesso em: 20 jul. 2024.

OSÓRIO, Mauro. **Rio nacional Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSÓRIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo Sá; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Revisitando o território fluminense, VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 3-24. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345701614_Revisitando_o_territorio_fluminense_VI. Acesso em: 2 ago. 2024. ISBN: 978-85-7511-457-5.

PEREIRA, André da Silva. A economia do estado do Rio de Janeiro: ontem e hoje. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo/RS, v. 03, n.05, p. 145-179, maio 1995. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/issue/view/475> Acesso em: 20 jul. 2024. DOI: 10.5335/rtee.v3i05.4758.

PEREIRA, Luiz. **Trabalho e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PODER360. **6 governadores do Rio foram afastados ou presos nos últimos 4 anos**. <https://www.poder360.com.br/brasil/6-governadores-do-rio-foram-afastados-ou-presos-nos-ultimos-4-anos/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento social. **Conjuntura econômica**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/54655> Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. O Rio de Janeiro e a Guanabara nos anos 1970: a fusão, o chaguismo, o amaralismo. **Mneme – Revista de Humanidades**, Seridó/RN, 11 (28), p. 17-30, ago.-dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/issue/archive>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.

TÁVORA, Juarez. Racionalização administrativa do Brasil. **Revista do setor público**, [s. l.], v. 67, n. 1, p. 5-17, abr. 1955. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/archive>. Acesso em: 20 jul. 2024.

TROTSKY, León. **A história da revolução russa**. 2. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WATANAGE, Marta; CARRO, Rodrigo. RJ quer usar novo fundo para abater dívida. **Valor Econômico**, São Paulo, Ano 24, n. 5980, Brasil, p. A5, 13, 14 e 15 de abril de 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/15/rj-quer-usar-novo-fundo-para-abater-divida.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

O VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE OITOCENTISTA SOB A PERSPECTIVA DA PRESENÇA MÉDICA UMA ANÁLISE DAS MEMÓRIAS DE JOAQUIM ELOY DOS SANTOS ANDRADE

THE PARAÍBA FLUMINENSE VALLEY IN THE 19TH CENTURY FROM THE PERSPECTIVE OF MEDICAL PRESENCE: AN ANALYSIS OF THE MEMORIES OF JOAQUIM ELOY DOS SANTOS ANDRADE

Anne Thereza de Almeida Proença

 <https://orcid.org/0000-0002-9629-9419>

Correspondência: proenca.anne@gmail.com

Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.87177

Recebido em: 10 set. 2024 | Aceito em: 08 out. 2024.

RESUMO

O presente artigo utilizará as memórias do médico Joaquim Eloy dos Santos Andrade, registradas no livro “O Vale do Paraíba” (1989), para analisar aspectos da presença médica no interior da Província do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Ao aprofundar o olhar sobre os espaços ocupados por este grupo profissional na região denominada Vale do Paraíba Fluminense foi possível construir também um panorama sobre a formação social do local. A introdução dos médicos no funcionamento das cidades não deve ser naturalizada, tal como estamos acostumados atualmente. Por isso, estes homens precisavam se adaptar à realidade que encontravam no interior fluminense e criar demandas para que os seus serviços fossem preferidos frente a qualquer outra opção de práticas de cura disponíveis. Uma vez incorporados à sociedade local, passavam a participar da intimidade de importantes atores à época, principalmente dos grandes fazendeiros. Por isso, acompanhar os modos de inserção tanto profissional quanto pessoal dos médicos nos fornece uma área peculiar de observação histórica, através da qual compreendemos as dinâmicas internas e externas deste grupo.

Palavras-chave: Vale do Paraíba Fluminense; Século XIX; médicos.

ABSTRACT

This article will use the memories of the physician Joaquim Eloy dos Santos Andrade, recorded in the book *O Vale do Paraíba* (1989), to analyze aspects of the medical presence in the countryside of the Province of Rio de Janeiro in the second half of the 19th century. By taking a deeper look at the spaces occupied by this professional group in the region called Paraíba Fluminense Valley, it was also possible to build an overview of the social formation of the place. The introduction of physicians into the functioning of cities should not be naturalized, as we are currently accustomed to. Therefore, these men needed to adapt to the reality they found in the countryside of Rio de Janeiro and create demands so that their services were preferred over any other option of healing practices available. Once incorporated into local society, they began



to participate in the intimacy of important actors at the time, mainly large farmers. Therefore, following the physicians' professional and personal insertion modes provides us with a peculiar area of historical observation, through which we understand the internal and external dynamics of this group.

Keywords: Paraíba Fluminense Valley; 19th century; physicians.

1 INTRODUÇÃO

O livro *O Vale do Paraíba* (1989) é uma referência bibliográfica clássica e recorrentemente utilizada para os estudos sobre esta importante região para a economia e a política do Império brasileiro da segunda metade do século XIX. Logo na nota de apresentação da obra, o autor final indica que ela é o resultado de um longo período de estudo e de pesquisa. Classifico Eloy de Andrade como o autor final, porque coube a ele publicar o trabalho inconcluído por seu pai, Manoel Eloy dos Santos Andrade.

Segundo Eloy, seu pai pretendia escrever três livros: “Antônio Carlos na Intimidade, O Vale do Paraíba e Homens do Meu Tempo” (Andrade, 1989, p. 11). E que destes ele só conseguiu deixar esboçada a obra que iremos analisar ao longo deste artigo. Coube ao autor final transcrever as “folhas manuscritas em uma caligrafia por vezes de difícil compreensão” da forma “como o autor deixou a sua obra – quase crua” (Andrade, 1989, p. 11 e 12). Eloy ajudava seu pai datilografando as páginas já definidas como concluídas e, por isso, tomou para si o dever de concluir o livro, como uma homenagem ao pai que faleceu aos 80 anos em meio ao desenvolvimento deste trabalho.

O Vale do Paraíba (1989) contém 409 páginas e é dividido em 71 breves capítulos. Eloy de Andrade destaca que seu pai se estende mais sobre o tema da “escravidão e o papel preponderante desta na formação da riqueza do Vale do Paraíba” (Andrade, 1989: 12). Indica ainda que seu pai obteve muitas informações da região a partir das vivências contadas por seu avô, o médico Joaquim Eloy dos Santos Andrade,

seu relato tem o mérito de proceder de pessoa contemporânea do que é contado e, ainda, o de vir enriquecido de minuciosos detalhes recebidos de seu pai, que, como médico de partido, teve a oportunidade de penetrar na intimidade de um grande número de propriedades de vasta zona do Vale (Andrade, 1989, p. 12).

Segundo informações trazidas pelo *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, também chamado de *Almanak Laemmert*, disponível na

Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Joaquim Eloy dos Santos Andrade é citado como médico em Valença de 1871 a 1881. N'O Vale do Paraíba (1989) é registrada sua atuação como médico de partido de 1866 a 1888 em várias fazendas. Entre elas: fazendas dos Barões do Rio Preto, Rio das Flores, São José d'El-Rey, Três Ilhas e Santa Justa.

A denominação *médica de partido* remete a Portugal do século XVII. Nesta modalidade de atuação, os médicos eram uma alternativa para solucionar a pouca disponibilidade de profissionais em municípios que estavam distantes da capital do país, antes da criação das escolas de medicina e cirurgia. Segundo José Abílio Coelho (2014), em Portugal este *médico de partido* era,

um especialista clínico que presta serviço a um município ou instituição, recebendo um valor fixo mensal independentemente do volume dos atendimentos que tenha que prestar a quem dele necessita, dentro de determinados limites (Coelho, 2014, p. 33).

No Brasil, esta prática foi absorvida e intensificada principalmente no século XIX. Ficou a cargo das Câmaras Municipais, segundo artigo 69 da Lei dos Municípios de 1828¹, realizar estes contratos e utilizar os serviços médicos em frentes que visassem a manutenção da saúde pública e outras medidas que evitassem o aparecimento de epidemias em seus municípios, seguindo ainda orientações que eram remetidas pelo Governo Provincial.

Os *médicos de partido*, portanto, eram profissionais que trabalhavam por contrato, que poderia ser de caráter público ou privado. No primeiro caso, os médicos estariam vinculados às Câmaras Municipais, na qual tinham a função de fornecer assistência aos considerados pobres e indigentes das freguesias e cujos vencimentos eram pagos pelos recursos municipais ou provinciais. Já no segundo, os médicos atuantes no Vale do Paraíba Fluminense trabalhavam através de acordos com os grandes fazendeiros, para atender principalmente os cativos de seus plantéis. Os médicos, inclusive, poderiam exercer as duas funções simultaneamente (Proença, 2022).

¹ “Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vacinem todos os meninos do distrito, e adultos que o não tiverem sido, tendo Médico, ou Cirurgião de partido.” - Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828, Página 74 v. 1. 1 pt I (Publicação Original) – Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html.

E foram os relatos deixados por Joaquim Eloy dos Santos Andrade a seu filho que nos estimularam a analisar tanto os modos de assistência à saúde quanto as dinâmicas da região a partir da presença dos médicos no interior fluminense da segunda metade do século XIX. Os detalhes trazidos por este ponto de vista contemporâneo nos transportam para o interior das fazendas cafeeicultoras, num contexto de valorização e do aumento do número de médicos, conseqüentes da política de extinção do tráfico de cativos pelo Atlântico e a necessidade de prolongar sua vida útil nas lavouras para manter a produtividade correspondente às exigências do mercado agroexportador. Contribuem, assim, para aprofundar os interesses e os meios de inserção dos conhecimentos e práticas médicas no cotidiano desta sociedade, para além da historiografia já conhecida.

Para tal, nos debruçaremos sobre os capítulos *d'O Vale do Paraíba (1989)* denominados *As Enfermarias; como se Clinicava no Interior da Província; Consultas Médicas; e Médicos de Partido*. Através do recurso metodológico da prosopografia², observamos as similaridades entre a trajetória de Joaquim de Andrade e outros médicos atuantes na região, identificando uma tendência de comportamento mais ampla, que determinava a etiqueta a ser seguida pelos membros deste grupo acadêmico. Desta forma, a figura do médico será aqui apresentada tanto como personagem quanto espaço de análise, que nos revela as formas de organização da assistência à saúde no interior fluminense e as estruturas sociais existentes na região, que faziam do Vale do Paraíba Fluminense um espaço vivo e de características sociais singulares à época.

2 A CRESCENTE PRESENÇA MÉDICA PELO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

Eloy de Andrade inicia o livro localizando o Vale do Paraíba para o seu leitor. Por isso, decidimos seguir seus passos, além de apresentar os aspectos da inserção dos médicos nas dinâmicas sociais da região.

A principal referência geográfica da região é a sua proximidade com a bacia do Rio Paraíba do Sul, que nasce no município de Areias, no interior de São Paulo,

²Assim com propões Lawrence Stone (2011), a análise por meio da prosopografia permite a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 2011, p. 115). A *prosopografia*, portanto, é utilizada a partir de um equilíbrio entre as singularidades e similitudes das trajetórias analisadas, considerando que a vida profissional destes médicos não pode ser compreendida apenas por iniciativas pessoais, revelando que suas ações também são justificadas pelo contexto no qual estão inseridos.

desembocando no mar de Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, porém, nos concentramos na atuação dos médicos nas cidades com características cafeeicultoras do interior fluminense à época: Barra Mansa, Cantagalo, Paraíba do Sul, Piraí, Resende, Rio Claro, São Fidélis, São João do Príncipe, Valença e Vassouras; e seus desdobramentos ao longo do recorte temporal definido: Carmo, Santa Maria Madalena, Sapucaia e as Freguesias de Santo Antônio do Paquequer (Magé) e de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (Nova Friburgo). E este recorte temporal corresponde ao período de grandes transformações urbanas e sociais na região. Identificaremos características da atuação dos médicos tendo como plano de fundo a consolidação do Vale do Paraíba Fluminense como grande exportador de café até a abolição da escravatura em 1888, momento em que a Província de São Paulo já assumia este protagonismo agrícola no mercado internacional.

O perfil social, político e, principalmente, econômico do Vale foram moldados de acordo com a ocupação e com as relações de interdependências formadas dentro daquele espaço, em um contexto que se mostrava favorável para o desenvolvimento da região, acompanhando o momento que Rafael Marquese e Dale Tomich (2015) denominam de *Segunda Escravidão*. As condições brasileiras, tanto em relação aos recursos naturais quanto às políticas internas, mostraram-se muito mais favoráveis às demandas que esse mercado agroexportador em crescimento impunha. E a estrutura proveniente do período áureo da mineração contribuiu para crescimento econômico do café: um comércio já voltado para grande entrada de mão-de-obra escravizada no Brasil; os armazéns montados nos portos; a abertura de caminhos, destinados da Corte a Minas Gerais; e as formas de transporte, adequadas à topografia da região, cuja área estava ainda disponível para ampliar a plantação.

Com a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil e sua instalação no Rio de Janeiro em 1808, novas vias foram abertas a caminho de Minas Gerais para facilitar o escoamento dos gêneros alimentícios, devido à necessidade de alimentar a população que cresceu repentinamente (Marquese; Tomich, 2015). O que facilitou ainda mais o acesso ao Vale do Paraíba Fluminense, localizado próximo a Corte e cujo clima se mostrava propício para a produção do café. Todos estes fatores transformaram a região num grande polo de atração e foram decisivos para o sucesso e ampliação dos negócios e fazendas (Brandão; Mattos; Carvalho, 1981).

A ocupação da região do Vale do Paraíba no interior da Província do Rio de Janeiro aconteceu por meio de pequenas vilas que foram se formando em torno destas

estradas, assim como pela concessão de sesmarias e pela posse de terras. Tais modalidades conviveram pacificamente, até que a demanda por cada vez mais terras para expandir as lavouras cafeeiras impôs um conflito para delimitação das terras. Assim, “os senhores de escravizados que investiram em café na década de 1810 responderam claramente aos incentivos do mercado internacional” (Marquese; Tomich, 2015, p. 36), e proporcionaram à sua família o enriquecimento através do chamado *ouro verde*. Mas, nestas primeiras décadas, sua renda ainda precisou ser complementada por outras atividades econômicas, como o chamado comércio de grosso trato e de escravizados (Muaze, 2015).

A primeira lei que determinava a proibição do tráfico internacional de escravizados – Lei Feijó de 1831 – provocou um impacto sobre a entrada desta mão-de-obra, diminuindo seu número nos primeiros anos. Porém, a repressão daqueles que descumprissem esta lei foi gradualmente amenizada, devido à forte influência dos denominados *Saquaremas*³, membros do Partido Conservador, dispostos a reaver a abertura do tráfico, acompanhando seus interesses políticos e econômicos (Borges; Marinho, 2015). Entre eles, ganhava cada vez mais espaço os representantes da classe senhorial escravista, cujo enriquecimento estava ligado ao mercado agroexportador cafeeiro. Através da construção de redes de relações, os grandes proprietários moldaram uma “sociedade onde tinham a intenção de não apenas dominá-la, mas sobretudo, dirigi-la” (Mattos, 1987, p. 285).

Os fazendeiros, então, começam a se destacar na região, inclusive na área da política, na qual exerceram grande influência. Lamego (1963) denomina esta relação entre os grandes proprietários como *política de salão*, aquela “na qual, entre uma cortesia e uma valsa, decidiam-se muitas vezes urgentes problemas para os destinos do país” (Lamego, 1963, p. 9). A consolidação do papel e do lugar social destes homens de negócio se deu no período de 1840 a 1860. E, a partir deste protagonismo econômico e político, as dinâmicas internas eram moldadas e direcionavam o ritmo do crescimento e remodelação dos municípios. Para Salles (2007):

A expansão da classe senhorial, que se confunde com seu processo de formação histórica, foi tanto material, em termos de acumulação de riquezas, quanto, e principalmente, social e simbólica, em termos de estruturação e consolidação de relações sociais escravistas e de um

³ Os *Saquaremas* tinham interesses pró-escravistas caminhando junto à construção de um estado centralizado na figura do Imperador e na implantação de noções do que era considerado civilizado, através dos hábitos importados, tendo a França como sua grande referência (Mattos, 1987).

estilo de vida senhorial. Tudo isso ocorreu com a marcha da cultura do café e, até 1850, com a importação maciça de escravos africanos, num movimento em que a acumulação e a concentração da propriedade de cativos foram os principais marcos (Salles, 2007, p. 139).

Dentro das possibilidades geográficas, o Vale do Paraíba foi sendo transformado para atender os interesses daqueles que lá instalavam suas propriedades produtoras. Com o passar do tempo e sua nova posição no Império brasileiro, a região era modelada com “referências aristocráticas que acompanhavam a importância política dos atores sociais que se destacavam no cenário nacional” (Knauss, 2012, p. 10). A classe senhorial, que ascendia como elite e autoridade regional, buscava demonstrar seu capital financeiro e social através de suas propriedades, suas vestimentas e novos hábitos, inclusive em relação aos cuidados com sua saúde e de seus agregados (Proença, 2022).

O auge da produção e exportação do café foi também um período em que os grandes proprietários entraram em uma certa competição, ainda que não intencional, para demonstrarem sua riqueza e poder. Os salões do interior ficaram pequenos para aquelas importantes famílias, que buscavam alcançar posição de destaque para além dos limites da região do Vale do Paraíba Fluminense. Buscavam ostentar uma vida que os aproximava dos hábitos e costumes da Corte e até mesmo da Europa. Consideramos que, por isso, os médicos tiveram maior aceitação entre a elite cafeeira, justamente por esse desejo de se equiparar aos grandes centros (Proença, 2022).

Vale ressaltar que a presença do médico nas cidades não era algo natural e esperado, como podemos pensar a partir da sociedade atual. Portanto, recorrer a um clínico formado estaria entre estes hábitos civilizados. E ao escolher pelo tratamento médico-científico, dentro de um leque de opções de praticantes de cura já bastante disseminados e incorporados à cultura do interior fluminense, os fazendeiros apresentavam e dotavam de credibilidade o trabalho destes profissionais em suas redes. Tornou-se, assim, uma relação que envolvia interesses mútuos (Proença, 2022).

Segundo Beltrão (2004), na época “é possível que o crédito social fosse mais importante que o científico, até porque este último engatinhava” (Beltrão, 2004, p. 137). O capital social destes fazendeiros fazia com que estes médicos tivessem cada vez mais credibilidade com a população da região, formando sua clientela e conseguindo alcançar mais rapidamente o almejado reconhecimento e retorno financeiro. Com isso, estes profissionais construíram estratégias visando construir ambientes favoráveis para

introduzir seu discurso, formar campos de atuação e, assim, alcançar suas expectativas profissionais e pessoais na região (Proença, 2022).

Por isso, ao acompanhar o florescimento e crescimento dos municípios do Vale do Paraíba Fluminense, observamos também o quanto é crescente o número de médicos atuando nos mais diversos espaços da região. E, apesar de ser uma profissão de característica urbana, os médicos progressivamente alcançaram as freguesias mais afastadas e rurais, seguindo a expansão do café, primeiramente em busca da clientela que poderia pagar por seus vencimentos, mas que acabou se tornando um dos caminhos mais seguros para sua ascensão social (Proença, 2022).

Os médicos oitocentistas constituíam um grupo profissional composto por homens livres, majoritariamente oriundos de classes abastadas, que tinham concluído seus estudos nas escolas de medicina do Brasil ou da Europa, quando sua condição social assim o permitia. E eles poderiam optar pela atuação no interior fluminense por diversos motivos: retornando para sua cidade natal; fugindo da forte concorrência entre pares nos centros mais populosos; utilizando da estratégia de começar a atuar mesmo antes de ter seu diploma validado no país, no caso dos estrangeiros; ou por terem sido contratados em âmbito público e particular, como já foi citado anteriormente (Proença, 2022).

Uma vez interiorizados, precisaram adaptar seus conhecimentos teóricos, de filiação europeia, aos recursos e demandas ali encontrados, ao mesmo tempo em que buscavam se inserir nas dinâmicas sociais locais e conquistar uma posição de destaque frente aos práticos populares, seguindo o objetivo principal da medicina oitocentista: alcançar o monopólio das artes de curar.

Devemos afastar aqui o antigo senso comum de que a população apenas procurava outras formas de tratamento devido à falta de médicos nas proximidades. A escolha do tratamento era tomada pelo paciente, quando este tinha o poder de decisão, com base em questões culturais e nas suas próprias concepções sobre saúde e doença, independente da disponibilidade ou não de profissionais ou na possibilidade de arcar com as custas de um tratamento médico. A questão dos altos vencimentos cobrados pelos médicos, em casos de atendimento particular, também acabava selecionando quem de fato poderia arcar com os custos de ter um clínico à sua disposição (Proença, 2022).

Por isso, reforçamos que o hábito social de recorrer a um médico ao primeiro incômodo foi lentamente construído pelos próprios profissionais. Os clínicos passaram a acompanhar as constantes transformações da sociedade do Vale do Paraíba Fluminense. A busca por oportunidades e pela construção de fortes redes de contato estimulava os

médicos a atuarem em mais de uma cidade, muitas vezes de forma simultânea, assim como em diferentes espaços de atuação: hospitais mantidos por irmandades, hospitais instalados nos complexos cafeeiros, consultórios, farmácias e os atendimentos em domicílio e em seus próprios consultórios (Proença, 2022).

Os médicos, inicialmente concentrados nas freguesias centrais e de características urbanas dos municípios do interior da Província do Rio de Janeiro foram alcançando, ou até mesmo criando, cada vez mais locais de atuação, fazendo com seus serviços chegassem às freguesias mais afastadas, de feição rural, nas quais estavam reunidas boa parte dos principais complexos cafeeiros da região. O café foi o elemento desbravador do Vale do Paraíba, através do qual a região foi construída física e socialmente. A riqueza proveniente do *ouro verde* promoveu a remodelação, ampliação e estruturação dos municípios. E os médicos seguiram neste mesmo caminho, rodeado pelas megas e grandes propriedades, buscando aliados pessoais e profissionais para conquistarem a expectativas que foram imaginadas ao se interiorizarem.

3 ASPECTOS DA ATUAÇÃO DOS MÉDICOS REGISTRADOS N'O VALE DO PARAÍBA

Utilizaremos, a partir de agora, as memórias do médico Joaquim Eloy dos Santos Andrade, inicialmente registradas por seu filho, Manoel Eloy dos Santos Andrade, e publicadas por seu neto, Eloy de Andrade, autor final do livro *O Vale do Paraíba* (1989), para exemplificar características da atuação médica no interior da Província do Rio de Janeiro.

Assim como indicou no início do livro, Eloy transcreveu os rascunhos de seu pai da forma como foi deixado por ele. E, por isso, o leitor é apresentado ao olhar de Manoel sobre a atuação profissional do seu pai, Joaquim:

No exercício da sua clínica, meu pai reunia todos esses predicados, sendo marcante e superior às dos demais sua paciência e inexcusável bondade. Esta afirmação, que poderá ser suspeita de eiva de erro ou benevolente apreciação por amor filiar, ao leitor caberá decidir afinal, depois de tomar conhecimento dos fatos que serão oferecidos neste e em vários capítulos desta narração (Andrade, 1989, p. 235).

Quando atraídos pela riqueza do Vale do Paraíba e pela possibilidade de ascensão profissional e pessoal do local, mas não possuíam famílias na região, escolhiam o lugar

para iniciar sua atuação, de acordo com possíveis informações prévias. E, “na zona por ele preferida, levando cartas de apresentação, recebia hospedagem em alguma fazenda, enquanto não se fixava definitivamente” (Andrade, 1989, p. 229). Segundo Eloy Andrade (1989), por uma questão de estratégia, a preferência era atuar em freguesias cujos recursos médicos eram mais escassos, apesar de terem que construir a demanda por seu trabalho em um ambiente dominado por outros tipos de práticas de cura, como apresentamos anteriormente,

bem penosa e difícil era o exercício da clínica para o médico da roça, desde a Regência até os últimos anos do Império. Não existiam estradas de rodagem, mas simples caminhos, estreitos, mal traçados, com curvas acentuadas, subidas e descidas íngremes e nas baixadas, alagadiços e atoleiros, onde as pernas das alimárias⁴ afundavam até o peito. Os mais animosos receavam viajar à noite. Bem poucos se prestavam ao trânsito de carros puxados por parelhas de bestas. Pontilhões baixos eram, em dias de chuva abundante, cobertos pela água dos córregos e de difícil e perigosa travessia (Andrade, 1989, p. 230).

A prática médica no século XIX se caracterizava pela ida do médico ao encontro dos enfermos, respondendo a um chamado da família. Em suas propagandas, era comum se colocarem à disposição destes chamados a qualquer hora do dia e da noite. E, devido à dificuldade de deslocamento apresentada na citação acima, os médicos adequavam o preço cobrado ao tipo de atendimento realizado, à distância percorrida por ele e ao tempo que durava a visita, o que poderia tornar a remuneração bem mais gratificante (Proença, 2022).

Eloy de Andrade (1989) aponta que “cada visita médica era paga a razão de vinte mil réis por légua e o dobro se era de noite” (Andrade, 1989, p. 230). Porém, em uma visita, eram realizadas diversas consultas, já que “um só chamado reunia o exame de várias doentes; a presença do médico era, assim, bem aproveitada” (Andrade, 1989, p. 232). À primeira vista, a cobrança de “dois, três ou cinco mil réis por consulta” (Andrade, 1989, p. 238) poderia parecer insuficiente, mas, segundo Eloy de Andrade (1989), tais vencimentos eram bem melhores em comparação aqueles pagos durante o Período Regencial até os primeiros anos do Segundo Império. E, aqueles que não podiam pagar em dinheiro, quitavam suas dívidas “com feijão, milho ou uma criação qualquer: uns frangos, um leitãozinho, um cabritinho, etc.” (Andrade, 1989, p. 238), o que poderia

⁴ Animais de carga.

também configurar uma estratégia destes médicos para ganhar a confiança da população e, assim, ampliar sua clientela,

mal partia o portador para chamar o médico, nos sítios ou residências de gente humilde, ou descuidosa, começava o rebuliço para melhorar o aspecto da casa: tudo era vasculhado e varrido, até os terreiros; o almoço ou jantar, melhorados; na cama do doente e nele próprio, feita a mudança de roupa; banhos nos meninos e os homens faziam a barba, punham gravata; as senhoras penteavam-se com cuidado e vestiam-se com mais apuro. A visita do médico era uma novidade, um acontecimento (Andrade, 1989, p. 231).

Por mais que fossem respeitados, os médicos passavam a ser vistos apenas como aqueles que deveriam estar disponíveis para todos os chamados, a qualquer hora e com a obrigação de que seu tratamento levasse a cura. Pela experiência de seu avô, Eloy Andrade (1989) aponta que, impacientes, “mandavam recados pela criada para que se dissesse que estavam esperando, não sabendo que, apenas horas antes, pela madrugada, [o médico] chegara de viagem a uma fazenda distante, tendo dormido duas ou três horas apenas” (Andrade, 1989, p. 236). Eloy Andrade (1989) enfatiza ainda que, mesmo regressando à sua casa, o clínico era abordado com mais chamados pelo caminho e organizava suas visitas de acordo com o estado do paciente.

Segundo Corbin (2009), nesta constante construção de relações entre os médicos e a população que a ele recorria, principalmente a elite agrária, aproximar-se das mulheres era interessante para eles, já que são elas que “fazem e desfazem sua reputação; são elas que, no interior da família, gerenciam as coisas da saúde” (Corbin, 2009, p. 554). O papel social reservado à mulher livre e enriquecida no século XIX era limitado ao lar. Sua função principal eram os cuidados com a casa e sua família. Na segunda metade daquele século, seguindo as noções de civilidade que chegavam ao interior, citadas anteriormente, “torna-se mais comum os fazendeiros abastados permitirem às suas filhas ler, escrever, tocar piano e falar francês” (Stein, 1961, p. 183).

Neste contexto, ocupavam também o papel de ponte entre os conhecimentos sobre saúde e o seu cotidiano. Segundo Eloy de Andrade (1989), após realizarem os exames nos pacientes, eram os próprios médicos que preparavam os remédios, “tendo ao lado a dona da casa, que o ajudava, acabando por ser, com isso, tempos depois, prática na manipulação de pílulas, xaropes e pomadas” (Andrade, 1989, p. 232). E não aprendiam só com a presença destes homens, mas também com os guias médicos populares. A partir de uma linguagem acessível, os conhecimentos científicos e seus métodos de tratamento

eram transmitidos para a população leiga através destes manuais, contribuindo para afirmação e circulação do discurso médico, além de ser mais uma ferramenta na tentativa de afastar a população das demais práticas de cura populares, colocando os médicos como a primeira alternativa a ser consultada em casos de enfermidade (Proença, 2017).

Após as consultas, os clínicos davam as instruções para “a dona da casa ou pessoa da família que o médico conhecia por mais inteligente” (Andrade, 1989, p. 232). E, caso a senhora não fosse alfabetizada, o que era muito comum à época, os médicos buscavam adaptar estas instruções, indicando os medicamentos por seus tamanhos, cores e paladar. Solicitava, ainda, que a senhora repetisse as recomendações para certificar-se que ela tinha o compreendido (Andrade, 1989). Com isso, tinham nas mulheres aliadas na disseminação do seu discurso em suas redes e para as gerações seguintes, que estavam sob sua tutela.

Além dos atendimentos através dos chamados e consultas, existiam também os *partidos*, modalidade sobre a qual já explicamos anteriormente. Eloy de Andrade (1989) destaca a grande importância da chegada dos *médicos de partido* no cotidiano das fazendas, já que eram recrutados primeiramente para cuidar dos “escravos de preços altos, cuja perda seria sensível à economia do lavrador” (Andrade, 1989, p. 288)⁵. De acordo com ele, o

médico de partido era o contratado pelos fazendeiros por simples ajuste verbal, em que por determinada quantia, paga semestral ou anualmente, se obrigava, em dias certos da semana ou do mês, a visitar e tratar de todos os doentes da fazenda, membros da família, empregados e escravos (Andrade, 1989, p. 288).

Uma vez contratados, os médicos deveriam priorizar os chamados da família e realizar visitas periódicas, que poderiam se tornar diárias em casos de epidemias. Os honorários eram combinados de acordo com as condições de trabalho: “conforme o número de escravos, a distância entre a residência do médico e a fazenda, e o número de visitas, mas nunca foram inferiores a trezentos mil réis, como raras vezes, excedentes de um conto de réis anuais” (Andrade, 1989, p. 288).

⁵Por isso, a realização de contratos entre os médicos e os fazendeiros, assim como a manutenção dos hospitais nos complexos cafeeiros, segundo Eloy de Andrade (1989), conservou-se “até 13 de maio de 1888. Com a Lei Áurea, foram todos dispensados” (Andrade, 1989, p. 292).

Após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu de forma definitiva o tráfico internacional de escravizados, a disponibilidade de reposição de mão-de-obra cativa diminuiu, enquanto seu preço aumentou. Este contexto obrigou os megas e grandes proprietários a buscarem alternativas para prolongar a vida útil dos escravizados nos seus plantéis, para que conseguissem se manter em posição de competitividade neste mercado agroexportador. Entre elas, aparece o contrato com médicos para reestabelecer a saúde e prevenir a chegada de enfermidades e das grandes epidemias, assim como a recomendação de instalarem um local voltado principalmente para a assistência dos cativos em seus complexos cafeeiros. Denominados estes edifícios de hospitais rurais (Proença, 2022).

A presença destes hospitais fazia com que os escravizados recebessem um tratamento rápido e se afastassem o menor tempo possível das suas atividades. E se apresentaram como mais um espaço a demandar os serviços médicos no interior fluminense, transformando-se assim em mais uma ferramenta para que estes profissionais expandissem seu discurso científico e suas redes de relações. Para os médicos, os hospitais particulares também acabaram sendo uma forma de aproximação e presença no cotidiano das principais unidades produtoras das importantes famílias do Vale do Paraíba Fluminense (Proença, 2022).

Eram as enfermarias construídas ordinariamente em seguimento às tulhas ou em prédios separados, divididas em dois salões, um para homens outro para mulheres, protegidas por grades de ferro. Nas fazendas de poucos escravos e sem médico de partido, os doentes eram tratados nas próprias senzalas (Andrade, 1989, p. 225).

Segundo Eloy de Andrade (1989), as enfermarias mais bem organizadas e dotadas de recursos eram encontradas nas fazendas maiores, com uma grande escravaria. Por isso, era comum receber cativos de outras fazendas de mesmo proprietário e até dos demais da região, o que fortalecia os laços da rede de interdependência. Esta prática promovia uma ampliação da assistência à saúde e uma circulação de pacientes nas freguesias mais afastadas da sede dos municípios (Proença, 2022).

Nas enfermarias bem montadas, após a subida da escada, encontrava o visitante uma pequena sala, mobiliada com bancos toscos, onde, sentados ou em pé, aguardavam os enfermos, ou a sua hospitalização ou os seus curativos. No fundo da sala, separada por um gradil, estava

a farmácia; aos lados, as portas que davam acesso para os dois compartimentos, de homens e mulheres (Andrade, 1989, p. 225).

Infelizmente, Eloy de Andrade (1989) não especifica de qual fazenda era a enfermaria que ele descreve em seu livro. É preciso ressaltar que os hospitais-rurais não eram padronizados. Eram instalados e organizados de acordo com as demandas de saúde que deveriam suprir em cada unidade produtora (Proença, 2022).

No que diz respeito às farmácias, anexas às enfermarias, muitas foram montadas a capricho, com profusão de drogas e preparados estrangeiros e luxuosos vasilhames de porcelana, vindo da França e da Inglaterra. [...] Essas farmácias assim montadas, puderam suprir, em várias ocasiões, em suas faltas, às cidades e vilas vizinhas (Andrade, 1989, p. 228).

Porém, a partir da citação acima, consideramos que Eloy de Andrade (1989) descreve uma fazenda cujo proprietário tinha uma boa situação financeira, que o possibilitava importar medicamentos da Europa. Além de ter a possibilidade de possuir tais recursos, eles ainda eram disponibilizados para aqueles que necessitassem. E isto fortalecia ainda mais as redes de sociabilidade destes importantes fazendeiro na região, afirmando sua posição como autoridade local (Proença, 2022), como citamos anteriormente.

Nas fazendas de São Gabriel, Paraíso, Prosperidade, Santa Justa e outras havia, além das enfermarias, um quarto confortável, à parte, para pessoa de condição livre, que adoecesse e não fosse da família, como feitor, um vizinho pobre [...] Tais rasgos de espontânea filantropia, geradores de tão nobres dedicações, não eram raros na vida das fazendas do Brasil (Andrade, 1989, p. 227).

A enfermaria é descrita como local que seguia os preceitos higiênicos determinados pelos médicos à época. Inclusive, os dias de visitas destes profissionais eram aqueles em que a manutenção do ambiente salubre era feita com mais asseio. Além de ser um local voltado para assistência à saúde,

a enfermaria representava o descanso, a comida melhorada, a tranquilidade, o sono à vontade, a falta de capataz atrás de apertar-lhe para trabalhar mais depressa. E em épocas de colheitas, de tarefas, seria a ausência de possíveis castigos (Andrade, 1989, p. 226).

Ainda segundo Eloy de Andrade (1989), os médicos identificavam quando as queixas relatadas pelos escravizados eram apenas simulações para descansarem do árduo

trabalho nas lavouras, desejando uns dias de descansado nas enfermarias. E por mais que fosse da vontade do fazendeiro que estes cativos permanecessem em alta produtividade, os médicos, inclusive Joaquim Eloy dos Santos Andrade, acabavam por se fazer cúmplice: “meu pai concordava umas vezes [com a alta do paciente], mas em outras, ao olhar suplicante do escravizado, transigia” (Andrade, 1989, p. 226). E, para manter a farsa, ainda receitavam medicações inofensivas, “recomendando repouso e alimentação nutritiva” (Andrade, 1989, p. 227).

Podemos considerar que esta descrição de um médico bondoso, que ia de encontro aos interesses daqueles que os contratavam em benefício dos escravizados, também seja uma visão parcial por parte do autor final *d'O Vale do Paraíba*, reforçando para a posteridade a imagem que seu pai, Manoel, tinha do seu avô médico, Joaquim. O que é comum neste tipo de fonte e que deve ser levado em conta ao realizamos a análise das informações trazidas por ela.

Os partidos, para o médico, era uma garantia, assegurando-lhe uma certa estabilidade, porque, sem eles, faltando-lhe os chamados, ver-se-ia em dificuldades para sua manutenção e de sua família. Havia o reverso da medalha: os partidos escravizaram, de certa forma, os médicos às exigências descabidas de um ou outro fazendeiro. (Andrade, 1989, p. 288).

Por mais que a palavra do médico fosse cada vez mais obedecida, influenciando inclusive nos “conhecimentos transmitidos de mãe para filha” (Corbin, 2009, p. 555), dentro das fazendas a última palavra era dos seus contratantes. O fazendeiro era a única autoridade na propriedade e, caso não fosse atendido algum dos seus interesses, a carreira dos médicos poderia estar em risco naquela localidade (Proença, 2022). Mas, caso a relação fosse harmoniosa,

o médico, depois de alguns anos, acabava por ser considerado membro da própria família, escolhido para padrinho de batismo e de casamento e ouvida sua opinião nos assuntos sérios e reservados. Nas festas de Natal e Ano Bom, ou por ocasião do seu aniversário, recebia presentes de valor, principalmente se fora feliz em enfermidade grave, salvando alguma pessoa da família (Andrade, 1989, p. 292).

A presença do médico, portanto, ganhava cada vez mais espaço na aristocracia rural do Vale do Paraíba Fluminense e se fortalecia tornando-o “semelhante, quase íntimo” (Corbin, 2009, p. 553) destas famílias. A partir desta aproximação inicialmente

profissional e do círculo limitado da região, as famílias enriquecidas passaram a considerar os clínicos que já tinham alcançado um padrão de vida estável como pretendentes ideais para o casamento com suas filhas (Proença, 2022).

O que acontecia era isto: apareciam esses doutores bem-vestidos, falando bem, atenciosos, vindos da Corte, a cidade das festas, atrativos e seduções; eram delicados e, nos bailes, os melhores pares. Cedo, as moças, dotadas de alguma instrução, volviam suas vistas para eles, ouviam embevecidas as narrativas da vida acadêmica, sua e de seus colegas, acabando todas por disputá-lo. Em resumo: não conquistavam; eram conquistados e em vez de vencedores, vencidos (Andrade, 1989, p. 229).

Observamos um movimento semelhante no interior da Província de Minas Gerais, por exemplo. Figueiredo (2002) coloca os médicos como “alvo da cobiça das mocinhas que desejavam realizar um bom casamento” (Figueiredo, 2002, p. 223), já que era considerada uma profissão que possibilitava alcançar pequenas fortunas.

Certamente, trocando a vida de relativo conforto das cidades litorâneas pela agreste interior, sorria-lhes a perspectiva, senão de casamento rico, pelo menos com moça prendada, filha de família distinta, cujo chefe bem relacionado, poderia influir favoravelmente em sua clínica (Andrade, 1989, p. 229).

Porém, o mais comum após o casamento com a filha de um importante patriarca era que estes médicos deixassem de exercer a profissão ao receberem uma fazenda produtora como dote ou posteriormente como herança, dedicando-se a administração desta propriedade e dos demais bens da família. Em uma sociedade que se tornara enriquecida pela exportação do café, ocupar a posição de fazendeiro responsável por uma próspera unidade produtora era um dos principais objetivos daqueles que almejavam alcançar os lugares mais altos dentro da hierarquia social característica do Vale do Paraíba Fluminense (Proença, 2022).

Tornar-se um membro destes clãs familiares alçava os médicos a um novo patamar social, compartilhando da autoridade social exercida pela elite agrária na região. E esta autoridade primária foi ser essencial inclusive para conduzi-los aos espaços de política propriamente ditos para além dos limites do interior da Província do Rio de Janeiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eloy de Andrade (1989) classifica *O Vale do Paraíba* como o resultado do “esforço em investigar, confrontar, selecionar” os fatos de que seu pai e seu avô foram testemunhas “e de outros, mais remotos, que por velhos amigos e parentes, seus contemporâneos” tiveram conhecimento seguro (Andrade, 1989, p. 14 e 15). Reforça, por isso, que os futuros historiadores e pesquisadores que tiverem acesso à esta obra poderiam confiar tranquilamente na fidelidade das narrações ali registradas.

O livro aqui analisado faz parte de um forte movimento que é tradição no Brasil desde fins do século XIX. A narrativa de cunho memorialista é pautada “pelo registro de eventos e de recordações relacionados à vida pessoal dos escritores e à sua inserção cultural e identitária na história de nosso país” (Silva, 2016, p. 2). Através do processo da escrita, a memória é questionada e responde aos estímulos do tempo presente da produção do texto, que acaba por construir uma ideia de continuidade e linearidade com os fatos do passado. Por isso, a partir da experiência de recordação do autor, os fatos são selecionados e organizados de acordo com a maneira que deseja apresentá-los ao leitor. Desta forma, “o autor é o senhor de seu passado, determinando ele próprio a construção e a consolidação de suas memórias” (Silva, 2016, p. 14).

Ao investigar uma fonte histórica, portanto, deve-se ir além de suas informações intrínsecas. É necessário levar em consideração todo seu contexto de produção e o papel social daqueles que participaram deste processo. E também colocá-la em diálogo com outros tipos de fontes disponíveis e com a historiografia já produzida sobre o tema, como foi feito ao longo deste artigo.

Claro que não se pode generalizar toda uma região a partir do registro das memórias contidas n’ *O Vale do Paraíba* (1989). Porém, investigar os relatos compartilhados pelo médico Joaquim Eloy dos Santos Andrade, registrados por seu filho, Manoel Eloy dos Santos Andrade, e publicados por seu neto, Eloy de Andrade, nos possibilita entender a imagem que quiseram preservar de si e de seus interlocutores para os leitores interessados nas suas experiências, assim como nos apresenta um interessante campo de observação histórica.

Da mesma forma que a presença dos médicos acompanhou o ritmo e a expansão do café por todo Vale do Paraíba Fluminense, sua inserção na sociedade acompanhava a incorporação da ciência no cotidiano da população. Quanto mais os conhecimentos por eles apresentados fossem verificados, absorvidos e ressignificados nas atividades sociais

mais importantes, mais o seu trabalho seria requerido por ela. Assim, a valorização da ciência construída na sociedade, cujo conhecimento se mostrava útil e funcional, implicou também na crescente importância dada aos médicos à época.

Acompanhar atuação de um médico no interior da Província do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX, em meio ao enriquecimento e transformações físicas e culturais da região, não nos limita apenas a compreender como se deu esta construção do campo da saúde médico-científica no Vale do Paraíba Fluminense. Mas também desenha a construção de relações entre os atores que lá conviviam e as estruturas sociais, políticas e econômicas desta importante região para o Império brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. de. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica e Editora, 1989.

BELTRÃO, J. F. **Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará, 2004.

BORGES, M. F. e MARINHO, P. E. M. de M. Modernidade, ordem e civilização: a companhia Estrada de Ferro D. Pedro II no contexto da direção Saquarema. *In*: MUAZE, M.; SALLES, R. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

BRANDÃO, B. C., MATTOS, I. R.; CARVALHO, M. A. R. **A polícia e a força policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC, 1981. (Séria Estudos).

COELHO, J. A. Facultativos dos Partidos Municipais: cuidados médicos prestados aos doentes pobres nos conselhos e nos hospitais. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. 4., v. 15, 2014. **Anais [...]**. Belém: Editora Açaí: PPHIST-UFGA, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12164851/Facultativos_dos_Partidos_Municipais_cuidados_m%C3%A9dicos_prestados_aos_doentes_pobres_nos_concelhos_e_nos_hospitais. Acesso em: 31 ago. 2024.

CORBIN, A. Bastidores. *In*: PERROT, M. (org.). **História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, v. 4).

FIGUEIREDO, B. G. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

KNAUSS, P. **Apresentação**. *In*: LIMA, J. E. S. (org.). **A província Fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Serra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963. (Setores da Evolução Fluminense). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227286>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- MARQUESE, R. e TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília [DF]: INL, 1987. (Coleção Estudos Históricos).
- MUAZE, M. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: MUAZE, M.; SALLES, R. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- PROENÇA, A. T. de A. P. **Mande chamar o doutor!**: a presença dos médicos no Vale do Paraíba Fluminense (1840-1880). 2022. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_anne_thereza_proenca.pdf – Acesso: 31 ago. 2024.
- PROENÇA, A. T. de A. **Vida de médico no interior fluminense**: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880). 2017. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.pppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Anne_proenca.pdf – Acesso: 31 ago. 2024.
- SALLES, R. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SILVA, S. dos S. Memorialismo: Ficção, História, Literatura Revisão Teórico-Crítica. **Revista Entre Parênteses**, Minas Gerais, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entreparenteses/article/view/553> Acesso em: 31 ago. 2024.
- STEIN, S. J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**: com referencial especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em <http://old.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2024

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

SINDICALISMO COMERCÍARIO E REPOUSO DOMINICAL A ABERTURA DO COMÉRCIO CARIOCA AOS DOMINGOS E FERIADOS SOB A PERSPECTIVA DO JORNAL DO COMÉRCIO*

COMMERCIAL UNIONISM AND SUNDAY REST: THE OPENING OF CARIOCA TRADE ON SUNDAYS AND HOLYDAYS FROM THE PERSPECTIVE OF JORNAL DO COMÉRCIO (2000-2010)

Eliane Aparecida Silva^A

 <https://orcid.org/0000-0003-1918-0534>
Correspondência: eliane_silva@id.uff.br

Cezar Teixeira Honorato^B

 <https://orcid.org/0000-0003-4212-7395>
Correspondência: cezarhonorato@id.uff.br

^A Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

^B Professor Titular em História Econômica e Social do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.87161

Recebido em: 09 set. 2024 | **Aceito em:** 21 nov. 2024.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a questão da abertura do comércio carioca aos domingos e feriados, no período compreendido entre 2000 e 2010, suscitada pela relação pacífica entre as duas principais entidades ligadas ao setor: o Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) e o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ). A principal fonte que nos auxiliou foi o *Jornal do Comércio* (RJ), cujas publicações legitimaram o funcionamento do comércio carioca nos dias tradicionais de folga, bem como evidenciaram o consenso existente entre a entidade patronal e comerciária. A partir da análise desta fonte, constatamos que o noticioso deixou evidente sua posição favorável à abertura do comércio, além de defender com veemência o cumprimento das regras estabelecidas, através da Convenção Coletiva de Trabalho. Ao longo de suas edições, o periódico também mostrou a luta encabeçada pelos Comerciários de outros Estados pelo fechamento do comércio aos domingos. No que se refere às reivindicações da categoria comerciária direcionadas ao patronato, o jornal impresso lançou mão de notícias

* Este artigo constitui uma parte da discussão apresentada no segundo capítulo da minha Tese de Doutorado intitulada “EXPERIÊNCIA, POLÍTICA E TRABALHO PRECÁRIO: o sindicalismo comerciário de Teresina em questão (2000-2016)”, sob a orientação do prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato, que se beneficiou da Bolsa do Programa Doutorado Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Neste capítulo, discutimos a mobilização do Sindicato teresinense contra a extensão do horário de trabalho no comércio aos domingos e feriados, bem como a situação dos Comerciários do Rio de Janeiro. Diferente do que ocorreu em Teresina, na cidade carioca, houve a concordância entre a entidade patronal e sindical referente a esta questão.



relacionadas a abertura do comércio aos domingos e feriados e ao piso salarial. A reiteração dessas questões nesse veículo de divulgação nos indica que a extensão da jornada de trabalho e os baixos salários eram os principais problemas vivenciados no cotidiano desses trabalhadores. Pode ser compreendida, ainda, como um esforço do jornal de mostrar para o seu leitor que a classe patronal não estava alheia às demandas dos empregados no comércio.

Palavras-chave: comércio; domingos; feriados; Rio de Janeiro; Jornal do Comércio.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the issue of opening Rio's commerce on Sundays and holidays, in the period between 2000 and 2010, raised by the peaceful relationship between the two main entities linked to the sector: the Shopkeepers' Union of the Municipality of Rio de Janeiro (Sindilojas - Rio) and the Trade Employees Union of Rio de Janeiro (SEC-RJ). The main source that helped us was *Jornal do Comércio* (RJ), whose publications legitimized the opening of Rio's commerce on traditional days off, as well as highlighting the existing consensus between employers and businesses. From the analysis of this source, we found that the news made clear its position in favor of opening up trade, in addition to vehemently defending compliance with the rules established through the Collective Labor Agreement. Throughout its editions, the periodical also showed the struggle led by Traders from other States to close shops on Sundays. With regard to the demands of the commercial category directed at employers, the printed newspaper used news related to the opening of commerce on Sundays and holidays and the minimum wage. The reiteration of these issues in this publicity vehicle indicates that the length of the working day and low wages were the main problems experienced in the daily lives of these workers. It can also be understood as an effort by the newspaper to show its readers that the employer class was not oblivious to the demands of those employed in commerce.

Keywords: business; sundays; holidays; Rio de Janeiro; Jornal do Comércio.

1 INTRODUÇÃO

No período de 2000 a 2010, a imprensa periódica do Rio de Janeiro voltou sua atenção para a discussão acerca da autorização da abertura do comércio aos domingos e feriados, suscitada pela relação pacífica entre as duas principais entidades ligadas ao comércio carioca: o Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) e o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ)¹.

Neste contexto, a questão da regulamentação do horário de trabalho do comércio do Rio de Janeiro esteve constantemente presente nas matérias publicadas no *Jornal do*

¹Estes são os nomes oficiais dos dois Sindicatos. No decorrer do texto nos referimos a eles como são comumente conhecidos: Sindilojas e Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, respectivamente.

*Comércio*². A partir da análise desta fonte, constatamos que o noticioso deixou evidente a sua posição favorável a abertura do comércio nos dias tradicionais de folga. Além disso, defendia com veemência o cumprimento das regras estabelecidas, através da Convenção Coletiva de Trabalho, para que o funcionamento dos estabelecimentos ocorresse sem problemas.

O *Jornal do Comércio*, de caráter noticioso, possuía circulação diária e era composto por capas, cadernos especiais, colunas fixas assinadas e publicidade. Em suas páginas, abarcava conteúdos com uma variedade de temas e, em grande parte, acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais em nível local, nacional e internacional eram apresentados aos seus leitores. Na primeira página, encontramos o índice com a divisão das pautas de discussão do jornal: no “Caderno A”, eram noticiados assuntos voltados para a política e economia do País e do Rio, o comércio, a indústria, a saúde, o mundo e as tecnologias; o “Caderno B” trazia temas relacionados ao mercado financeiro, direito e justiça, negócios e, por fim, uma página intitulada *Jornal do Lojista*. Esta última foi a que buscamos para análise nesse estudo. Logo, detivemos a nossa atenção às matérias que discutiam o funcionamento do comércio do Rio de Janeiro aos domingos e feriados. Foi dada atenção também às notícias que evidenciavam a concordância entre a entidade patronal e comerciária referente a esta questão.

O *Jornal do Lojista* geralmente ficava na página cinco do “Caderno B”, era direcionado para os empresários donos de lojas e funcionava como instrumento de divulgação das estratégias adotadas para aumentar as vendas do comércio do Rio de Janeiro. Alguns temas discutidos nessa página referiam-se a dicas de abordagem e de atendimento personalizado ao cliente, planejamento financeiro, motivação de equipes de vendas, estratégias de *marketing*, empreendedorismo, dentre outros. No que tange ao funcionamento do comércio aos domingos e feriados, o editorial trazia dicas para os lojistas, especificamente, como fazer planejamentos anuais. Para isso, reforçava que esses dias eram momentos importantes para estimular as vendas e estabelecer metas de faturamento. Tais matérias ganharam destaque, ocupando um espaço significativo na parte superior dessa página, inclusive, eram ilustradas com fotos e tabelas explicativas.

O *Jornal do Lojista* possuía ainda uma coluna permanente denominada “*O que vai pelas associações*”, de caráter informativo. A coluna, muitas vezes, era direcionada aos comerciantes do setor varejista das diversas cidades cariocas e trazia avisos, em forma

² O acesso a este periódico se deu por meio da Hemeroteca Nacional que fica abrigada no *site* da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

pequenas notas, dos presidentes das Associações Comerciais do Rio de Janeiro, a destacar: eventos comemorativos, reuniões com membros do Governo, cursos oferecidos aos comerciários, reclamações a respeito da falta de segurança no comércio, falta de transporte para os comerciários e diferentes reivindicações envolvendo a classe patronal. Com relação ao funcionamento do comércio do Rio em dias tradicionais de folga, encontramos poucas notícias desse teor na referida coluna.

Outras informações variadas sobre a classe patronal e comerciária foram identificadas nessa página, como questões relativas a reajustes salariais, convocações para assembleias para a deliberação de propostas, divulgação de cerimônias com entrega de prêmios para lojistas e Comerciários e, finalmente, os acordos firmados entre o Sindilojas e o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro através das Convenções Coletivas de Trabalho. Como já citado, foi na página Jornal do Lojista que encontramos amiúde as notícias relacionadas ao funcionamento do comércio carioca aos domingos e feriados. Porém, na maioria nas edições, estas notícias não foram evidenciadas, situando-se na parte inferior da página do jornal.

No que se refere às reivindicações da categoria comerciária carioca direcionadas ao patronato, o jornal impresso lançou mão de notícias relacionadas a abertura do comércio aos domingos e feriados e ao piso salarial. A reiteração dessas questões nesse veículo de divulgação nos indica que a extensão da jornada de trabalho e os baixos salários eram os principais problemas vivenciados no cotidiano desses trabalhadores. Pode ser compreendida, ainda, como um esforço do jornal de mostrar para o seu leitor que a classe patronal não estava alheia às reivindicações dos empregados no comércio do Rio de Janeiro.

Tendo isso em vista, então, neste artigo analisamos a cobertura do *Jornal do Comércio*, de viés patronal, sobre o funcionamento do comércio carioca nos dias tradicionais de folga, no período entre 2000 e 2010, destacando a relação pacífica entre os sindicatos patronal e comerciária, as posições destas entidades quanto a essa questão, como também a influência da mídia na percepção pública acerca da abertura do comércio aos domingos e feriados.

2 “DOMINGO: DIA DE IR ÀS COMPRAS”: O COMÉRCIO CARIOCA E O DEBATE SOBRE A EXTENSÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Ao analisarmos as publicações do *Jornal do Comércio*, verificamos a presença farta dos termos “domingo” e “feriado” nos títulos das edições publicadas no período em análise. Durante os cinco primeiros anos, entre 2000 e 2005, encontramos corriqueiramente matérias sobre a autorização da abertura do comércio carioca aos domingos e feriados, chamando a atenção dos lojistas para a importância de cumprir as regras firmadas entre o Sindilojas e o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. Deprendemos, com isso, que o interesse dos editores do jornal era informar a classe patronal e reverberar os benefícios que a abertura das lojas traria não só para a economia da cidade mais também para os empregados do comércio.

No ano de 2000, excepcionalmente, houve um impasse para a definição sobre a abertura do comércio aos domingos e feriados. Isso porque os Comerciários estabeleceram como condição para um acordo com os lojistas o cumprimento das regras trabalhistas para trabalhar nestes dias (uma delas era não obrigar o funcionário a trabalhar mais de 44 horas semanais), além da antecipação da data base salarial. No primeiro momento, parte do empresariado discordou destas reivindicações e queriam fazer acordos apenas para os feriados. Com isso, ao longo desse ano, o comércio funcionou nesses dias somente nos casos em que houve concordância entre patrões e empregados com relação a definição de horas extras e descanso por meio de acordos coletivos. Portanto, o *Jornal do Comércio* noticiou que, após o Sindilojas e o Sindicato dos Comerciários entrarem em acordo, o comércio do Rio de Janeiro funcionou normalmente nos feriados. No início dos anos 2000, os lojistas de bairro não abriam, somente as lojas de grande porte e dos *shoppings* funcionavam aos domingos e feriados (*Jornal do Comércio*, 2000, p. B5).

Por conseguinte, a Convenção Coletiva de 2001 foi a que determinou o funcionamento do comércio carioca nos dias de folga. E, no decorrer dos anos seguintes, o acordo entre a classe patronal e comerciária se manteve sem conflitos aparentes. A esse propósito, no dia 12 de junho de 2001, o *Jornal do Comércio* publicou a matéria intitulada “Providências para abrir no feriado”, assinada por Sonilda Lima, detalhando quais os procedimentos deveriam ser tomados para a abertura das lojas nos feriados. Desta forma:

Os lojistas que desejam abrir a loja nesta quinta-feira, feriado de Corpus Christi, devem apressar-se em tomar as medidas necessárias para

garantir o funcionamento. Como em todos os feriados, é preciso comparecer ao Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio) e ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SEC-RJ) para formalizar o Termo de Adesão à Convenção Coletiva de Trabalho. O acordo, firmado entre o Sindilojas-Rio e o SEC-RJ, regulamenta o trabalho dos funcionários do comércio nos feriados. O Termo de Adesão só terá validade com o aval dos dois sindicatos. É preciso entregar os documentos necessários na sede das entidades e receber o Termo de Adesão com o carimbo de ambas. [...] Entre os documentos exigidos estão os comprovantes de contribuição confederativa e sindical patronal de 2001 e assistencial de 2000. Para abrir no feriado, o lojista deve concordar e cumprir com algumas normas conquistadas pelos comerciários: jornada máxima de seis horas, adicional por horas trabalhadas, ajuda de transporte e alimentação, além de remuneração como folga pelo dia trabalhado (*Jornal do Comércio*, 2001, p. B8).

A publicação reproduzida acima é bastante elucidativa, no que tange as regras que deveriam ser cumpridas pelos patrões a fim de viabilizar o funcionamento do comércio nos feriados. Notícias como essas se repetiram ao longo de outras edições do jornal e eram complementadas, por exemplo, com a divulgação de um quadro contendo os valores das taxas cobradas aos lojistas para a formalização do Termo de Adesão mencionado na citação. Os preços eram tabelados e variavam de acordo com a quantidade de empregados das duas entidades. Ademais, os lojistas associados ao Sindilojas que estavam em dia com as mensalidades tinham desconto no pagamento do documento de Adesão.

Algumas edições do jornal impresso alertavam que, caso houvesse o funcionamento irregular das lojas do Rio de Janeiro aos domingos e feriados, além da multa por empregado feita pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), os lojistas estavam sujeitos a serem autuados e, até mesmo, responder junto ao Ministério do Trabalho.

Embora o *Jornal do Comércio* não tenha divulgado casos que julgava descumprimento de regras do patronato em relação ao funcionamento do comércio aos domingos e feriados, as suas matérias deram visibilidade à abertura das lojas no dia 15 de outubro, data em que é comemorado o Dia do Comerciário³. Nesta data, o fechamento das lojas era determinado por uma cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre as duas entidades sindicais. No entanto, alguns lojistas dispensavam os seus

³Conforme noticiou o *Jornal do Comércio*, a data oficial de comemoração do dia do Comerciário é 30 de outubro. Apesar desta data ser mantida como comemorativa da classe, há vários anos o feriado da categoria é realizado na terceira segunda-feira de outubro no Rio de Janeiro, a fim de evitar a proximidade com o dia de Finados, dia 2 de novembro. Ver: VINHA, Paula. Feriado, mas nem tanto. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 13, p. B5, 17 out. 2000; MORAES, Luciana de. Lojas abertas, apesar do feriado. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 12, p. B8, 16 out. 2001.

funcionários e abriam os seus estabelecimentos, com a justificativa de que o movimento nesse dia era bom. O Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro mostrou-se contrário a essa prática, mesmo quando somente o lojista trabalhava. No jornal, identificamos algumas notas de advertências do Sindicato com o intuito de alertar o patrão sobre o direito de folga dos empregados no comércio. Eram noticiadas também as fiscalizações empreendidas pelos Comerciários. Isso acabou gerando conflitos entre o Sindicato da categoria comerciária e a DRT, que autorizava a abertura no dia do Comerciário.

Na edição de 16 de outubro de 2002, o *Jornal do Comércio* publicou uma matéria de destaque na página do Jornal do Lojista, “Para abrir a loja no dia do Comerciário” (*Jornal do Comércio*, 2002, p. B11), na qual teceu críticas aos representantes do Sindicato dos Comerciários do Rio por aplicar multas aos donos das lojas que abriam nesse feriado. Na publicação, o jornal declarou categoricamente o seu apoio aos lojistas, ao classificar as fiscalizações empreendidas pelo Sindicato como arbitrárias, defendia que apenas a DRT tinha competência exclusiva para tal e as multas aplicadas pelo Sindicato deveriam ser ignoradas, cabendo a este apenas fazer a denúncia. Embora o Sindilojas, de modo similar aos Comerciários, orientava pelo fechamento do comércio, não interferiam diretamente nessa questão, alegando que as leis federal e municipal permitiam o funcionamento normal nos feriados.

No ano de 2002, com a renovação por mais dois anos da Convenção Coletiva de Trabalho acordada entre as duas entidades, permaneceu a autorização do funcionamento do comércio aos domingos e feriados no Rio de Janeiro. Com isso, “ficou acertado que a jornada de trabalho aos domingos deveria acontecer em turno de seis horas, sem possibilidade de prorrogação. O funcionário teria direito à folga na semana seguinte ao dia trabalhado, além de receber remuneração adicional de 100% sobre as horas em serviço” (*Jornal do Comércio*, 2002, p. B8). Caso os lojistas não cumprissem as normas deste acordo, o comerciário prejudicado teria direito de receber os valores em atraso.

Portanto, conforme reforçado nas matérias do periódico, desde que os empregados do comércio tivessem os seus direitos garantidos, o comércio continuava autorizado a funcionar normalmente. No que se refere ao pagamento do adicional por hora trabalhada, inicialmente, houve resistência da classe patronal. Esta chegou a pleitear uma redução de cinquenta por cento, com a justificativa de que a abertura do comércio aos domingos implicaria em muitos custos. Porém, os lojistas não obtiveram êxito, devido ao acordo firmado entre os dois Sindicatos. E, com o intuito de garantir os seus lucros, continuaram

a estimular as vendas e estabelecer metas de faturamento aos empregados do comércio durante o trabalho aos domingos.

No ano de 2003, houve uma grande movimentação em torno da regulamentação do horário de trabalho do comércio, não só no Rio de Janeiro como em outras cidades do País. Deste modo, identificamos matérias mais extensas sobre a abertura do comércio aos domingos e feriados na imprensa periódica carioca. Esta dedicou algumas de suas páginas para debater, sobretudo, a luta dos Comerciários de outros Estados pelo repouso dominical. As matérias relacionadas a essa questão ganharam maior atenção à medida que surgiram protestos contra essa prática.

À exceção dos Comerciários do município do Rio de Janeiro, onde continuava a liberação para o funcionamento do comércio nos dias de folga sem que houvesse confrontos entre a entidade patronal e comerciária, em virtude dos acordos coletivos, os Comerciários de Petrópolis, região metropolitana do Rio, não aceitaram a iniciativa de abrir o comércio na Rua Teresa. Esta ação gerou desentendimentos entre os lojistas e os representantes do Sindicato dos Empregados do Comércio de Petrópolis. Apesar do fracasso nas negociações entre as duas entidades, em 18 de outubro de 2003, o *Jornal do Comércio* noticiou o movimento de abertura do comércio da Rua Teresa aos domingos e feriados, fato que causou o protesto nas ruas de cerca de 600 comerciários em defesa do fechamento (*Jornal do Comércio*, 2003, p. B7).

A edição de 25 de outubro de 2003 do noticioso evidenciou a divergência com a publicação da matéria “Abrir aos domingos volta ao debate”, anunciando:

Mais um *round* da antiga briga entre comerciários e comerciantes em relação à abertura do comércio aos domingos. Com a recente decisão dos lojistas da Rua Teresa, em Petrópolis, de funcionar durante todo o final de semana, os ânimos se acirraram. Enquanto os empregados alegam que os lojistas querem abrir aos domingos, mas não pretendem contratar mais mão-de-obra, os comerciantes afirmam que estão amparados pela lei federal 10.101/2000, que permite o funcionamento aos domingos, desde que os trabalhadores tenham direito às horas extras e à folga semanal (*Jornal do Comércio*, 2003, p. B7).

O trecho transcrito do jornal reforça a posição defendida pelo patronato de que o funcionamento do comércio nos dias de folga seria benéfico para os empregados do comércio, pois receberiam hora extra adicional e teriam direito à folga semanal, conforme a lei citada que permitiu os estabelecimentos comerciais tornassem obrigatório o trabalho aos domingos. Em contrapartida, o Sindicato da categoria denunciava na imprensa que

tais direitos não estavam sendo cumpridos pelos patrões. Outro argumento bastante utilizado, de que o aumento do faturamento das lojas implicaria em novos empregos, era o principal ponto contestado pela entidade comerciária de Petrópolis.

Posteriormente, o periódico divulgou uma pesquisa feita pelo Sindicato do Comércio Varejista de Petrópolis entre comerciantes, comerciários e consumidores do centro da cidade sobre a abertura do comércio aos domingos na região serrana do Rio de Janeiro. Tal pesquisa é significativa para compreendermos os embates travados entre lojistas e Comerciários de Petrópolis, deixando evidente a posição destes com relação ao repouso dominical e o desconhecimento de uma grande parcela dos trabalhadores empregados do comércio dos seus direitos garantidos ao trabalhar nesse dia. Desta forma:

Realizado pelo Instituto Fecomércio de Pesquisa (Ifec-RJ), o levantamento ouviu 1.199 pessoas e trouxe conclusões importantes como: 53,03% dos empresários que abririam as suas lojas aos domingos afirmam que essa questão favoreceria a economia da cidade; 58,04% desses mesmos empresários afirmam que contratariam novos empregados. A pesquisa do Ifec-RJ feita com empresários mostrou que 30,56% dos entrevistados concordam em abrir suas lojas em vésperas de datas comemorativas, como dia das mães e natal, 29,55% gostariam de abrir suas lojas em todos os domingos, sem exceção, e 39,65% dos comerciantes não desejam abrir suas lojas aos domingos. Entre os comerciários, a opinião é contrária à abertura das lojas, conforme declaração de 61,60% dos entrevistados. Porém, 42,91% dos trabalhadores declararam que não têm conhecimento de que teriam direito a benefícios como 100% de hora extra, folga compensatória durante a semana, garantia de um domingo de descanso por mês, além de vale transporte e lanche no valor de R\$ 6 (Jornal do Comércio, 2006, p. B9).

Apesar dos constantes protestos e manifestações dos Comerciários noticiados na imprensa, o movimento de abertura aos domingos e feriados que, em um primeiro momento era facultativo, acabou tendo adesão total pelos empresários de Petrópolis com o passar dos anos.

É perceptível que, nesse momento, o tom de conciliação presente nos discursos do jornal foi deixado de lado e passou a ser divulgado a articulação dos Comerciários, exceto os cariocas, com o movimento dos trabalhadores nacionais para reivindicar a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos.

Assim, no decorrer do ano de 2003, foi noticiado o encontro dos representantes do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e Distrito Federal com o então ministro do

Trabalho, Jacques Wagner⁴. *O Jornal do Comércio* divulgou sobre tal organização no dia 15 de julho de 2003, ao publicar a matéria “Comerciário quer mudar legislação aos domingos”, destacando que:

Os comerciários de todo o País querem que o comércio seja fechado aos domingos. As principais lideranças do segmento foram ontem ao ministro do trabalho, Jacques Wagner, denunciar abusos que estariam sendo cometidos pelos patrões e pedir a revogação, por meio de medida provisória, da legislação em vigor, que permite às lojas tomar a decisão unilateral de abrir as portas aos domingos. Segundo a assessoria do ministro, Jacques Wagner se comprometeu a procurar o lado patronal para abrir negociação sobre o funcionamento do comércio aos domingos. Durante reunião com sindicalistas, o ministro disse que tem intenção de modificar a legislação, uma vez que um dos lados não está satisfeito (*Jornal do Comércio*, 2003, p. A2).

Ao longo de outras edições, o jornal carioca mostrou a luta encabeçada pelos Comerciários de outros Estados pelo fechamento do comércio aos domingos. A imprensa evidenciou a participação do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, considerado um dos maiores do País, em diversas manifestações contra o que era chamado por eles de “trabalho escravo”, mais precisamente as suas reivindicações relativas a folgas e remunerações pelo trabalho obrigatório dos comerciários aos domingos (*Jornal do Comércio*, 2003, p. A4).

O sindicalismo comerciário de São Paulo foi objeto de estudo de Patrícia Vieira Trópia (1994; 2000). Ao analisar a luta e organização no plano sindical, ela destaca o apoliticismo e a rejeição à prática reivindicatória como características principais desta entidade, devido ao não ativismo grevista defendido pelas direções sindicais e sua ausência nas paralisações. Neste contexto, a luta dos Comerciários de São Paulo pelo repouso dominical também foi discutida por Trópia. Segundo esta autora, até o final da década de 1990, assistiu-se a luta dos Comerciários de São Paulo contra a abertura do comércio aos domingos. Ela ressalta que “os comerciários têm usado de práticas sindicais pacíficas, como campanhas nos jornais do sindicato, batalhas jurídicas, cartas e pressão aos membros do executivo e atos religiosos” (Trópia, 2000, p. 87). Entretanto, as campanhas não eram organizadas junto com a categoria e limitava-se a aspectos

⁴Jacques Wagner nasceu no Rio de Janeiro, em 1951, porém construiu sua carreira política em Salvador. Atuou no movimento sindical e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Bahia em 1980. Ele foi nomeado Ministro do Trabalho no primeiro governo do ex-presidente Lula (2003-2006). Disponível em: <https://pt.org.br/jaques-wagner>. Acesso em: 05 jun. 2024.

específicos, pois eram restritas à profissão e, segundo destaca a autora, isso favoreceu a despolitização e a desorganização da classe.

O estudo Trópia (1994; 2000) ajuda-nos a refletir sobre a atuação do Sindicato dos Comerciários de São Paulo anunciada nas matérias do *Jornal do Comércio* e o seu movimento pelo fechamento do comércio aos domingos e feriados. Podemos considerar que existem similitudes, quanto ao perfil burguês, e diferenças, quanto às estratégias de ação, entre os Comerciários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Concordamos com a autora, que ressalta as semelhanças entre a entidade carioca e paulista, ao apontar para a existência de um conservadorismo inerente à ação da categoria comerciária e sua posição de classe.

No Rio de Janeiro, novamente com o interesse de reforçar a importância do funcionamento do comércio carioca aos domingos, em setembro de 2004, o Sindilojas divulgou uma matéria no jornal intitulada “Domingo: dia de ir às compras”, frisando que:

Enquanto no restante do país, principalmente nas capitais, a abertura das lojas aos domingos e feriados exige negociações a cada fim de semana, no Rio, há mais de quatro anos, virou uma rotina tranquila e bem-sucedida. Um exemplo para todo o País. Isto por que desde 2000 vigora uma Convenção Coletiva de Trabalho assinada pelo Sindilojas-Rio e pelo Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro (SEC-RJ) que autoriza e regulamenta o trabalho aos domingos. Reeditada pela terceira vez, a Convenção tem validade até 2006. Não é a toa que o domingo se tornou o melhor ou segundo melhor, depois do sábado, dia da semana em faturamento para a maioria dos lojistas. Fruto do entendimento entre lojistas e comerciários, as sucessivas normas coletivas e a legislação municipal, que permite o funcionamento das lojas 24 horas em todos os dias do ano, têm garantido às famílias cariocas o conforto de ir às compras aos domingos. Por outro lado, graças às negociações com o Sindicato dos Comerciários, o custo/hora da abertura das lojas aos domingos vem sendo reduzido, contribuindo para a viabilidade financeira da abertura das lojas e para a manutenção e criação de novos empregos no comércio (*Jornal do Comércio*, 2004, p. A10).

A matéria citada mostra, de forma clara, que o Sindilojas tinha no *Jornal do Comércio* um espaço privilegiado de divulgação da abertura do comércio carioca aos domingos. O argumento reiterado de que era o melhor dia para os lojistas lucrarem, para os clientes fazerem compras e os discursos sobre a relação harmoniosa entre as duas entidades são indícios desta assertiva.

Vale ressaltar que, nas páginas do *Jornal do Comércio*, encontramos uma série de matérias que evidenciavam a atuação do Sindilojas, considerado o sindicato patronal com o maior número de associados do País (cerca de oito mil empresas associadas

naquela época). Ao longo da segunda metade da década de 2000, esta entidade ganhou um espaço maior e apareceu com mais frequência no jornal. Os avisos sobre o funcionamento do comércio aos domingos e feriados, principalmente, nos shopping centers era um dos assuntos mais contemplados na coluna informativa abrigada nas páginas do periódico. Neste espaço, a entidade anunciava também as assembleias (momento em que seriam discutidas as Campanhas Salariais e Convenções Coletivas de Trabalho), os serviços oferecidos aos comerciantes e comerciários⁵, palestras, confraternizações, posses de diretorias, advertências dos prazos de pagamento das contribuições sindicais e tirava dúvidas dos lojistas e empregados do comércio do Rio de Janeiro. Mais ainda, reafirmava a relação pacífica com o Sindicato dos Comerciários⁶.

Em contrapartida, a atuação sindical dos Comerciários, cuja categoria somava 300 mil no Rio de Janeiro, quase não foi contemplada nas páginas do referido jornal. As notícias envolvendo os Comerciários limitavam-se aos acordos coletivos firmados com a classe patronal e, em menor medida, as reclamações pelo não cumprimento das regras de funcionamento do comércio aos domingos e feriados. Conforme destacamos, em alguns momentos, os representantes deste Sindicato foram alvos de críticas dos editores do jornal, ao empreender fiscalizações e aplicar multas aos lojistas que abriam no feriado do Dia do Comerciário.

Nesse sentido, sob o argumento de que o movimento sindical brasileiro vivenciava uma crise, o *Jornal do Comércio* criticou alguns líderes sindicais devido à sua falta de representatividade, por estarem voltados para atividades político-partidárias e distantes dos reais interesses da classe trabalhadora, bem como por permanecerem nas direções dos sindicatos por um longo período. Isto ocorreu na edição de sete de março de 2005, na matéria “Quer saber? Nem li o projeto, é balela”, que discutia a Reforma Sindical

⁵O jornal divulgou, por exemplo, a criação da Comissão de Conciliação Prévia (CCP) que funcionava na sede dos dois Sindicatos. Esta Comissão recebia as demandas propostas pelas duas entidades sindicais e era considerada um caminho mais ágil para mitigar os conflitos de natureza trabalhista individual e coletiva envolvendo os empregadores e empregados do comércio, que deviam obrigatoriamente a ela ser submetidas antes da Justiça do Trabalho. No período analisado, foi noticiada a inauguração de três Comissões de Conciliação Prévia. Ver: COMERCIÁRIO investe na conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 278, p. B9, 02 set. 2000; LOJISTAS vão ter nova câmara de conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 102, p. B8, 23 fev. 2001.

⁶ Os acontecimentos envolvendo o sindicato patronal frequentemente contavam com a participação da classe e da categoria comerciária. Um exemplo é a notícia publicada no *Jornal do Comércio* sobre o evento chamado “Concurso de vitrines”, organizado pelas duas entidades, e que contou com o apoio deste jornal, com o intuito de homenagear as mães lojistas e comerciárias. Na solenidade, Sylvio Cunha, presidente do Sindilojas-Rio, destacou que “enquanto em outras classes de trabalhadores há inúmeras divergências entre empregados e patrões, no segmento varejista, lojista e comerciários estão em harmonia”. Ver: GALVÃO, Fernanda. Prêmios para as melhores vitrines, **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 188, p. B5, 19 mai. 2000.

proposta pelo governo Lula, quando estava no seu primeiro mandato, entre 2003 e 2006. O jornal aproveitou para tecer críticas aos líderes sindicais que perpetuavam no poder por décadas e que não deram a atenção devida ao assunto da Reforma. Nesta matéria, o principal alvo foi Luizant Mata Roma, presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, que ocupava o posto há 39 anos. Por meio de uma linguagem satírica, o noticioso criticava “o gosto pelo poder” deste líder sindical (Jornal do Comércio, 2005, p. 9A).

Luizant Mata Roma foi nomeado presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro no ano de 1966, por meio de intervenção do Ministério do Trabalho, e se manteve no cargo até a sua morte, em 2006. A partir deste momento, o Sindicato ficou sob a direção do seu filho, Otton Mata Roma, que permaneceu na diretoria até 2014. A gestão dos dois foi marcada por indícios de desvios, falhas de gestão e impostos não pagos. Outro elemento que chama atenção é que nesse período nenhum dos membros da diretoria eram, de fato, Comerciários. Tal situação levou a serem investigados e denunciados pelo Ministério Público do Trabalho. Com efeito, a diretoria foi destituída e, no ano de 2015, tomou posse uma nova diretoria eleita democraticamente⁷.

De acordo com Luís Henrique Gonçalves (2017)⁸, a gestão de Luizant Mata Roma foi marcada pela ampliação da rede assistencialista, sendo os benefícios restritos a um número reduzido de sócios responsáveis pelas sucessivas reeleições deste gestor. Diante disso, Mata Roma construiu uma narrativa em torno de si como um sindicalista benfeitor da categoria comerciária. E, apesar de manter os trabalhadores afastados das decisões do Sindicato, por meio da burocratização da sindicalização e das assembléias fantasmas, ele se apresentava como combativo ao enfrentamento com os patrões. Já sobre a gestão de Otton Mata Roma, o autor assim se expressa:

Com a morte do patriarca em 2006, seu filho Otton Mata Roma (que jamais foi comerciário) assume a presidência de um Sindicato

⁷ Ao acessar o histórico presente no *site* do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, foi possível traçar brevemente o perfil e a gestão sindical dos Mata Roma. Disponível em: <https://secrj.org.br/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

⁸ Neste estudo sobre o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, Gonçalves (2017) discute as dinâmicas de comunicação, por meio das redes sociais, e a consciência dos comerciários cariocas de sua situação de classe. Para tanto, faz uma discussão sobre a sua organização sindical, desde o início, ainda no século XIX, até as últimas eleições realizadas no Sindicato e a respectiva posse da nova diretoria, em 2015. Ver: GONÇALVES, Luís H. N. **Comunicação sindical e condição de classe: expressão da consciência e diálogo nas redes sociais do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

deformado pela ditadura, mas que sobreviveu dessa forma mesmo após o surgimento do chamado “Novo Sindicalismo” e dos governos petistas. Otton seguiu, com muito menos habilidades, os passos intersindicais do pai, tornando-se diretor de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT) tendo, inclusive, representado o Brasil em Congresso da OIT em 2013. Entretanto, diferente de Luizant, Otton e sua diretoria optaram por dilapidar o Sindicato de forma acintosa. Nos anos seguintes, o Sindicato fechou as delegacias sindicais da Tijuca, Méier, Madureira e Largo de São Francisco e os restaurantes destas duas últimas, bem como o do Barra Shopping. O serviço médico reduziu-se drasticamente (Gonçalves, 2017, p. 99-100).

Como se vê, durante a sua permanência na direção do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, esse líder sindical chegou a galgar cargos importantes de representação dos trabalhadores. Isso foi possibilitado pelo seu alinhamento com o empresariado, ao mesmo tempo em que foi responsável pela crise econômica do Sindicato e que afetou sobremaneira a categoria comerciária.

No *Jornal do Comércio*, identificamos uma publicação intitulada “A necessidade de medidas ousadas em busca de mais renda e emprego” de autoria de Otton Mata Roma, quando era vice-presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, na qual apresentou uma proposta para que o comércio em áreas muito movimentadas, como o Saara (Sociedade dos Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega) passasse a funcionar vinte e quatro horas por dia, com quatro turnos de trabalho de seis horas, com a justificativa de que isso traria mais oportunidades de emprego para o setor comerciário. O dirigente sindical destacou a importância do apoio político, da população e dos empresários; além do conforto, propiciado com a instalação de salas de cinema, teatros, museus, praças de alimentação e de um eficiente sistema de segurança existentes nos *shoppings* como atrativos para garantir tamanha mudança (*Jornal do Comércio*, 2002, p. A18). Nessa matéria, assinada pelo representante dos comerciários cariocas, apesar de expor sua opinião em defesa do emprego e da renda, não há qualquer referência aos direitos trabalhistas que deveriam ser garantidos aos empregados do comércio com a extensão do horário de trabalho, ante ousado projeto.

O desemprego crescente no comércio do Rio de Janeiro foi um dos assuntos mais presentes nos discursos de Otton Roma nas páginas do *Jornal do Comércio*. Em março de 2004, uma manifestação organizada pela Força Sindical em diversos Estados brasileiros para marcar o Dia Nacional de Luta Contra o Desemprego reuniu no Rio cerca de dois mil trabalhadores na Cinelândia e contou com a participação dos Comerciários. Na ocasião, Roma teceu considerações sobre o desemprego no setor do comércio,

apontando um panorama elevado de demissões. Segundo ele, “desde janeiro de 2004, o sindicato tem homologado, em média, aproximadamente 750 demissões por dia. No ano passado, 35 mil perderam o emprego no setor” (*Jornal do Comércio*, 2004, p. A2). Na publicação, outra vez, Roma defendeu a extensão do horário de trabalho do comércio carioca.

No ano de 2005, a polêmica sobre o fechamento do comércio no Dia do Comerciário voltou a ocupar espaço nas páginas do *Jornal do Comércio*. Na edição dos dias 15 e 16 de outubro, a reportagem sobre este feriado tornou-se o foco central de atenção tomando uma página inteira do periódico. Novamente, o jornal mostrou apoio aos comerciantes e teceu críticas aos representantes do Sindicato dos Comerciários por não fechar acordo com o Sindilojas. Mais que isso, mostrou o descontentamento deles em virtude dos comerciários folgarem nesse dia:

Prejuízo à vista. É assim que os comerciantes do Rio encaram o feriado do Dia do Comerciário, comemorado nesta segunda-feira, dia 17. O feriado é móvel, sempre na terceira segunda-feira de outubro. Se, em São Paulo e Brasília, o comércio funcionará normalmente, lojas de shoppings e de rua do Rio não abrem suas portas e perdem mais um dia de vendas, ainda mais em uma época tão recheada de feriados e já próxima de festas de final de ano. [...] Para o presidente do Saara, Ênio Bittencourt, o excesso de feriados não ajuda donos, vendedores nem clientes. “Já temos o Dia do Trabalho que é uma folga para todos os trabalhadores. Para que um dia específico para os comerciários? Não há necessidade. Toda profissão tem uma data comemorativa, mas seus profissionais não ganham folga por isso”, diz Bittencourt. Um prejuízo que não acaba sendo só do comércio. “O governo também perde dinheiro. Um dia a menos de vendas, um dia a menos de arrecadação para o impórtio de renda”, esclarece (*Jornal do Comércio*, 2005, p. B10).

Nesta citação, é clara a insatisfação dos lojistas que alegavam o prejuízo, devido à queda no ritmo de vendas, causado pelo fechamento do comércio em um período de grande circulação. Para eles, outras cidades estavam à frente do Rio de Janeiro pelo fato do comércio funcionar regularmente nesse feriado, como sugere o trecho da publicação. Na mesma página dessa edição, foi divulgada outra matéria reforçando que “o Dia do Comerciário vai ser comemorado com muito trabalho por todos que vivem do comércio em São Paulo. Festas e homenagens a parte, o varejo da maior cidade do País não quer saber de parar e vai funcionar na segunda-feira normalmente” (*Jornal do Comércio*, 2005, p. B10).

A despeito da extensão de horário de trabalho no comércio, na segunda metade dos anos 2000, foi divulgado que os *shoppings* centers do Rio de Janeiro passaram a funcionar durante vinte e quatro horas e até trinta seis horas ininterruptas nas vésperas das festividades de final de ano. Utilizando como argumento o êxito da experiência em anos anteriores, o jornal informou que vários *shoppings* cariocas aderiram a extensão do horário nesse período e que as suas administrações tiveram a assessoria da gerência jurídica do sindicato patronal se comprometendo a oferecer ceia, café da manhã e sorteio de brindes aos comerciários. Tal medida foi garantida, mais uma vez, pelo acordo firmado entre o Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro e o Sindilojas. Sobre os termos elaborados pelas duas entidades, não foram especificados quais vantagens trabalhistas foram concedidas aos comerciários⁹.

No ano de 2008, por meio de um aviso informativo feito pelo Sindilojas-Rio, o *Jornal do Comércio* divulgou a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho firmada o Sindicato dos Comerciários referente ao trabalho no comércio carioca aos domingos e feriados. De acordo com a nota, o acordo teria validade até 28 de março de 2010. Assim, as lojas que firmaram acordo com as duas entidades continuaram a funcionar aos domingos e feriados normalmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura e análise das matérias publicadas no *Jornal do Comércio*, concluímos que as suas publicações tinham o propósito de legitimar a abertura do comércio aos domingos e feriados. Percebemos também que o discurso conciliatório prevaleceu, na medida em que o periódico reiterou, em diversos momentos, o consenso existente entre a entidade patronal e comerciária, cuja negociação se dava por meio de acordos e convenções coletivas. Outro ponto que deve ser destacado refere-se à linha editorial do jornal que, definido de acordo com os interesses de empresários, deu visibilidade às notícias relacionadas ao Sindilojas, representante da classe patronal.

Por outro lado, são escassas as matérias que contemplavam a atuação sindical dos Comerciários do Rio de Janeiro, as quais ficaram restritas aos acordos coletivos firmados

⁹Os *shoppings* que aderiram a extensão de horário foram: Nova América, RioSul, Carioca *Shopping*, Barra *Shopping*, *New York Center* e Norte *Shopping*. SINDILOJAS-RIO. *Shoppings* abertos 32 horas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 69, p. A16, 24 e 25 dez. 2005.

com o patronato. Isto posto, com relação aos Comerciários, nas publicações não identificamos a sua relação com a base, estratégias de luta, relatos de greves tampouco denúncias de irregularidades nas condições de trabalho e salariais, exceto raras notícias sobre reajustes salariais e o não cumprimento das regras de funcionamento do comércio aos domingos e feriados, quanto ao pagamento de horas extras e repouso semanal.

No estudo sobre o sindicalismo comerciário carioca, portanto, constatamos que a aproximação entre os sindicatos patronal e laboral favoreceu a legitimação dos acordos coletivos firmados entre ambos, evitando conflitos aparentes.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Gisela. Para abrir a loja no dia do Comerciário. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 14, p. B11, 16 out. 2002. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BARRETO, Thiene. Abrir aos domingos volta ao debate. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 22, p. B7, 25 out. 2003. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BECK, Márcio. Manifestação da Força Sindical no Rio reúne 2 mil. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 145, p. A2, 25 mar. 2004. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BOTTINO, Daniela. Comerciantes do Rio reclamam de feriado nesta segunda-feira. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 12, p. B10, 15 e 16 out. 2005. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CARNEIRO, Mariana. Lojas da Rua Teresa abrirão aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 16, p. B7, 18 out. 2003. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

COMERCIÁRIO investe na conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 278, p. B9, 02 set. 2000. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

COMERCIÁRIO quer mudar legislação aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 236, p. A2, 15 jul. 2003. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

DOMINGO: dia de ir às compras. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 287, p. A10, 13 set. 2004. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

EM SÃO PAULO, comerciários trabalham. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 12, p. B10, 15 e 16 out. 2005. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GALVÃO, Fernanda. Feriados sem consenso. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 102, p. B5, 05 fev. 2000. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GALVÃO, Fernanda. Prêmios para as melhores vitrines. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIII, n. 188, p. B5, 19 mai. 2000. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

GOMES, André Procópio. **A cidade e o shopping: do mundo da via expressa aos processos de gentrificação em Blumenau-SC (1990-2000)**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3655093. Acesso em: 12 jul. 2024.

GONÇALVES, Luis H. do N. **Comunicação sindical e condição de classe: expressão da consciência e diálogo nas redes sociais do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Author/Home?author=%22Lu%C3%ADs+Henrique%22&type=Author&page=2>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LIMA, Sonilda Providências para abrir no feriado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 208, p. B8, 12 jun. 2001. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LOJISTAS vão ter nova câmara de conciliação. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 102, p. B8, 23 fev. 2001. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MORAES, Luciana de. Lojas abertas, apesar do feriado. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 12, p. B8, 16 out. 2001. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

O QUE vai pelas associações. Petrópolis (RJ). **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 255, p. B9, 09 ago. 2006. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PROTESTO em São Paulo contra o trabalho aos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVII, n. 51, p. A4, 28 nov. 2003. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Site**. Governantes e parlamentares: Jacques Wagner. Disponível em: <https://pt.org.br/jaques-wagner>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SEC RJ. **Site**. Histórico do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://secrj.org.br/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

QUER saber? Nem li o projeto, é balela. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVIII, n. 126, p. 9A, 07 mar. 2005. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ROMA, Otton Mata. A necessidade de medidas ousadas em busca de mais renda e emprego. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXVI, n. 21, p. A18, 24 out. 2002. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINDICATO lança manifesto. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXV, n. 7, p. B8, 09 out. 2001. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINDICATOS decidem abertura do comércio. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXIV, n. 115, p. B14, 02 mar. 2010. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINDILOJAS-RIO. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXXI, n. 148, p. A15, 13, 14 e 15 jun. 2008. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINDILOJAS-RIO: comércio nos domingos. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano 168, n. 151, p. 7, 04 abr. 1995. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINDILOJAS-RIO. *Shoppings* abertos 32 horas. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIX, n. 69, p. A16, 24 e 25 dez. 2005. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SINDILOJAS-RIO renova acordo para domingo. **Jornal do Comércio**, ano CLXXV, n. 129, p. B8, 09 de mar. 2002. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical**: o caso dos comerciários de São Paulo. 1994. 187 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP30_50c361e8a078bb62f4f1e11b36c20c14. Acesso em: 12 ago. 2024.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Sindicalismo comerciário: retaguarda e conservadorismo político. **Cadernos AEL**, v. 7, n.12/13, 2000, p 75 - 112. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/issue/archive>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VINHA, Paula. Feriado, mas nem tanto. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, ano CLXXIV, n. 13, p. B5, 17 out. 2000. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

YOKOI, Yuki. Abrir domingo está mais barato. **Jornal do Comércio**, ano CLXXV, n. 238, p.B8, 18 de jul. 2002. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

UM OLHAR SOBRE A AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A LOOK AT AGRICULTURE IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Helga Restum Hissa^A

 <https://orcid.org/0000-0002-4410-5766>

Correspondência: helga.hissa@embrapa.br

Renato Linhares de Assis^B

 <https://orcid.org/0000-0003-4228-5166>

^A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Solos (EMBRAPA Solos), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^B Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia (EMBRAPA Agrobiologia), Seropédica, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.87096

Recebido em: 05 set. 2024 | **Aceito em:** 29 out. 2024.

RESUMO

As raízes históricas da agricultura do estado do Rio de Janeiro estão baseadas em monocultivos de exportação (cana-de-açúcar e café), associadas a barreiras naturais, como pequena dimensão territorial, topografia íngreme, clima e solos susceptíveis à erosão, que deixaram rastros de degradação e pobreza, resultando em esvaziamento e estagnação das áreas rurais. Além disso, o processo de modernização da agropecuária brasileira não fomentou o mesmo desenvolvimento no estado, levando à perda de competitividade no cenário nacional e contribuição inferior a 0,5% ao PIB estadual. Mas a agropecuária persiste, é diversificada e predominantemente praticada por agricultores familiares que se dedicam a bovinocultura de corte e leite, olericultura, cafeicultura, fruticultura e produção de ovos, mel e pescado. Na região Serrana, as produções de alface, tomate e couve-flor se destacam no abastecimento interno e na produção agrícola nacional, além de abarcar a segunda maior produção de flores do país. A cafeicultura no Noroeste Fluminense mostra ganhos crescentes de produtividade e faturamento, alavancados pela produção de cafés especiais. Considerando que a maioria das terras se encontra sob pastagens degradadas e que o estado detém o segundo maior PIB e mercado consumidor do país, é estratégico promover políticas que estimulem a produção de alimentos em bases sustentáveis, associada a outras atividades como turismo e artesanato. Além de fomentar a agricultura familiar local e garantir a soberania alimentar, a agricultura de base ecológica e sustentável contribui para manutenção dos serviços ecossistêmicos, mitigação das mudanças climáticas, segurança hídrica e conservação da biodiversidade do bioma Mata Atlântica.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; regiões fluminenses; sustentabilidade.



ABSTRACT

The historical roots of agriculture in the state of Rio de Janeiro based on export monocultures (sugar cane and coffee), associated with natural barriers, such as small territorial size, steep topography, climate and soils susceptible to erosion, have left traces of degradation and poverty, resulting in the emptying and stagnation of rural areas. Furthermore, the modernization process of Brazilian agriculture did not encourage the same development in the state, leading to a loss of competitiveness on national scene and a contribution of less than 0,5% to the state's GDP. But agriculture persists, is diverse and predominantly practiced by small farmers, dedicated to beef and dairy cattle farming, vegetable and fruit farming, coffee, honey, eggs and fish production. In Serrana region, lettuce, tomato and cauliflower production stands out in the domestic supply and national agricultural production, in addition to accounting for the second largest flower production in the country. Coffee farming in Northwest Fluminense shows increasing gains in productivity and revenue, leveraged by the production of specialty coffees. Considering that most of the land is under degraded pastures and that the state holds the second largest GDP and consumer market in the country, it is strategic to promote policies that encourage food production on a sustainable basis, associated with other activities such as tourism and crafts. In addition to promoting local family farming and ensuring food sovereignty, ecological and sustainable agriculture contributes to maintaining ecosystem services, mitigating climate change, improving water security and conserving biodiversity in the Atlantic Forest biome.

Keywords: rural development; regions of Rio de Janeiro; sustainability.

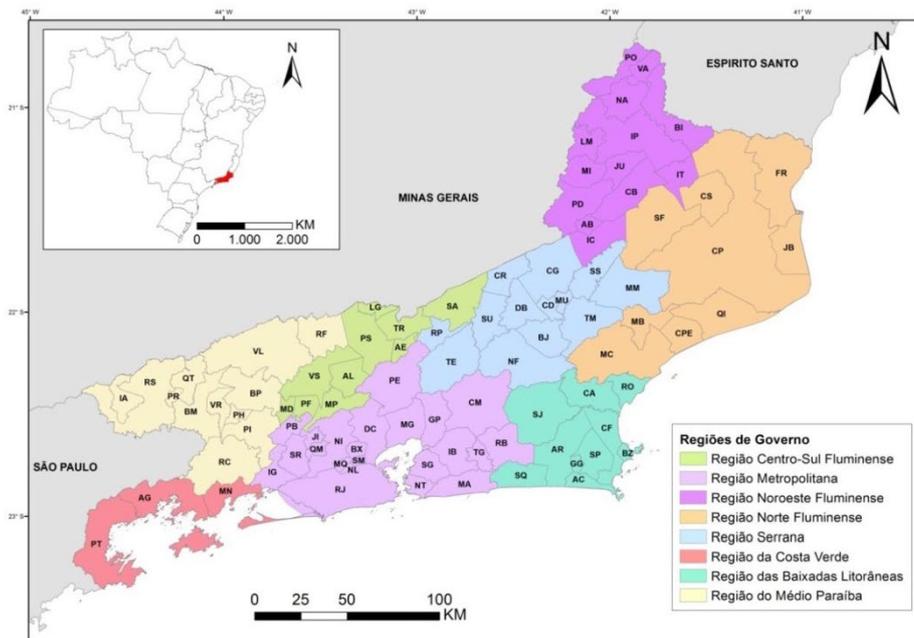
1 INTRODUÇÃO

Apesar de territorialmente pequeno, o estado do Rio de Janeiro é o terceiro em número de habitantes e um dos mais urbanizados e populosos do Brasil (CEPEA, 2021). Possui noventa e dois municípios distribuídos em oito regiões administrativas (Figura 1). A população é estimada em 17,2 milhões de habitantes, com 75,7% na região Metropolitana (CEPERJ, 2019), que recebe anualmente um contingente populacional flutuante de cerca de dois milhões de turistas, fazendo com que a cidade do Rio de Janeiro e seu entorno sejam um dos mercados consumidores mais atrativos da América do Sul (Nehren *et al.*, 2019).

Mesmo diante dessa oportunidade, a produção agropecuária estadual não é suficiente para abastecer esse mercado. A exceção de produtos como leite in natura, aves, pescados, café, tomate, algumas frutas e hortaliças, cuja produção interna consegue abastecer ao menos parcialmente, grande parte dos alimentos consumidos no RJ provêm de outros estados (CEPEA, 2013). A dependência externa de alimentos para o abastecimento do mercado fluminense é um problema antigo enfrentado desde o Brasil

Colônia. O modelo de agricultura enraizado em monocultivos de exportação alicerçou a produção agropecuária fluminense (Oliveira, 2019). Além da pequena dimensão territorial, a topografia íngreme predominante, solos suscetíveis a erosão, associado à conjuntura econômica, como valor elevado da terra, alto custo de produção e baixa remuneração aos agricultores, têm constituído barreiras para o desenvolvimento agrícola do estado nos últimos anos (Alentejano, 2005).

Figura 1- Localização e divisão regional do estado do Rio de Janeiro



Fonte: adaptado de CEPERJ (2019)

A elevada capacidade de consumo (IBGE, 2011) e a relativa baixa oferta de produtos da agropecuária estadual são indicações de que há espaços que precisam ser mais bem explorados (CEPEA, 2013). O fraco desempenho da produção primária da cana-de-açúcar (principal cultura em área cultivada) em terras propícias ao cultivo mecanizado de alimentos e produtos de maior valor agregado indica a necessidade de reposicionamento estratégico do setor agropecuário fluminense. A ação deverá levar em consideração o planejamento sustentável do espaço rural, dentro de uma visão múltipla e integrada da paisagem, que perpassa as demandas do mercado, considerando, sobretudo, o perfil socioeconômico dos produtores rurais, além da potencialidade dos recursos disponíveis (naturais, financeiros, humanos), como vetores propulsores dessa mudança. Para tanto, conhecer a história e os ciclos de ocupação é essencial para a contextualização do desenvolvimento rural sustentável da agricultura no estado do Rio de Janeiro.

2 O SETOR AGROPECUÁRIO NO CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA FLUMINENSE

A história de ocupação das terras do estado do Rio de Janeiro se entrelaça com a própria história da colonização brasileira, passando pelos ciclos de exploração extrativista do pau-brasil, no século XVI, à agroindústria açucareira, a partir do século XVII, e à produção de café, iniciada no século XVIII (Nehren *et al.*, 2019).

A cana-de açúcar foi o primeiro cultivo agrícola de exportação introduzido no país, na primeira metade do século XVI. E, no Norte Fluminense a partir de meados do mesmo século. Porém, diante da resistência dos índios Goytacá à ocupação do território pelos colonos portugueses, a atividade canavieira só ganhou escala nos séculos XVII e XVIII, impulsionada pela queda da produção no Nordeste do Brasil (Paranhos, 2006). Expandiu-se nas Baixadas Campista e da Guanabara, estendendo-se ao longo de todo litoral leste brasileiro, até o Espírito Santo. O ápice da produção se deu no século XIX, movimentada pela força de trabalho escrava e a modernização dos engenhos, então a vapor, sustentando uma elite de forte influência política, econômica e social em torno da atividade açucareira (Paranhos, 2006; Soffiati Neto, 1996). A abolição da escravatura e a retração do preço do açúcar no mercado internacional impactaram diretamente a atividade canavieira fluminense. No século XX o principal polo produtor do Norte fluminense não acompanhou o processo de modernização desencadeado no país e, especialmente no último quartil do século em questão, foi perdendo competitividade para outros estados, principalmente São Paulo.

Com a crise do petróleo na década de 1970, a busca por combustíveis alternativos impulsionou a produção de álcool (etanol) biocombustível em substituição a gasolina. Nascia o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), que canalizou vultosos investimentos públicos subsidiando a produção primária e a indústria automobilística em torno do biocombustível. No caso fluminense, não acarretou melhorias tecnológicas ou aumento de produtividade em uma agroindústria pouco competitiva no cenário nacional. Com a descoberta e produção de petróleo na Bacia de Campos, a cadeia de óleo e gás se enraizou e se estabeleceu fortemente, reconfigurando a economia e a característica agrária do Norte Fluminense (Alentejano, 2005). O efeito de transbordo da produção petrolífera alavancou a evasão da população (rural e urbana) economicamente ativa dos municípios do interior em direção à oferta de melhores empregos e salários nas cidades de Campos dos Goitacazes e Macaé.

Já a produção cafeeira aportou no estado em 1760. O interesse mundialmente disseminado pelo consumo da bebida incentivou a expansão do cultivo no país. Na virada do século XIX, estabeleceram-se plantios em pequenas chácaras da então capital brasileira, nos arredores dos bairros de Laranjeiras, Gávea, Tijuca e Jacarepaguá, voltados ao consumo local (Martins, 2012). A partir dos anos 1820, os plantios se estenderam para as regiões do Vale do Paraíba do Sul fluminense, com condições climáticas mais amenas e solos mais favoráveis, viabilizando a atividade em escala comercial. Consolidava-se, então, a oligarquia cafeeira em terras fluminenses: os barões do café.

A rápida escalada da produção de café no Vale do Paraíba do Sul fluminense se deu, sobretudo, pelo aproveitamento dos recursos produtivos existentes, como mão de obra, caminhos e mulas, que se encontravam ociosos em virtude da decadência da atividade de extração mineral (Taunay, 1945 *apud* Oliveira, 2019).

Também importante, a disponibilidade de vastas terras ainda inexploradas, de boa fertilidade e relativamente próximas ao porto exportador do Rio de Janeiro, possibilitou níveis inéditos de produtividade e rentabilidade. Essas características oportunizaram uma produção excepcional nas primeiras safras e, em 1828, o Brasil já alcançava a posição de maior produtor mundial de café, sustentada pela produção fluminense. A rápida expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba do Sul do estado do Rio de Janeiro, ao longo de todo século XIX inseriu o Brasil no modelo de produção e consumo de massa (Marquese; Tomich, 2015).

Contudo, a produção baseada em técnicas insustentáveis, associado às condições de solos susceptíveis à erosão, relevo movimentado e clima chuvoso, desencadearam processos de degradação e perda da capacidade produtiva das terras. Esse fato, associado à crise global após a primeira Guerra Mundial, que derrubou os preços do café no mercado internacional, levaram o governo brasileiro, a estabelecer a política de erradicação de cafezais menos produtivos, como os do Vale do Paraíba do Sul fluminense, que gradativamente perdeu competitividade, deixando, ainda, um considerável passivo ambiental.

A geografia cafeeira fluminense então foi redirecionada para as regiões Noroeste e Serrana do estado, adequadas às exigências de altitude e clima para o cultivo cafeeiro. A região Serrana, especialmente em áreas de altitudes mais elevadas (acima de 1000 m), se consolidou também como polo turístico e de produção de hortigranjeiros para o abastecimento da população da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, favorecendo-se do clima mais ameno e da proximidade de um grande mercado. Enquanto

o Vale do Paraíba do Sul, então decadente economicamente, se reconfigurou com atividades industriais e pecuárias.

Alentejano (2005) aponta que a derrocada da oligarquia rural gerou uma mudança gradual, de uma economia essencialmente agrária, para outra industrial e imobiliária. Esse processo levou ao esvaziamento do campo e perda de pujança política, econômica e cultural do meio rural fluminense, associado a concentração da população em áreas urbanas. Deflagrou ainda ciclos de conflitos agrários ao longo da segunda metade do século XX em praticamente todas as regiões do estado, como estratégia de resistência de agricultores familiares à pobreza, êxodo e crescente urbanização e especulação imobiliária nas áreas rurais fluminenses (Alentejano, 2005).

A partir dos anos 1990, consolidou-se o quadro atual no estado do Rio de Janeiro de concentração da população (97%) no entorno das cidades. O rural permaneceu esvaziado, mas aos poucos foi revalorizado como opção de turismo, lazer e produção ecológica principalmente no entorno de áreas conservadas e preservadas (Alentejano, 2005; Marafon, 2006; CEPERJ, 2019; IBGE, 2019). Nos anos 2000, novas migrações foram puxadas pela reorientação espacial de investimentos em atividades industriais não agropecuárias, como o polo de petróleo e gás do Norte Fluminense, automobilístico na região Sul e turismo nas áreas litorâneas – Costa Verde e Baixadas Litorâneas – atraídos pela geração de emprego e negócios em torno das cadeias de valor (Medeiros Júnior, 2013; Silva, 2015).

3 A ATUAL AGROPECUÁRIA FLUMINENSE

Atualmente a contribuição e a influência da agropecuária na economia fluminense são pequenas se comparadas a outras atividades econômicas (CEPERJ, 2018). De acordo com o IBGE (2024), o Produto Interno Bruto (PIB) do RJ em 2021 foi da ordem de R\$950 milhões, o segundo maior do país. A maior parte (81,2%) da economia fluminense é alavancada pelo setor de comércio e serviços, seguido pela indústria e extração mineral, com 18,2 %. A série histórica sobre a estimativa do valor adicionado pela agropecuária ao PIB fluminense nos últimos 20 anos revela a baixa contribuição do setor na economia, entre 0,4% e 0,5% (Tabela 1). Estudos do CEPEA (2021), no entanto, sugerem que a contribuição pode chegar a 4% se o cálculo considerar outros componentes do setor, como o agroindustrial e o comercial.

Tabela 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) da Agropecuária do estado do Rio de Janeiro

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (mil R\$)			
Ano	total estadual	agropecuária	%
2002	184.310.915	964.335	0,523211010
2003	202.640.789	895.853	0,442089179
2004	241.206.738	1.259.499	0,522165761
2005	269.830.061	1.225.206	0,454065791
2006	299.738.183	1.250.671	0,417254481
2007	323.698.286	1.142.095	0,352827015
2008	378.285.800	1.349.516	0,356745085
2009	391.650.854	1.578.378	0,403006398
2010	449.858.101	1.534.564	0,341121789
2011	512.767.905	2.135.263	0,416419003
2012	574.884.973	2.366.835	0,411705839
2013	628.226.069	2.442.473	0,388788864
2014	671.076.844	2.841.309	0,423395476
2015	659.138.952	3.013.658	0,457211335
2016	640.401.206	3.077.081	0,480492693
2017	671.605.668	2.926.015	0,435674554
2018	758.859.047	2.966.697	0,390941771
2019	779.927.917	3.031.270	0,388660277
2020	753.823.711	3.694.433	0,490092438
2021	949.300.770	4.375.468	0,460914827

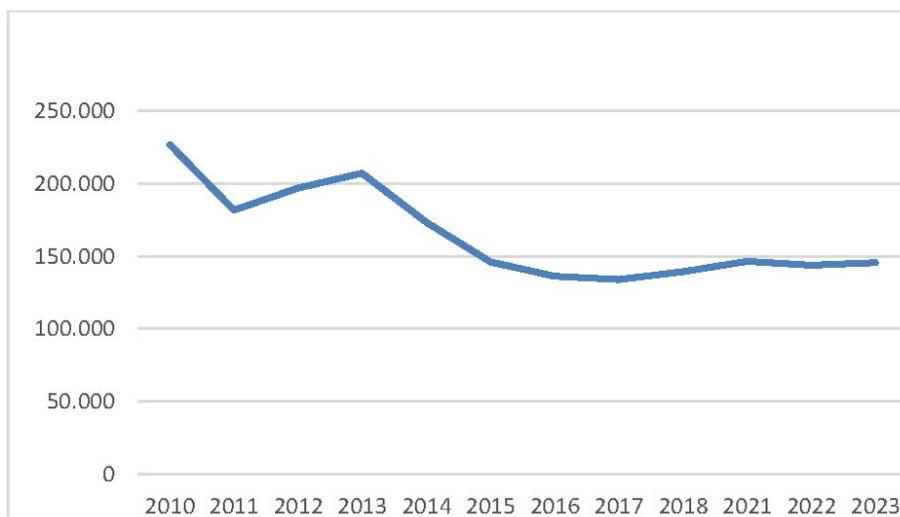
Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2024)

Por sua vez, o rol de culturas agrícolas e a ênfase em indicadores físicos da produção utilizados pelo Censo Agropecuário e as Pesquisas Municipais Agrícola e Pecuária não refletem a realidade fluminense. Culturas mais representativas, como as olerícolas folhosas, que em geral ocupam pequenas áreas e possuem alta rentabilidade, não são consideradas. Por outro lado, a análise avança pouco sobre o valor bruto da produção, um dos indicadores econômicos mais relevantes para o setor. Enquanto na pecuária, a análise conjunta de efetivos de rebanhos com características econômicas distintas também é considerada bastante inapropriada (Manzatto, 2022).

O Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola de 2010 a 2023 (EMATER-RIO, 2024) corrobora com as informações do Censo do IBGE (2019) sobre a redução da área e da produção agrícola observados na última década. Porém, a partir de 2015, mostra uma tendência de estabilização da área colhida e crescimento da produção (Figuras 2 e 3). Essa performance indica aumento de produtividade (27%) e de faturamento bruto (10%), sem expansão de área colhida, sugerindo reaquecimento da atividade agropecuária fluminense, em bases mais tecnificadas e eficientes (EMATER-

RIO, 2022). Esse resultado é fruto de ações governamentais como o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Rio de Janeiro (Programa Rio Rural), e políticas públicas que fortaleceram a infraestrutura produtiva, a assistência técnica e o conhecimento tecnológico, diversificando e ampliando a produção no estado (EMATER-RIO, 2018, 2019, 2020, 2022; Hissa, 2020).

Figura 2- Evolução da área agrícola total do RJ (ha)



Fonte: Elaborada a partir de EMATER-RIO (2024)

Figura 3- Evolução da produção agrícola total do RJ (t)



Fonte: Elaborada a partir de EMATER-RIO (2024)

Também descortina a diversidade de produtos, além das tradicionais commodities cultivadas no território estadual. Segundo EMATER-RIO (2022) são cultivados no RJ mais de 80 culturas agrícolas, que ocupam cerca de 145.000 hectares. A cana-de-açúcar, a mandioca e o café continuam ocupando a maior extensão de área, mas também são expressivos os cultivos de frutas e olerícolas (Tabela 2). Algumas dessas frutas e

olerícolas conseguem abastecer total ou parcialmente o mercado interno, contribuindo para a soberania e segurança alimentar da população estadual.

Além disso, a agropecuária é vetor de geração de emprego e renda nos municípios do interior (EMATER-RIO, 2020). O contingente de pessoas ocupadas diretamente na atividade primária é da ordem de 160 mil pessoas. Os 65 mil estabelecimentos agropecuários informados no Censo Agropecuário (IBGE, 2019) ocupam cerca de 2,4 milhões de hectares, com área média de 36 ha. Aproximadamente 86 % dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha e 92 % menos de 100 ha, configurando o predomínio de agricultura de pequena escala, com mais de 70% dos estabelecimentos (cerca de 43.000) classificados como agricultura familiar. A situação da posse da maior parte dos estabelecimentos agropecuários é de terras próprias (77%) e um contingente bem menor de terras em parceria (Silva; Marafon, 2017).

O faturamento bruto da atividade primária agropecuária fluminense alcança aproximadamente R\$6,6 bilhões ao ano, a maior parte proveniente da bovinocultura e olericultura. Em seguida, a fruticultura, a criação de pequenos animais, a floricultura e a produção de grãos, com destaque para a cafeicultura, foram as atividades que mais geraram riqueza no setor e canalizaram a maior parte dos recursos contratados em operações de crédito rural no ano de 2019 (EMATER-RIO, 2020).

Tabela 2 – Principais 25 culturas agrícolas em área colhida (ha) no estado do Rio de Janeiro

Culturas agrícolas	Área colhida (ha)
Cana de açúcar	62.306,71
Aipim	10.398,66
Café arábica	9.457,00
Abacaxi	5.771,20
Mandioca	5.061,55
Alface	5.015,26
Banana prata	4.370,41
Laranja	3.967,45
Banana nanica	2.484,56
Banana	2.256,77
Milho forrageiro	2.216,38
Café	1.730,25
Coco verde	1.619,63
Tomate	1.548,10
Milho verde	1.539,56
Quiabo	1.487,50
Tangerina poncã	1.485,20
Chuchu	1.251,06
Milho	1.232,51
Jiló	1.139,24
Abobrinha	1.099,90
Pimentão	1.025,66
Repolho	1.018,39
Goiaba	1.005,77
Couve flor	981,83
Sub total	131.470,55
Demais	13.797,30
Total	145.267,85

Fonte: Elaborada a partir de EMATER-RIO (2022)

A bovinocultura é a atividade pecuária mais abrangente e de maior faturamento (R\$1,3 bilhões). A pecuária de leite representa 53% desse faturamento e a de corte, 47%. Sua importância está na dinamização da economia de pequenos municípios do interior fluminense, perpassando os diferentes elos da cadeia produtiva, desde agroindústrias, organizações, sindicatos, profissionais e mais de 30.000 produtores, em sua maioria de pequeno e médio portes (EMATER-RIO, 2018). As regiões de maior destaque nesse setor são a região Norte, com a pecuária de corte, e as regiões Noroeste e Sul Fluminense, com a pecuária de leite.

A olericultura é a atividade de maior rentabilidade por área no RJ, tendo a produção alcançado um faturamento bruto de R\$1,15 bilhões em 2019, essencialmente

pela agricultura familiar. A região Serrana concentra a maior produção, com 65% do faturamento, especialmente de folhosas, adaptadas à condição local de clima mais ameno. O segundo maior faturamento encontra-se na região Metropolitana especializada na produção de olerícolas de raízes e tubérculos. Nas regiões Noroeste e Sul predominam as olerícolas de frutos, notadamente tomate, e na Norte destaca-se a produção de aipim, concentrada no município de São Francisco do Itabapoana (EMATER-RIO, 2020).

A região Serrana Fluminense é a quinta maior microrregião fornecedora de alface do país, com destaque para o município de Teresópolis, na sexta posição do ranking nacional (CONAB, 2018). A produção de tomate na microrregião de Nova Friburgo aparece na oitava posição, onde Sumidouro destaca-se como o principal município produtor do estado, e na décima primeira posição do ranking nacional. As microrregiões produtoras de hortigranjeiros nas regiões Serrana e Metropolitana se destacam por uma agricultura diversificada, mais moderna e competitiva, associada à produção familiar. Em contraponto, nas regiões Norte, Noroeste e Sul os índices de diversificação são mais baixos, principalmente onde predominam as produções de bovinos (carne e leite), cana-de-açúcar, forrageiras e café (Souza *et al.*, 2019).

A produção de frutas também é favorecida pelas condições de solo e clima do RJ, possibilitando a exploração especialmente de abacaxi, banana, citros, coco verde, goiaba e caqui, basicamente por agricultores familiares. A maior parte da produção concentra-se nas regiões Metropolitana (46%) e Norte (33%) (EMATER-RIO, 2020). Em 2022, a laranja da região de Tanguá, Rio Bonito, Itaboraí e Araruama conquistou a indicação geográfica, como selo de reconhecimento de características únicas como doçura, cor e suculência relacionadas a fatores ambientais, produtivos e culturais.

No grupo de grãos, o café é a principal cultura, respondendo por 94% do faturamento nesse segmento. O principal polo de produção encontra-se na região Noroeste, com maior expressão em Porciúncula e Varre Sai, que atualmente concentram mais de 80% da produção estadual de café, com cerca de 2.400 produtores. O café surge entre as 10 culturas que mais elevaram a produção agrícola do RJ entre 2015 e 2018 (EMATER RIO, 2016; 2020). Esse aumento revela esforços conjuntos de produtores e órgãos de pesquisa e extensão para mudar a imagem negativa do café fluminense (Paris, 2015). Também resulta de investimentos em infraestrutura produtiva do Programa Rio Rural para a produção de cafés especiais, de maior valor no mercado consumidor (Hissa, 2020).

A cadeia produtiva da floricultura fluminense representa o segundo maior polo de produção de flores do país, ficando atrás somente de São Paulo. A atividade envolve 924 produtores, sendo a maior parte concentrada nas regiões Serrana (49%) e Metropolitana, principalmente com produção de flores e folhagens de corte, além de plantas de jardim e de vaso (EMATER-RIO, 2020). A produção de grama em placas, principalmente nas Baixadas Litorâneas, contribui com 20% do faturamento bruto.

A cana-de-açúcar ainda é o cultivo de maior extensão em área (53.378 ha), sendo destinada à produção agroindustrial de açúcar e álcool, seguida de uso para a alimentação animal, produção de cachaça e caldo (EMATER-RIO, 2020). O principal polo de produção agroindustrial canavieiro concentra-se no Norte Fluminense, com destaque para os municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana e Quissamã. Os plantios de cana forrageira se encontram dispersos na região Noroeste, enquanto a produção de cachaça se destaca na Costa Verde e em Valença, na região do Médio Paraíba. A produção de caldo está restrita à região Metropolitana. Apesar da importância cultural, a produtividade é baixa (45t/ha) e o parque agroindustrial pouco competitivo no cenário nacional. No Norte Fluminense também se destaca a produção de farinha de mandioca, no município de São Francisco de Itabapoana, onde está instalada a maior parte dos cultivos e da infraestrutura de processamento agroindustrial de farinha de mesa. A atividade envolve cerca de 3.000 ha e 573 produtores familiares (EMATER-RIO, 2020).

Apesar da pequena representatividade e escala de produção, em 2017 havia 5.547 produtores de pequenos e médios animais e 13.319 pescadores artesanais, envolvidos na produção, processamento e comercialização de carne de frango, suínos, rã, mel e derivados, ovos, peixes, camarões, mexilhões, escargot, minhocas e húmus, oriundos principalmente de áreas urbanas e periurbanas (EMATER-RIO, 2017).

É também importante destacar a participação da agricultura orgânica. Atualmente são 496 produtores e organizações sociais acreditados como orgânicos no estado do Rio de Janeiro, distribuídos em 47 municípios, mas concentrados principalmente nas regiões Metropolitana e Serrana (MAPA, 2024). Produzem produtos vegetais primários, principalmente frutas, olerícolas, plantas aromáticas e medicinais, grãos e cereais. Há ainda produção de cogumelos comestíveis e produtos de origem animal (aves, bovinos e caprinos), como leite, ovos, in natura ou processados como queijos e iogurte, além do processamento de farinhas, pães, biscoitos e compotas (MAPA, 2024). São comercializados em circuitos curtos como feiras locais, cestas entregues em domicílio, encomendadas via aplicativos ou e-mail, além de restaurantes e mercados varejistas locais

(Carvalho *et al.*, 2017). Destaca-se o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, criado em 2010, com 13 feiras espalhadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, faturamento anual estimado em R\$10 milhões e 1,2 toneladas de produtos comercializados (Siqueira *et al.*, 2019). Para a expansão de sistemas de produção orgânica, no entanto, desafios estruturais precisam ser superados, como assistência técnica especializada, comunicação e conscientização de consumidores, produção de insumos orgânicos e políticas públicas afirmativas (Fonseca, 2019).

Por fim, sem a pretensão de esgotar a análise de toda a cadeia de alimentos no estado do Rio de Janeiro, menciona-se o crescimento de agroindústrias fomentadas por incentivos fiscais e crédito subsidiado, as quais passaram a exercer papel relevante nas relações de mercado. Segundo FIRJAN (2012) existem 174 empresas do setor de agroindústrias processadoras de alimentos no RJ, sendo a grande maioria (91%) micro e pequenas, com destaque para os laticínios (11%), carnes (9%), café (6%), frutas e legumes (6%). No entanto, enfrentam problemas de gestão, profissionalização e apoio para adoção de boas práticas de fabricação, destinando os produtos em geral ao mercado regional e estadual (FIRJAN, 2012). De acordo com CEPEA (2021) as atividades agroindustriais têm importante papel na economia e deveriam ser agregadas ao cálculo do PIB do setor agropecuário.

4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AGROPECUÁRIA FLUMINENSE

A agricultura no estado do Rio de Janeiro é uma atividade predominantemente de pequena escala, sob um forte contraste entre o tradicional e o moderno (Marafon, 2006; Marafon; Seabra, 2016; Silva, 2017). Nesse contexto, o moderno relaciona-se a produtos mais valorizados no mercado e mais complexos e intensivos em tecnologia, como hortaliças, frutas e flores, cuja produção normalmente é integrada a outras atividades, como o turismo, artesanato, agroindústria e atividades não agrícolas (Netto, 2013; Marafon, 2006; Oliveira, 2019). Essa dinâmica ocorre principalmente nas regiões Serrana, Metropolitana e Centro-Sul Fluminense, embora as atividades não agrícolas ainda apresentem características rudimentares e requeiram maior profissionalização e organização dos agricultores.

A agricultura fluminense associada a atividades tradicionais, de baixo padrão tecnológico e reduzida eficiência, apresenta menor expressão econômica e baixa

competitividade no cenário nacional, como a bovinocultura de carne, leite, café e cana-de-açúcar. O baixo dinamismo dessas atividades é reflexo da descapitalização da agricultura familiar, da degradação das terras e do atraso tecnológico, situação que ocorre principalmente nas regiões Norte, Noroeste e Médio Paraíba (Souza *et al.*, 2019).

Sem dúvida, o maior desafio do setor agropecuário fluminense é a manutenção e expansão da produção em bases sustentáveis. Isso requer incentivos para recuperar a capacidade produtiva dos solos degradados e proteger os recursos hídricos, o que, em muitas situações, envolve práticas de elevado custo. O baixo valor agregado dos produtos agropecuários, bem como a invisibilidade dos serviços ambientais prestados pela agricultura, notadamente quando de base sustentável, dificulta financeiramente a implantação de práticas conservacionistas por agricultores familiares, requerendo necessariamente o apoio de políticas públicas.

Outro fator importante é a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. De 2008 a 2013 foram registrados quase 5.000 eventos de deslizamentos, 191 inundações bruscas e 647 inundações graduais, que atingiram 70 dos 92 municípios do estado (Silva, 2015). O episódio de maior magnitude ocorrido em janeiro de 2011 na Região Serrana, impactou a economia regional com um prejuízo de cerca de R\$ 5 bilhões. Destes, R\$220 milhões contabilizados por perdas na agricultura (BANCO MUNDIAL, 2012; Silva, 2015).

As mudanças climáticas têm sido apontadas como causa da maior frequência de episódios climáticos extremos (Marengo *et al.*, 2015). Além de baixa emissão de gases de efeito estufa (SEA RJ, 2017), o setor agropecuário é estratégico para a mitigação dos efeitos nocivos do clima. Ao incorporar práticas agrícolas que aumentam os estoques de carbono na paisagem, as áreas rurais – especialmente as degradadas – oferecem uma oportunidade aos setores mais poluentes de compensar suas emissões. Políticas de incentivo devem estimular a adoção pelos agricultores de práticas que contribuem para a reposição da matéria orgânica do solo e promovem a restauração florestal (Branca *et al.*, 2013). As pastagens degradadas do estado, que somam mais de 60% do território estadual, são atrativas a compensações ambientais, principalmente nas regiões Norte e Noroeste, que conjugam elevados índices de degradação e pobreza (Resende *et al.*, 2018), e concentram o maior contingente de agricultores familiares.

É importante ainda, conscientizar o mercado consumidor, valorizando e dando maior visibilidade ao trabalho dos agricultores familiares no enfrentamento do clima, na conservação dos recursos naturais e na produção sustentável de alimentos. Assim como

ativar o engajamento e a integração de múltiplos setores também é fundamental para a sustentabilidade financeira das ações.

5 CONCLUSÃO

Apesar da retração e estagnação sofrida no século XX, o setor agropecuário fluminense apresenta-se relevante para a economia estadual e exerce papel estratégico na segurança alimentar. Especialmente no âmbito regional, microrregional e em pequenos municípios, a agropecuária assume papel dinamizador central para as economias locais, garantindo emprego e renda, preservando tradições culturais e mantendo a provisão de serviços ecossistêmicos.

Políticas de incentivo devem priorizar o apoio à agricultura familiar de base ecológica, orgânica, sustentável e conservacionista, contribuindo ao enfrentamento simultâneo de questões globais, como a segurança hídrica e alimentar, a redução da pobreza e a mitigação de mudanças climáticas.

Por fim, o estabelecimento de paisagens rurais mais resilientes atrairá múltiplos benefícios, a distribuição mais equitativa da riqueza, além de melhorar a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade das populações rurais e urbanas do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. Evolução do Espaço Agrário Fluminense. **Revista GEOgraphia**, [S. l.], Ano 7. Nº 13, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13501>. Acesso em: 14 jan.2024.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de Perdas e Danos: Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011**. Relatório elaborado pelo Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nov. 2012. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/260891468222895493/brazil-avaliacao-de-perdas-e-danos-inundacoes-e-deslizamentos-na-regiao-serrana-do-rio-de-janeiro-janeiro-de-2011>. Acesso em: 14 jan.2024.

BRANCA, G., HISSA, H., BENEZ, M. C., MEDEIROS, K., LIPPER, L., TINLOT, M., BOCKEL, L., BERNOUX, M. Capturing synergies between rural development and agricultural mitigation in Brazil. **Land Use Policy**, v. 30, Issue 1, January 2013, p: 507-518. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2012.04.021>. Acesso em: 14 jan.2024.

CARVALHO, W.; QUITÁ, C. F. ; PAES, M. J.; SOARES, M. C. J.; CANTUÁRIA, L. Perfil dos consumidores de produtos orgânicos do Rio de Janeiro. **Anais 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade**, 20 a 23 de junho, 2017. p:71-76. ISSN 2525-4928. Disponível em: <http://itr.ufrrj.br/sigabi/anais>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). **Dimensionamento do PIB do Agronegócio do Estado do Rio de Janeiro**. Relatório Final. ESALQ/USP, Piracicaba, 2013. 35p. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-gronegocio-do-rio-de-janeiro.aspx>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). **PIB do agronegócio do Rio de Janeiro. Ano Base de Evolução 2017-2020**. Relatório Final. ESALQ/USP, Piracicaba, 2021. 48f. Disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-do-rio-de-janeiro.aspx>. Acesso em 27 ago. 2024.

CEPERJ (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro). **Projeto Contas Regionais do Brasil PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 2016**. Governo do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 10f. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-economicos/PIB-Estadual-Municipal/Analises/Produto_Interno_Brunto_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro_2016.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

CEPERJ (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro). **Análise dos aspectos sociais da qualidade de vida da população do estado do Rio de Janeiro**. Relatório Final. CEPERJ, Rio de Janeiro, 2019. 183f. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Admin/Uploads/RQV_2019_Vers%C3%A3o_Final.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Boletim Hortigranjeiro**, v. 4, n. 1, Brasília, janeiro 2018. 71p. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/boletim-hortigranjeiro>. Acesso em: 10 jul. 2024. ISSN 2446-5860

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola (ASPA): 2010 – 2023**. EMATER-RIO, Niterói, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/187>. Acesso em 15 ago. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO

RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Bovinocultura de leite/corte**. Relatório, EMATER-RIO, Niterói, 2018. 22p. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188>. Acesso em: 15 jan. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Relatório de Atividades 2015**, EMATER-RIO, Niterói, 2016. 87p. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188>. Acesso em: 15 jan. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Relatório de Atividades, Pequenos e Médios Animais**, EMATER-RIO, Niterói, 2017. 22p. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188>. Acesso em: 15 jan. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Relatório de Atividades 2018**, EMATER-RIO, Niterói, 2019. 72p. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188>. Acesso em: 15 jan. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Relatório de Atividades 2019**, EMATER-RIO, Niterói, 2020. 91p. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188>. Acesso em: 15 jan. 2024.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO). **Relatório de Atividades 2022**, EMATER-RIO, Niterói, 2023. 95p. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FIRJAN (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RJ). Pesquisa setor agroindústria. Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Associativo. Gerência de Pesquisas e Estatística, Firjan, Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/setor-de-agroindustria.htm>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FONSECA, M. F. de A. C. Panorama da produção orgânica no Estado do Rio de Janeiro. **Nota técnica**. Pesagro-Rio, Niterói, 2019. 4p.

HISSA, H.R. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável: estudo de caso do Programa Rio Rural**. 2020, 174f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária). Pro Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: UFRRJ, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9886>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2011. 150 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=250063>. Acesso em: 12 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

Agropecuário 2017. IBGE, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios. Séries históricas.** IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MEDEIROS JUNIOR, H. Desconcentração econômica e atratividade regional no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 23-52, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/issue/archive>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MANZATTO, L. R. H. **Produção do setor agropecuário fluminense: uma análise de economia regional entre os anos de 1990 e 2019.** 74p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/22683>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1 fev., p. 17-40, 2006. DOI: 10.14393/RCT1111776. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. Contrastes na agricultura fluminense: o tradicional e o moderno no processo de comercialização agrícola. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 242-268, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/23485>. Acesso em: 20 abr. | doi: 10.12957/geouerj.2016.23485

MARENGO, J. A.; NOBRE, C. A.; SELUCHI, M. E.; CUARTAS, A.; ALVES, L. M.; MENDIONDO, E. M.; OBREGÓN, G. ;SAMPAIO, G. A seca e a crise hídrica de 2014-2015 em São Paulo. **Revista USP**, São Paulo, n. 106, p. 31-44, julho/agosto/setembro 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/110101>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MARQUESE, R.; TOMICH, D. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX.** In: Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Orgs Mariana Muaze, Ricardo Salles, 1. ed., 7Letras, Rio de Janeiro, 2015, p.21-56. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413505/mod_resource/content/1/TEXT0%207%20Livro%20Vale%20do%20Paraiba%20e%20Segunda%20Escravid%C3%A3o-11-29.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

MARTINS, A. L. **A história do café.** 2ª. E. Contexto, São Paulo, 2012.
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). Cadastro nacional de produtores orgânicos. MAPA, Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NEHREN, U.; SATTTLER, D.; RAEDIG, C.; HISSA, H.; SCHLÜTER, S. Rio de Janeiro: a state of socioecological transformation. In: **Strategies and tools for a sustainable rural in Rio de Janeiro**. Nehren, U., Schlüter, S., Raedig, C., Sattler, D., Hissa, H. (Ed.). Springer Series on Environmental Management. 2019, p:1-10 Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-89644-1_1. Acesso em: 12 jul. 2024.

NETTO, A. L. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável em ambientes de montanha no Brasil e na Argentina**. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2013. 183f. Disponível em: <https://rima.ufrjr.br/jspui/handle/20.500.14407/9844>. Acesso em: 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, E. **Eficiência produtiva da agricultura fluminense em ambientes de montanha**. Tese (Doutorado). UFRRJ/PPGCTIA, Seropédica, RJ. 75 fls. 2019. Disponível em: <https://rima.ufrjr.br/jspui/bitstream/20.500.14407/9886/3/2020%20-%20Helga%20Restum%20Hissa.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARANHOS, P. O açúcar no Norte Fluminense. **Revista Histórica Online**, nº 8, Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://atom.arquivoestado.sp.gov.br/br-spapesp-hemapesp-s002-b000607-d000080>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PARIS, J. M. G. **Value Chain Analysis for decision making on the Mountain and Northwest Region of the State of Rio de Janeiro, Brazil**. Master's Thesis, ITT /Cologne, 2015. 230p.

RESENDE, C. L. FRAGA, J. S., SESSA, J. C., DE SOUZA, G. V. P, ASSAD, E. D., SCARANO, F. R. Land use policy as a driver for climate change adaptation: A case in the domain of the Brazilian Atlantic forest. **Land Use Policy** 72, pp. 563-569. 2018. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/lauspo/v72y2018icp563-569.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

RIO DE JANEIRO (ESTADO) Secretaria Estadual do Ambiente (SEA). **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Rio de Janeiro – ano base 2015: resumo técnico**. SEA, Rio de Janeiro, 2017. 48p. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Invent%C3%A1rio-de-Emiss%C3%B5es-de-Gases-de-Efeito-Estufa-do-Estado-do-Rio-de-Janeiro-2015.pdf> Acesso em: 23 maio 2024.

SILVA, C. A. M. DA. Os desastres no Rio de Janeiro: conceitos e dados. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n.8, p. 55-71, jul/dez 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/issue/archive>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, E. S. DE O.; MARAFON, G. J. A agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do

Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, RS - Brasil - 28 setembro a 01 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/06.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SIQUEIRA, A. P. P.; FONSECA, M. F. de A. C.; ALMEIDA, L. H. M. de; RIBEIRO, C. de B. Sistema Participativo de Garantia (SPG) da ABIO e Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: uma estratégia de construção coletiva que alavancou a produção e a oferta de produtos orgânicos no Rio de Janeiro. **Anais...** Sergipe, ABA, 2019.

SOFFIATI NETO, A. A. **O Nativo e o Exótico: Perspectivas para a História Ambiental na Ecorregião Norte-Nordeste Fluminense entre os Séculos XVII e XX.** Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro: 1996. 285p.

SOUZA, P. M. de; SOUZA, H. M. de; FORNAZIER, A.; PONCIANO, N. J. Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 645-670. Rio de Janeiro, out. 2019. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA27-3_09_analise_regional. Acesso em: 12 jul. 2024.

Este artigo é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

FERROVIA E CIDADE: DE PASSADO HARMONIOSO A HORIZONTE CONTURBADO EM BARRA DO PIRAI

THE RAILWAY AND THE CITY: FROM HARMONIOUS PAST TO TROUBLED HORIZON IN BARRA DO PIRAI

Jéssica de Fátima Rossone Alves

 <https://orcid.org/0000-0002-9921-3158>

Correspondência: jessica_rossone@outlook.com

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.86786

Recebido em: 26 ago. 2024 | Aceito em: 04 nov. 2024.

RESUMO

A relação entre cidade e ferrovia move este artigo. Partimos do histórico da cidade de Barra do Piraí, expondo a sua intrínseca relação com a implantação das vias férreas no século XIX; abordamos esta relação no decorrer do século XX; e trazemos o debate para o século XXI, objetivando discutir as relações de poder engendradas na gestão privatizante desta infraestrutura que atravessa o território barrense. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, através da qual apontamos conflitos entre a conformação do espaço urbano e as operações empreendidas na ferrovia na atualidade, em decorrência da gestão privatizante da infraestrutura.

Palavras-chave: Barra do Piraí; infraestrutura ferroviária; Malha Regional Sudeste; gestão privatizante; controle territorial.

ABSTRACT

The relationship between city and railway drives this article. We start with the history of the city of Barra do Piraí, exposing its intrinsic relationship with the implementation of railways in the 19th century; we address this relationship throughout the 20th century; and we bring the debate into the 21st century, aiming to discuss the power relations engendered in the privatizing management of this infrastructure that crosses the Barrense territory. This is qualitative research, of a descriptive and exploratory nature, through which we reveal conflicts between the conformation of urban space and the operations undertaken on the railway today, identifying power relations between the concessionaire, the granting power and other public agents in management of infrastructure.

Keywords: Barra do Piraí; railway infrastructure; Malha Regional Sudeste; privatizing management; territorial control.

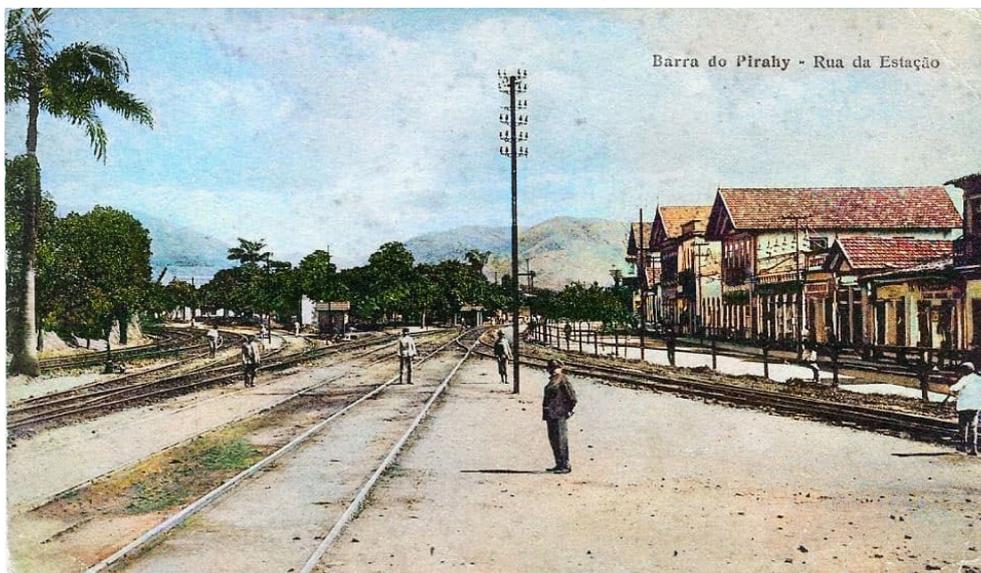


1 INTRODUÇÃO

Barra do Pirai é um município que compõe a Região do Médio Paraíba fluminense, juntamente a outros onze municípios. Faz divisa com Mendes e Vassouras, sendo estes municípios da Região Centro-Sul Fluminense, e Barra Mansa, Pinheiral, Pirai, Valença e Volta Redonda, de sua mesma região. Na conformação territorial do sul do estado, Barra do Pirai é um dos municípios que possui mais divisas, o que contribui para o seu caráter de centralidade regional. E ainda, pela presença das rodovias BR-393, RJ-137 e RJ-145 em seu território, constitui-se como rota entre o Sul de Minas e a Zona da Mata Mineira à capital fluminense e ao estado de São Paulo.

O município é composto pelo distrito sede, homônimo, e mais outros cinco: Dorândia, Vargem Alegre, São José do Turvo, Ipiabas e Califórnia da Barra, dos quais apenas a sede e Vargem Alegre são cortados pela ferrovia. A população é estimada em pouco mais de 92 mil habitantes em seus 582,10 km² (IBGE, 2022) que, todavia, se concentram na sede. Neste distrito, cerca de trinta quilômetros de ferrovias convergem ao cerne de seu espaço urbano, onde está o entroncamento e a antiga estação ferroviária, ao redor dos quais as movimentações comerciais têm sido, historicamente, as principais.

Figura 1 – Postal Barra do Pirai - Rua da Estação no século XIX. Colorizada.



Fonte: Acervo Odir Gonzaga / Barra do Pirai em fotos.

A relação entre cidade e ferrovia move este artigo. Partimos do histórico da ferrovia em Barra do Pirai, expondo a intrínseca relação da cidade com a implantação das vias férreas no século XIX; abordamos o desenvolvimento e a estagnação da cidade, e a

sua relação com a ferrovia no decorrer do século XX; e trazemos o debate para o século XXI, indicando as consequências, impactos e conflitos, decorrentes da gestão privatizante da infraestrutura ferroviária que atravessa o território barrense.

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Além das pesquisas bibliográfica e documental, que se justificam para uma abordagem histórica, concebemos e realizamos uma pesquisa-ação de base empírica – consideramos que importa analisar também as subjetividades, o experienciado, o sentido, posto que parte do território barrense se encontra sujeito à gestão privatizante da ferrovia, ao longo da qual estamos suscetíveis aos impactos cotidianos das operações empreendidas na ferrovia.

A discussão é feita a partir da literatura marxista sobre a produção capitalista do espaço e as infraestruturas. Observamos a organização de uma *coerência estruturada* (Harvey, 2005) para que as relações capitalistas atinjam a *anulação do espaço pelo tempo* (Marx, 2014), de modo que a territorialidade se ajusta à inserção internacional da infraestrutura, e isso reproduz, no espaço, heterogeneidades e assimetrias (Werner; Oliveira, 2022). Além disso, notamos privilégios empresariais na expansão das frentes de mineração que caracterizam o *neoextrativismo* (Svampa, 2019), e seu aspecto de insustentabilidade que ignora direitos humanos e produz situações de conflito, uma vez que a privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura tem como consequência a privatização dos processos de planejamento e de controle territorial (Vainer, 2007).

Por outro lado, devido à singularidade da ferrovia em questão, com longo histórico, as suas vias férreas e edificações são entendidas como *permanências*, já que “do ponto de vista da ciência urbana, pode ser esse o significado a dar às permanências: elas são um passado que ainda experimentamos” (Rossi, 2011, p.52, tradução nossa). Ao mesmo tempo, são como um *emaranhado de coisas para trazer de volta a vida* (Ingold, 2012), instigando a memória ferroviária e o resgate do patrimônio cultural ferroviário.

Nessa perspectiva, ao percebermos as políticas empresariais sobre o território barrense na atualidade, viemos observando que a condição emocional, e mesmo psicológica, dos sujeitos impactados é relevante, assim como os elementos conjunturais e estruturais, indicando o papel dos afetos nos processos de legitimação empresarial e do controle territorial, ainda que do ponto de vista metodológico, isso se constitua um desafio. Vemos que, assim como as emoções são essenciais na mobilização dos sujeitos afetados (Losekann, 2016), elas também podem ser na sua desmobilização.

2 CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO INTRÍNSECA ENTRE O ENTRONCAMENTO E A CIDADE

“Não sei se você sabe, mas Barra do Pirai era o maior entroncamento ferroviário da América Latina!” Essa frase, dita sempre com um misto de saudosismo e orgulho envergonhado, é um recurso muitas vezes utilizado pelo morador da pequena cidade do interior fluminense para falar de si a qualquer visitante desavisado. Para aquele que nasceu e cresceu em terras barrenses (como caracteriza o gentílico), a afirmação já é naturalizada com um certo desgosto, quase que buscando revelar, de algum recôndito lugar da memória coletiva, um passado glorioso, cheio de potência geopolítica, por assim dizer (Barbosa, 2019, p. 15).

O marco natural constituído pelo encontro entre os rios Pirai e Paraíba do Sul e a boa condição geoclimática para a agricultura foram essenciais para o povoar da região na qual se encontra Barra do Pirai, às margens dos rios que, a princípio, forneciam água potável para o cultivo e, em seguida, também escoavam o que na região fosse produzido. Entretanto, determinantes para a delimitação territorial e produção do caráter de centralidade do então povoado de Barra do Pirai seria o desenvolvimento de rotas e meios de transporte: o transporte fluvial, principalmente pelo rio Paraíba do Sul; assim como o transporte terrestre, que se espalhou pelo Vale do Paraíba, a princípio em caminhos abertos entre as fazendas e os pontos de venda e troca, por onde trilhavam tropas com mulas e carroças, em seguida, em ferrovias, sendo estes impulsionados predominantemente em torno do escoamento do café produzido na região.

Barra do Pirai se tornaria o maior entroncamento ferroviário da América Latina em 1864, quando o Imperador Dom Pedro II, num trem de passageiros conduzido pela locomotiva Baroneza, inaugurou a Estação Central da Barra (Baumgratz, 1980). A construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFDP II), grande projeto com muito sentido econômico, transformaria a conformação socioespacial do povoado, conformaria a cidade e desenvolveria a região. Envolvendo os de fora das classes já consolidadas cujo principal atributo era que “possuíam, ou podiam possuir, para qualquer finalidade, escravos”, abrangeria “uma pequena parte da população, desprezada e marginal, de homens brancos, negros, mestiços, todos eles pobres e por isto sem direito a voto, mas mesmo assim considerados como ‘homens livres’ (Melo, 2010, p. 10-11). Isto já era notado na abertura dos caminhos da ferrovia, já que os ferroviários:

Se organizavam politicamente de maneira autônoma. Em cada cidade, elegiam algumas lideranças que organizavam os movimentos grevistas. Não havia sindicato, e sim grupos de mobilização travestidos em

associações beneficentes ou clubes ferroviários. [...] Não se tratava mais de ajudar-se mutuamente para sobreviver. O objetivo era reivindicar e uma das formas de atuação passou a ser a greve. A primeira greve de que se tem notícia na história da ferrovia no Brasil data de 1863. O movimento grevista dos ferroviários ocorreu na Estrada de Ferro D. Pedro II e recebeu a adesão dos operários que trabalhavam na construção dessa ferrovia, em Barra do Piraí. Foi de tal amplitude, que o governo foi obrigado a enviar a essa cidade um reforço de 400 soldados da Guarda Nacional (Maia, 2009, p. 98-9, grifo nosso).

A partir da implantação da ferrovia, por Barra do Piraí, passaria a

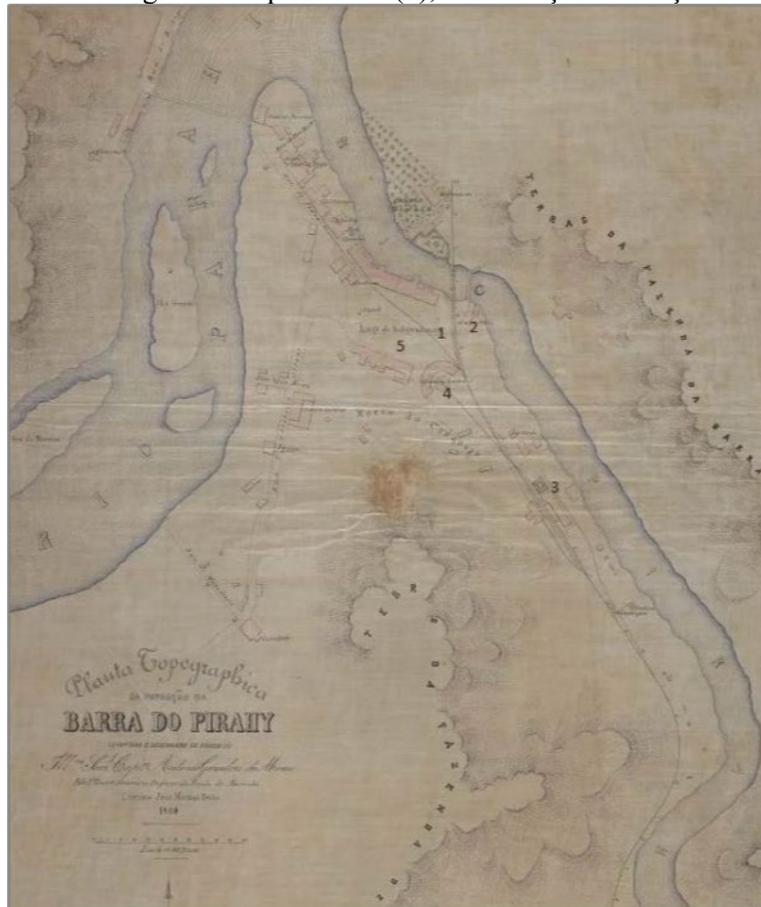
desfile toda a cultura mineira e aos milhões de arrobas de café das fazendas de café de rio-acima, as quais já cultivando todo o vale fluminense, também sacudiam a zona superior paulista adormecida desde os tempos da mineração. Desde quando ali chega a ponta dos trilhos uma súbita agitação comercial movimentava o embrionário povoado. Em barcos, em tropas, em carroças e em carros de boi o grosso da produção de café de vasta zona começa a ser dirigido para um novo centro de expedição. [...] De toda a banda lhe chegam torrentes de café. Os velhos caminhos coloniais da descida da Serra começam a esvaziar-se. Surge na cordilheira uma nova mentalidade. Uma nevrótica aceleração de atividades (Lamego, 2007, p. 178).

Além disso, a estrada de ferro tornaria mais variada a procedência dos imigrantes. “Os que desciam no Rio de Janeiro, com razão temiam as febres que ainda assolavam a capital. Enveredavam então serra acima pela ferrovia e muitos ficavam em Barra do Piraí para sempre, porque aqui já encontravam emprego, num povoado acolhedor e otimista, que estava em óbvio progresso e rápido crescimento” (Melo, 2010, p. 7).

As transformações advindas com a implantação da ferrovia se refletiriam em variados aspectos, dentre os quais na própria conformação da cidade que, no decorrer do tempo, consolidou distintas culturas em seu território. À época, estruturas imprescindíveis ao funcionamento da ferrovia fixaram-se no espaço, e, no seu entorno consolidaram-se heterogêneas configurações socioespaciais. A princípio, foram construídos a Estação Santana de Barra e Casa do Chefe de Estação, o Túnel 14, a Ponte do Andrade, e a Estação Central da Barra, inaugurados em 1864, com a linha que chegava da capital, Rio de Janeiro. Estes estariam relacionados à origem dos bairros Santana de Barra, Parque Santana e Ponte do Andrade, e impulsionariam o desenvolvimento ao longo do rio Piraí até o Centro da cidade, junto à conformação de outros bairros. Logo em seguida, em 1865, era inaugurada a ponte ferroviária sobre o rio Piraí, e estabelecia-se a bifurcação nas direções de Minas Gerais e São Paulo, determinando o Centro de Barra do Piraí.

A configuração do povoado, em 1869, já era em torno da bifurcação. Constituíam-se, então, um complexo ferroviário, ao passo que o cerne da emergente cidade era por ele determinado, com oblíquas vias férreas e edificações ferroviárias arraigadas no espaço.

Figura 2 – Planta topographica da povoação da Barra do Pirahy (1869). Adaptada. Bifurcação (1), Hotel Pirahy (2), estação ferroviária (3), girador de locomotivas (4) que, na época, situava-se no Largo da Independência (5), atual Praça Nilo Peçanha.



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional.

Figuras 3 e 4 – Pontes sobre o rio Pirai, 1885. Panorama de Barra do Pirahy, 1881.



Fonte: Coleção Gilberto Ferrez. Instituto Moreira Salles.

Pouco depois da efetiva implantação do entroncamento, nos anos 1880, trafegavam por aí trens vindos de distintas províncias de São Paulo e Minas Gerais, além da capital, Rio de Janeiro. À época, o pequeno povoado já vislumbrava a sua autonomia, haja vista a publicação do Manifesto dos Autonomistas, em 1880. A partir deste movimento, logo depois da Proclamação da República, Barra do Piraí tornou-se o primeiro município emancipado do regime, em 10 de março de 1890.

Pela relevância do entroncamento ferroviário em seu território, Barra do Piraí se tornou, em 1891, sede de uma das Rotundas da ferrovia, edificação de arquitetura distinta com espaços para administração e assistência aos trabalhadores, depósito e oficina, além do girador de locomotivas e caixa d'água. “Sua importância para o complexo ferroviário se baseava em sua posição estratégica pois era considerada como ponto de convergência de três linhas de grande importância e muito bem localizadas com relação ao comércio ao qual serviam” (Gerodetti; Cornejo, 2005, p. 26). A sua implantação ocasionou o desenvolvimento dos bairros Carvão e Santo Cristo, nos quais um conjunto de ferroviários fundaria, em 1908, a tradicional e centenária Banda União dos Artistas.

Já no início do século XX a cidade constituía-se com diversidade cultural e complexidade socioeconômica, com toda a agitação do complexo que se conformava. Ao passo que o cerne de seu desenvolvimento passava por uma considerável reforma urbana, que lhe conferiu o alargamento e a pavimentação de vias e passeios, e a implantação de sistemas de abastecimento de água e de energia elétrica, instalavam-se diferentes instituições. Já nas primeiras décadas haviam se instalado a Loja Maçônica e o Grêmio Espírita de Beneficência, além da sede regional do Bispado e diferentes templos católicos, dos quais se distinguiam a Catedral de Sant'Ana e as igrejas de São Benedito e Santo Cristo. Por conseguinte, constatamos a presença de variadas práticas religiosas. Havia também diferentes hotéis e comércios, principalmente nos arredores da Estação Central. À época, eram fundadas as primeiras instituições escolares, de saúde, comunicação e lazer, como jornais e clubes (Baumgratz, 1980), dentre os quais destacamos o popular e centenário Central Sport Clube, fundado por ferroviários em 1922, e o Cine São José, que funcionou em uma pequena construção, nos arredores da Rotunda, no início daquele século. Além disso, Barra do Piraí era sede de pequenas indústrias cujas produções eram ali absorvidas e escoavam pela ferrovia.

Podemos então considerar Barra do Piraí, com seu depósito ferroviário que chegou a ocupar cerca de oitocentos operários, a primeira grande

experiência de industrialização no país. Isto também porque, ao longo da linha férrea, os imigrantes recém-chegados começavam a instalar pequenas indústrias, que no Brasil até então não tinham existido. Indústrias de alimentação, fabricação de veludos e fitas, cortumes etc (Melo, 2010, p. 34).

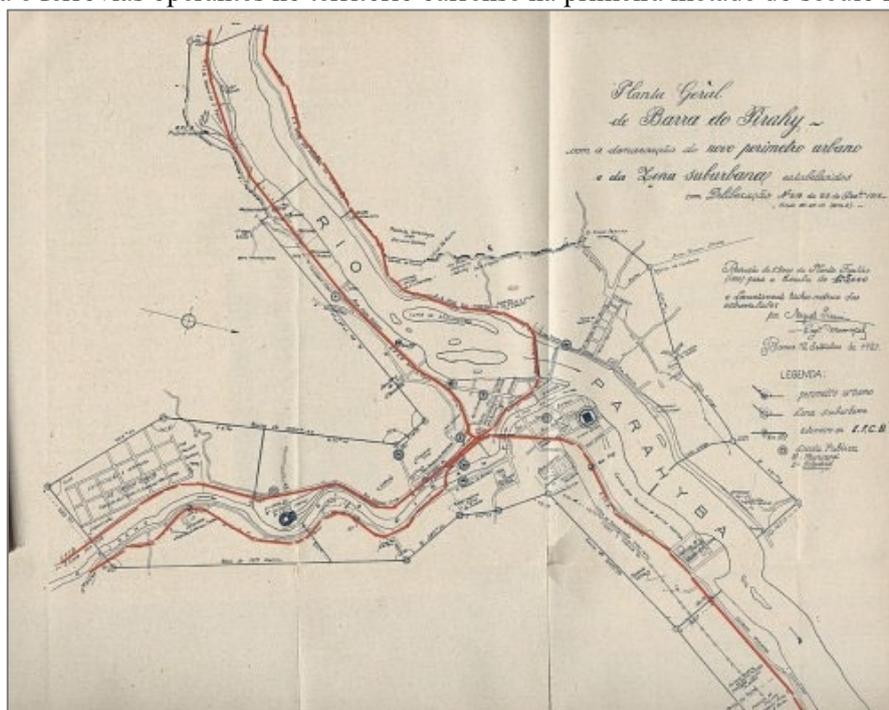
A primeira indústria da cidade, cuja finalidade era o beneficiamento do café e a produção de açúcar e álcool, foi o Engenho Central, fundado em 1886 pela Cia. Lavoura Indústria e Colonização, pertencente ao Barão do Rio Bonito. Possuía máquinas modernas e uma linha férrea própria que se ligava com a Estrada de Ferro Santa Isabel. Com o advento da República, foi adquirido e depois arrendado à Viação Férrea Sapucahy, que instalou ali a sua nova oficina, funcionando no local até meados do século XX. À época, tal viação deixou as suas instalações no antigo Bairro dos Ferroviários, que se transformou no atual bairro Oficina Velha. Outro exemplo é a Fábrica de Fitas Suíssa Brasileira fundada, em 1912, por Charles Kiefer e Custódio Magalhães, como Fábrica de Veludo e Seda Suíssa Brasileira. Instalada às margens da ferrovia, possuía vila operária, que corresponde ao atual bairro Vila Suíça. Em 1935, foi vendida a Francisco Klinger e Willy Tobler permanecendo com a família até fechar, em 1997. Com mais de cem operários, foi a primeira indústria na cidade a admitir mulheres. Funcionou por 85 anos, produzindo fitas que eram encomendadas por todo o Brasil. Há também a S.A. Martuscello, fundada em 1919, por Carmine Martuscello, Agnelo e Gilberto Ciótola, que fabricava diversos produtos alimentícios, como massas, linguiça, salsicha e açúcar refinado. Por muito tempo foi a maior fonte de empregos da cidade, cresceu e passou a ser conhecida nacionalmente como Belprato. A princípio ocupava um quarteirão no Centro da cidade, mas posteriormente transferiu-se para um bairro mais afastado, com desvio ferroviário próprio em suas instalações. Faliu nos anos 1990, deixando cerca de 2.000 desempregados (Barra do Pirai, 2021).

Além disso, no momento em que conflitos e guerras mundiais se refletiam nas ferrovias brasileiras, Barra do Pirai integrava a história com um episódio ainda pouco conhecido: a tentativa de se usar carvão em pó para movimentar as máquinas. “A idéia era de se misturar carvão importado com carvão nacional, pulverizar e injetar nas fornalhas, quase no mesmo esquema de óleo combustível com a intenção de tentar melhorar o rendimento” (Iório, 2007, p. 77). Sendo assim, a Estação de Pulverização, aberta em 1917 na usina experimental, funcionou por dez anos abastecendo as locomotivas a vapor equipadas para queimar carvão pulverizado, e depois tornou-se depósito armazenador de carvão (Buzellin; Coelho; Setti, 2002).

Por conseguinte, em um momento no qual acontecia o auge da implantação das ferrovias no Brasil, entre 1870 e 1920 (Barat, 1978), Barra do Pirai configurava-se como um polo industrial e um verdadeiro complexo ferroviário. Recebia trens em variadas rotas, com diferentes cargas e passageiros, convergindo de muitas localidades ao entroncamento, e dali partindo. Em 1930, estavam aí os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), anterior EFDP II, com a Linha do Centro e o Ramal de São Paulo, e da Rede Mineira de Viação (RMV), junção das ferrovias Santa Isabel do Rio Preto, Santana e Carril Pirahyense, que integravam a Viação Férrea Sapucahy e, em seguida, a RMV. A cidade despontava no interior fluminense como centro convergente,

de todos os ramais da via férrea Central do Brasil, que ali tem a sua mais importante Estação e ainda da linha férrea Sapucaí e do ramal de Engenho Central Rio Bonito [integrados à RMV], [...] essa localidade tem se tornado uma das mais importantes do interior. [...] Primeira Comunidade criada pelo Regime Republicano Brasileiro, a influir consideravelmente na história da Pátria, quando participaria da rápida transformação dos meios de transportes, com a expansão do complexo ferroviário, já implantado, a construção e abertura das estradas rodoviárias, testemunhando o uso do automóvel, da eletricidade, do telégrafo e do telefone; as primeiras experiências do cinema, do gramofone e da televisão. Desde então o comércio expandiu-se e a população barrensense uniu-se mais ainda pelo surto cultural, intelectual e artístico (Baumgratz, 1980, p. 115-119).

Figura 5 – Planta geral de Barra do Pirai com demarcação de perímetro urbano, zona suburbana e ferrovias operantes no território barrensense na primeira metade do século XX (1927).



Fonte: Giesbrecht, 2022.

Desse modo, a presença da rede ferroviária condicionou a maneira como o cerne de seu espaço urbano se conformou – nos espaços entre os rios e os trilhos e no entorno das edificações da ferrovia – bem como os bairros e os distritos se originaram e desenvolveram, sempre às margens das linhas férreas e nos arredores das estações, oficinas, depósitos e pátios ferroviários. Isto condicionou também o modo como a estrutura produtiva da cidade se organizava, sempre se adaptando à ferrovia e aos aspectos sociais, econômicos e mesmo culturais, que por ela chegavam.

3 DE CONVERGÊNCIA A CIDADE-DORMITÓRIO

Com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, em Volta Redonda, na época ainda distrito de Barra Mansa, as atenções começaram a se desviar de Barra do Pirai para o local de implantação da Usina – localização estratégica e privilegiada no eixo Rio-São Paulo, entre estas cidades que já estavam a frente em termos de concentração de população e de urbanização do território (Santos, 1993), o que concorreria com uma industrialização intensiva e pesada do território logo em seguida.

Por outro lado, era preciso considerar as condições de deslocamento de uma região específica de Minas Gerais, o Quadrilátero Ferrífero, de onde viria parte das riquezas naturais empregadas às atividades siderúrgicas, em particular, o minério de ferro. Nesta perspectiva, consideramos que em tal eixo já existia relevante infraestrutura, com atributos que remetiam diretamente ao histórico privilegiado da região do Vale do Paraíba em relação às demais, dotada de ferrovias desde meados do século anterior. Tal infraestrutura, composta principalmente pelas linhas da EFCB, em particular pela Linha do Centro, partia do interior mineiro e alcançava o território fluminense, sendo o principal entroncamento ferroviário do país localizado justamente em Barra do Pirai, nos arredores da instalação da Usina, o que permitiria o transporte dos insumos para a atividade siderúrgica e dos produtos siderúrgicos que ali fossem produzidos.

Quando começou a funcionar, em 1946, muitos barrensenses foram lá empregados. Entretanto, a partir de então, Barra do Pirai se tornaria uma espécie de cidade-dormitório para os trabalhadores da grande siderúrgica (Melo, 2010), enquanto a sua Estação Central e o seu entroncamento perderiam, pouco a pouco, a essência de ponto de convergência para tornarem-se apenas passagem. No caso do entroncamento, porém, este se tornaria parte imprescindível de um corredor logístico. Aí já podem ser observados os primeiros

sinais da estagnação que viriam a acometer a cidade dali em diante. Nem mesmo o aperfeiçoamento da malha da EFCB cuja eletrificação ali chegaria em 1949, com a inauguração da Subestação, melhoraria a situação.

Diante disto, o município de Barra do Pirai reagiu tentando atrair industriais para que se instalassem em seu território argumentando ser ponto de convergência, o que tinha relação com a presença do seu entroncamento ferroviário, embora a partir daquele momento já fosse perceptível a decadente condição de algumas linhas ferroviárias que atravessavam a cidade e a crescente movimentação acerca da implantação de rodovias.

Figura 6 – Circular produzido pelo Serviço de Propaganda Municipal, por volta de 1940/1950.



Fonte: Barra do Pirai / Acervo Vera Camerano.

Nos anos 1950, Barra do Pirai recebia e direcionava o tráfego das linhas da EFCB e as da RMV, que somavam cerca de sessenta quilômetros em território barrense, onde havia nove estações ferroviárias (IBGE, 1959). A ferrovia ainda consistia em um elemento importante, tanto para o transporte de passageiros como para o escoamento da produção local e, a partir de 1957, passou a se organizar de acordo com a instituição da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), correspondendo à Superintendência Regional (SR) 3 da Rede. Por outro lado, a partir daqueles anos a relação entre ferrovia e cidade foi se transformando. Em 1952, a estação que recebia os trens que vinham do sul de Minas no Centro da cidade foi desativada e passou a funcionar em um bairro mais afastado, o

Bairro dos Ferroviários. Dez anos mais tarde, apesar de muita resistência¹, a linha da Rede Mineira foi desativada, juntamente com a já distante estação, e o bairro tornou-se o atual Oficina Velha. A cidade perdeu cerca de metade das vias férreas que a serviam e viu seu comércio esvaziar-se pela falta dos trens, que traziam também os fregueses.

A partir de então, Barra do Piraí se desenvolveria com ritmo e engrenagens diferentes. O transporte rodoviário passou a ser estimulado, sobretudo com a inauguração do trecho Rio-São Paulo da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), que despontou como alternativa para o transporte terrestre na região ainda nos anos 1950. Mesmo fora dos limites territoriais de Barra do Piraí, a rodovia conferiu outro meio, além dos trens, para alcançar as capitais Rio de Janeiro e São Paulo. Juntamente às rodovias estaduais construídas na época, a RJ-137 e a RJ-145, que ligou a cidade à BR-116, em Piraí e propiciou a consolidação do transporte rodoviário na cidade e na região. E ainda, com a inauguração da Rodovia Lúcio Meira (BR-393), nos anos 1970, Barra do Piraí estaria finalmente atendida por uma extensa estrada de rodagem nas adjacências de seu Centro urbano, cujo aspecto geral era:

Cêrca de 80 logradouros públicos calçados, edificados (aproximadamente 7000 residências particulares), arborizados, abastecidos de água (3 406 prédios) e esgotados (1 641 prédios) constituem [constituíam] o conjunto urbano e suburbano. A extensão da rede de abastecimento de água é [era] 19 845 metros e da de esgotos, 4 120. Há [Havia] 1 580 aparelhos telefônicos instalados. A iluminação da cidade é [era] fornecida pela Rio Light, havendo 6 080 ligações elétricas de luz e fôrça (IBGE, 1966, série B, n. 90)².

Todavia, apesar de exibir uma infraestrutura razoável que compunha os planos de urbanização da época, o Centro de Barra do Piraí havia sido produzido extremamente vinculado as vias férreas e, até mesmo restringido por elas, motivo pelo qual a estagnação em seu âmago já era sentida, ao passo que se originavam e desenvolviam outros bairros e distritos mais afastados. Notadamente, naquela época as coisas começaram a acontecer cada vez mais distantes dali, conforme avançavam as estradas de rodagem. Constitui-se um exemplo a instalação da primeira instituição de ensino superior no município, a

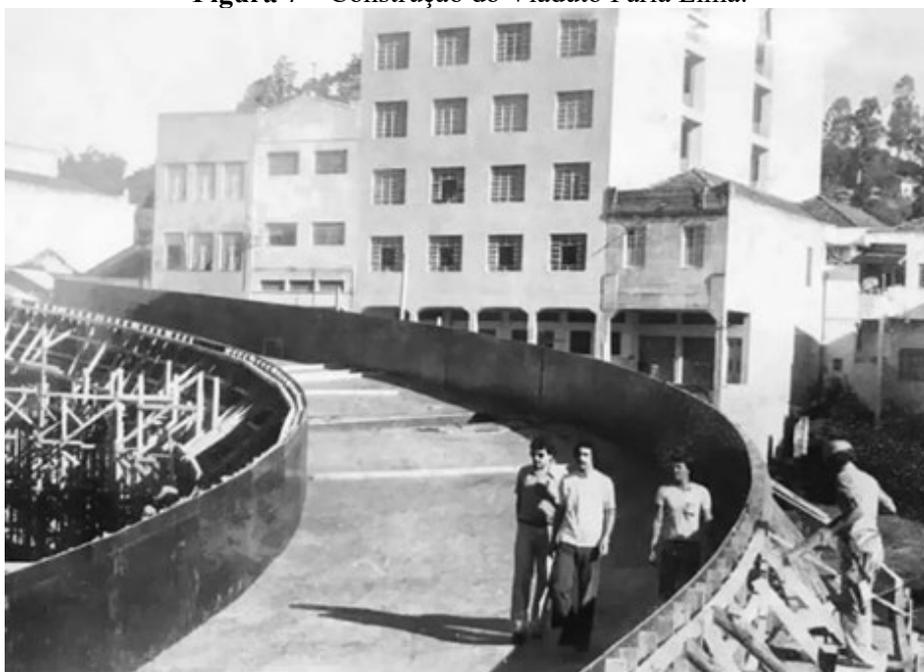
¹ A manchete do Jornal Luta Democrática em 06 de outubro de 1961 relatava a ocasião: “Mulheres postaram-se na linha para impedir a saída do trem. Moradores do Bairro dos Ferroviários, em Barra do Piraí, revoltados com a supressão do ramal”

² Evidenciamos que apesar de a instalação da Barragem e Usina Elevatória Santa Cecília do rio Paraíba do Sul na cidade ter permitido a ampliação do seu abastecimento de energia elétrica a partir de 1954, esta esteve relacionada principalmente com a construção de um sistema de abastecimento de água potável para região metropolitana do estado do Rio de Janeiro naquela época. Tal sistema funciona até a atualidade

Fundação Educacional Rosemar Pimentel, atual Universidade Geraldo di Biasi (FERP/UGB), em 1967, a treze quilômetros ao norte dali, às margens da RJ-145. As indústrias também passaram a se instalar em locais afastados do Centro e próximos das rodovias embora, em parte dos casos, fosse imperativo trafegar pelo Centro para escoar a produção pelo modal rodoviário. O caso da Thyssenkrupp Fundições que se instalou, nos anos 1970, a cerca de sete quilômetros a oeste do Centro, exemplifica³.

A cidade expressava então uma dicotomia entre os modais: o ferroviário cuja infraestrutura condicionou o espaço desde a sua origem e, por isso, se impôs, e o rodoviário que, tendo sido implantado com ênfase depois, precisou ajustar-se para cruzar e, até certo ponto, transpor e as vias férreas. Uma das expressões mais contundentes deste momento foi a construção do Viaduto Governador Faria Lima, nos anos 1970, proporcionando ao modal rodoviário transpor a linha férrea, ainda que com uma via curta, estreita e em curva acentuada. Com a sua inauguração, em 1976, duas passagens em nível (PNs)⁴, foram fechadas ao tráfego rodoviário. Como o viaduto, demasiado estreito, já não comportava o trânsito direcionado a ele, ambas foram reabertas pouco tempo depois.

Figura 7 – Construção do Viaduto Faria Lima.



Fonte: Barra do Pirajó / Acervo Vavá Constando.

³ A sede da metalúrgica foi instalada no bairro Santa Cecília, local afastado do Centro, mas próximo da BR-393 e às margens da ferrovia, por onde durante muito tempo escoou sua produção. O percurso entre as instalações industriais e a rodovia era possível somente pelo Centro da cidade, já que entre ambos está o rio Paraíba do Sul e não havia pontes nas adjacências.

⁴ A PN Rodoviária, entre a Rua Aureliano Garcia, conhecida como Rua da Estação, e a Praça Nilo Peçanha; e a PN Tiradentes, entre a Praça Oliveira Figueiredo e a Rua Tiradentes, ambas no Centro.

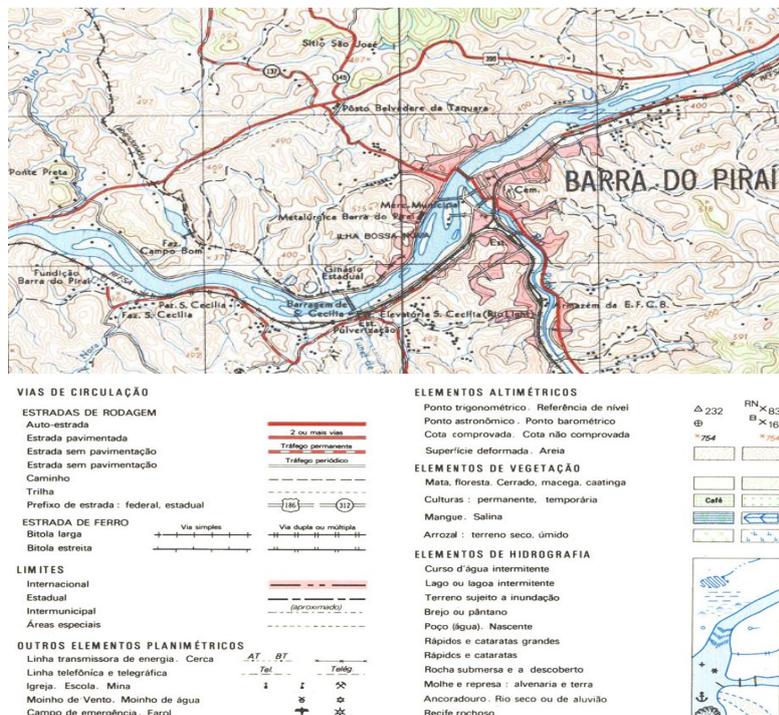
Figuras 8 e 9 – PN Tiradentes, fechada ao tráfego rodoviário, nos anos 1970.



Fonte: Coletivo Barra do Pirahy / Acervo Vera Camerano.

Desse modo, na segunda metade do século XX, a dicotomia entre infraestrutura rodoviária e ferroviária deu lugar, pouco a pouco, à hegemonia daquela. Até a virada do século, as estradas de rodagem eram as mesmas, mantendo os sentidos e aproveitamento público, e recebiam pavimentação como melhoramento. Já as vias urbanas eram paulatinamente estendidas e pavimentadas. Por outro lado, houve a supressão de metade da extensão ferroviária em território barrense, sobretudo das vias que partiam do entroncamento a noroeste, havendo o desmonte de parte da infraestrutura ferroviária na cidade. Eis a configuração territorial da cidade na época:

Figura 10 – Mapa de Barra do Pirai. Produto da cobertura executada em 1956, do campo e do desenho realizados entre 1960 e 1981 pelo IBGE. Impressão de 1991.



Fonte: IBGE.

Nos anos 1980, ao passo que o modal rodoviário, cada vez mais abrangente, se consolidava no território, a crise do modal ferroviário se intensificava e, como consequência, a relação entre ferrovia e cidade era transformada. À época, algumas linhas já eram temporariamente desativadas, haja vista o seu quadro deficitário que envolvia, o mau estado de conservação de vias e material rodante e inconstâncias nos serviços. Sendo assim, nos anos seguintes, os barrenses assistiriam, pouco a pouco, ao fim das linhas de passageiros que atendiam a cidade, mantendo-se, todavia, as linhas de cargas.

Foi o caso da extinção dos trens Santa Cruz e Vera Cruz que partiam do Rio de Janeiro e iam até São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente, passando por Barra do Piraí. O Vera Cruz, que já sofria interrupções desde 1970, foi extinto em 1990, e o Santa Cruz, em 1991. Já a extinção do Trem Barrinha que ligava Barra do Piraí a Japeri, em 1996, aconteceu logo após o trágico acidente envolvendo a composição nos arredores da estação de Japeri. Por fim, houve a extinção do requintado Trem de Prata, em 1998, que fazia viagens entre o Rio de Janeiro e São Paulo, passando por Barra do Piraí.

Destes, o que impactaria mais a cidade – e não somente, mas a região que o trem servia – seria o fim do Barrinha. De caráter popular, com trajeto mais curto, a linha fazia parte da vida de muitas pessoas que se deslocavam frequentemente entre o interior e a capital do estado. Além disso, o modo como se deu o processo impactou bastante, com muitas questões em torno do acidente. Ainda em pauta, as discussões sobre o fim e o possível retorno do Barrinha não cessam desde então:

Após o acidente, circularam boatos sobre algum tipo de sabotagem, como se o acidente tivesse sido uma justificativa para que o governo federal batesse o martelo sobre a privatização da estatal, embora veementemente descartada por diversos interlocutores. Para além disso, o estado de conservação dos trens e as condições de trabalho dos ferroviários vinham sendo alvo de denúncias havia décadas, sobretudo por parte dos dirigentes do sindicato, ficando claro o processo de sucateamento da malha ferroviária, desencadeado pelo subinvestimento do poder público. Este incidente brevemente narrado, entretanto, representa um caso dramático de um processo político econômico mais amplo, do qual Estado, ferroviários, sindicatos, empresas multinacionais e nacionais (mineradoras, de transporte, rodoviárias etc.) protagonizam de maneira decisiva para um desfecho trágico (Barbosa, 2019, p. 85-87).

4 REFLEXOS DA GESTÃO PRIVATIZANTE DA FERROVIA NO TERRITÓRIO

Além dos processos já elencados, a concessão da malha ferroviária que atravessa a cidade e o arrendamento dos bens operacionais da RFFSA, em 1996, seria determinante para que a relação entre Barra do Piraí e ferrovia se transformasse. Conformada como Malha Regional Sudeste (MRS) – junção das antigas SR 3 e SR 4 da RFFSA com a Ferrovia do Aço, implementada no final dos anos 1980 – e concedida para o conglomerado MRS Logística por trinta anos a partir de então, a ferrovia se consolidou como corredor logístico especializado. Por ele trafegam apenas trens cargueiros, carregados predominantemente com minério de ferro para a exportação, do Quadrilátero Ferrífero aos portos fluminenses e paulista, processo este que concorre com a expansão das frentes mineradoras no Brasil, com um pungente teor neoextrativista (Svampa, 2019).

Como consequência, a princípio, vimos que o processo de privatização da infraestrutura desvinculou a ferrovia e os trens como meio de transporte e de desenvolvimento socioeconômico da cidade. Uma vez que o seu desenvolvimento sempre estivera relacionado à dinâmica ferroviária, era previsível que a estagnação e o fim da ferrovia como um bem público afetassem a cidade. Não à toa, muitas empresas encerraram suas atividades ou transferiram-se dali no fim do século XX. As confecções Nagib Abrimery, Began, Fábrica de Fitas Suíça e Cukier; os cinemas Cine Brasília e Cine-Theatro Speranza; a Belprato, do setor alimentício; a Química Industrial Barra do Piraí e a Carbocálcio, do setor químico; todas encerraram suas atividades. Outras transferiram-se do município, como o caso da FERP/UGB, que levou parte dos seus cursos para Volta Redonda (Dias, 2009). Os comércios e serviços ao redor da Estação Central foram seriamente impactados na época, precisando ressignificarem-se.

E ainda, algumas edificações da ferrovia tiveram seus fins decretados, como as estações e plataformas ferroviárias e os seus bens integrados, que perderam o sentido sem os passageiros. Até mesmo a Estação Central foi esvaziada temporariamente a partir da transferência da estrutura administrativa da ferrovia para Juiz de Fora, em Minas Gerais. Sendo assim, no decorrer do século XXI, manifestam-se reflexões pertinentes acerca do porvir das mesmas, aqui entendidas como permanências (Rossi, 2011), muitas das quais entraram em processo de deterioração quando em desuso, transformando-se em uma sorte de coisas para trazer de volta a vida (Ingold, 2012).

Observamos um conjunto de impactos e conflitos decorrentes da gestão privatizante da ferrovia no território que se intensificam na atualidade, assim como a frequência e a velocidade dos trens nos trechos que cortam a cidade, na perspectiva de anulação do espaço pelo tempo (Marx, 2014) inerente à produção capitalista do espaço (Harvey, 2005). Viemos observando que as operações empreendidas na ferrovia determinam condições complexas para o habitar no Centro de Barra do Piraí, tendo como principais consequências: i) poluições atmosférica, sonora e visual, com múltiplos impactos socioambientais; ii) o impedimento do tráfego de pessoas e veículos por intervalos consideráveis, transformando a ferrovia em uma barreira à fluidez na cidade; e iii) o frequente risco de acidentes, como atropelamentos e abalroamentos.

A sujeição ao encadeamento global que envolve a MRS poderia ser observada em diferentes localidades ao longo de seus 1.821 quilômetros de extensão compartimentados entre os estados Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, mas Barra do Piraí é um dos territórios mais afetados. Uma vez fixado no espaço, o entroncamento ferroviário que aí se encontra conferiu certa importância para a cidade, não apenas do ponto de vista das operações ferroviárias, mas do desenvolvimento territorial no qual, ao longo dos anos, adquiriu notável inserção regional. Entretanto, a presença deste mesmo entroncamento faz com que Barra do Piraí seja a cidade onde passa o maior número de trens na MRS, por dia, na atualidade (ANTT, 2019). Deste modo, as relações em torno dele intensificadas no presente reúnem um conjunto de razões para que a gestão da infraestrutura e a atuação empresarial no território barrensense sejam questionadas.

Os conflitos envolvendo ferrovia e cidade tem se intensificado nos últimos anos, com o processo de renovação antecipada deste modelo de gestão, pleiteada pela concessionária em 2015 e autorizada pelo governo federal em 2022. Naquele mesmo ano, 2022, em um evento promovido pela concessionária da malha em Barra do Piraí, houve uma referência ao modelo de concessão como um casamento entre a empresa e a cidade, no qual a lei do divórcio não existiria (Informação verbal)⁵. Diante da resignação ou impotência da população barrensense a esta perspectiva, é imprescindível entendermos como chegamos às bodas de pérola e de que modo vamos rumo às bodas de diamante, posto que o prazo de concessão da infraestrutura foi renovado para sessenta anos, até 2056.

No decorrer dos anos de concessão, até então, observamos políticas empresariais de controle territorial expressas na atuação da concessionária, sendo que nos últimos anos

⁵Fala da Gerente de Relações Institucionais da empresa MRS Logística, no Evento Espaço Aberto, Barra do Piraí, 08 dez. 2022.

há uma escalada destas políticas, impulsionadas pelo processo de renovação da concessão da infraestrutura. Temos visto ações alicerçadas nas noções de identidade e memória ferroviária e preservação do patrimônio cultural ferroviário, aproveitando o apelo afetivo que envolve a ferrovia. Como exemplo está a recuperação de edificações antigas, como foi o caso do prédio da antiga estação ferroviária de Barra do Piraí, entre 2020 e 2022, a partir de renúncia fiscal da concessionária. Além disso, está o Trem de Natal, artifício afetivo e simbólico envolvendo o tráfego de um trem iluminado com motivos natalinos que, em 2022 e 2023, transportou funcionários da empresa e seus familiares por cidades estratégicas, como Barra do Piraí. Ambas as iniciativas ainda podem exemplificar as relações entre empresa e agentes públicos e privados locais que, de acordo com seus próprios interesses, privilegiam a lógica empresarial. Nestas experiências, a preservação de elementos ferroviários resgatou os afetos e favoreceu a resignação frente a atuação empresarial amalgamada ao poder público local. Tencionamos que estas políticas, entre outras, impulsionaram a legitimação empresarial no território, esvaziaram o debate público e produziram consenso (Acselrad, 2015) neste primeiro trintênio de concessão.

Por outro lado, viemos observando que, com a extinção do transporte de passageiros, a visão das gerações que vivenciaram e vivenciam a transformação da relação Barra do Piraí e ferrovia foi alterada, posto que desde a privatização, a infraestrutura tem se tornado cada vez mais inacessível em termos materiais e memoriais. Isto tem refletido nas interpretações e debates acerca da cidade, como no Plano Diretor do Município (BARRA DO PIRAÍ, 2018), que transparece uma perspectiva da ferrovia como algo a transpor, sendo as passagens em nível no Centro da cidade indicadas como pontos de conflito. Esta leitura condiz com a visão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que neste íterim analisou os corredores logísticos com o mais alto volume de tráfego no país, dos quais dois são trechos da MRS e atravessam Barra do Piraí, e recomendou o fechamento das passagens em nível junto a intervenções intransigentes como contornos, viadutos e passagens alternativas nas cidades atravessadas pela ferrovia (ANTT, 2014). Esta visão é aproveitada como uma postura oficial complacente ao ensejo empresarial de controle do território: no conjunto de intervenções que constam nas obrigações contratuais da concessionária referentes à renovação da concessão, estão obras de grande impacto, algumas já em marcha, como a implantação de pontes, passarelas, viaduto e estrada. Já havia sido constatado que a privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura tem como consequência a privatização dos processos de planejamento e de controle territorial (Vainer, 2007). A conjuntura na qual

Barra do Pirai está imersa exemplifica esta constatação, de modo que presenciamos o ajuste da territorialidade à inserção internacional da infraestrutura (Werner; Oliveira, 2022), com a instauração de heterogeneidades e assimetrias no espaço urbano que poderão ser melhor observadas no andamento de sua concessão.

No decorrer do século XXI, Barra do Pirai adquire consciência e memória de si mesma: permanecem os motivos originários de sua conformação e, ao mesmo tempo, transformam-se as razões de seu desenvolvimento. Entretanto, impulsionada pelo capitalismo exportador de commodities que se desenvolve na América Latina a partir dos anos 2000, a gestão da infraestrutura ferroviária que atravessa a cidade tem produzido condições de desregulação que se intensificam na atualidade. Ao influenciar no ordenamento da cidade em questão, contribui para a submissão da escala local à global, posto que o desenvolvimento que se tem como modelo corresponde a um encadeamento global de valores no qual a ferrovia é transformada em mero corredor de exportação. Deste modo, antevemos um horizonte conturbado, de sujeição ao habitar a cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos a constituição da intrínseca relação entre cidade e ferrovia no caso do Centro de Barra do Pirai. A princípio, esta relação era próspera, tanto que instigou a autonomia do então povoado de Barra do Pirai no final do século XIX e, em seguida, propiciou o desenvolvimento socioeconômico da cidade. No início do século XX, ali já estavam instituições religiosas, recreativas, escolares, além de indústrias, comércios e serviços, principalmente de hotelaria, no entorno das vias e edificações ferroviárias, onde se conformaria um centro urbano. Barra do Pirai era um ponto de convergência regional.

Entretanto, a partir da metade do século XX constituiu-se uma dicotomia entre as infraestruturas rodoviária e ferroviária, sendo que esta deu lugar, pouco a pouco, à hegemonia daquela. Ao passo que o modal rodoviário, cada vez mais abrangente, se consolidava no território, a crise do modal ferroviário se intensificava e, como consequência, a relação entre ferrovia e Barra do Pirai se transformava. A condição deficitária de algumas ferrovias se refletiu na estagnação da cidade. Ao mesmo tempo, a reorientação de parte das linhas para um funcionamento especializado – o transporte de minério de ferro – junto da implementação de abrangentes rodovias atravessando o território afetaram a organização do tecido urbano, implicando no seu desenvolvimento.

A privatização da malha ferroviária que atravessa a cidade foi determinante para que a relação entre Barra do Pirai e ferrovia se transformasse a partir do fim do século XX. Sendo assim, ao passo que no decorrer do presente século a MRS se consolidava como um corredor logístico especializado, o seu fim como um bem público contrariava fortemente a essência da cidade. Na atualidade, vemos observando que o caráter de centralidade de Barra do Pirai na região em que se insere e em relação ao eixo Rio-São Paulo, permanece. Porém, a cidade não tem mais o prestígio de antigamente no que se refere à infraestrutura de transportes – o serviço de transporte fluvial é inexistente; já no transporte terrestre, o modal rodoviário predomina, ainda que com inadequações e inseguranças, ao passo que o ferroviário, restrito, apenas atravessa a cidade. Se antes entre ferrovia e cidade havia harmoniosa convivência, agora uma vê a outra como interferência. Por conseguinte, observamos as consequências da tensão originada no controle territorial exercido ao longo da via férrea e vivenciamos uma realidade na qual lutamos pelo direito fundamental de ir e vir pela cidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão**. Ano XVIII. n. 33, p. 57-68, 2015. Disponível em: <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=376&sid=44>. Acesso em: 12 abr. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). **Proposições para solução de conflitos ferroviários**. Brasília, DF: ANTT, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/relatorio-proposicoes-para-solucao-de-conflitos-ferroviarios-urbanos/relatorio-proposicoes-para-solucao-de-conflitos-ferroviarios-urbanos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). **Prorrogação antecipada da malha sudeste MRS Logística S.A. Relatório Final e Anexos**. Brasília, DF: ANTT, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/mrs-logistica-prorrogacao-antecipada>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ANTT. **Malha Regional Sudeste. Contrato de Concessão e Aditivos**. Disponível em: <https://bit.ly/3US7BDZ>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ANTT. **Relatórios Anuais (2006-2023)**. Disponível em: bit.ly/3uWZbQX. Acesso em: 12 abr. 2024.

BARAT, J. **A evolução dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1978.

BARBOSA, G. **A ferrovia é uma cachaça**. 149 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://ppgantropologia.sites.uff.br/?page_id=4235. Acesso em: 12 abr. 2024.

BARRA DO PIRAHY. **Dia da indústria**. Barra do Piraí, 25 maio 2021. *Instagram*: Barra do Pirahy. Disponível em: [instagram.com/barradopirahy](https://www.instagram.com/barradopirahy) Acesso em: 25 ago. 2024.

BARRA DO PIRAHY. **Viaduto Faria Lima**. Barra do Piraí, 06 mar. 2024. *Instagram*: Barra do Pirahy. Disponível em: [instagram.com/barradopirahy](https://www.instagram.com/barradopirahy). Acesso em: 25 ago. 2024.

BARRA DO PIRAÍ. **Lei Complementar n.º 001/2018. Plano Diretor Participativo de Barra do Piraí**. Diário Oficial Eletrônico 958, Ano 14, 26 de abril de 2018. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BAUMGRATZ, G. **Barra do Piraí, Antiga e Média**. Volume I. Barra do Piraí: Editora Jornal Centro Sul, 1980.

BUZELLIN, J. COELHO, E, SETTI, J. **A ferrovia de Minas, Rio e São Paulo**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2002.

DIAS, J. **Subsídios para o desenvolvimento municipal: O caso de Barra do Piraí – RJ**. 2009. 111p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: <file:///C:/Users/ggrangeiro/Downloads/2009%20-%20Julio%20Cesar%20Sobral%20Pinto%20Dias.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GERODETTI, J, CORNEJO, J. **As ferrovias do Brasil**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

GIESBRECHT, R. **Mapa Barra do Piraí**. Estações Ferroviárias do Brasil. [S.l.]. 28 nov. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yR5Yhg>. Acesso em: 25 ago. 2024.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Enciclopédia municípios brasileiros. Barra do Piraí. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1959. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/barra-do-pirai.html>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IBGE. **Coleção de monografias dos municípios**: Barra do Piraí, Rio de Janeiro. Série B, n. 90. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1966. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31711&view=detalhes>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico de 2022**. Disponível em: <https://bit.ly/4g0SIHC>. Acesso em: 25 ago. 2024.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, [S.l.], ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/horizontesantropologicos/issue/archive>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IÓRIO, J; IÓRIO, J. L. **Terceiro Barão do Rio Bonito**. Juiz de Fora: DI Gráfica e Editora, 2007.

LAMEGO, A. **O Homem e a Serra**. v. 4, IBGE, Rio de Janeiro, 2007.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 20, p. 121–164, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2388>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MAIA, A. **Encontros e despedidas. História de ferrovias e ferroviários de Minas**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 2. O Processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELO, O. **Reflexões sobre a História de Barra do Piraí**. Crônica de minha família e minha formação nesta cidade. Barra do Piraí. 2010.

ROSSI, A. **L'Architettura della città**. Macerata: Quodlibet Abitare, 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld, Alemanha: Universidad de Guadalajara/Calas. 2019.

VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: Desafios para o planejamento territorial. *In: Seminário Internacional Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz da experiência da União Européia e do Brasil*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007.

WERNER, D.; OLIVEIRA, F. L. P. Infrastructure in Brazil: From Marketization to Emancipation. **Journal of Latin American Geography**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 22-48, 2022. Disponível em: <https://repository.lsu.edu/jlag/vol21/iss3/1/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

A ATUAL REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE: UMA ESFINGE A SER DECIFRADA?

THE CURRENT NORTHWEST FLUMINENSE REGION: A SPHINX TO BE DECIPHERED?

Jorge Natal^A

 <https://orcid.org/0000-0002-8802-9259>
Correspondência: jlanatal@gmail.com

José Luis V. da Cruz^B

 <https://orcid.org/0000-0001-9869-2639>
Correspondência: joseluisvianna@uol.com.br

Helcio de Medeiros Junior^C

 <https://orcid.org/0000-0003-0026-659X>
Correspondência: hmedeirosjunior@gmail.com.

^A O autor é doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), professor aposentado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e professor visitante-sênior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF)

^B O autor é doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professor aposentado pelo Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, ESR/UFF

^C O autor é doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, economista aposentado pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e pesquisador científico do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana (Gerurb/CNPq).

DOI: 10.12957/cdf.2024.86735

Recebido em: 22 ago. 2024 | **Aceito em:** 08 out. 2024

RESUMO

Esse espaço é apresentado recorrente e amplamente como sendo a região-problema por excelência do estado do Rio de Janeiro. Os indicadores econômicos e sociais, ruins, corroboram esse entendimento. Não fora bastante, como seu contingente populacional é pequeno, essa região possui poucos votos e conseqüentemente poucos votos/peso político nas lutas federativas – quer ao nível estadual quer ao nível federal. Não obstante, ela não expressa flagrantes “assimetrias” sociais – aliás, contradições largamente na sociedade brasileira. Ademais, o processo histórico de ocupação socioeconômico legou uma série de atividades econômicas (pequenas) que, de alguma forma, sustentam a renda e o emprego regionais – algumas inclusive com peso relativo importante na cena econômica estadual. Sendo assim, apesar dos muitos senões, defende-se que, dada a incapacidade endógena das suas forças internas catapultarem per se seu desenvolvimento, faz-se necessário o devido apoio institucional oriundo de escalas “superiores” para que essa região possa fazer frente ao histórico limbo em que historicamente se encontra. Defende-se ainda, concluindo, que essa região poderia vir a ser, inclusive, um caso paradigmático de desenvolvimento regional, posto que



assentado em empreendimentos de pequeno porte e sem as referidas disparidades sociais que tanto definem e estruturam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; noroeste fluminense; desafios ao desenvolvimento.

ABSTRACT

The space approached herein is frequently and widely presented as being the so-called region-problem par excellence in the state of Rio de Janeiro. Poor economic and social indicators corroborate this understanding. If not enough, as its population is small, this region has few votes and consequently few votes/political weight in federative disputes – both at state and federal level. However, it does not express flagrant social “asymmetries” – in fact, widely found in Brazilian society. Furthermore, the historical process of socioeconomic occupation has bequeathed a series of (small) economic activities that, in some way, sustain regional income and employment – some even with important relative weight in the state's economic scene. Therefore, despite the many negative aspects, it is argued that, given the endogenous incapacity of its internal forces to catapult its development per se, due institutional support from “higher” scales is necessary so that this region can face the historical limbo in which it historically finds itself. It is also argued, in conclusion, that this region could even become a paradigmatic case of regional development, based on small-scale enterprises and on overcoming the aforementioned social disparities that define and structure Brazilian society.

Keywords: regional development; northwest fluminense; development challenges.

1 INTRODUÇÃO

Sobressai do título acima o recorte geográfico deste artigo: a região Noroeste Fluminense (RNOF). Dele também advém o recorte cronológico: a atualidade. Logo, conhecidos os recortes anteriores, resta explicitar o terceiro (o lógico); qual seja, a questão a responder. Ela é a seguinte: a quantas anda a dinâmica socioeconômica no lugar e no tempo referidos¹?

A tal questionamento uma resposta parece ser consensual, a saber: tal unidade político-administrativa é proclamada como a área-problema por excelência do estado do Rio de Janeiro (ERJ). De forma diversa: os analistas que estudam esse lugar, quer na academia quer em nível governamental, o enunciam como se ele habitasse uma espécie de limbo marcado pela estagnação econômica, pela larga pobreza e pelo abandono no que trata das políticas públicas.

Essa avaliação não surpreende, posto a RNOF: a) apresentar produto interno e renda média baixos; b) não dispor de empresas geradoras de volumes expressivos de

¹Tal perspectiva metodológica é devedora de Novais (1986).

emprego e renda, e tampouco demandar maiores contingentes de mão de obra qualificada; c) não contar com unidades subnacionais de porte econômico e volumes populacionais dignos de nota, excetuando-se – em certo tour de force – o caso do município de Itaperuna (como se mostrará); d) receber royalties oriundos da exploração petrolífera realizada na Bacia de Campos, mas em valores insuficientes para nela suscitar impactos econômicos de monta²; e) distar aproximados trezentos quilômetros da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o principal e destacado polo econômico do estado (ERJ); f) expressar indicadores sociais ruins (seção 2); g) não atrair recursos públicos suficientes para dinamizar sua economia por possuir pouco peso eleitoral (leia-se: pouca gente, poucos votos, pouca importância política); h) não criar mercado interno robusto graças à referida limitação populacional (seção 1); e i) receber apoio irregular e irrelevante das instituições para efeito do seu desenvolvimento.

Isto posto, erige-se uma segunda pergunta: essa região não tem mesmo qualquer perspectiva de superação do que veio de ser apontado? De maneira precisa: não há de fato nada a ser mobilizado capaz de inaugurar uma etapa socioeconômica mais auspiciosa em seus domínios?

Feitos esses preâmbulos, o artigo foi estruturado como segue: na primeira seção, consideram-se informações físico-geográficas, populacionais e econômicas de sorte a elaborar uma primeira incursão analítica em sua região-objeto; na segunda seção, examina-se a geração de postos de trabalho, a distribuição funcional da renda e o contingente de pobres de modo a avançar o entendimento da sua configuração econômica, social e espacial; na terceira seção, mostra-se a existência de lastros histórico-estruturais que permitem tanto a vida ali acontecer quanto apontam para a possibilidade de se levar adiante nesse lugar fluminense um novo e “mais avançado” projeto de desenvolvimento; resgata-se, a partir da angulação econômica, o processo de ocupação territorial evidenciando a existência em seus limites de uma divisão territorial do trabalho merecedora de políticas públicas em prol da consecução do anotado projeto; e, apontam-

²Tanto que a participação desses recursos na receita total regional se situa na faixa de 10 a 15%, sendo o município de São José de Ubá o que mais recebia em termos percentuais essa renda (16%). Na mesma linha de análise: ele era seguido, com 15%, pelos de Aperibé, Itaocara e Varre-Sai, o que pouquíssimo contribuía para a alavancagem regional uma vez serem eles irrelevantes em termos econômicos. Sublinhe-se ainda que esses recursos representavam apenas 4% da receita total de Itaperuna, como anotado, o principal município da RNOF. Tais somas não se mostravam capazes de potencializar essa região no que trata da geração de emprego e renda. Em complemento, vide o ranking dos seus municípios no âmbito estadual no que concerne ao recebimento de royalties: Aperibé, 82°; Bom Jesus, 53°; Cambuci, 72°; Italva, 75°; Itaocara, 60°; Itaperuna, 42°; Laje do Muriaé, 83°; Miracema, 58°; Natividade, 72°; Porciúncula, 68°; Pádua, 50°; São José de Ubá, 83°; e, Varre-Sai, 84°. Ou seja: essas colocações no âmbito do ERJ, dados seus noventa e dois municípios, reforçam o que veio de ser enunciado (Sebrae, 2016).

se algumas atividades econômicas com potencial para efeito da geração de emprego e renda em seus espaços. Por último, nas Considerações finais, resgatam-se algumas conclusões e, passo seguinte, são indicados os desafios institucionais a enfrentar para efeito da superação do seu apontado limbo histórico.

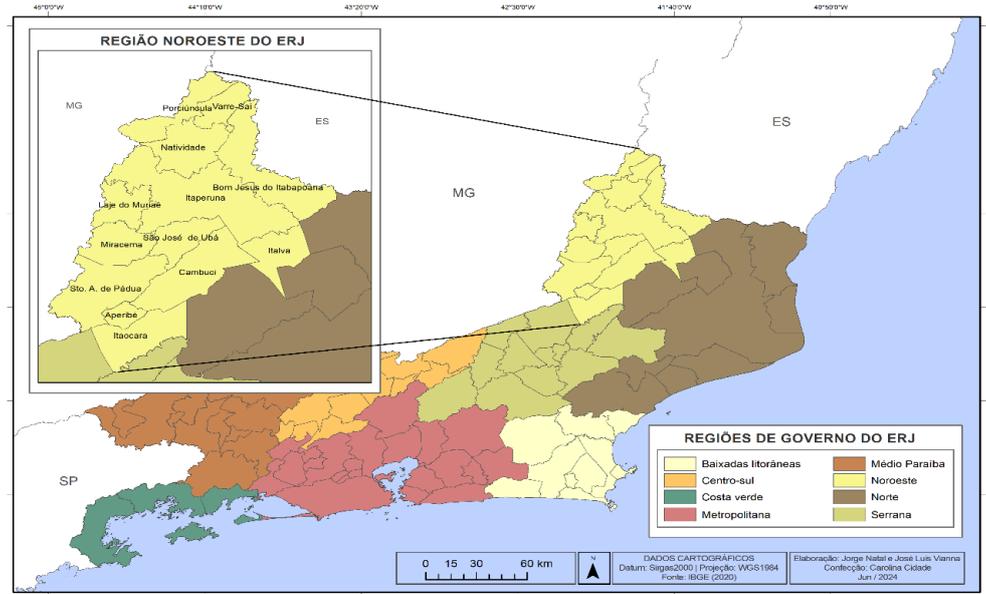
2 ASPECTOS FÍSICO-GEOGRÁFICOS, POPULACIONAIS E ECONÔMICOS

Esta seção está organizada em quatro subseções, a saber: 1.1 Aspectos físico-geográficos; 1.2 Aspectos populacionais; 1.3 Aspectos econômicos; e 1.4 Uma visão de conjunto.

2.1 Aspectos físico-geográficos

Ela é uma das oito regiões do estado do Rio de Janeiro³ e está localizada, por suposto, na sua porção mais ao norte e a oeste. Ainda: essa unidade faz fronteira à oeste com o estado de Minas Gerais, à leste com a região Norte (RNO), na sua porção sul com a região Serrana e ao norte com o estado do Espírito Santo (Figura 1).

Figura 1 – As regiões de governo do estado do Rio de Janeiro e seus municípios



Fonte: Fundação CEDERJ (2020).

³Tal regionalização segue a utilizada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro.

Anote-se que: a) a RNOF tem 5.388,5 km², área essa equivalendo a 12,3% da área do ERJ (43.750 km²); b) Itaperuna é o seu maior município, com 1.106.694 km², e representa cerca de 21% do total regional – os três seguintes são: Santo Antônio de Pádua 603,36 km² (de aqui em diante nomeado Pádua), Bom Jesus de Itabapoana 596.659 km² (*idem*, Bom Jesus) e Cambuci 558,281 km². Por conseguinte, cada um deles representa mais ou menos a metade da área de Itaperuna; c) a região em exame apresenta topografia variando de menos de 100 a mais de 1.000 metros (é dizer, ela é bastante acidentada); e d) apresenta problemas de suprimento de água em parcela do seu território, apesar de ser atravessada por importantes rios como o Carangola, o Muriaé, o Pomba e o Paraíba do Sul (além de possuir lagoas e cachoeiras) (Ferreira *et al.*, 2022; Martorano *et al.*, 2003).

2.2 Aspectos físico-geográficos

Para esse fim são considerados, como consta do quadro seguinte, os dados do Censo de 2000, 2010 e 2022 (Quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição e evolução populacional da região Noroeste Fluminense e seus municípios

Unidades federativas	População 2000 (A)	População 2010 (B)	População 2022 (C)	C/A (%)	C/B (%)
Estado do Rio de Janeiro (ERJ)	14.391.282	15.989.929	16.055.174	11,56	0,41
Região Noroeste Fluminense (RNOF)	297.696	317.493	324.037	8,85	2,06
% da população da RNOF no ERJ	2,07	1,99	2,02	-	-
Aperibé	8.018	10.213	11.034	37,62	8,04
Bom Jesus	33.655	35.411	35.173	4,51	-0,67
Cambuci	14.670	14.827	14.616	-0,37	-1,42
Italva	12.621	14.063	14.073	11,50	0,07
Itaocara	23.003	22.899	22.919	-0,37	0,09
Itaperuna	86.720	95.841	101.041	16,51	5,43
Laje do Muriaé	7.909	7.487	7.336	-7,24	-2,02
Miracema	27.064	26.843	26.881	-0,68	0,14
Natividade	15.125	15.082	15.074	-0,34	-0,05
Porciúncula	15.952	17.760	17.288	8,38	-2,66
Pádua	38.692	40.589	41.325	6,81	1,81
São José de Ubá	6.413	7.003	7.070	10,24	0,96
Varre-Sai	7.854	9.475	10.207	29,96	7,73

Fonte: IBGE (2024).

Tendo em vista o Quadro 1 se pode dizer que: a) o desempenho populacional regional foi crescente no período 2000-22. No entanto, assinala-se a diferença verificada entre esses anos e os 2010-22. Isto é: no primeiro a população cresceu cerca de 0,5% ao

ano (a.a.) e no segundo a uma taxa ainda menor (cerca de 0,17% a.a.). Em adição, embora o crescimento nos últimos doze anos tenha sido superior ao do ERJ, o dos referidos anos 2000-22 ficou bem abaixo; b) o percentual agregado dos últimos doze anos só não foi inferior por causa de Aperibé (8,04%), Varre-Sai (7,73%) e Itaperuna (5,43%) – que, como explicado na nota que segue, precisa ser relativizado⁴; c) o crescimento experimentado no período 2000-22 pelos dois primeiros municípios referidos (37,62% e 29,96%, pela ordem) merecem ser sublinhados apenas quando comparados com o do terceiro, o de Itaperuna (16,51%) – percentuais esses, como explicado na nota de rodapé 9, a serem também relativizados; d) a região abrange quatro municípios com contingentes populacionais na faixa dos dez mil habitantes ou menos (Aperibé, Laje do Muriaé, São José de Ubá e Varre-Sai) e outros quatro no entorno dos quinze mil (Cambuci, Italva, Natividade e Porciúncula). Em termos precisos: das treze unidades subnacionais regionais oito estão situadas no entorno de sete a quinze mil habitantes; e e) os aproximados 2% da população dessa região no estado têm evidentes implicações políticas e econômicas negativas como já se disse quanto à atração de empresas/investimentos e recursos públicos para seus limites territoriais⁵.

Nessa mesma linha argumentativa, diante do contingente de habitantes e da extensão territorial, enfatize-se sua baixa densidade demográfica populacional de 60 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²). Aperibé é o município onde esse indicador é mais expressivo; no entanto, ele alcança apenas 116 hab./km² – tal “apenas” se justifica em razão de ele apresentar a menor extensão territorial da região. Além disso, as unidades subnacionais regionais mais destacáveis, reiterando, Itaperuna, Bom Jesus e Pádua, também pela ordem, tem apenas 90, 60 e 68 hab./km² (Sebrae, 2016).

Em síntese, destaque-se que: a) o crescimento populacional da RNOF está longe de ser apreciável (pelo contrário), operando desse modo para a limitação de seu mercado interno (seja para a produção doméstica, seja para a atração de grandes empreendimentos⁶); b) essa participação seria menor não fosse o crescimento de Aperibé,

⁴Conquanto significativos, os dois primeiros percentuais são pouco relevantes: porque suas populações são diminutas; e, porque eles foram inflados devido às suas emancipações (Varre-Sai de Natividade e Aperibé de Pádua) e ulterior estruturação das suas respectivas máquinas públicas. O percentual de crescimento de Itaperuna, conquanto elevado, tampouco pode ser superestimado pelo tempo decorrido (22 anos). Em suma: essa região, no limite, experimenta crescimento populacional do tipo vegetativo.

⁵Em adição, ilustrativa e atualíssima, vide *Agenda do Poder* de 11.03.2024 intitulada “Emendas impositivas da Alerj: conheça as cidades que mais receberam recursos e as que não receberam nada”. Cada deputado terá direito a cerca de R\$ 2,7 milhões para gastar em seus projetos. Contudo, por conta da reduzida população da RNOF, ela receberá quase nada desse valor posto ter um único deputado estadual (Itaperuna).

⁶Isso não surpreende, pois, como mostra Marx (2024; capítulo 23 do Livro I), há no capitalismo uma lei populacional determinada pela dinâmica econômica, a saber: a população tende a se movimentar no território em função da oferta de postos de trabalho e geração de renda.

Varre-Sai e Itaperuna, conquanto ele não possa ser valorado (como explicado); e c) a reduzida performance dos municípios com maior população, mesmo a de Itaperuna, nos últimos doze anos foi de apenas 5,43%. Em síntese: essa região tem volume populacional limitado apesar da sua exígua extensão territorial. Não fora bastante, ela apresenta reduzido ritmo de crescimento demográfico.

2.3 Aspectos econômicos

Os números anteriores (Quadro 1) mostram a flagrante importância populacional de Itaperuna em seu âmbito regional e o contingente bem menor dos outros dois municípios de maior peso com relação a esse mesmo quesito, e.g., Pádua e Bom Jesus⁷. Mesmo assim a relevância dessas últimas unidades federativas se justifica, afora os aspectos população e geração de riqueza (no aludido âmbito), posto por vezes se apontar que eles poderiam ou mesmo estariam colocando em xeque a centralidade regional de Itaperuna (PortalRioBr, 2024) – os números apresentados a seguir desmentem tal verbalização (Quadro 2).

Quadro 2 – Evolução da participação do Produto Interno Bruto (PIB) – região Noroeste Fluminense e seus municípios, e estado do Rio de Janeiro

Estado, Região e Municípios	2010			2020			C-A (ERJ)	D-B (RNOF)
	R\$ mil	% em relação ao ERJ (A)	% em relação à RNOF (B)	R\$ mil	% em relação ao ERJ (C)	% em relação à RNOF (D)		
Estado do Rio de Janeiro	449.858.101	100,00	-	753.823.710	100,00	-	-	-
Região Noroeste	3.934.116	0,87	100,00	8.971.244	1,19	100,00	0,32	-
Aperibé	93.788	0,02	2,38	223.202	0,03	2,49	0,01	0,10
Bom Jesus	420.564	0,09	10,69	869.561	0,12	9,69	0,02	-1,00
Cambuci	167.262	0,04	4,25	405.064	0,05	4,52	0,02	0,26
Italva	163.482	0,04	4,16	390.519	0,05	4,35	0,02	0,20
Itaocara	256.885	0,06	6,53	632.251	0,08	7,05	0,03	0,52
Itaperuna	1.436.222	0,32	36,51	3.317.024	0,44	36,97	0,12	0,47
Muriaé	77.640	0,02	1,97	166.507	0,02	1,86	0,00	-0,12
Miracema	248.305	0,06	6,31	635.712	0,08	7,09	0,03	0,77
Natividade	152.230	0,03	3,87	322.465	0,04	3,59	0,01	-0,28
Porciúncula	180.948	0,04	4,60	415.342	0,06	4,63	0,01	0,03
Pádua	584.056	0,13	14,85	1.176.973	0,16	13,12	0,03	-1,73
Ubá	70.522	0,02	1,79	168.874	0,02	1,88	0,01	0,09
Varre-Sai	82.212	0,02	2,09	247.750	0,03	2,76	0,01	0,67

Fonte: IBGE (2022a).

⁷Enquanto o primeiro detinha cerca de 31% da população regional, conforme os dados de 2022, tendo inclusive aumentado esse percentual em relação ao ano de 2010 (30,2%), Pádua, nos mesmos anos, viu reduzido seu crescimento de 12,8% para 12,3% e Bom Jesus experimentou aumento pífio - de 10,9 para 11,1 p.p.

Das anotações precedentes e do Quadro 2 resultam quatro destaques: a) na coluna C-A, observa-se o aumento da participação do PIB da RNOF no PIB estadual em + 0,32 pontos percentuais (p.p.). Esse aumento, afora não ser significativo, visto o tempo decorrido, explica-se sobretudo pelo desempenho de Itaperuna (+0,12 p.p.). Sublinhe-se ainda que os desempenhos positivos de Pádua (+0,03 p.p.) e Bom Jesus (+0,02 p.p.) foram mínimos. Enfim: reitera-se a importância econômica do primeiro município vis a vis esses outros dois – os demais aumentaram suas participações, porém o fizeram irrisoriamente; b) na coluna D-B, logo, no âmbito intrarregional, outra vez sobressai Itaperuna (+0,47 p.p.) diante de Pádua (-1,73 p.p.) e Bom Jesus (-1,00 p.p.); c) por conseguinte, reafirma-se a centralidade econômica incontestada de Itaperuna. A esse respeito, vide também o fato de esse município alcançar, em 2020, 36,97% do PIB regional, ficando Pádua com 13,12% e Bom Jesus com 9,69%. Mais: as participações dessas duas últimas unidades federativas eram maiores em 2010 (pela ordem, 14,85% e 10,69%); e d) na coluna D-B, constata-se alguma movimentação interna à região, uma vez ter havido municípios diminuindo suas participações enquanto outros lograram aumentá-las⁸.

Face as anotações precedentes, enfatize-se: a) o modesto crescimento econômico da região no período examinado; b) a redução da participação relativa no PIB regional de Pádua e Bom Jesus desqualifica, como apontado, a capacidade de esses dois municípios rivalizarem com Itaperuna do ponto de vista econômico; e c) as movimentações internas de alguns de seus municípios.

2.4 Uma visão de conjunto

Considerados os itens anteriores, sublinhem-se os seguintes aspectos: a) em que pese a extensão territorial não ser significativa em relação a outras regiões e ao próprio estado (ERJ), observado seu contingente e densidade populacionais, a RNOF apresenta não-territórios ou áreas de sombra (Santos, 1994). Além desse baixo contingente e densidade contribuíram para esse quadro a realização de determinado êxodo rural durante o século XX, em especial na sua primeira metade (essa démarche será examinada na seção 3), bem como a ocupação predatória do seu território; b) o município de Itaperuna

⁸Os que diminuíram essa participação foram: Pádua, -1,73%; Bom Jesus, -1,00%; Natividade, -0,28%; e, Laje do Muriaé, -0,10%; e, os que a aumentaram foram: Miracema, +0,77%; Varre-Sai, +0,67%; Itaocara, +0,52%; Itaperuna, +0,47%; Cambuci, +0,26%; +Italva, 0,20%.

desempenha incontestável papel de capital regional, devendo-se destarte guardar reservas quanto à Pádua e Bom Jesus com ele rivalizarem; c) a referida resiliência de alguns municípios não deve ser perdida de vista para o delineamento de um novo padrão socioeconômico de desenvolvimento (essa discussão será retomada adiante)⁹; d) as anotações acerca da extensão territorial (apesar de ela não ser significativa no âmbito do ERJ) e a baixa densidade demográfica não representam óbices definitivos para a implementação de atividades geradoras de emprego e renda, sobretudo em sua área rural (como se analisará); e) por fim, importante não ignorar o problema da água.

3 A QUESTÃO SOCIOECONÔMICA: UMA ANÁLISE MAIS DETIDA

Esta seção está organizada em quatro subseções, como segue: 2.1 Preâmbulo (metodológico); 2.2 O problema da geração de postos de trabalho; 2.3 A tipificação da distribuição da renda e a pobreza¹⁰; e 2.4 Uma sucinta conclusão preliminar.

3.1 Preâmbulo (metodológico)

A análise a seguir está organizada em dois blocos: o primeiro se assenta nas informações obtidas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹¹; e o segundo, nos dados do Coeficiente de Gini, do CadÚnico e do contingente de pobres. De modo mais detido: a análise do primeiro bloco considera a variação absoluta de postos de trabalho por setor de atividade econômica das regiões do estado (Quadro 3) e a mesma variação em relação aos municípios da região em exame (Quadro 4); e a do segundo, como apontado, leva em conta os dados do Coeficiente de Gini (que mede a desigualdade

⁹Adição: tal resiliência deve ser valorada posto que no período analisado a economia brasileira e a fluminense viveram sob o signo de significativa crise, em particular na segunda metade dos anos 2010.

¹⁰As palavras/designações pobreza e pobre são aqui utilizados com reservas pelo fato de os autores os entenderem insubsistentes, uma vez existem nas sociedades do capital apenas duas classes sociais, não essas, pobres e ricos, e sim capitalistas e trabalhadores. Vale lembrar serem elas, as palavras/designações, derivadas dos rendimentos auferidos, enquanto a perspectiva clássica mostra que os rendimentos são determinados pela inscrição dos indivíduos no processo de produção da riqueza social.

¹¹Ela visa suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista, prover dados para a elaboração de estatísticas de trabalho e disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Tais informações indicam quem são essas pessoas e famílias, como elas vivem e do que precisam para melhorar suas vidas (conforme Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Governo Federal). Ainda: são obrigados a entregar a declaração RAIS todos aqueles com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

da distribuição da renda) (Quadro 5), do CadÚnico (que registra o número de pessoas e famílias cujas rendas domiciliares per capita são de até ½ salário-mínimo) (Quadro 6) e do contingente de pobres (Sebrae, 2016).

3.2 O problema da geração de postos de trabalho¹²

No que trata das regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, mirando a “nossa” região-objeto, considere-se o Quadro 3.

Quadro 3 – Variação absoluta dos postos de trabalho por setor de atividade e regiões de governo do estado do Rio de Janeiro – 2010/2021

Sector de atividade	Metropo- litana	Noroeste	Norte	Serra- na	Baixas Litorâ- neas	Médio Vale do Paraíba	Centro- Sul	Costa Verde	Total
Agricultura	775	-575	-815	1.307	-262	-811	-254	113	-522
Indústria	-129.304	648	-5.122	-7.100	534	1.296	1.610	-8.510	-145.948
Extr. mineral	2.313	-72	-7.016	-48	2.702	-82	-335	-35	-2.573
Mín. não- metálicos	-3.933	-163	-595	103	-103	-410	-276	44	-5.333
Metalurgia	-6.045	-49	-1.548	132	435	1.301	79	-10	-5.705
Mecânica	-4.984	42	1.441	137	883	4.696	81	37	2.333
Eletr. e comunicação	-1.078	14	15	68	68	-5	245	-1	-674
Mat. transportes	-11.871	-131	1.974	-302	73	-71	-423	-5.430	-16.181
Mad. e mobiliário	-2.841	-13	-205	-277	49	-170	214	-163	-3.406
Papel e gráfica	-12.290	167	-245	-246	-2	282	185	0	-12.149
Borracha, fumo e couros	-2.796	5	183	-306	-65	597	1.073	12	-1.297
Química	-16.138	201	81	-1.781	302	-226	882	-8	-16.687
Têxtil	-16.687	299	-408	-3.299	-6	-769	-780	-22	-21.672
Calçados	-617	-5	-19	-57	3	-9	0	2	-702
Alim. e bebidas	-2.496	107	1.049	889	282	1.134	520	410	1.895
Serv. util. pública	1.970	46	-116	103	69	419	251	251	2.993
Constr. civil	-51.811	200	287	-2.216	-4.156	-5.391	-106	-3.597	-66.790
Serviços	-103.908	7.565	16.718	15.822	40.162	21.254	173	7.473	5.259
Com. varejista	-28.687	1.639	-778	4.671	8.385	1.198	247	2.419	-10.906
Com. atacadista	3.666	-334	48	764	1.050	202	650	213	6.259
Inst. financeiras	796	179	407	52	73	-325	133	52	1.367
Adm. téc. prof.	-28.284	1.747	5.291	3.182	2.781	6.995	-1.621	176	-9.733
Transporte e comunicação	-33.762	1.445	4.218	2.119	2.055	2.520	-109	423	-21.091
Aloj. e alimentação	-40.869	1	-2.900	850	4.300	-1.171	-4.188	1.906	-42.071
Méd., odonto. e veter.	45.034	1.107	3.501	421	2.358	5.214	1.524	-76	59.083
Ensino	25.691	900	2.794	777	1.974	1.136	316	836	34.424
Adm. Pública	-47.493	881	4.137	2.986	17.186	5.485	3.221	1.524	-12.073
TOTAL	-232.437	7.638	10.781	10.029	40.434	21.739	1.529	-924	-141.211

Fonte: Brasil (2024).

¹²Assinale-se que tais categorias operam como proxy da varável dinâmica econômica.

Dada a última coluna e a da RNOF, sobretudo essas, tem-se que: a) Agricultura. Houve perda de postos de trabalho (p.t.) no estado como um todo (-522), performance acompanhada pela Região Noroeste que registrou - 575 p.t. Indústria. Os p.t. diminuíram no estado em 145.948 e, ao reverso, na RNOF eles foram aumentados (+648)¹³. Serviços. No âmbito do ERJ houve expressiva criação de p.t. (+5.259), performance seguida pela RNOF (+7.565). Administração Pública. Registra-se diminuição de p.t. no âmbito estadual (-12.073), tendo a RNOF os aumentados (+881) – esse número, contudo, não é expressivo quando comparado ao das outras regiões com desempenho positivo. Quantitativo total. No ERJ, observa-se queda pronunciada de 141.211 p.t., número de novo explicado pelo desempenho da RMRJ (-232.437 p.t.). Entretanto, embora a RNOF tenha aumentado seus p.t. essa performance se mostra a mais baixa quando consideradas as demais regiões – excluídos por suposto os casos negativos das Regiões Metropolitana (-232.437 p.t.) e Costa Verde (-924 p.t.).

Em resumo: comparando a Região Noroeste com o ERJ, verifica-se: a) a fragilidade do Setor agropecuário no que trata da geração de p.t., quer em termos estadual quer regional; b) a elevada sensibilidade da Indústria fluminense às flutuações econômicas, enquanto a RNOF, com algum grau de resiliência, logrou aumentá-los – vide, ilustrando, os números das indústrias química, têxtil, de alimentação e bebidas, e construção civil; c) os Serviços, por sua vez, mostraram certo vigor diante das anotadas flutuações econômicas do estado, comportamento acompanhado pela região em tela – vide, como escrito antes, os números do comércio varejista, transporte e comunicação, e medicina, odontologia e veterinária; e d) a Administração pública, embora tenha perdido p.t. no estado, ela logrou gerá-los na região em estudo. Em suma: saliente-se o desempenho ruim da Agricultura e o bom dos Serviços; e bem atrás, conquanto também positivos, os da Indústria e Administração Pública.

Por último, dadas as dificuldades econômicas (agravadas, vale enfatizar, pela crise fluminense e nacional da segunda metade dos anos 2010), os destaques intrassetoriais apontados serão examinados de forma um pouco mais detida em seguida. Para tal, como já assinalado, tendo como foco a geração de postos de trabalho dos municípios da RNOF (Quadro 4).

¹³Tenha-se em conta que a crise da produção da Bacia de Campos e a dos preços do barril do petróleo repercutiram no estado. Tanto que impactaram negativamente no ERJ, bem como na Região Norte e não nas Baixadas Litorâneas e, como consta do quadro em exame, na RNOF (por causa da sua relação ténue com a economia do petróleo, como já se indicou na Apresentação).

Quadro 4 – Variação absoluta dos postos de trabalhos por setor de atividade e municípios da região Noroeste Fluminense – 2010/2021

Setor de atividade	Ape-ribé	Bom Jesus	Cam-buci	Italva	Itaocara	Itaperuna	Laje do Muriaé	Miracema	Natividade	Porciúncula	Pádua	Ubá	Varre-Sai	Total
Agricultura	-15	-108	-29	-17	-77	-90	-25	-57	-25	-12	-89	-27	-4	-575
Indústria	55	-136	-89	319	7	305	17	172	-134	-61	236	-35	-8	648
Extrat. Mineral	-10	-5	-10	34	0	89	-10	5	0	-20	-116	-29	0	-72
Min. não metálico	2	-63	3	-36	12	14	44	-11	-1	-38	-112	25	-2	-163
Metalurgia	-19	-12	2	4	-9	-34	1	-58	0	-4	79	0	1	-49
Mecânica	-46	0	-7	0	-5	12	0	0	1	0	87	0	0	42
Eletr. e comunic.	0	12	0	1	0	3	0	-2	0	0	0	0	0	14
Mat. de transporte	0	0	0	0	1	-141	6	0	1	1	1	0	0	-131
Mad. mobiliário	-16	-17	-3	19	-18	72	-5	-6	2	0	-37	0	-4	-13
Papel e gráf.	3	-20	0	3	-4	-72	0	-2	-1	-4	263	1	0	167
Borr., fumo e couro	0	9	0	-5	0	4	0	0	0	-2	-1	0	0	5
Química	164	2	0	1	-2	11	21	3	-22	0	23	0	0	201
Têxtil	-6	-1	-36	33	-29	357	-24	-5	4	-26	25	7	0	299
Calçados	0	0	0	0	0	-4	0	0	0	0	-1	0	0	-5
Alim. e bebidas	-7	80	-39	31	3	85	-15	110	-136	31	-12	-11	-13	107
Serv. util. pública	0	9	-2	-2	4	-36	1	0	0	0	72	0	0	46
Construção civil	-10	-130	3	236	54	-55	-2	138	18	1	-35	-28	10	200
Serviços	338	431	198	226	485	3.429	209	769	484	277	339	331	49	7565
Com. varejista	91	-9	83	134	185	650	9	176	95	103	44	60	18	1639
Com. atacadista	-11	-8	-1	77	25	-439	-47	68	-1	1	-8	0	10	-334
Inst. financeira	4	30	2	12	11	79	-4	0	-6	2	48	-4	5	179
Adm. técn. prof.	65	112	4	21	150	826	-5	23	82	92	344	14	19	1747
Transp. e comunic.	141	92	52	25	73	586	3	163	10	54	104	52	90	1445
Aloj. e alimentação	13	115	34	5	78	-21	11	12	58	101	-449	18	26	1
Méd., odont. e veter.	4	21	6	-45	87	1128	-3	-4	-25	-42	39	2	-61	1107
Ensino	2	164	-4	33	68	405	10	52	17	59	49	4	41	900
Adm. Pública	29	-86	22	-36	-192	215	235	279	254	-93	168	185	-99	881
Total	378	187	80	528	415	3644	201	884	325	204	486	269	37	7638

Fonte: Brasil (2024).

Do Quadro 4 vem: Agricultura. Houve perda no agregado regional (-575 p.t.), bem como em todos os seus municípios, pontificando negativamente Bom Jesus (-108 p.t.), Itaperuna (-90 p.t.), Pádua (-89 p.t.) e Itaocara (-77 p.t.). É dizer: a agricultura se mostra de fato um problema para a economia regional. Essa performance não surpreende pois, embora haja potencialidades na região a serem exploradas (como se mostrará), elas carecem de apoios institucionais e de indústrias que lhes sejam complementares.

Indústria. O desempenho regional foi positivo (+648 p.t.), destacando-se os municípios de Italva (+319 p.t.), Itaperuna (+305 p.t.), Pádua (+236 p.t.) e Miracema (+172 p.t.). Serviços. Ocorreu aumento agregado na região de 7.565 p.t. Tal desempenho positivo se deu em todos os seus municípios, sobretudo pelos números verificados em Itaperuna, qual seja, 3.429 p.t. – o que, é trivial, reafirma a importância econômica desse município na região. Administração pública. Registrou-se +881 p.t. na RNOF, número esse explicado por Miracema (+279 p.t.), Natividade (254 p.t.), Muriaé (235 p.t.), Itaocara (215 p.t.), Ubá (185 p.t.) e Pádua (168 p.t.). Por último, com relação ao quantitativo total, assinala-se que o resultado agregado é positivo (+7.638 p.t.) principalmente por causa de Itaperuna (+3.644 p.t.)¹⁴.

Por fim assinala-se que: preponderam na RNOF, dado o Quadro 4, os setores de Transportes e comunicações, Administração técnico profissional, Comércio varejista, Ensino, Alimentos e bebidas – não obstante também há algumas indústrias mais “pesadas”, tais como a Química, a Extrativa mineral, a Metalurgia, a Mecânica, a de Papel e gráfica etc. Ou seja: essa região não é na realidade um vazio de empresas e negócios, conquanto tampouco possua uma estrutura econômica que possa ser superestimada; e as potencialidades e resiliências indicadas neste item 2.2 serão analisadas na seção seguinte¹⁵.

¹⁴Tal município foi alavancado pelos números obtidos pelo seu setor de serviços (+769 p.t.), seguido pela sua Administração pública (+279 p.t.).

¹⁵Para análise mais detida, município a município, cabe destacar os seguintes setores: Extrativa mineral, Química, Alimentos e bebidas, Comércio Varejista, Instituições Financeiras, Transportes e comunicações, Médico odontológico veterinário, e ensino em Itaperuna; Minerais não-metálicos em Laje do Muriaé; Química, Transportes e comunicação, e Administração técnico profissional em Aperibé; Alimentos e bebidas, Construção civil, Comércio varejista e Comércio atacadista, Administração técnico profissional, e Transportes e comunicação em Miracema; Comércio varejista, e Administração técnico profissional em Porciúncula; Construção civil, Comércio varejista e Comércio atacadista em Italva; Comércio varejista, Administração técnico profissional, Transportes e Comunicação, e Ensino em Itaocara; Transportes e comunicação em Varre-Sai; e, Ensino em Natividade. Mais: dado serem os municípios de Pádua e Bom Jesus referidos por vezes como potenciais polos de desenvolvimento regional capazes de rivalizar com Itaperuna, eles foram aqui separados (dos acima); como segue: o primeiro se destacou nos setores de Metalurgia, Mecânica, de Papel e gráfica, nas Instituições financeiras, na Administração técnico profissional, nos Transporte e comunicação, e no Ensino; e, o segundo, em Alimentos e bebidas, Administração técnico profissional, Transporte e comunicação, e Ensino. De outra forma: afóra a distância de ambos em termos econômicos face a Itaperuna, também resulta evidente do quadro anterior e das subsequentes análises, o peso “a maior” de Pádua *vis a vis* Bom Jesus, posto sobressaírem nesse último segmentos de maior impacto.

3.3 A tipificação da distribuição da renda e o problema da pobreza

Para análise da distribuição da renda (através do coeficiente de Gini) e da pobreza (pela ordem, através do contingente de pobres via CadÚnico e de dados coligidos na fonte já mencionada) foram considerados apenas dois conjuntos de municípios: Itaperuna, Pádua e Bom Jesus; e Aperibé e S. José de Ubá. Os três primeiros são os mais dinâmicos em termos econômicos e os outros dois os menos no que concerne a esse mesmo quesito. A escolha em questão partiu do seguinte questionamento: existe discrepância (ou não) entre os dois grupos de municípios no que concerne à apropriação da renda gerada?

3.3.1 Coeficiente de Gini (CG)¹⁶

De maneira sucinta (Quadro 5), possível dizer que os CG desses municípios se situam em níveis intermediários, sendo o coeficiente mais elevado o registrado em Itaperuna em 1991 (0,6518) e os mais baixos em Aperibé (0,4521), Ubá (0,4652) e Itaperuna (0,4913) em 2010. Ainda: esse último município e Pádua reduziram seus CG nos anos analisados, o que indica ter havido alguma diminuição das suas desigualdades sociais. Ademais, Bom Jesus oscilou, pois a reduziu em 2000 e voltou a elevá-la em 2010; e os dois municípios mais pobres a diminuíram na passagem dos anos 2000 para 2010. Esse comportamento se explica por causa: do crescimento econômico setorial verificado nos últimos anos analisados (com a exceção da Agricultura) que, apesar de modesto, sustentou dado volume de emprego e geração de riqueza; dos programas de transferências de renda dos governos estadual e federal, e em alguns municípios; da existência de certo número de pequenos empreendimentos espalhados pelo seu território etc. (tais injeções de recursos na economia da região serão analisadas nas páginas seguintes). Em síntese: parece prevalecer na RNOF uma distribuição de relativa equanimidade, por baixo, dos rendimentos pagos/auferidos.

¹⁶Esse coeficiente varia entre zero e um: quanto mais próximo de zero mais igual é a distribuição da renda apropriada pelos indivíduos e de um, ao contrário, mais desigual (no limite, nesse último caso, um único indivíduo se apropriaria dela na sua inteireza).

Quadro 5 – Coeficiente de Gini (CG) de municípios selecionados (Itaperuna, Pádua, Bom Jesus, Aperibé e São José de Ubá)

Municípios	1991	2000	2010
Itaperuna	0,6518	0,5496	0,4913
Pádua	0,6023	0,5556	0,5226
Bom Jesus	0,5874	0,5380	0,5709
Aperibé	-	0,5591	0,4521
São José de Ubá	-	0,5969	0,4652

Fonte: Sebrae (2016).

CadÚnico. Partiu-se da ideia de que a quantidade (ou porcentagem) de pessoas inscritas nesse cadastro constitui prova fidedigna da extensão da miserabilidade (ou da chamada baixa renda) existente, no caso, nesse recorte geográfico. A respeito, vide o Quadro 6:

Quadro 6 – Pessoas cadastradas no CadÚnico de municípios selecionados da região Noroeste Fluminense

Unidade Geográfica	2012		2022	
	Pessoas	% População	Pessoas	% População
Brasil	79.618.943	41,06	89.312.676	43,98
ERJ	4.350.094	26,80	5.991.415	37,32
RNOF	143.105	44,65	150.095	46,32
Itaperuna	33.558	34,52	40.004	39,59
Pádua	13.295	32,53	16.330	39,52
Bom Jesus	15.781	44,23	16.962	48,22
Aperibé	5.354	50,77	4.253	38,54
São José de Ubá	4.619	65,12	3.811	53,90

Fonte: CadÚnico (2012/2022). Nota: População censitária de 01/08/2022. Optou-se por considerar apenas o número de pessoas, posto que no caso das famílias, de 2012 e 2022, as nomenclaturas não são compatíveis para fins analíticos. Ainda: foi escolhido o mês de agosto, pois tal mês permite a comparação das estimativas do IBGE com o registro do CadÚnico.

A leitura dos dados da população inscrita no CadÚnico para o Brasil, o ERJ e a RNOF (e seus municípios) mostra ser o percentual de pobres mais elevado no último recorte geográfico que nos outros dois níveis federativos. Em suma, essa região apresenta elevados níveis de pobreza. A média do ERJ está abaixo da média brasileira, no entanto, a da RNOF se situa bem acima da fluminense e é superior à brasileira. Constata-se ainda que: os três municípios mais ricos em 2022, pela ordem, têm 39,59%, 39,52% e 48,22% da sua população inscrita no cadastro em questão no que trata dos dois primeiros – Itaperuna e Pádua. Vale enfatizar, o fato de eles serem os municípios mais polares da região; e dos mais pobres, os percentuais registrados são de quase 39% em Aperibé (abaixo da média regional) e de 53,90% em Ubá (bem acima da referida média)¹⁷.

¹⁷Considerados os outros municípios, verifica-se que dos treze sete deles têm percentuais de pessoas inscritas superiores a 50% (e inferior a 60%) do total da população (Miracema, 59,22%; Porciúncula,

3.3.2 *Contingente de pobres*

O terceiro indicador registra o percentual de pobres dos mesmos cinco municípios na sua relação com a população total e a colocação deles no âmbito (ranking) estadual em 2010 (quando a conjuntura econômica fluminense e nacional era auspiciosa); como segue: Itaperuna (26,2% e 23°), Bom Jesus (35,3% e 70°), Pádua (33,1% e 41°), Aperibé (32,5% e 48°) e São José de Ubá (48,8% e 91°) (Sebrae, 2016) ¹⁸. Desse conjunto de informações vem o seguinte: a) o contingente de pobres registra apenas dois municípios com percentuais inferiores a 30% (Italva e Itaperuna) – vale dizer, os outros onze o ultrapassam¹⁹; b) os percentuais assinalados atestam viver em situação econômico-financeira modesta ou mesmo precária parcela significativa dos habitantes dessa região; c) por fim, respondendo à pergunta efetuada, com a notória exceção de Itaperuna, pode-se dizer que mesmo os municípios de Bom Jesus e Pádua apresentam situação gravosas quando se tem em conta os percentuais de pobres residentes em seus domínios.

3.4 **Uma sucinta e preliminar conclusão**

Do conjunto de apontamentos efetuados nesta seção retenha-se: a) a fragilidade da Agricultura, a resiliência da Indústria e as contribuições inequívocas dos Serviços e da Administração pública no que concerne à geração de postos de trabalho; b) a incontestante importância econômica de Itaperuna na região. Sem prejuízo dessa anotação, assinale-se a relativa complexidade de Pádua frente a Bom Jesus nesse mesmo aspecto (o econômico); c) o exame do CadÚnico comprovou a precária situação econômico-financeira de parte expressiva da população da RNOF, atestada pelo seu largo contingente de pobres; e d) os dados do Coeficiente de Gini, por sua vez, indicaram que apesar da

57,44%; Cambuci, 55,66%; Natividade, 50,23%; e, o referido, São José de Ubá, com 53,90%). Pior: há municípios com percentuais superiores a 60% da sua população experienciando essa situação, como segue: Varre-Sai (64,73%) e Laje do Muriaé (68,81%).

¹⁸ Veja-se a lista completa (percentuais de pobres e posição no ranking estadual): Aperibé, 32,5% e 48°; Bom Jesus, 35,3% e 70°; Cambuci, 36,9% e 74°; Italva, 29,5% e 34°; Itaocara, 32,8% e 51°; Itaperuna, 26,2% e 23°; Laje do Muriaé, 43,9% e 88°; Miracema, 33,0% e 53°; Natividade, 33,1% e 57°; Porciúncula, 40,1% e 81°; Pádua, 33,1% e 41°; São José de Ubá, 48,8% e 91°; e, Varre-Sai, 43,9% e 87°.

¹⁹ Alguns desses últimos municípios se situam na faixa dos 30%, porém há casos em que eles ultrapassam inclusive os 40% (de pobres), como são os casos de Laje do Muriaé (43,9%), Porciúncula (40,1%), São José de Ubá (48,8%) e Varre-Sai (43,9%). No ranking estadual seis deles ocupam posições bem graves: Bom Jesus (70°), Cambuci (74°), Laje do Muriaé (88°), Porciúncula (81°), São José de Ubá (91°) e Varre-Sai (87°).

fragilidade econômica e social existente não vigoraria na região a extremada diferenciação de apropriação da renda tão encontrada no País. É esse último apontamento que anima a busca por melhor desvelar a natureza dessa região e suas perspectivas de futuro, posto ele sugerir que apesar de tudo “a vida ali acontece”. Como segue.

4 A RNOF: LASTROS, PRESENTIFICAÇÕES HISTÓRICAS E POTENCIALIDADES

Como consta da Introdução, a presente seção se encontra organizada em três sucintos movimentos analíticos: no primeiro, aponta-se a existência de lastros estruturais que permitem, como enunciado, a vida acontecer nos domínios em questão, assim como para a consecução de práxis mais avançadas relativas ao seu desenvolvimento econômico e social; no segundo, resgata-se o processo histórico de ocupação territorial dessa região, tendo em vista o fio analítico da dinâmica econômica, de sorte a demarcar a vigência em seus limites de uma divisão territorial do trabalho a ser valorada para a reflexão e consecução do aludido desenvolvimento; e no terceiro, examinam-se algumas atividades com potencial de geração de emprego e renda passíveis de serem mobilizadas para efeito dessa mesma reflexão e consecução.

4.1 Lastros gerais para o desenvolvimento prospectivo da RNOF

Como assinalado, apesar dos muitos e graves problemas existentes, a vida acontece porque nela ocorre razoável injeção de recursos públicos, dado o seu porte, através do mecanismo dos royalties (repetindo: embora eles não sejam expressivos), dos programas de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada²⁰), dos empregos públicos formais (eles representam 26% dos seus empregos totais) e das aposentadorias e pensões (Sebrae, 2016)²¹. Acrescente-se na composição

²⁰O Benefício da Prestação Continuada, BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante ao idoso com mais de 65 anos e a pessoas com deficiência de qualquer idade um salário-mínimo mensal.

²¹Tais empregos públicos alcançam em relação ao mesmo total: em Varre-Sai, 64,4%; em Laje do Muriaé, 63,0%; em São José de Ubá, 62,2%; em Natividade, 56,5%; em Cambuci, 49,5%; em Italva, 44,4%; em Porciúncula, 41,8%; em Aperibé, 37,7%; em Miracema, 35,2%; em Itaocara, 31,9%; em Pádua, 21,5% e

desse quadro societário: a massa salarial ali aportada deriva do fato de parcela de seus residentes trabalharem nas plataformas de extração e produção de petróleo da Bacia de Campos, os quais, após o período em alto mar, retornam para suas cidades gastando os rendimentos auferidos nessa atividade profissional; a relativa facilidade dos servidores públicos ativos e inativos para acessarem crédito privado; as políticas de transferência de renda dos governos estadual e municipais (mais uma vez: ainda que modestas); e os financiamentos públicos advindos do governo do ERJ conquanto igualmente modestos (Siqueira, 2016)²².

Do mesmo modo contribui para a assertiva-mote deste item 3.1, o fato de a pirâmide etária conformar uma distribuição populacional do tipo normal²³. Resulta dessa anotação o provável “congelamento” do referido êxodo rural por causa da existência de condições endógenas geradora de certo represamento populacional, sublinhando aí, inclusive, o das pessoas situadas nas faixas consideradas mais aptas para o trabalho²⁴.

Ainda: como se constata no Painel Sebrae/Região Noroeste (SEBRAE, 2016), tal e qual analisado na seção precedente, há nesse espaço atividades econômicas geradoras de emprego e renda urbanos nas atividades comerciais, nos serviços, na indústria e na administração pública. Sem embargo, além dessas atividades citadinas, destaque especial deve ser conferido às que são realizadas no campo. Ilustrando²⁵: a RNOF apresenta proeminência no âmbito estadual: na produção de café, com 15.477 toneladas, seguida à distância pela região Centro Fluminense com “apenas” 3.306 toneladas (IBGE, 2022b²⁶); na produção leiteira de origem animal, com 104.786 litros, ficando atrás apenas do Sul

em Bom Jesus, 21,3%. Importante, em adição, assinalar que os percentuais aqui arrolados são de 2014, quando a economia brasileira e a fluminense ainda cresciam com alguma robustez.

²²Também concorrem para esse fim as atividades realizadas à margem dos registros governamentais. Ilustrando: há pessoas na região com disponibilidades financeiras que compram terrenos, constroem casas e as alugam sem formalização legal; e, isso, claro, lhes garante dado rendimento mensal, bem como movimenta a economia local (aliás, desde as obras de construção). Essa informação foi obtida através de entrevista informal com um ex-morador de Cambuci e um outro que, por atividades profissionais, visita com frequência a cidade.

²³Ela tem a forma de sino. No caso, a maioria da população apta para o trabalho se concentra na parte central (desse sino) e, ao reverso, a minoria se situa (os mais novos e mais velhos) nas suas duas partes descendentes e mais baixas. É dizer: a referida minoria se localiza mais próximas da chamada abcissa que, junto com a ordenada, define o espaço bidimensional em questão.

²⁴Essa anotação resulta da realização da busca de dados diversos na internet, município a município, como da realização de contas também diversas.

²⁵Adotou-se aqui a regionalização adotada pelo IBGE (das seis mesorregiões) e não a do governo do ERJ (com seus oito recortes territoriais). Isso se deu pela relativa facilidade de acessar tais dados nessa base institucional e, passo seguinte, mostrar a importância da RNOF nos quesitos analisados no âmbito do estado (apesar de tudo o que já se analisou sobre a RNOF). Por fim, anote-se que os municípios da região em análise são os mesmos nas duas regionalizações, o que facilitou a comparação/destaques assinalados.

²⁶Sublinhem-se em seu âmbito os municípios de Varre-Sai (8.000 toneladas) e Porciúncula (6.307 toneladas).

Fluminense (119.990) (IBGE, 2022c); e no efetivo do rebanho bovino, com 628.247 cabeças de gado, superada apenas pela RNO (744.225 cabeças) (IBGE, 2022c).

Reforça essa última anotação o fato de residir no campo quase 20% da população regional, o que destoa da média estadual (3,3%), brasileira (15,28%) e mesmo das taxas vigentes em alguns municípios da RNOF²⁷. Ou seja: o mencionado êxodo rural deve ser requalificado na medida em que com a crise do café (de importante impacto) e ulterior introdução da pecuária o campo dessa região não foi tão “limpo de gente” como aconteceu em boa parte do Brasil (esses apontamentos serão retomados logo adiante). Ilustra à perfeição o fato de: em S. José de Ubá esse percentual ser de 63,7%; em Varre-Sai, de 47,4%; em Cambuci, de 32,2%; em Itaocara, de 30,8%; em Italva, de 30,0%; e em Muriaé, de 28,9%. Desse modo, resulta evidente que as pessoas sediadas nesses espaços encontra(ram) condições para pelo menos “tocarem suas vidas” em termos de moradia e de alimentação, daí o apontado comportamento estatístico normal da pirâmide etária.

Resumindo: mesmo com recursos limitados face a outros lugares do ERJ e do País é possível, como se disse reiteradas vezes, tocar a vida na região. Por conseguinte, também se pode dizer não ser a RNOF um deserto absoluto de gente²⁸. Por fim, sublinhe-se que a base socioeconômica e espacial nela existente parece operar como elemento de contenção do seu esvaziamento econômico e populacional; e portanto, dada essa sua resiliência, não parece despropositado afirmar que ela poderia vir a lastrear um projeto de desenvolvimento superior econômica e socialmente ao vigente, em especial no campo (como se analisará).

4.2 O processo socioeconômico de ocupação territorial e a estruturação de seus espaços

A ocupação dessa região guarda relação sobretudo com a cultura do café. Acrescente-se que essa sua relativa proeminência, conquanto estendida até a entrada dos anos 1960²⁹, conheceu seu ápice nos anos 1920 (Neves, 2024; Pereira Junior, 2018; Cano, 1977). Como indicado, enfatize-se que a pecuarização desse espaço, por seu turno,

²⁷Os percentuais desses municípios são altos inclusive em relação aos constatados em seu próprio âmbito regional, como eram os casos de Itaperuna 10,8%, Miracema (11,2%), Aperibé (14,7%) e Bom Jesus (18,5%).

²⁸Entretanto, insista-se, existem vazios ocupacionais em seus domínios capazes de viabilizar incrementos da produção de bens de consumo não duráveis uma vez equacionado o problema do abastecimento de água.

²⁹Quando do estabelecimento da política governamental federal de erradicação dos cafezais de 1962.

agravou quer a estruturação econômica quer a populacional regional. Anote-se, além desses processos, que a fraca expansão das atividades industriais e terciárias seguinte fragilizou ainda mais a aludida estruturação (Natal; Cruz; Medeiros Junior, 2023; Mizubuti, 2005).

Não obstante, mencione-se que: a) a atividade cafeeira instalou ferrovias para o deslocamento da sua produção e transportou outras mercadorias (pecuária, açúcar da região Norte, etc.) e pessoas, bem como reduziu seu isolamento quando elas se integraram com as (ferrovias) que cortavam a Região Norte Fluminense (Pereira Júnior, 2016); b) o avanço dessa atividade contou com a presença de famílias italianas que migravam para o Brasil no final do século XIX, fenômeno que fincou no espaço da RNOF a cultura da produção rural, em especial nos municípios de Natividade, Varre-Sai e Porciúncula (Bertholazzi, 2009; Neves, 2024)³⁰; e c) a mesma pecuária (leiteira) que contribuiu para reduzir a população rural formou cooperativas de leite e derivados em seus espaços, particularmente a partir dos anos 1940 (estruturadas em pequenas propriedades)³¹. Enfim: apesar dos pesares os processos ora apontados legaram potencialidades econômicas para o ulterior desenvolvimento da região.

Tanto que com o passar do tempo, por conta dos contributos do passado (algum dinamismo econômico agropecuário, uma dada integração socioeconômica, culturas agrícolas específicas etc.) e das necessidades mesmo, uma série de atividades foi sendo desenvolvida (a esse respeito vide sobretudo os dados alinhados nos Quadros 2 e 4, e as análises que se seguiram):

a) Itaperuna veio a se consolidar como centro microrregional; e.g., a exercer notória influência nesse seu âmbito. Como mostramos, ele é o mais populoso e economicamente dinâmico da RNOF, posto ter conseguido diante das mudanças referidas tanto manter sua tradição na pecuária de corte e na agroindústria leiteira quanto avançar na produção de alimentos e bebidas, de têxteis, extrativos minerais etc. De outra forma: além de desenvolver suas anteriores atividades econômicas,

³⁰Itaperuna e Bom Jesus também produzem café.

³¹Tanto que no início da década de 1970, quando o governo federal estimulou a renovação e o revigoramento dos cafezais, os antigos municípios produtores já tinham desmontado suas estruturas cafeeiras.

Itaperuna se tornou o principal centro produtivo, comercial e de serviços da região³²;

b) Pádua é outro centro microrregional, com tradição na produção de pedras ornamentais, afora se destacar nos setores de metalurgia, mecânica, papel e gráfica, transportes e comunicações etc. Observe-se também que ele apresenta dinâmica societária influenciada por suas interações com municípios mineiros fronteiriços no que trata do comércio e serviços (esse município será considerado mais uma vez adiante); e

c) Bom Jesus desenvolve atividades agrícolas, agropecuárias e agroindustriais em interação com a extensa divisa do Espírito Santo³³.

Vale dizer: esses três municípios, por essas suas características econômicas, dispõem de razoáveis dinâmicas próprias. Ilustra essa assertiva – exemplarmente – o fato de os Institutos Federais nelas existentes oferecerem cursos de natureza distinta, como segue: um voltado para a atividade agropecuária, em Bom Jesus; outro orientado para a formação industrial, em Pádua; e um terceiro, dirigido à tecnologia e aos serviços, em Itaperuna (incluindo nesse caso as atividades comerciais).

Em suma: aos três municípios destacados adicione-se os “menores”, quais sejam, os orientados para a produção pecuária, leiteira e até de alguns produtos com razoável valor adicionado, como é o caso dos cafés certificados de Varre-Sai. Portanto, pode-se asseverar haver na região uma espécie de taxionomia – a quatro – conformadora de uma divisão territorial do trabalho portadora tanto de potencialidades quanto de algumas complementariedades econômicas. Enfim: elas deveriam ser valoradas quando da elaboração e implementação do supramencionado projeto de desenvolvimento!

³²Itaperuna abriga em seu território universidades (destaque-se uma de medicina e um Instituto Federal), empresas importantes (como o é a Quatá Alimentos), um comércio bem desenvolvido, atividades agropecuárias, um polo de confecções (cerca de cinquenta lojas *outlet*), cinco shoppings centers. Destaque particular deve ser feito em relação às suas áreas da saúde e educação.

³³Detalhamentos foram exarados ao final da Seção 2.

4.3 Uma análise complementar acerca das atividades econômicas com potencialidades a serem apoiadas

Na atual conjuntura, sem prejuízo da importância de Itaperuna, dois outros municípios foram apontados como detentores de potencialidades para com ele rivalizar: reiterando, Pádua e Bom Jesus. Como diversas vezes se mostrou isso não procede. Todavia parece pertinente examinar mais uma vez esses dois municípios por conta das suas aludidas importâncias populacionais e econômicas regionais para efeito do supramencionado projeto; como segue:

Pádua. Essa unidade subnacional conta com boa acessibilidade ao território capixaba, ao dos municípios mineiros vizinhos e ao da região do Médio Vale do Paraíba através, respectivamente, das rodovias RJ-186 e BR-393. Pádua ainda, junto com Pirapetinga, em Minas Gerais, dispõe de um polo produtor papelheiro (como evidenciado no Quadro 4 e nas análises que se seguiram). Tanto que no seu entorno estão instaladas empresas distribuidoras de carnes e de bebidas, retífica de pneus, fundição e torrefação de café etc. e, por causa, exercendo influência no território mineiro. Sublinhe-se, ademais, a sua especialização na extração de pedras ornamentais, atividade essa que teria características de APL (Arranjo Produtivo Local) (PortalRioBr, 2024)³⁴.

Bom Jesus. É fato que ele também possui localização privilegiada, dado ser atravessado pela RJ-186, por onde circula tráfego de caminhões e outros veículos oriundos do Espírito Santo com destino à porção ocidental do ERJ, passando por municípios mineiros, através da BR-393. Daí a provável existência em seus limites de empresas de serviços de apoio logístico, tais como as de mecânica, de peças, de postos de abastecimento etc. Mais: a cidade conta ainda importante centro comercial e de serviços especializados. Ainda: anote-se que a sua área de influência estaria se estendendo pelo sul do referido Espírito Santo e pela zona rural do norte do município de Campos dos Goytacazes. Por fim, observa-se o incremento de atividades rurais (criação de ovinos e caprinos, pecuária leiteira, cultivo de café), além de pequenos negócios, reforçando a ideia da existência em

³⁴Contudo essa mesma fonte também informa ser essa atividade realizada com baixa qualificação gerencial e tecnológica e, por causa, com preços rebaixados. A consequência dessa conformação é óbvia: a sobrevivência das empresas envolvidas nessa atividade estaria comprometida, bem como a sua capacidade de geração de emprego e renda.

seus espaços de processos econômicos merecedores de efetivas políticas públicas (PortalRioBr, 2024).

Transcendendo esses dois municípios, à guisa de ilustração, dentre outras atividades/espaços cabe apoiar: a) a agricultura familiar e melhor ocupar em termos produtivos os atuais vazios populacionais existentes (seção 1); b) a atividade industrial desenvolvida em Italva, Itaperuna, Pádua e Miracema (seção 2); e c) a atividade de serviços de toda a região, em especial a de Varre-Sai que apresentou o pior resultado no período examinado (Quadro 4).

Por fim, entende-se que cabe: d) melhorar o fluxo de caminhões para facilitar o escoamento da produção regional em volume e preço adequados, tornando-a mais competitiva, em especial a de café (Varre-Sai e Porciúncula), a de pedras ornamentais (Pádua), as de ovinos, caprinos e bovinos (Bom Jesus) (seção 2, Quadro 4; e seção 3, sobretudo o item 3.2 e parte deste 3.3); e) conferir atenção à questão do abastecimento de água para o meio urbano e rural de maneira a permitir que a vida humana do dia a dia possa acontecer sem restrições, bem como viabilizar seu desenvolvimento econômico (considerem-se nesse ponto aspectos como custos, preços, competitividade etc.); f) desenvolver o comércio, a agropecuária e os polos de confecção de Itaperuna etc. (seção 2); e g) tornar Itaperuna o polo logístico-institucional da região, posto ser esse município o mais capacitado para sediar a elaboração e implementação do tantas vezes referido projeto de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM RESGATE DAS CONCLUSÕES E OS NECESSÁRIOS APOIOS INSTITUCIONAIS

Dois são os focos analíticos aqui perseguidos: a realização de um determinado resgate das principais conclusões do artigo e a defesa da implementação das apontadas políticas públicas para que a RNOF possa vir a superar seu atual e precário “estágio” de desenvolvimento. Como segue.

5.1 Breve e determinado resgate das principais conclusões do artigo

Diante do alinhado se pode dizer que: a) a situação socioeconômica examinada é preocupante; b) o descortínio de novos e positivos horizontes de desenvolvimento não se mostra tarefa simples; e c) as atividades econômicas geradoras de emprego e renda são modestas. Numa frase: essa região se mostra relativamente estagnada, com limitado mercado interno, e carente de regulares e efetivas políticas públicas. Porém, ela apresenta segmentos produtivos, alguns deles especializados, que poderiam vir a sustentar maior dinamismo econômico e propiciar aos habitantes da região melhores condições materiais de vida. Mais precisamente: embora existam lastros e potencialidades, elas não se mostram suficientes para realizar seu próprio take off socioeconômico; e isso, vale sublinhar, implica dizer que a RNOF carece de políticas públicas a ela externas para ultrapassar a condição na qual se encontra³⁵.

5.2 Os imprescindíveis apoios institucionais

Para esse fim, recomenda-se: a) o estabelecimento de fundos estaduais e nacionais específicos para seu desenvolvimento (regional)³⁶; b) a criação de uma área extensiva de mercado junto com a Região Norte Fluminense e com municípios mineiros e capixabas fronteiriços; e c) a alocação de especializações e atividades complementares, também sem perder de vista a referida Região Norte, que fortaleçam as pequenas empresas que tanto caracterizam a paisagem econômica regional (Sebrae, 2016); d) a efetivação de um planejamento de corte estadual e federal orientado pelas necessidades regionais que minimize as injunções políticas deletérias e não-republicanas; e) a devida definição e atenção para com os setores mais dinâmicos dos municípios fronteiriços do estado do Espírito Santo e Minas Gerais; e f) o enfrentamento da questão do abastecimento de água para o meio urbano e rural, porquanto a ocupação passada e presente ocorreu e vem

³⁵No PAC III, do governo federal, que destina R\$ 342,6 bilhões para o ERJ, não há um único projeto de investimento *stricto sensu* apontado para a RNOF. As exceções podem (ou devem?) ficar por conta dos municípios com institutos federais em seus limites, reiterando: Itaperuna, Pádua e Bom Jesus.

³⁶O tratamento desse processo, de apoio/financiamento institucional, deveria se dar através do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Nordeste Fluminense (CIDENNF) - com ampla participação da sociedade civil.

ocorrendo de modo predatório, qual seja, destruindo a Mata Atlântica e, por derivação, as minas d'água, a vazão dos rios etc³⁷.

Isto posto, julga-se inadiável considerar o clássico e progressista debate acerca da chamada questão regional; qual seja, o relativo às áreas que se mostraram “perdedoras” (Lipietz; Leborgne, 1988)³⁸, posto ele defender para casos como ora examinado a chamada intervenção governamental. Para não exagerar nas citações e listagens de autores e obras fundamentais, destaquem-se somente as contribuições de Tania Bacelar de Araújo (1999), posto essa autora propor algo crucial: a adoção de um planejamento de corte territorial nacional e transescalar que permita a consideração de todo e qualquer lugar do Brasil – dada a afirmação de um projeto de desenvolvimento de País que observe sua soberania no concerto das nações, em especial diante do hegemon. Nessa perspectiva, essa autora destaca que ele, e apenas assim, tornaria possível os sujeitos sociais/entes federativos contarem com uma macro referência para efeito das práxis atinentes a seus microrrecortes geográficos.

Em complemento, tendo em vista apenas duas referências teóricas estrangeiras (Lênin, 2024; Trotsky, s/d), vale lembrar que no capitalismo o desenvolvimento é sempre desigual e combinado, daí a necessidade do planejamento público governamental de forma a estabelecer alguma contraposição à sanha que lhe é própria/inerente, a da separação social e espacial (Marx, 2022).

Concluindo: embora a RNOF seja uma região perdedora, nos termos de Lipietz e Leborgne (1988), entende-se que com as sugeridas políticas governamentais ela poderia transcender seus limites; é dizer: obter maior dinamismo econômico, ainda que apoiando-se em estruturas produtivas de pequeno porte (Piraciaba; Lemos, 2017; Silva; Santos, s.d.), sem incorrer nas absurdas perversas disparidades sociais que tanto marcam a formação social brasileira. Paroxismos à parte, a região examinada poderia vir a ser inclusive um paradigma caso a empreitada ora sugerida tivesse (venha a ter) sucesso.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tania Bacelar. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr./jun. 1999.

³⁷A RNOF foi a mais foi desmatada no estado, tanto que dela restam nos dias de hoje apenas 2%.

³⁸*Vis a vis* as que são plenas de gente, negócios, empregos, serviços etc.

Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/archive/5>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BERTHOLAZZI, Rosane A. **Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social (1897-1950)**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERP, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2024. Disponível em: <https://www.rais.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CADÚNICO. DF/Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2012/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

FERREIRA, Andréa Alves *et al.* Avaliação do potencial de captação de água subterrâneas em áreas rurais de municípios do noroeste fluminense/RJ – Brasil. **Revista UFRJ**, Anuário IGEO, Rio de Janeiro, v. 45, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/issue/view/1960>. Acesso em: 12 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades (Noroeste Fluminense)**. 2024. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios Noroeste Fluminense**. Economia. Contas Nacionais. 2010 e 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal, PAM (Noroeste Fluminense)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 13 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Pecuária Municipal (Noroeste Fluminense)**. Agricultura e pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/rj>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Editora Boitempo, 2024.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Revista Espaço e Debates**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 12-29, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7634181/mod_resource/content/1/lipietz-pos-fordismo.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARTORANO, Lucien Guerreiro *et al.* **Aspectos climáticos do Noroeste Fluminense/RJ**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2003.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

MIZUBUTI, Satie. O processo de urbanização na região noroeste fluminense (RJ) pelo viés do estudo da população (1940-2000). *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais (...)** Universidade de São Paulo, São Paulo, 20 a 26.03.2005.

NATAL, Jorge; CRUZ, José Luis V.; MEDEIROS JUNIOR, Helcio de. A atual região Norte Fluminense: dinâmica socioeconômica e desenvolvimento. **Revista Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia Política**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p. 242-270, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/299>. Acesso em: 12 abr. 2024.

NEVES, Delma Pessanha. **Cafeicultura e pecuária: quadros institucionais, interesses coletivos e reprodução social**. Niterói: Editora Alternativa, 2024.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

PEREIRA JUNIOR, Arthur Rodrigues. **Itaperuna (RJ) no contexto regional do noroeste fluminense: um movimento entre a centralidade e a descentralidade**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/Artur-Rodrigues-Pereira-Junior.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PIRACIABA, Bruna; LEMOS, Linovaldo. Dinâmicas territoriais no estado do Rio de Janeiro – reflexões em torno da região Noroeste Fluminense. *In*: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Revisitando o território fluminense**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 151-166. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114575>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PORTAL RIO BR. **Arte, entretenimento, turismo**. Noticiário. Rio de Janeiro/Brasil/Região Noroeste, 2024.

REDAÇÃO AGENDA DO PODER. Emendas impositivas da ALERJ: conheça as cidades que mais recebem recursos e as que não receberam nada. **Agenda do Poder**, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://agendadopoder.com.br/175690-2/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SEBRAE. Painel Regional 2016 – Painel Regional Noroeste Fluminense/Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2026. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, Marco Túlio Morais Velasques; SANTOS, Erika Vanessa Moreira. **Panorama da região noroeste fluminense no século XXI: retratos da agricultura familiar**, [S.d.]. (mimeo). Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2022/12/Panorama-da-Regiao-Noroeste-Fluminense-no-Seculo-XXI.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo. **Noroeste fluminense: arranjos regionais e perspectivas de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2016/05/F%C3%A1bio-Gustavo-Viana-Siqueira.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

TROTSKY, León. **História da revolução russa**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/vol01.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.

DESIGUALDADES SOCIAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

SOCIAL INEQUALITIES IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Luíza de Souza Barbosa^A

 <https://orcid.org/0009-0000-8503-889X>

Correspondência: s.luiza@gsuite.iff.edu.br

Maria Catharina Reis Queiroz Prata^B

 <https://orcid.org/0000-0002-5643-2115>

Correspondência: joseluisvianna@uol.com.br

^AInstituto Federal Fluminense (IFF – Campus Campos Centro), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

^BDoutora em Ciências da Arquitetura na área de pesquisa de Patrimônio, Teoria e Crítica da Arquitetura, realizado no PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora em Instituto Federal Fluminense (IFF – Campus Campos Centro), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2024.86234

Recebido em: 30 jul. 2024 | **Aceito em:** 01 nov. 2024

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar discussões relacionadas às desigualdades sociais no Brasil, enfocando o contexto da cidade de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro. Através de pesquisas bibliográficas e dados recentes, argumenta-se que a cidade enfrenta desafios estruturais, destacando que as disparidades têm raízes históricas e são mantidas por políticas públicas insuficientes. A hipótese central é que as políticas públicas implementadas no município não foram suficientes para mitigar essas desigualdades, e que sem uma abordagem baseada na justiça social, não será possível reduzir significativamente o problema. A conclusão ressalta a importância de ações estruturais que aliem valorização cultural e desenvolvimento equitativo.

Palavras-chave: desigualdade social; cultura; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

This article aims to address discussions related to social inequalities in Brazil, focusing on the context of the city of Campos dos Goytacazes, located in the interior of the state of Rio de Janeiro. Through bibliographic research and recent data, it is argued that the city faces structural challenges, highlighting that these disparities have historical roots and are perpetuated by insufficient public policies. The central hypothesis is that the policies implemented in the municipality have not been sufficient to mitigate these inequalities, and that without an approach based on social justice, it will not be possible to significantly reduce the problem. The conclusion emphasizes the importance of structural actions that combine cultural appreciation and equitable development.

Keywords: social inequality; culture; Campos dos Goytacazes.



1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais no Brasil são fruto de um processo histórico que remonta ao período colonial, marcado por injustiças e exclusões estruturais. Ao longo de mais de 500 anos, fatores como a escravidão, a concentração de terras, e a falta de políticas inclusivas no período pós-abolição contribuíram para consolidar um cenário de disparidades que persiste até os dias atuais. Assim como em outras cidades brasileiras, em Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, a desigualdade social é uma realidade cotidiana.

Campos dos Goytacazes possui uma extensão territorial significativa e uma história cultural rica, marcada pela influência de diversas tradições e pelo papel importante que desempenhou na história do estado e do país. Apesar dessa relevância histórica e econômica, o município enfrenta desafios estruturais que afetam grande parte de sua população. O crescimento urbano desordenado, a concentração de renda e a segregação espacial são apenas alguns dos fatores que contribuem para o agravamento das desigualdades.

Este artigo propõe uma discussão acerca das principais causas das disparidades sociais em Campos dos Goytacazes, como fatores raciais, de gênero, econômicos e culturais. A hipótese central é que, embora algumas políticas públicas tenham sido implementadas nas últimas décadas, elas não foram capazes de promover transformações significativas devido à ausência de uma abordagem integrada e eficaz. Além disso, o estudo destaca a importância da valorização do patrimônio cultural como uma ferramenta de grande potencial, que aliada a outras medidas estruturais, auxilia no desenvolvimento social equitativo e na mitigação das desigualdades.

O estudo é baseado em pesquisas bibliográficas e na análise de dados socioeconômicos recentes, com o objetivo de evidenciar a necessidade urgente de ações efetivas para o combate às disparidades no município. Ao longo do texto, será discutido como a falta de acesso a direitos básicos, a vulnerabilidade habitacional, e a marginalização de determinados grupos contribuem para perpetuar a exclusão social.

2 AS DESIGUALDADES NO BRASIL

No Brasil, como ressaltado pela OXFAM (2021), as desigualdades sociais estão diretamente ligadas ao processo do colonialismo e seus eventos posteriores:

A desigualdade social por aqui [no Brasil] é um legado do período colonial, que se deve à influência ibérica, à escravidão e aos padrões de posses latifundiárias. Aspectos como racismo estrutural, discriminação de gênero, alta tributação de impostos e o desequilíbrio da estrutura social só agravam a desigualdade brasileira (OXFAM Brasil, 2021).

Devido ao papel desempenhado como área para exploração de recursos naturais durante o período colonialista, as atividades no Brasil não visavam a melhoria das condições de vida no país, mas sim atender às demandas comerciais europeias. Ao se explorar cada vez mais os territórios desconhecidos do Brasil de maneira precária, principalmente em busca de novas terras para o plantio de cana-de-açúcar e extração de minerais, foram estabelecidos um desenvolvimento desigual, no qual apenas aqueles que detinham o controle enriqueceram.

Com o passar do tempo, essa desigualdade se agravou, tornando-se mais complexa e enraizada na sociedade brasileira, a ponto de, ainda nos dias atuais, serem naturalizadas e percebidas como um problema de caráter individual por grande parcela da população (Wlodarski; Cunha, 2015). Segundo Wlodarski e Cunha (2015):

[...]Contraditoriamente, busca-se uma forma de amenizar os problemas decorrentes da pobreza, através da culpa lançada às pessoas que se encontram nesta situação. A representação que a sociedade capitalista adotou do sujeito que está em situação de pobreza, é de “vagabundo”, “analfabeto”, “desqualificado”, entre outros. **O que permite culpar uma única pessoa por um problema que é criado pela sociedade e que cabe a esta resolver** (Wlodarski; Cunha, 2015, grifo próprio).

Para entender a questão das desigualdades no contexto brasileiro torna-se essencial direcionar as atenções ao seu primeiro e principal alicerce: a intensa escravização ocorrida no país por praticamente quatro séculos, e a ausência de políticas públicas voltadas à inserção desses indivíduos na sociedade após a abolição (Theodoro, 2008). Embora seja um tema complexo que possui diversas camadas cuja análise detalhada não se enquadra no objetivo deste artigo, se faz necessário abordar, mesmo que de maneira sucinta, o racismo estrutural e a desigualdade racial no Brasil.

Após a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que proibiu o tráfico de novos escravizados e a Lei Áurea em 1888 que aboliu a escravidão no Brasil, existiu por parte do Estado Brasileiro a criação de dispositivos legais que incentivaram de forma intensa a imigração de europeus para trabalharem no país.

Conforme destacado por Theodoro (2008, p. 21), no início do século 19 “levas de trabalhadores de origem portuguesa vieram a se engajar na força de trabalho. Já na segunda metade do século, imigrantes de outras nacionalidades, sobretudo italianos, vêm engrossar ainda mais o fluxo de trabalhadores estrangeiros”. Com a chegada dos trabalhadores imigrantes da Europa, os africanos trazidos à força ao Brasil e seus descendentes, assim como os indígenas escravizados em suas próprias terras, se tornaram uma “força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência” (Theodoro, 2008, p. 15).

O Estado Brasileiro procurava “solucionar” a situação formada pós-abolição, onde agora os ex-escravizados deveriam ser pagos pelos trabalhos que antes eram forçados a fazer sem receber nada em troca. Ao mesmo tempo buscava se livrar da imagem de colônia após a Proclamação da República, almejando um progresso que, inspirado na burguesia europeia, acreditava que só seria atingido “embranquecendo” o país. Adotou-se então “medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais” (Theodoro, 2008, p. 15). As ações tomadas pelo Estado condiziam com os interesses das elites brasileiras e ex-escravistas, pois:

Havia um medo de a população negra ascender e fazer parte de uma futura classe média, portanto era necessário cortá-la e deixá-la na base da pirâmide social, subalternizada, pois não eram nem poderiam ser vistos como trabalhadores livres, rejeitava-se essa ideia, os senhores de engenho estavam contrariados, sentiam vergonha por terem que pagar seus antigos escravizados, dos quais eram, há pouco tempo, proprietários [...] Nesse sentido, a escravidão não desaparece, mas passa a ser tensionada como verdade efetiva e profunda do modelo de “trabalho livre”. A liberdade é percebida no abandono e na consternação profunda aos novos livres (Fernandes, 2021, p. 294-295).

Nesse momento se intensificou a desvalorização da estética negra, que passou a ser entendida como feia e degradante e esse pensamento se normalizou tendo em vista que, salvo raras exceções, as pessoas não brancas nesse ponto se encontravam em posições inferiores na sociedade, devido ao projeto executado pelo próprio Estado. Visando a consolidação de uma supremacia branca criou-se um padrão estético a ser

apreciado e seguido, padrão esse que era ligado à Europa e à estética do branco, e os que não se enquadravam nesse padrão deveriam “negar a origem africana ou indígena para se afastar do incivilizado e primitivo” (Fernandes, 2021, p. 295).

Fernandes (2021), ressalta que a falsa democracia racial brasileira ocorrida na década de 1930 legitimou a discriminação racial e naturalizou as desigualdades produzidas pelo racismo estrutural, onde:

A maior parte das pessoas negras se sujeita aos trabalhos mais vis e degradantes, recebe menores salários, não frequenta as escolas e as universidades, não exerce funções de poder, reside em regiões periféricas e também é assassinada com frequência por comandos do Estado (Fernandes, 2021, p. 296).

No Brasil, assim como em alguns países latinos, não existiram leis que dessem suporte aos recém libertos da escravização para que vivessem suas vidas como sendo parte integrante da sociedade, ao contrário, foram tomadas medidas em que essa população foi excluída das políticas públicas e marginalizada, tendo suas consequências refletidas até os dias atuais. Fernandes (2021) destaca que:

[...] A verdade é que nosso país foi fundado sob um holocausto racial, o maior crime da história da humanidade, jamais interrompido e nunca publicamente confessado, sequer reparado [...] **O país não reconheceu ou mostrou remorso generalizado por tratar pessoas na condição de sub-humanas e, quando não se tem culpa, naturaliza-se o ódio** (Fernandes, 2021, p. 298, grifo próprio).

Órgãos responsáveis por pesquisas socioeconômicas divulgam em seus relatórios há anos que as condições de vida entre os diferentes grupos raciais no país são desiguais e que a população negra compõe a maior parcela dos indivíduos que estão submetidos às piores situações em todos os aspectos, “seja no que diz respeito à educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida” (Jaccoud, 2008, p. 131). Conforme Ribeiro (2019):

Se a população negra é maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante [...] os homens brancos são maioria nos espaços de poder. **Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização** (Ribeiro, 2019, p. 13-14, grifo próprio).

Conforme apontado por Jaccoud (2008), a partir de 1980 se iniciaram ações governamentais, influenciadas principalmente pela organização do Movimento Negro no país, na tentativa de se combater as desigualdades raciais, tendo início em políticas dos municípios e estados. No entanto, o tema adquiriu maior relevância nos anos 2000 quando alcançou a esfera Federal e instituições como o Ministério Público do Trabalho e universidades públicas, através do sistema de cotas para que mais pessoas negras e indígenas tenham acesso ao ensino superior, com a criação de programas que visam combater o racismo institucional e programas que objetivam valorizar a cultura negra e reforçar sua importância para a identidade nacional.

As demandas do Movimento Negro brasileiro resultaram na classificação do racismo como um crime inafiançável e imprescritível pela Constituição Federal de 1988. Apesar de ainda não ser muito utilizado e não possuir grandes punições devido à burocracia envolvida no processo e da resistência exercida por alguns membros do Poder Judiciário, criminalizar e prever punição perante a lei os atos discriminatórios e preconceituosos é considerado um avanço na luta contra o racismo estrutural e institucional presente no país (Jaccoud, 2008).

Existiram alguns avanços em relação à luta antirracista e ao combate da desigualdade racial no Brasil, porém, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, para que esse combate seja eficaz é necessário que haja uma grande mudança na estrutura das instituições públicas e, principalmente, no pensamento dos brasileiros, compreendendo e aceitando a estrutura racista que formou nossa sociedade e tendo o entendimento que o fato de ser um país miscigenado não deve ser usado para esconder o racismo que se encontra enraizado em sua estrutura (Fernandes, 2021; Jaccoud, 2008; Theodoro, 2008). Segundo Theodoro (2008):

A adoção de políticas de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação é condição básica para que as iniquidades sejam proscritas e o país possa enfim galgar o caminho de uma verdadeira ordem democrática, onde as pessoas não sejam medidas por sua aparência física ou seu biótipo (Theodoro, 2008).

Em relação aos outros fatores responsáveis pelas desigualdades sociais do país, a OXFAM Brasil (2021) destaca a má distribuição de renda, que faz com que “a população mais pobre tenha condições precárias, sendo o dinheiro apenas fonte de sobrevivência”; a dificuldade no acesso à educação de qualidade; a má gestão dos recursos públicos; os

investimentos públicos insuficientes e a falta da garantia a serviços básicos. De acordo com Cavalcante (2020):

As desigualdades são resultado também das instituições e políticas públicas que as modelam, com diferentes dinâmicas e padrões nas regiões e países do mundo, envolvendo diferentes configurações de regras tributárias, legislação trabalhista e características do estado de bem-estar social [...] O combate ao problema no caso brasileiro tem sido marcado nos últimos anos, sobretudo desde 2015, por retrocessos, tanto nas políticas públicas quanto nos seus resultados no que tange aos indicadores socioeconômicos. Em síntese, a despeito do crescente processo de democratização, com mais competição política, acesso à informação e participação social no processo decisório, o problema persiste e o combate às desigualdades vem apresentando resultados abaixo do esperado (Cavalcante, 2020, p. 8).

A imagem a seguir (Figura 1) é, talvez, a foto mais conhecida em relação à desigualdade social no Brasil, mostrando lado a lado a favela de Paraisópolis e um prédio de luxo do Morumbi, em São Paulo.

Figura 1 - Paraisópolis e prédio de luxo do Morumbi, São Paulo



Fonte: Site da BBC Brasil. Foto: Tuca Vieira, 2004.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do Governo Federal, o Brasil é “marcado por altos níveis de desigualdade” e “conhecido por sua alta concentração de renda, onde o 1% mais rico detém 28,3% da renda total, tornando-o um dos países mais desiguais do mundo” (IPEA, 2023). Duas discussões que ocorrem no Brasil há décadas e que influenciam diretamente na questão da desigualdade de renda no país são a Reforma Tributária e a Reforma Agrária.

A Reforma Tributária é necessária na luta contra as desigualdades sociais pois é inegável que o país precisa de uma redistribuição de renda eficaz para corrigir a grande disparidade existente. Houveram algumas mudanças, porém não geraram grandes

resultados. Diagnósticos feitos acerca do atual sistema de tributação brasileiro demonstraram sua complexidade, a alta concentração de tributação sobre o consumo que gera um alto custo tanto para o Estado quanto para a população, a incidência do tributo sobre tributo, a existência de brechas para que burlem o sistema trabalhista e previdenciário, além de não propiciar a igualdade de renda (Barbosa, 2018).

Para que a reforma tributária se faça de maneira satisfatória, deve ser feita objetivando alcançar a justiça social, nesse sentido entende-se que:

Para se tributar de forma equitativa, o contribuinte deve colaborar para a receita tributária de acordo com a sua capacidade contributiva. Para que haja um tratamento igualitário, os indivíduos devem ser nivelados no sentido horizontal, de acordo com a sua situação econômica. Quem pode pagar mais, paga mais. Quem tem a capacidade de pagamento menor, paga menos [...] é evidente que não é cômodo ou acalentador aos possuidores de maior patrimônio ter sua renda tributada acima da média nacional, de forma progressiva. No entanto, se objetivamos evoluir como sociedade, precisamos pensar além do benefício pessoal e buscarmos uma justiça social de forma eficiente (Barbosa, 2018, p. 83/84/92).

Em relação à Reforma Agrária brasileira, se faz fundamental contra as desigualdades sociais pois possui como base o cumprimento da Constituição Federal de 1988 onde se deixa explícito que a terra não é uma mercadoria, como o mercado imobiliário propagou e propaga no país. A questão agrária no Brasil, assim como as desigualdades sociais, possui uma forte conexão com o sistema colonialista e com as políticas públicas adotadas em decorrência do fim da escravização, no entanto até os dias atuais nenhuma atitude direta foi exercida pelo Estado para corrigir esse problema criado por ele mesmo (Delgado, 2014).

O sistema agrário atual do Brasil é uma herança que favorece os latifundiários em detrimento de uma grande parcela da população que se encontra em posição de vulnerabilidade social. Com a Lei das Sesmarias que substituiu as Capitânicas Hereditárias no colonialismo, houve uma nova divisão do território do Brasil que transformou o país em lotes extensos de terra, concentrados principalmente nas mãos de pessoas que possuíam ligações políticas, gerando assim os grandes latifúndios e muitas terras improdutivas (Tavares; Nogueira, 2021).

Como apontado por Tavares e Nogueira (2021), após a pressão feita pelos ingleses deixar evidente que o regime escravista não resistiria por muito mais tempo, foi promulgada no mesmo período em que a Lei Eusébio de Queiroz decretava o fim do

tráfico de indivíduos escravizados, a primeira Lei de Terras, a Lei nº 601 de 1850. A finalidade dessa lei era fazer com que os ex-escravizados não se tornassem proprietários de terras e deu prioridade para que as pessoas que já possuíam a permissão de uso de terras pela Coroa Portuguesa para a aquisição.

Desde a primeira metade do século 20, a questão da Reforma Agrária vem ganhando força através da Liga Camponesa e da Comissão Pastoral da Terra, atuando em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro. Na segunda metade, com João Goulart na presidência do país, esse foi um tema debatido constantemente na política e consolidou a necessidade que ocorra a eliminação das grandes propriedades de terra, no entanto, com o Congresso Nacional composto majoritariamente por conservadores, as propostas de reforma foram rejeitadas e usadas inclusive como um dos argumentos utilizados para o Golpe Militar de 1964. Com o declínio da Ditadura Militar, se organizou o maior protagonista da atualidade na luta pela Reforma Agrária no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que aliado a muitas outras organizações sociais atuam em prol de se fazer cumprir a Constituição de 1988, defendendo a redistribuição das grandes propriedades de terras improdutivas para famílias de trabalhadores rurais (Tavares; Nogueira, 2021).

Como observado, é imperativo que a terra pare de ser vista como objeto mercantil e passe a ser entendida como direito básico, que haja uma reestruturação nas políticas públicas e no modo de pensar dos brasileiros acerca da propriedade para que o país avance em direção ao desenvolvimento justo e equitativo. Conforme Delgado (2014):

Proteger a sociedade da desigualdade fundiária, proteger a natureza da dilapidação; proteger os grupos étnicos e culturais para as quais a terra é essencial. E ainda proteger as próprias relações de trabalho das tendências regressivas à escravização são valores idealmente aceitos pela opinião pública. Mas a proteção simultânea desses valores que o regime fundiário constitucional enuncia, é uma tese herética na leitura da economia política do agronegócio. Sem mudanças neste campo não é possível romper a mercadorização absoluta, e, portanto, civilizar nossa estrutura agrária (Delgado, 2014, p. 36).

Os números das desigualdades no Brasil são assustadores, onde, apesar de possuir uma das maiores economias do mundo, cerca de 16 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e onde “os seis homens mais ricos do Brasil tem a mesma riqueza que 50% da população mais pobre” (OXFAM, c.2024).

O Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, realizado pelo Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades em 2023, indicou que a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres no país é “gigante”, em 2022 os 10% mais ricos possuíam rendimento per capita mensal 14,4 vezes maior que os 40% mais pobres e que, enquanto 0,01% da população possui em média uma riqueza acumulada de 151 milhões, aproximadamente 7,6 milhões de pessoas vivem com uma renda per capita mensal menor que 150 reais. Em relação à tributação, foi dito que os mais pobres pagam mais impostos, correspondendo a 26,4% da sua renda mensal e os mais ricos, 19,2%.

Outro ponto apresentado refere-se ao fato que pessoas negras e mulheres constituem os grupos mais impactados pelas diversas formas de desigualdade, com a mulher negra, em particular, sendo a que “convive com mais precariedade habitacional e mais insegurança alimentar” (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 5) e mais afetada com a discriminação do mercado de trabalho, recebendo em média salários 42% menores do que o homem branco ou amarelo. Segundo a OXFAM (2021), no cenário atual do país, as mulheres brasileiras só alcançarão salários equivalentes aos dos homens desempenhando funções similares em 2047, enquanto os negros só reduzirão a disparidade salarial em relação aos brancos em 2089.

Já em relação ao homem negro, o Relatório apontou que esse tende a ser o mais atingido pela violência e o mais excluído do sistema de ensino. 35,7% dos jovens negros do país estão fora do ensino médio e as pessoas negras são “76,9% das vítimas de mortes violentas intencionais e são 83,1% das vítimas das mortes decorrentes de intervenções policiais” (ABCD; CEBRAP, 2023, p.5).

Os indivíduos em situação de vulnerabilidade social enfrentam condições de vida desfavoráveis desde que nascem, residindo em áreas de risco e enfrentando “mais risco de morte por conta da ausência de serviços adequados de saúde” (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 6). No ano de 2022, 31.856 crianças com menos de um ano morreram devido às condições precárias e à carência de acesso aos devidos serviços de saúde. As crianças nascidas em famílias de baixa renda também possuem obstáculos nas oportunidades de ensino desde seus primeiros anos, uma situação que muitas vezes se perpetua ao longo de toda a vida. Em 2022 cerca de 69% de crianças entre 0 e 3 anos não possuíam vaga em creches públicas.

Segundo o Relatório não existem políticas públicas eficientes para garantir a cidadania e os direitos mais básicos de pessoas em vulnerabilidade social. Entre 2021 e 2022, 96 milhões de pessoas, quase metade da população brasileira, não possuía acesso à

rede de esgoto, 4 milhões de pessoas moram em áreas que apresentam risco de deslizamento e 5,6 milhões de casas não possuem condições dignas de moradia. É importante destacar que “30,6% dos óbitos no país ocorrem por causas evitáveis. Isso representou, em 2022, 561 mil mortes. Entre os homens negros, a proporção é de 41,6%, o que significa que 23 homens negros morreram por hora de causas evitáveis” (ABCD; CEBRAP, 2023, p.6).

O Relatório levantou dados alarmantes em relação à fome no Brasil, um país que só saiu do mapa da fome em 2014/2015 e retornou em 2022 (Brasil, MDS, 2023). Nos anos de 2021 e 2022 “125,2 milhões de pessoas viviam em insegurança alimentar e para 33 milhões a situação era de insegurança alimentar grave, ou seja, fome” (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 6).

Em consonância, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), informou que o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo” (SOFI) publicado em 2023 pela ONU:

Confirmou a piora dos indicadores de fome e insegurança alimentar no Brasil. Em 2022, segundo o relatório, 70,3 milhões de pessoas estiveram em estado de insegurança alimentar moderada, que é quando possuem dificuldade para se alimentar. O levantamento também aponta que 21,1 milhões de pessoas no país passaram por insegurança alimentar grave, caracterizado por estado de fome [e] essa piora foi o resultado do desmonte das políticas públicas sociais que vivemos nos últimos anos (Brasil, MDS, 2023).

No Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades também foram evidenciadas desigualdades regionais no país. A discrepância entre as regiões Norte e Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste é significativa em muitos aspectos, como saúde, educação, segurança pública, segurança alimentar, saneamento básico, renda, entre outros.

O fenômeno da desigualdade social no Brasil apresenta-se como uma questão complexa e enraizada, desde os primórdios do colonialismo, manifestando-se na estrutura social, nas políticas públicas e até mesmo nos conceitos estabelecidos nos pensamentos da sociedade brasileira (ABCD; CEBRAP, 2023). Essa disparidade não se restringe exclusivamente à distribuição de renda, mas estende-se a aspectos educacionais, raciais, regionais e de gênero, tornando a busca pela justiça social um desafio ainda mais árduo, pois:

Para além do âmbito da renda e da riqueza, as desigualdades se manifestam em diferentes dimensões que afetam diversas áreas da vida dos brasileiros, como o acesso à educação, à saúde, à moradia, à segurança e a oportunidades de emprego. As dimensões de gênero, raça/cor e territorial, por sua vez, carregam o peso de processos históricos e sociais de longa duração, que têm reproduzido as iniquidades ao longo de gerações (ABCD; CEBRAP, 2023, p. 9).

É essencial que tais desigualdades deixem de ser encaradas com normalidade e como questões individuais, passando a ser tratadas como problemas socialmente construídos e que demandam a união de toda a sociedade para sua resolução. Conforme o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso na abertura da Assembleia da ONU em 2023:

O destino de cada criança que nasce neste planeta parece traçado ainda no ventre de sua mãe [...] **A desigualdade precisa inspirar indignação. Indignação com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano. Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo a nosso redor** (Lula da Silva, 2023, grifo próprio).

2.1 As desigualdades em Campos dos Goytacazes

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, o município de Campos dos Goytacazes, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro, apresenta uma extensão territorial aproximada de 4.032,487 km², a maior área do interior do estado e possui uma população estimada de 483.540 habitantes. As desigualdades sociais na cidade são resultado de uma combinação de fatores históricos, econômicos e sociais que continuam a impactar a população de forma profunda.

Segundo dados divulgados em dezembro de 2023 pelo IBGE acerca do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios em 2021, houve um aumento de 0,1% no PIB de Campos dos Goytacazes, o colocando entre os cinco municípios com maior crescimento dos números no país (Ferreira, 2023). O Mapa da Riqueza publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em fevereiro de 2023, que une os dados das declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas aos da PNAD Contínua referentes a 2020, indicou que 13,64% da população campista declarou imposto de renda e colocou a cidade na 10^o

posição no Estado do Rio de Janeiro, e na 1.161^o no Brasil em relação ao Patrimônio Líquido Médio dos Declarantes (FGV, 2023).

No entanto, quando esses números são comparados aos números da pobreza, a desigualdade existente na cidade é evidenciada. Segundo dados de 2023 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, são 109.613 famílias cadastradas no Cadastro Único, onde a renda mensal é de até meio salário mínimo por pessoa, e 64.569 famílias cadastradas no Bolsa Família, onde a renda familiar mensal por pessoa é igual ou inferior a 218,00 reais, correspondendo a 162.109 pessoas (Brasil, 2024). De acordo com Curvello (2023) desde 2020 houve um aumento de 69% no número de famílias campistas em situação de extrema pobreza, passando de 45 mil para 76 mil.

Outro ponto que cabe destacar é a questão dos indivíduos que ainda hoje se encontram em situação análoga à escravidão. O Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas colocou a cidade em 5^o lugar nacional no ranking de pessoas resgatadas dessas condições entre 1995 a 2020, com 982 pessoas, que corresponde a 56,66% do registrado em todo Norte Fluminense (Curvello, 2023). Em relação ainda ao local de nascimento ou de residência quando resgatados, se encontra em 4^o lugar nacional (Campos dos Goytacazes, 2023).

O Direito à Cidade e a Função Social da Propriedade também não são devidamente postos em prática na cidade. Pois enquanto existem diversos edifícios sem uso, o primeiro Censo Sobre a População em Situação de Rua de Campos identificou 114 pessoas vivendo nas ruas da cidade em 2022, sendo que 49 desses dormem nas ruas ou em edifícios abandonados e 42 utilizam a rua para trabalhar. São 99 homens e 15 mulheres, 39% se declararam pretos, 29% pardos e 28% brancos, com idade média entre 40 e 59 anos. Desses indivíduos, 80 sabem ler e escrever, porém 53% não completou o ensino fundamental (J3News, 2023).

De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2023), com relação a 2022, na cidade de Campos dos Goytacazes existem 234.068 domicílios. Desses, 233.861 são particulares e permanentes, possuindo uma média de 2,74 moradores por residência, 128 são coletivos, estando 64,06% desses não ocupados, e 79 são particulares e improvisados. Dos domicílios particulares permanentes, 8,1% são de uso ocasional e 16,7% estão vagos, o que corresponde a 39.103 residências sem ocupação. Considerando a média apontada pelo IBGE de 2,74 moradores por domicílio particular permanente, cerca de 107.142 pessoas poderiam ser atendidas pelas residências apontadas como vazias.

Conforme Freitas e Faria (2011), o crescimento urbano desigual de Campos dos Goytacazes se deu principalmente em razão da adoção incompleta dos projetos higienistas do final do século 19 e à falta de políticas públicas habitacionais. O planejamento da cidade seguiu os interesses das elites e da especulação imobiliária, agravando a incidência dos loteamentos irregulares e do processo de favelização das camadas sociais mais pobres. Sendo, portanto, um dos principais responsáveis pela segregação social as “ações seletivas do poder público no tocante as obras de infraestrutura e embelezamento da cidade” (Freitas; Faria, 2011, p. 8).

Esse desenvolvimento desordenado criou desigualdades regionais na cidade, principalmente em relação ao lado direito e ao lado esquerdo do rio Paraíba. Dados do IBGE em 2010 indicaram que o Subdistrito de Guarus possuía área de 213 mil km², 26 bairros e 123 mil habitantes, atualmente é habitado por uma população de menor poder aquisitivo ou em situação de vulnerabilidade social (Pinheiro, 2018). Ao longo de um extenso período se criou um forte preconceito em relação aos moradores de Guarus, uma tendência que, embora tenha diminuído ao longo do tempo, ainda perdura nos dias atuais. Tal preconceito é atribuído principalmente ao início de sua ocupação, predominantemente por indígenas e ex-escravizados que estabeleceram diversos quilombos na localidade (Pinheiro, 2018).

Devido à falta de alternativa, muitos campistas constroem suas casas em locais ilegais que apresentam riscos de deslizamento de encostas, exemplo na Figura 2, alagamento e riscos de acidentes devido à proximidade de rodovias, onde os moradores dessas construções vivem em condições precárias de moradia.

Figura 2 - Casas em área de risco em Campos dos Goytacazes



Fonte: Site do Jornal Terceira Via. Foto: Silvana Rust, [s/d].

A citação a seguir são trechos da música “Da ponte pra cá” lançada em 2002 pelo grupo Racionais Mc’s, fazendo referência a imagens do cotidiano dos moradores do bairro do Capão Redondo na periferia de São Paulo e criticando a intensa desigualdade de realidades vividas entre as classes sociais presentes na cidade.

Apesar de passados mais de 20 anos de seu lançamento e ter tido como cenário a cidade de São Paulo, a letra ainda condiz com o cenário atual do Brasil e poderia ter sido escrita por moradores de Guarus, em Campos dos Goytacazes, tanto pela segregação e pela discrepância na qualidade de vida entre os dois lados do rio quanto pelo preconceito em relação a quem vive “da ponte pra cá”. A Figura 3 mostra uma referência à música no muro do lado esquerdo do Rio Paraíba do Sul, em Guarus.

[...] E cada favelado é um universo em crise
Quem não quer brilhar, quem não?
Mostra quem. Ninguém quer ser coadjuvante de ninguém [...] não
adianta querer ser, tem que ter pra trocar. O mundo é diferente da ponte
pra cá (Racionais Mcs, 2002).

Figura 3 - “O mundo é diferente da ponte pra cá”, Guarus



Fonte: Acervo de Ana Carla Pinheiro. Foto: Ana Carla Pinheiro, 2018.

Nos últimos anos é perceptível que as atenções das elites econômicas e do mercado imobiliário estão se voltando gradativamente para Guarus, gerando novas centralidades em alguns de seus bairros (Pinheiro, 2018). Sendo importante que o Poder Público Municipal esteja atento e se faça presente, adotando medidas e ações preventivas, para evitar o surgimento de novos processos de gentrificação que resultariam na eventual expulsão de indivíduos, ou de seus descendentes, que já foram excluídos do planejamento urbano anteriormente.

A região de Guarus, especialmente os bairros mais afastados das áreas do atual interesse do mercado imobiliário, carece de maior atenção e investimentos públicos, para

garantir aos moradores o direito à moradia digna, assim como infraestrutura urbana, mobilidade, segurança pública, acesso à educação e cultura, entre outros.

Em Campos dos Goytacazes é possível observar também a questão do processo de esvaziamento do centro urbano tradicional e sua conseqüente deterioração. Assim como em todo o Brasil, no fim do século 19 ocorreram reformas higienistas e tiveram como foco principalmente o centro, causando a expulsão dos moradores que não tinham condições financeiras para manterem o novo custo de vida no local e tiveram que se mover para as periferias da cidade que careciam de infraestrutura urbana.

A partir do início do século 20 o antigo centro não se adequava mais aos padrões e às necessidades da burguesia campista, perdendo aos poucos sua função habitacional. Foi criado um novo eixo de expansão urbana ao lado oeste da cidade, mais especificamente na região da Avenida Pelinca, Parque Tamandaré e Jardim Maria de Queiroz (Freitas; Faria, 2011). Essas novas áreas de interesse das classes dominantes:

Gradativamente passaram a atrair novos investimentos do poder público e privado, com a instalação de restaurantes, comércios diversificados e bancos, consolidando-as como novo ponto de centralidade da cidade; Centralidade esta que continuou a atrair a construção de moradias voltadas à população de alta renda (Freitas; Faria, 2011, p. 7).

Em uma cidade onde tantas pessoas estão em situação de rua ou morando em locais de risco, resolver a problemática das construções desocupadas ou subutilizadas precisa ser percebida como uma necessidade, possibilitando a união da conservação dos patrimônios ao enfrentamento da escassez de moradia adequada. Não é exclusividade do centro tradicional da cidade, porém ao andar pelas ruas dessa área é possível encontrar com facilidade muitos exemplares de prédios históricos em desuso, subocupados, abandonados, descaracterizados, degradados, construções em risco de desabamento ou já colapsadas.

Um dos exemplos mais recentes dessa questão, ocorreu na Área de Especial Interesse Cultural que é protegida pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Campos (COPPAM) e próximo à Zona de Comércio do Centro Histórico de Campos, onde parte da fachada de um edifício pertencente à Prefeitura Municipal, conhecido como Casa da Árvore e que foi sede da antiga Empresa Municipal de Trânsito (EMUT), que se encontrava abandonado há alguns anos e estava sem conservação desabou e foi demolido pelo risco iminente de desmoronamento (Barreto, 2024). A

imagem a seguir (Figura 4) mostra o processo de degradação do edifício até seu colapso. São de 2017, 2023 e de 2024.

Figura 4 - Processo de degradação até o colapso da “casa da árvore”, em Campos



Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Fotos: Google Maps, 2017; Google Maps, 2023; Site NF Notícias, 2024; Acervo pessoal, 2024.

A condição dos edifícios históricos em Campos dos Goytacazes é reflexo da situação da cultura na cidade, onde, apesar de alguns avanços observados nos últimos anos, ainda se identificam grandes desafios. Embora existam diversos eventos e movimentos culturais, é necessário que o Poder Público adote ações mais efetivas e estruturais para conscientizar a população acerca da importância da cultura e para sua disseminação.

De acordo com o historiador Arthur Soffiati (2024):

[...] a Prefeitura vem prometendo há bastante tempo um programa de restauração do Centro e desses prédios. A promessa nunca se cumpre nem com o início de alguma obra. Entendo que a Prefeitura cozinha feijão com arroz. Nunca um prato mais substancial. Sua política cultural é de eventos de curta duração, não de ações estruturais (Barreto, 2024).

Existem diversos movimentos culturais organizados pela população na cidade, também é possível observar que o Poder Público trilha, aos poucos, caminhos para a propagação da cultura, mesmo que de forma ainda superficial. Dentre esses, destaca-se a Manifestação Cultural de Rimas (MCR), um movimento independente em atividade desde 2014 que ocorre na quadra localizada embaixo do viaduto Leonel Brisola, no centro histórico da cidade (Figura 5). Os organizadores da MCR investem tempo, recursos financeiros e energia para que o movimento continue acontecendo e crescendo. É um evento importante para a cultura Hip-Hop, que permite que pessoas que muitas vezes não são ouvidas pela sociedade tenham espaço para se expressarem e sonharem com uma nova perspectiva de vida.

Figura 4 - Manifestação Cultural de Rimas (MCR), Campos dos Goytacazes

Fonte: Acervo MCR. Foto: Maylon Amorim, 2024.

Como visto, Campos dos Goytacazes possui uma rica herança cultural e histórica, mas enfrenta obstáculos significativos que exigem a adoção de ações estruturais para a valorização de seu patrimônio e para a melhora na qualidade de vida dos habitantes. A trajetória da população campista é marcada por resistência e superação das adversidades, desde antes da formação oficial da cidade. Com o comprometimento do Poder Público em realizar os investimentos necessários, é possível reduzir essas desigualdades e promover um desenvolvimento mais justo e inclusivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa confirma a hipótese central de que as ações implementadas até hoje foram insuficientes para mitigar as desigualdades sociais em Campos dos Goytacazes. Os resultados revelam um cenário complexo, com questões históricas, econômicas e sociais entrelaçadas, perpetuando um ciclo de exclusão que desafia o desenvolvimento equitativo da cidade. O estudo destaca que, sem uma abordagem integrada e estrutural, as disparidades continuarão a afetar negativamente a qualidade de vida da população.

Políticas públicas mais efetivas, voltadas para a inclusão e justiça social, são fundamentais para transformar a realidade campista, proporcionar maior equidade para seus cidadãos e construir uma cidade mais justa. Assim como um planejamento urbano que leve em consideração o direito à cidade para todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou origem étnica.

Outro aspecto abordado é a importância de valorizar e preservar o patrimônio cultural de Campos dos Goytacazes. O patrimônio histórico, quando bem gerido, pode

ser uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento inclusivo, criando oportunidades econômicas e fortalecendo a identidade cultural da cidade. No entanto, para que isso se torne uma realidade, é preciso ultrapassar os desafios da especulação imobiliária e da negligência com os edifícios históricos.

As soluções para as desigualdades sociais exigem esforços estruturais, onde o investimento em educação, saúde, habitação e infraestrutura caminhe lado a lado com a valorização cultural e o respeito aos direitos humanos. Somente assim será possível criar um ambiente urbano que permita que a população campista tenha acesso a oportunidades mais justas e possam viver com dignidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Larissa Friedrich Reinert. Reforma Tributária e Justiça Social. *In*: SACHSIDA, Adolfo; SIMAS, Erich Endrillo Santos (org.). **Reforma tributária: Ipea-OAB/DF**. Rio de Janeiro: IPEA-OAB/DF, p. 79-94, 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180508_reforma_tributaria.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

BARRETO, Catarine. Parte da fachada do casarão da antiga Emut, em Campos, desaba. **Folha1**. Campos dos Goytacazes: Folha Geral, 2024. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/geral/2024/01/1296239-parte-da-fachada-do-casarao-da-antiga-emut-em-campos-desaba.html?fbclid=IwAR1fuuJZt2o9ANWveW6bIaC6-XF6sAdsTHZTtO1B2RTeyjUl6e1ctk81VOs>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CAVALCANTE, Pedro. **A questão da desigualdade no Brasil**: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

CURVELLO, Marcos. Campos lidera ranking do trabalho escravo no Rio. **Jornal Terceira Via**. Campos dos Goytacazes: J3News, 2023. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2023/03/26/campos-lidera-ranking-do-trabalho-escravo-no-rio/#:~:text=Campos%20dos%20Goytacazes%20%C3%A9%20a,Tr%C3%A1fico%20de%20Pessoas%20no%20Brasil>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CURVELLO, Marcos. Dados oficiais apontam aumento da extrema pobreza em Campos. **Jornal Terceira Via**. Campos dos Goytacazes: J3News, 2023. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2023/03/19/dados-oficiais-apontam-aumento-da-extrema-pobreza-em-campos/>. Acesso em: 8 jan. 2024.

DA PONTE pra cá: nada como um dia após o outro dia (ri depois). **Racionais TV**. 1 São Paulo: Zimbabwe Records, 2017. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbg>. Acesso em: 9 jan. 2024.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária Hoje. *In* Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária: ABRA**, [S.l.], ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40, 2014. Disponível em: https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/247/revista_abra_35_vo11-e-2.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERNANDES, Rhuann Lima. Reflexos das desigualdades raciais: a escravidão enquanto instituição e a precarização do trabalho contemporâneo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. 35, p. 292–320, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/879>. Acesso em: 4 jan. 2024

FERREIRA, Igor. **PIB dos municípios mostra que economia do país continuou a se desconcentrar em 2021**. Rio de Janeiro: Agência de Notícias do IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38683-pib-dos-municipios-mostra-que-economia-do-pais-continuou-a-se-desconcentrar-em-2021>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FREITAS, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Teresa Peixoto. Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes (RJ): da residência unifamiliar aos difícios de apartamentos. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: UFES. v. 1, n. 1, 2011, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: UFES, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs/article/view/1575>. Acesso em: 9 jan. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da Riqueza: Onde estão os ricos? Municípios 2020**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP_Municipio2020.htm. Acesso em: 8 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo Demográfico 2022**. Brasil: IBGE, c2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil#:~:text=O%20Brasil%20%20%20conhecido%20por,desigualdade%20%20especialmente%20nos%20anos%202000>. Acesso em: 4 jan. 2023.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, p. 131-166, 2008. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso de abertura da 78ª Assembleia da ONU**. Nova York: ONU, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso em: 6 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Mapa da Fome: fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 05 jan. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa bolsa Família e cadastro único**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 8 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. **Pacto nacional pelo combate às desigualdades: um retrato das desigualdades no Brasil hoje**. [s.i.]: ABCD; São Paulo: CEBRAP, 2023. Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2023/08/RELATORIO-FINAL-.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEFE. **Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população**. São Paulo: OXFAM, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PINHEIRO, Ana Carla de Oliveira. **“Ver e não enxergar, escutar e não ouvir, ver e não falar”**: um estudo sobre a sociabilidade e as formas de conviver com o medo e o sentimento de (in) segurança em uma comunidade de periferia em Campos dos Goytacazes (RJ). Orientadora: Prof. Dra. Luciane Soares da Silva. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2018/10/Tese-Ana-Carla-Oliveira_-Ver-e-n%C3%A3o-enxergar.pdf. Acesso em: 9 jan. 2024.

PREFEITURA DE CAMPOS. **Erradicação do trabalho escravo é tema de reunião entre prefeitura e MPT**. Campos dos Goytacazes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, 2023. Disponível em: <https://social.campos.rj.gov.br/2023/03/30/erradicacao-do-trabalho-escravo-e-tema-de-reuniao-entre-prefeitura-e-mpt/10549/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f0659881d9e4.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

TAVARES, Neto; NOGUEIRA, Sabrina Colares. A desigualdade agrária no Brasil: o caso do Centro Paulo Freire. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-desigualdade-agraria-no-brasil-o-caso-do-centro-paulo-freire/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

THEODORO, Mário. A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, p. 15-44, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade Social e Pobreza como Consequências do Desenvolvimento da Sociedade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: Tecnologia e Civilização, 9., 2005, Paraná. **Anais** [...]. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2005. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/workshop/art15.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.



Cadernos do
Desenvolvimento
Fluminense

Rio de História: Heranças e Desafios do Estado Fluminense

EDIÇÃO ELETRÔNICA
NÚMERO 27



jul. – dez. 2024
ISSN: 2317-6539

Foto Augusto Malta/Acervo
Instituto Moreira Salles